

Renato Marinho Brandão Santos

Natal, outra cidade!

o papel da Intendência Municipal
no desenvolvimento de uma nova
ordem urbana na cidade de Natal



Natal, outra cidade!

o papel da Intendência Municipal
no desenvolvimento de uma nova
ordem urbana na cidade de Natal

(1904 -1929)

Reitora Ângela Maria Paiva Cruz
Vice-Reitor José Daniel Diniz Melo

Diretoria Administrativa Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Diretor)
da EDUFERN Wilson Fernandes de Araújo Filho (Diretor Adjunto)
Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Presidente)
Judith da Costa Leite Albuquerque (Secretária)
Alexandre Reche e Silva
Amanda Duarte Gondim
Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra
Anna Cecília Queiroz de Medeiros
Anna Emanuella Nelson dos Santos Cavalcanti da Rocha
Arrailton Araujo de Souza
Carolina Todesco
Christianne Medeiros Cavalcante
Daniel Nelson Maciel
Eduardo Jose Sande e Oliveira dos Santos Souza
Euzébia Maria de Pontes Targino Muniz
Francisco Dutra de Macedo Filho
Francisco Welson Lima da Silva
Francisco Wildson Confessor
Gilberto Corso
Glória Regina de Góis Monteiro
Heather Dea Jennings
Jacqueline de Araujo Cunha
Jorge Tarcísio da Rocha Falcão
Juciano de Sousa Lacerda
Julliane Tamara Araújo de Melo
Luciene da Silva Santos
Márcia Maria de Cruz Castro
Márcio Zikan Cardoso
Marcos Aurelio Felipe
Maria de Jesus Goncalves
Maria Jalila Vieira de Figueiredo Leite
Marta Maria de Araújo
Mauricio Roberto C. de Macedo
Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento
Paulo Roberto Medeiros de Azevedo
Regina Simon da Silva
Richardson Naves Leão
Roberval Edson Pinheiro de Lima
Samuel Anderson de Oliveira Lima
Sebastião Faustino Pereira Filho
Sérgio Ricardo Fernandes de Araújo
Sibele Berenice Castella Pergher
Tarciso André Ferreira Velho
Teodora de Araújo Alves
Tercia Maria Souza de Moura Marques
Tiago Rocha Pinto
Veridiano Maia dos Santos
Wilson Fernandes de Araújo Filho

Revisão Traditorium Centro de Traduções e Intérpretes
Projeto Gráfico Caule de Papiro Gráfica e Editora (84) 3218 4626
Capa Caule de Papiro Gráfica e Editora (84) 3218 4626
Editoração Eletrônica Caule de Papiro Gráfica e Editora (84) 3218 4626

Renato Marinho Brandão Santos

Natal, outra cidade!

o papel da Intendência Municipal
no desenvolvimento de uma nova
ordem urbana na cidade de Natal
(1904 -1929)



2018

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte.UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Santos, Renato Marinho Brandão.

Natal, outra cidade! [recurso eletrônico] : o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana na cidade de Natal (1904-1929) / Renato Marinho Brandão Santos. – Natal, RN : EDUFRN, 2018.

356 p. : PDF ; 17,6 Mb. – (Coleção História e espaços).

Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br>

ISBN 978-85-425-0444-6

Originalmente publicado como dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2012.

1. Administração municipal – Natal (RN) – História. 2. Natal (RN) – História. 3. Natal (RN) – Política e governo. I. Título.

RN/UF/BCZM

2018/36

CDD 981.32

CDU 94(813.2).07

Elaborado por Gersoneide de Souza Venceslau – CRB-15/311

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário | Lagoa Nova | 59.078-970 |
Natal/RN, Brasil

Sumário

Prefácio	7
Introdução	15
Capítulo I – A Intendência Municipal do Natal na Primeira República	37
O regime republicano e um novo olhar sobre o município: autonomia vigiada	38
A década de 1910 e as primitivas mudanças na organização da administração municipal	59
Novos rumos: a década de 1920 e o processo de burocratização da Intendência	80
Capítulo II – A elite que administrou a cidade do Natal na Primeira República	101
Questões iniciais	102
Afinal, quem eram os Intendentes?: em busca de respostas sobre a elite dirigente local	107
Um bacharel, um engenheiro e muitos projetos para uma nova cidade	164
Os intendentes, sua formação e lugares de sociabilidade	174
Capítulo III – Entraves para o progresso: ações e limites do poder municipal na construção de uma nova ordem para Natal	199
Cidade ou campo de criação?: Natal no “tempo dos coronéis”	206
Capítulo IV – Novos rumos: reformulações no poder municipal para a criação de uma outra cidade	285

A cidade se renova: Natal nas gestões de Manoel Dantas e do
engenheiro Omar O’Grady _____ 290

Façam o progresso que eu mantenho a ordem: a imagem da Natal
moderna _____ 340

Referências _____ 347

Fontes _____ 352

Anexos _____ 356

Prefácio

Natal, uma cidade de papel

Era no tempo em que os vereadores de Natal iam a pé para o trabalho na câmara, não recebiam salário nem prebendas e a palavra jeton não entrara ainda no vocabulário dos edis nem no orçamento municipal. Vereadores se chamavam intendentes e o conjunto deles formava o conselho da intendência da cidade de Natal, presidido por um de seus membros. A sede da intendência não era própria, mas alugada: somente em 1922, por ocasião das comemorações do centenário da Independência, foi inaugurado o edifício do Palácio Felipe Camarão, que acolhe a câmara municipal e que continua de pé, ali na rua Ulisses Caldas.

Se pensarmos na complexidade dos processos e dos atos que estão na origem da existência de uma cidade, é inegável a relevância de se estudar a ação do conselho da intendência da cidade de Natal. Porque o ato de governar a cidade compreende um grande leque de atribuições, como demarcar as fronteiras dos bairros, estabelecer as obrigações dos cidadãos, incluindo as obrigações tributárias, formular certas regras que deviam ordenar o uso do espaço público, recolher o imposto devido pelas profissões – um conjunto largo de atribuições que acaba conferindo ao poder municipal instituído uma posição singular na história da cidade, pois todas essas ações colaboram para que a cidade possa existir como entidade organizada, para que os moradores possam se ver na sua dimensão coletiva, a cidade, gerida por um poder municipal. Assim, a intendência concorre para o estabelecimento dessa identidade espacial e humana, a cidade, e no caso específico estudado neste livro, a cidade de Natal.

De fato, o conselho da intendência é um dos agentes produtores da cidade. Neste livro, Renato Marinho trata especificamente desse

produtor: um pequeno conjunto de cidadãos, legalmente eleitos, portadores de mandatos temporários, que se reuniam sob o teto do conselho da intendência municipal, que atua elaborando leis, as chamadas “resoluções”, e procuram fazer com que elas sejam cumpridas.

O trabalho de pesquisa árduo e paciente que resultou neste livro revelou muito sobre os indivíduos e os processos dentro dos quais eles atuavam, e as ligações que mantinham entre si. Ficamos sabendo, por exemplo, os nomes dos componentes de cada uma das gestões no período estudado, as mudanças por vezes sutis que distinguiram uma gestão de outra, as alterações na composição e no funcionamento das intendências, entre 1904 e 1929.

Mesmo afirmando que este livro trata da atuação do conselho de intendência da cidade de Natal nas três primeiras décadas do século XX e deixando estabelecido que o conselho da intendência elaborava as leis que deviam reger a vida na cidade e zelavam pelo cumprimento delas, precisamos advertir ao leitor sobre a natureza deste livro, enumerando o que ele não é: este livro não trata de uma história administrativa da cidade, pelo menos não no seu sentido restrito (no sentido de catálogo de leis que foram elaboradas para a cidade num certo período); não é uma análise da evolução da legislação municipal, nem é uma história da instituição precursora da nossa atual Câmara Municipal/Prefeitura de Natal; não é um repertório dos nomes dos gestores organizados segundo a disposição cronológica (embora todo mundo importante na cidade estivesse lá, e aparece no livro, como o coronel Cascudo, O’Grady pai e O’Grady filho, o onipresente Manoel Dantas e outros). Muito menos este livro é a crônica dos feitos ou malfeitos dos precursores dos atuais vereadores de Natal.

Não é nada disso exclusivamente, mas é um pouco de tudo isso. Porque este livro torna visível a complexidade das coisas, distanciando-se, portanto, dos reducionismos. Para alcançar esse resultado, seu autor procede como tem feito há pelo menos dois séculos os bons historiadores, atravessando quadros teóricos fechados, não se deixando carregar por vagas de modismos. Para dar vida a seu objeto, ele se lança à procura dos pontos de cruzamento, aquelas zonas em que se encontram e se adensam informações reveladoras, em que as tensões se revelam, as fraturas estalam, os liames sobem à superfície.

Como um velho historiador, mas tocado pela inspiração do nosso tempo, bebendo numa vigorosa e jovem historiografia urbana, Renato Marinho se debruçou sobre papéis velhos (e também papeis velhos transfigurados na imagem nova de documentos digitalizados), procedendo neles à verificação acurada de detalhes, a lente de aumento colocada sobre as minúcias reveladoras (“pormenores significativos”, diria Sérgio Buarque de Hollanda), e assim o que temos no final é a revelação da trama da vida que corre dentro do conselho da intendência, que liga os administradores da cidade, a política na sua expressão mais ampla (o governo do estado) e os moradores de Natal.

O principal documento de que se abastece este trabalho são as resoluções municipais, reproduzidas nos jornais e fixadas em alguns pontos da cidade, para conhecimento de todos. A princípio, diante de tantas leis que o autor levantou, em sua maior parte nos jornais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, diante do grande volume de leis elaboradas pelos intendentess de Natal, os leitores inclinados à imaginação histórica poderão estimar os rios de tinta que os edis gastaram para regular a vida na cidade. Se por alguma razão as coisas não deram certo nessa nossa cidade do passado, não foi por falta de leis.

Assim, o autor lidou com um conjunto enorme de resoluções produzidas pelos intendentos, levantadas e trabalhadas em parte dentro do projeto de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Espaços da Modernidade, no qual o então mestrando desempenhou papel decisivo. Por isso, poderíamos dizer que a cidade de Natal que Renato Marinho reconstitui é uma espécie de cidade Natal de papel.

Foi nessa cidade de papel que o autor mergulhou com paciência e pertinácia, situando a administração da cidade e seus administradores numa teia de relações que enriquecem a sua compreensão. Nas primeiras décadas do século XX, a gestão é atividade política, ligada aos imperativos da política, porque representa os moradores e deve atender a certas expectativas; mas é econômica, sobretudo porque a ação dos intendentos afeta questões relevantes da vida dos seus habitantes. É administrativa porque sua atuação se inscreve dentro de uma estrutura burocrática do Estado. Mas é também um mundo das relações interpessoais, em que são decisivos, embora nem sempre de modo explícito, os laços de família e os vínculos de dependência.

E como intendentos não comandam uma cidade vazia, a cidade de Natal que aparece neste livro é vista dentro do movimento dessas duas forças decisivas que, afinal, constituem a cidade: os administradores e os moradores. Não assim, colocados de dois lados extremos, como entidades distintas, uma vez que, como este livro demonstra, os administradores eram também moradores. Os administradores eram mais do que administradores, sua identidade revelava muitos desdobramentos: eram moradores, eram comerciantes, outro era compadre do governador, outro era comensal do poder estadual e desse modo suas vidas, ofícios e ambições iam desenhando essa rede de linhas invisíveis que delineiam a cidade.

Tudo isso vai revelando para nós, leitores, que a administração está longe de se constituir como esfera independente, onde porventura

imperasse uma certa razão estranha ao mundo exterior. Ao contrário: as razões de estado da municipalidade são conduzidas por imperativos que, se por um lado invocam frequentemente ideais elevados, por outro, nos permitem ver a sombra, apenas a sombra, de interesses que dificilmente poderiam estar acima de qualquer suspeita.

Além das declarações bem intencionadas que saíam da boca dos intendentes e das sombras suspeitas que pairaram sobre algumas de suas ações, as quais, nos seus íntimos segredos, sempre permanecerão interditas às sondagens do historiador, há uma terceira pista que o historiador dedicado a compreender a complexidade das ações dos sujeitos sociais não deve deixar de lado: no caso específico dos intendentes deste livro essa pista é o sopro que percorria os velhos e acanhados edifícios que abrigaram a intendência, que aqueciam as conversas e fomentavam os sonhos dos intendentes e de alguns de seus moradores. Foram esses sonhos que Renato Marinho capturou e cravou na expressão que dá título a este livro: *Natal, outra cidade*.

Renato Marinho localiza seu objeto, a intendência municipal, dentro desse plano aberto, poroso, instável, que se equilibra na fronteira entre o ser e o dever ser, que é, em suma, o alvo desse documento normativo, a resolução elaborada pelos intendentes. De fato, a cidade que estava sendo regida pelas resoluções é Natal, mas também, como no-lo diz o título do livro, é uma “outra cidade”. A expressão, o autor ouviu da voz dos contemporâneos, no final dos anos 20. Foi com ela que o jornalista Câmara Cascudo intitulou um de seus artigos publicados na imprensa local.

No título deste livro o autor projeta a instabilidade identitária, que consiste no fato de que a cidade dos administradores não se define por si mesma, mas pela *outra cidade* que ela deseja ser. É como se a cidade de Natal se situasse fora dela mesma, num tempo futuro, sob uma forma ainda desconhecida do presente. O mínimo que

podemos observar aqui é que há algo de desestabilizador nessa situação. Qualquer coisa como um descontentamento, um desconforto.

E o que é que descontenta e desconforta a cidade dos intendentos? Nesse ponto, a leitura do livro nos sugere, grosso modo, duas ordens de sensações: por um lado, o desejo, o sonho, a utopia; por outro, o medo, a repulsa, a recusa. E essas duas ordens de sentimentos atravessando a cidade e agitando-a devem ser compreendidas na situação específica do começo do século XX. Falemos da primeira ordem, o desejo, o sonho, a utopia. A cidade dos intendentos e das classes altas deveria ser a realização do desejo de plantar algum dia dentro do solo republicano uma cidade ordenada, um urbanismo limpo. De onde vem a inspiração para isso, de que se abastecia essa cidade imaginada? De material compósito: pedaços de outras cidades que ficaram impregnadas na memória de alguns natalenses, lampejos de futuro saindo de dentro das páginas de revistas importadas, fotografias de cenários magníficos vindos de outros continentes, relatos de viagens que os graúdos da terra transmitiam aos ouvintes embevecidos reunidos a sua volta.

A segunda ordem, o medo, a repulsa e a recusa, ajudava a desenhar outra cidade, o espectro ameaçador para os intendentos e as classes altas, e esse espectro aparece num par de conceitos opostos que eles invocavam, e que o autor do livro explora no capítulo 3: “Cidade ou campo de criação”. Explicita-se que está em curso o esforço para implantar na cidade de Natal um conjunto de valores que exprime uma maneira de ser urbano, conforme um ideal civilizatório que corria mundo na época, francamente opostos à vida rural, à roça, ao sertão.

Isso não é difícil de compreender quando levamos em conta que era preciso um esforço enorme para se distanciar dos medos que, naqueles dias, se desprendiam da imagem do campo, pois não se

tratava de campo idílico, pitoresco apaziguador da alma urbanita, mas de “campo de criação” encravado na cidade, com porcos livres escarafunchando o chão, cisco atirado nas ruas e revolteando no ar da capital, percorrida por todos os lados pelo odor de um mundo rural persistente que parecia não estar exorcizado. “Isso é uma cidade ou é um campo de criação?” – os jornais esgrimiam esse bordão diante de costumes condenáveis de certos moradores.

Renato Marinho encontrou essa força de esperança e medo vibrando dentro das palavras, das palavras dos intendentess, as resoluções. De fato, nas suas mais variadas formas, a legislação dos intendentess era portadora da sua utopia e do seu temor. Justamente nas letras da lei, naquele domínio frio, exato, burocrático, em que nunca esperaríamos que palpitasse algum subjetivismo, justamente ali estão alojados esses dois sentimentos contrários que movimentam a cidade.

Se muitos contemporâneos sonhavam e exprimiam seus sonhos com versos, numa cidade cheia de poetas, por sua vez os intendentess sonhavam ao seu modo, compondo leis. Com efeito, as resoluções são o documento mais fragrante dos sonhos da intendência. Porque não é somente uma cidade que está sendo administrada, numa época em que parecia possível administrar uma cidade e mesmo projetá-la numa certa direção, cuidando para que ela não entrasse em deriva, dirigindo seguramente seu futuro.

Com efeito, este livro nos mostra como o tempo todo os intendentess agiram pressionados pela necessidade de exorcizar o passado e se aproximar do futuro. Assim, as resoluções revelam a forma que os intendentess desejavam imprimir na cidade. Não se trata, evidentemente, de um desejo livre de regras, unívoco, ou delirante, mas sim de um desejo conformado às condições sociais do tempo, fomentado pelas expectativas que circulavam no meio natalense...

Excelente, relevante e necessário, este livro de Renato Marinho, que tive a satisfação de orientar. Embora trate de tema tão específico, e um pouco por isso mesmo, ele se impõe pelo que traz de revelador, pelo que esclarece e sugere na compreensão da vida do nosso passado, pelo serviço que prestará aos pesquisadores da história urbana de Natal.

Raimundo Arrais

Professor do Departamento de História/
Programa de Pós-graduação em História (UFRN).

Introdução

Nessas primeiras linhas, traçaremos brevemente o caminho que fizemos até chegar ao nosso objeto de pesquisa: o Conselho de Intendência Municipal de Natal. O Conselho Municipal foi uma instituição constituída no início do regime republicano, acompanhando um movimento que se inicia neste país com a queda da Monarquia, o qual derruba as antigas Câmaras Municipais, de acordo com o discurso republicano, e institui os Conselhos de Intendência, norteados, ao menos em tese, pelo princípio da autonomia municipal expresso na primeira constituição republicana, de 1891¹. Vamos, agora, apresentar o caminho que nos levou a esse objeto.

Foi por meio do grupo de pesquisa *Os espaços na modernidade*, no qual ingressei ainda na graduação, no ano de 2007 – como bolsista de iniciação científica vinculado ao projeto de pesquisa *Cidade, Técnica e Natureza: Natal, 1900-1940* – que entrei em contato com pesquisas, trabalhos e discussões que se voltavam para entender o que era a Natal do início do século XX, o que desejavam para essa cidade os membros da elite local, e o papel da técnica no erguimento de uma *nova Natal*. Vislumbramos, inicialmente pela produção desse grupo, a construção de uma cidade que se erguia pelos desejos, projetos, planos e construções materiais dessa elite. Sua ação

1 Queremos nos referir aqui ao art. 68 dessa Constituição: “Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.” BRASIL. Casa Civil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (de 24 de fevereiro de 1891).

poderia ser percebida em diferentes campos: na busca por soluções para a educação, no campo do higienismo, com o desejo de se construir uma cidade sã; no campo da técnica, na procura por caminhos que ajudassem a vencer os empecilhos criados pela natureza.

Compartilhando leituras e conversas sobre essa cidade, observamos que os desejos desse grupo social, voltados para a construção de uma nova Natal e vistos em diferentes campos, como expressamos, articulavam-se no âmbito administrativo. Em outras palavras, o caminho para que os anseios a que nos referimos fossem postos em prática passava, diretamente, pela gestão da cidade. Acreditamos que a criação de uma nova cidade está intimamente ligada a uma nova maneira de geri-la.

É certo que esse pensamento é visto primeiro no campo discursivo, em leis e decretos, matérias do jornal *A Republica* e mensagens de governo que insistem em ressaltar o arcaísmo do Regime monárquico e de suas Câmaras municipais em relação ao desejo de um país progressista e democrático, em que os municípios tivessem a liberdade de gerir suas atividades, definir seus caminhos. Essas mudanças nas formas de se governar não ocorreriam, porém, de maneira repentina. Ao menos em Natal, no ano de 1924, Manoel Dantas ainda se mostra preocupado com o fato de a Intendência caminhar com um regimento de 1882², ou seja, ainda do período imperial. Mas o seu genro, ao assumir em seu lugar, naquele ano,

2 *A REPUBLICA*, Natal, 04 maio 1924. O dado, em princípio, nos espanta. Não seria erro tipográfico? O tom com o qual Manoel Dantas expõe o problema, porém, sugere que a informação posta no jornal é verossímil.

a Intendência da capital, reformulará de maneira significativa os meios de funcionamento dessa instituição.

Aqueles que lideraram a instauração do novo regime no Rio Grande do Norte³ defendiam, de qualquer modo, que a República, desde seu alvorecer, trazia algo de novo, de distinto que se ligava a esse desejo de progresso, de construção de uma nova cidade. Em boa medida, no discurso desses homens e, em especial de Pedro Velho, agora o Rio Grande do Norte seria administrado pelos seus filhos e não mais por forasteiros pouco ou nada preocupados com o progresso das terras potiguares.

Deve-se observar, porém, que não foram poucos os descontentes com os caminhos tomados pelo novo regime⁴. Alexandre James O'Grady, pai de Omar O'Grady, foi um dos idealistas que se desencantou com a República potiguar, marcada pelos acordos, pelos conchavos, sob a liderança do pragmático Pedro Velho. Queria uma República libertadora, marcada pela ordem, pela moral, pela decência e pelo civismo⁵. Em 1905, seu nome é visto por nós ligado ao partido de oposição. Não foi o único a se desencantar.

3 Para uma análise do movimento republicano no Rio Grande do Norte e dos primeiros anos desse regime em terras potiguares, ver BUENO, Almir. *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, 2002. Não obstante o papel de alguns idealistas nesse movimento, como João Avelino Pereira de Vasconcelos, a figura de Pedro Velho saiu-se vitoriosa, marcada como a grande liderança do movimento, mesmo tendo tardiamente se vinculado a ele.

4 Muitos deles, no cenário nacional, são apresentados em: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À margem da história da República*, 1981.

5 Sobre o perfil de Alexandre O'Grady, ver CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das Velhas Figuras*, v. 3, p. 90.

João Avelino Pereira de Vasconcelos, segundo presidente da Intendência da capital, não aguentou as fortes interferências de seu primo, Pedro Velho⁶, na gestão municipal, abandonando cedo o cargo para o qual havia sido indicado. Desencantou-se com o novo regime e desistiu de vez da vida pública.

Outros, ainda, amavam os tempos do Império, desejavam o seu retorno, a volta de Dom Pedro II, um imperador esclarecido. Associavam ao antigo regime os ideais de honestidade, moralidade, decência, que não viam nos tempos republicanos. Entre esses homens estava o coronel Elias Souto, proprietário do *Diário do Natal*, principal líder da oposição no período que estudamos. Elias Souto não deixaria de admitir, porém, que a cidade em que vivia passava por transformações importantes e que seu progresso material era visível⁷. Afirmava, porém, que esse progresso era já visto nos tempos de Império, acompanhado pela ordem e pela liberdade. Para a elite que dirigia Natal, contudo, o progresso era reflexo de um novo olhar sobre a capital potiguar.

Para esses homens que administraram essa cidade entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX, chegara o momento de romper com a cidade colonial e construir

6 Para um perfil desse homem, marcado na historiografia local como o líder maior do movimento republicano no estado, ver, em especial: CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*, 2008, principalmente os capítulos de II a V e o capítulo VII.

7 “Que esta capital tem progredido alguma coisa nestes ultimos annos ninguem o contesta; este progresso é muito natural e se teria verificado mesmo no antigo regimen”, é o que diz o coronel no *Diário do Natal*, Natal, 15 ago. 1907.

um novo modelo de espaço urbano. Maior incômodo para o referido grupo talvez fosse, porém, o ar rural, sertanejo que a cidade ainda carregava, perceptível no comportamento de alguns dos seus habitantes. A Intendência tentará reformar também esses hábitos e costumes tidos como incompatíveis à cidade que desejavam construir. Isso será visto, sem querermos nos adiantar, nos capítulos III e IV.

Fica clara, aqui, a oposição clássica entre campo e cidade, incorporada pelos que dirigiam a Intendência. A urbe é vista como artifício, lugar da criação, do novo, do progresso, da civilização. O rural é o símbolo de atraso, de arcaísmo, de descompasso⁸. Caberia à cidade, aos homens civilizados que a formavam, reformar o campo ou, em outras palavras, transformar os hábitos, os costumes daqueles que insistiam em fazer de Natal uma fazenda, um campo de criação, homens que se desviavam das normas impostas pela municipalidade, no intuito de estabelecer uma nova ordem urbana.

Em linhas gerais, a cidade que esses intendentess desejavam reformar tinha proporções modestas e, em termos geográficos, era isolada por dunas e mares, o que dificultava sua comunicação com o restante do território potiguar. Mesmo a ligação entre os espaços intraurbanos era tênue, frágil. Cascudo diria que a Ribeira e a Cidade Alta, os dois bairros então existentes, eram blocos à parte, quase sem conexão, o que gerava uma rivalidade entre seus moradores: os xarias, da Cidade Alta, não se entendiam com os canguleiros,

8 Ver sobre essas representações, entre outros: SCHORSKE, Carl. A ideia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. In: _____. *Pensando com a história*, p. 53-72.

da Ribeira⁹. Desentendimentos, rivalidades, explorados por Cascudo em tom metafórico, que desaparecem aos poucos, na medida em que esses espaços vão se ligando, especialmente a partir da chegada do bonde, em 1908. Nesse mesmo período, a cidade ganha um novo bairro, Cidade Nova, que vai sendo delineado aos poucos. Em 1920 – veremos –, a cidade apresenta novas formas. A primeira representação abaixo mostra uma cidade claramente dividida em dois bairros, divisão ainda marcante no início do século XX. A outra apresenta uma cidade em expansão na década de 1920.

9 CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 215-216.

Imagem 1 – Mapa de Natal, elaborado por Gustavo Dodt em 1864, presente no Atlas do Império do Brasil



Fonte: FERREIRA, Angela et al. 2008, p. 49.

Imagem 2 – Planta topográfica elaborada pela Comissão de Saneamento de Natal, sob direção do engenheiro Henrique de Novaes



Fonte: FERREIRA, Angela et al. 2008, p. 100.

Ao nos voltarmos para a temática da gestão da cidade, com o intuito de compreender como a Intendência de Natal construiu um novo modelo de urbe, o primeiro problema que se nos depara diz respeito à compreensão de como tal instituição funcionou, de modo a dar forma e pôr em execução esse modelo de cidade.

Para chegarmos a tal compreensão, é preciso situar essa instituição no seu espaço, marcado pelos conhecimentos-perito, sistemas-perito e reflexividade indiscriminada: o mundo moderno¹⁰. É no âmbito de uma instituição com tais características – acreditamos – que um projeto de uma nova cidade pode ser desenvolvido. É no espaço político-administrativo que as ideias e ações voltadas para a construção de um espaço urbano renovado se articulam.

É importante ressaltarmos que outros atores da sociedade do período que estudamos, como cronistas, educadores e médicos, também tiveram papel fundamental no desenvolvimento dessa nova Natal. Nomes como Januário Cicco e Henrique Castriciano, ligados a essa elite e vinculados às esferas de poder político-administrativo, destacam-se também por meio de discursos e obras no campo da higiene e educação, respectivamente, sem que suas atuações nestas áreas encontrem-se diretamente vinculadas àquelas esferas.

Deve-se dizer também que, ao afirmarmos que o campo administrativo é o espaço de articulação de projetos para uma nova cidade, não queremos com isso dizer que ele seja, necessariamente, um campo criador de novas maneiras de ver/

10 GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*.

ordenar a cidade. George Dantas, por exemplo, ao analisar a construção de uma nova paisagem para Natal na década de 1920, partindo da discussão sobre o Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal, aponta que

A emergência do saber urbanístico nesse momento, configurando o primeiro plano de fato para a cidade de Natal, com uma lógica e uma estratégia discursiva e operativa próprias, o que significava também a defesa da neutralidade e da independência frente às estruturas administrativas municipais e estaduais, acarretou uma série de implicações para a conformação do espaço urbano em transformação e para a maneira de olhar, nomear e descrever esse próprio espaço.¹¹

Desta maneira, Dantas ressalta que o saber urbanístico possui uma lógica própria e que seus produtos não são simples resultados de um determinado contexto social ou político. Essa reflexão pode ser levada em conta também ao tratarmos do Plano Geral de Sistematização de Natal, elaborado em 1929, marco final de nossa pesquisa. Mas, se por um lado essas obras se desenvolvem “dentro do contexto do processo de constituição do urbanismo como uma disciplina autônoma”, com a demarcação de “um lugar preciso e exclusivo de atuação do técnico urbanista, uma esfera neutra¹²”, por outro, é sabido que é no campo administrativo que esses projetos têm início, e por ele são regulamentados e financiados.

11 DANTAS, George. Uma nova paisagem para a cidade: considerações sobre a elaboração do Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal (1924), p. 3.

12 Ibid., p. 20

As ações voltadas para o desenvolvimento de um modelo renovado de cidade não se resumem à confecção de um Plano urbanístico. A elaboração de resoluções e editais, os quais compõem uma legislação urbanística, também se constituem em significativas ações do governo para implementar uma nova ordem urbana. Em Natal, trabalhos como a tese *Natal século XX*, do urbanismo ao planejamento urbano, de Pedro de Lima, e as dissertações de Giovana Paiva, *A elite política e as transformações no espaço urbano: Natal – 1889/1913*, e de George Dantas, *Linhas convulsas e tortuosas retificações*, transformações urbanas em Natal nos anos 1920, voltadas também para as mudanças na paisagem natalense no início do século XX, fazem uso da legislação municipal como fonte de pesquisa, sem apresentarem, todavia, o objetivo de analisar o papel dessa legislação na formação de uma nova ordem urbana para essa cidade. Diante disso, desejamos saber como resoluções e editais, componentes de uma legislação urbanística, contribuem para o desenvolvimento dessa nova ordem em Natal.

Podemos adiantar uma coisa: não seria fácil a vida dos legisladores na busca por criar uma nova ordem para a cidade a partir das leis municipais. Reformar hábitos e costumes inveterados, por meio dessa legislação, era tarefa complexa e os intendentos poderão perceber isso desde suas primeiras tentativas.

Para entendermos o significado dessas ações articuladas no âmbito administrativo, devemos analisar o perfil daqueles que geriram Natal entre 1892 e 1930. Podemos dizer sobre esses homens, membros da elite local, que eles eram, em sua maioria, importantes comerciantes e proprietários de terras e

imóveis na capital, e que nutriam boas relações com aqueles que dirigiam os destinos do estado e do Partido Republicano Federal (PRF) no Rio Grande do Norte, baseadas nos vínculos de amizade e, muitas vezes, familiares. Muitos, ainda, pertenciam à Guarda Nacional, instituição criada no Império, e carregavam ao lado do nome as patentes de major ou coronel. Pode-se dizer também que um bom número desses intendentess havia construído uma carreira no funcionalismo público, tendo ocupado, antes de chegarem à Intendência, importantes cargos no governo do Estado. Entre tais personagens, ganha destaque Manoel Dantas.

Ao estudá-los, poderemos compreender, com maior clareza, as direções tomadas pela Intendência. Veremos, por exemplo, que o novo rumo que a instituição segue, a partir de 1924, não é simples reflexo do aumento nas verbas consignadas à municipalidade, nem do processo de burocratização da gestão municipal. Aliada a esses fatores, estava a confiança depositada em Manoel Dantas e em seu genro, Omar O'Grady, governantes do período, que, além das capacidades individuais que possuíam, eram muito bem relacionados com aqueles que comandavam o estado.

Dantas tem sido lembrado por estudos locais como o autor da conferência denominada *Natal d'aquí a cinquenta annos*, realizada no ano de 1909, assistida por uma plateia de cerca de 240 pessoas interessadas em ouvir os sonhos e fantasias daquele intelectual para a Natal do futuro. Misto de fantasia e realidade, o texto de Dantas apresenta um modelo ideal de cidade que representa não só o seu desejo, mas também, ao menos em parte, o anseio do grupo social ao qual pertence.

Esse modelo ideal de urbe tem como uma de suas principais características a harmonização entre opostos. Nele, poesia e progresso, a técnica e a natureza, o passado e o futuro vivem em equilíbrio. O desejo por essa harmonia está presente também nas crônicas de Cascudo¹³, reflexo das sensibilidades de homens que vivem entre uma *Velha Natal*, apegados à tradição, e uma *Nova Natal*, desejosos de verem sua cidade crescer e tomar, enfim, o rumo do progresso.

Manoel Dantas é apenas um dos homens que se destaca entre tantos outros que dirigiram a cidade na Primeira República. Há alguns outros que mereceram nossa atenção no capítulo II, como os coronéis Joaquim Manoel e Avelino Freire, os maiores Fortunato Aranha e Teodósio Paiva, o capitão Felinto Elysio, o empreiteiro Eduardo dos Anjos, além de Omar O'Grady, último presidente da Intendência, primeiro prefeito da capital potiguar. E não foi só nesse aspecto que esse gestor marcou uma transição na administração da cidade do Natal.

Uma matéria d'*A Republica*, publicada logo após a morte de Manoel Dantas, tratou da candidatura do engenheiro à presidência da Intendência, destacando que ele se graduara, no ano de 1917, no Illinois Institute of Technology, Estados Unidos, e trazia consigo “a influência da iniciativa americana¹⁴”, ponto forte que o ajudaria, segundo a matéria, a pôr a cidade em novos rumos.

13 Sobre essas crônicas, ver estudo introdutório de Raimundo Arrais em: CASCUDO, Luís da Câmara. *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*, p. 11-54.

14 *A REPUBLICA*, Natal, 30 de novembro de 1924.

Cada um desses homens seguiu um caminho, muitas vezes parecido, para alcançar o Conselho de Intendência da capital. No capítulo II, ao traçarmos o perfil desses personagens, buscaremos compreender a trilha que percorreram para chegar ao poder municipal e, na medida do possível, dada a limitação das fontes, vislumbraremos algo de sua formação, suas influências, no intuito de melhor analisar suas ações na Intendência.

A trajetória deles mostra, a princípio, que seu poder se construiu no plano local. Como comerciantes, “burgueses”, interessavam-se pelos destinos da cidade e conheciam a comunidade local. Apesar de bem relacionados com os que governavam o estado, como dissemos, não estavam diretamente interessados no plano político estadual. Pouquíssimos ocuparam cargos no alto escalão do governo do Estado; nenhum chegou à Câmara ou ao Senado Federal. Muitos sobreviveram à transição ocorrida no governo do Estado em fins da década de 1910, com o governador Ferreira Chaves se desligando dos membros da família Albuquerque Maranhão, que até então comandava a política local.

Sobre os marcos temporais que definimos, o inicial representa o momento em que a Intendência, por meio da resolução nº 92/1904, tem seus campos de atuação, antes definidos genericamente como “tudo quanto diz respeito á policia administrativa e economica do municipio¹⁵”, estabelecidos e delimitados: higiene, saúde, indústria, comércio, educação, polícia, serviços e obras. O ano de 1929, por sua vez,

15 Conforme o §4º, art. 2º, do decreto estadual nº 8/1890. Nesta e nas demais citações deste livro, procurei preservar a ortografia original dos documentos.

representa o que acreditamos ser o ápice da tentativa de construção de uma Nova Natal, por meio do desenvolvimento do Plano Geral de sistematização de Natal. Pelo discurso da elite local, com o Plano Palumbo, a cidade finalmente seguiria o caminho do progresso, ao entrar em sintonia com os mais modernos preceitos urbanísticos então em voga.

Para compreensão do nosso objeto de pesquisa dentro do recorte proposto, analisamos, em especial, as já referidas resoluções e editais municipais¹⁶, matérias do jornal *A Republica*, órgão oficial do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte; do *Diário do Natal*, periódico gerido pelo partido de oposição; do periódico *A Imprensa*, de propriedade do coronel Francisco Cascudo, intendente da capital na década de 1920; leis e decretos do governo do Estado, relatórios dos presidentes da Intendência, a revista *Cigarra* e mensagens dos presidentes do Estado ao Congresso Legislativo.

Acreditamos que a análise dessas fontes seja compatível com o propósito central de nosso trabalho, qual seja o de analisar, no âmbito da administração municipal, a construção de um projeto de uma nova ordem urbana pela elite local e as ações desenvolvidas por esse grupo com o intuito de materializar tal projeto, entre 1904 e 1929. Aliados a esse propósito, existem

16 As resoluções municipais e editais, publicados n'A *Republica*, foram alvo de pesquisa do grupo *Os espaços na modernidade*, por meio de projeto intitulado *A institucionalização da gestão urbana: levantamento documental e análise das resoluções do Conselho da Intendência Municipal de Natal (1892-1919)*. Por meio dele foram coletadas mais de 200 resoluções e 32 editais que, em breve, devem ser publicados em livro: ARRAIS, Raimundo et al (Org.). *A Intendência e a cidade: fontes para o estudo da gestão da cidade de Natal (1892-1919)*. Natal: EDUFRN, 2011 (no prelo).

objetivos específicos em cada um dos capítulos desse livro, sobre os quais ainda falaremos.

A construção dessa nova ordem urbana passa pelas diversas ações desenvolvidas pela Intendência, acentuadamente pela elaboração das leis municipais. Elas revelam o desejo de se criar uma cidade civilizada, progressista, moderna. Queriam livrar Natal de costumes tidos como atrasados, muitas vezes ligados ao mundo rural. No domínio administrativo, propriamente, o desenvolvimento dessa nova ordem passa pelo processo de racionalização da gestão, inspirado no modelo da América, empreendido por O'Grady.

Uma ressalva deve ser feita em relação a essas fontes. Quase todas elas foram produzidas pelos que dirigiam o estado do Rio Grande do Norte e sua capital. Buscamos, na medida do possível, o contraponto, a oposição, especialmente pela leitura do *Diário do Natal*, jornal que abrigou os principais elementos da oposição local no período estudado. Esse jornal, porém, foi editado apenas até 1914¹⁷, cobrindo, dessa maneira, somente dez anos de nosso recorte temporal. Nesse ano, esse jornal e outros dois de circulação menor, a *Gazeta da tarde* e a *Folha do Sertão* foram empastelados pelo governo do Estado, durante a campanha salvacionista de José da Penha, sobre a qual ainda nos referiremos.

17 Nos arquivos públicos locais, o *Diário* só está completo, porém, apenas até 1911. Do ano de 1912, restaram apenas as edições do mês de junho e, do ano de 1913, somente as do mês de julho. Infelizmente, não encontramos nenhuma edição do ano de 1914.

O sociólogo Itamar de Souza afirmou que, em 1914, “Acabou-se [...] a imprensa oposicionista do Rio Grande do Norte, feita por homens idealistas e corajosos.”¹⁸ A oposição estava minada. Segundo a Gazeta de Notícias – em matéria intitulada *precisa-se de um chefe para a oposição no Rio G. do Norte*, transcrita pel’*A Republica* – o estado era o único do país onde não havia uma oposição articulada e a política de salvação havia representado a morte para os oposicionistas¹⁹. *A Republica*, órgão oficial do PRF no Rio Grande do Norte, não escondia sua satisfação em dar a notícia.

Em 1923, um outro jornal começa a ser publicado em Natal, a *Folha do Povo*, de Sandoval Wanderley, que critica fortemente a gestão Omar O’Grady, o que leva o seu redator-chefe e proprietário a ser perseguido, e ao consequente fim do periódico, em 1927. Infelizmente, porém, não encontramos esse jornal nos arquivos locais, de maneira que as querelas envolvendo Wanderley e O’Grady são conhecidas por nós apenas por intermédio d’*A Republica*.

Esperamos que a ausência de um maior número de fontes produzidas pela oposição local não represente prejuízos maiores para a pesquisa. Em alguns momentos, e isso será visível, nossa análise estará ancorada nas matérias d’*A Republica*. Mas esse jornal não é unívoco; ele é escrito por várias mãos e, em alguns momentos, revela críticas à administração municipal. Em outros momentos, ele cita ou transcreve matérias dos jornais de oposição e, no diálogo com elas, podemos perceber

18 SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 251.

19 *A REPUBLICA*, Natal, 13 out. 1915.

as críticas e condenações que são feitas à Intendência e ao governo do estado.

O processo que estudamos, de construção de uma nova Natal, nesse início de século XX, tem incitado pesquisas e produções no âmbito acadêmico local. Além das obras que citamos, merecem destaque as realizadas pelo grupo de pesquisa HCurb (História da Cidade e do Urbanismo), ligado ao departamento de arquitetura da UFRN. Dentre os trabalhos já produzidos por esse grupo, destacamos o livro *Surge et Ambula*, que nos ajuda a compreender as representações e as propostas urbanísticas voltadas para a construção da Natal moderna; bem como a obra mais recente do grupo

No departamento de História da UFRN, o grupo de pesquisa *Os espaços na modernidade* também tem se preocupado em analisar as mudanças vividas por Natal entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Foi com essa perspectiva que Raimundo Arrais, coordenador do referido grupo, Alenuska Andrade e Márcia Marinho escreveram *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*, livro introdutório em que os autores nos revelam os esforços das elites locais em construir uma nova Natal – esforços que analisamos aqui também – cidade que se formou por meio de transformações materiais, as quais lhe moldaram um novo corpo, e também pela constituição de novas concepções, desejos, pensamentos, novos arranjos sociais, enfim, que ergueram a alma da cidade moderna.

Para a compreensão das práticas políticas no Rio Grande do Norte e em sua capital no período da Primeira República,

não podem ser esquecidas as obras de Itamar de Souza, *A República Velha no Rio Grande do Norte*, e de Almir Bueno, *Visões da República*, as quais serão valiosas para nosso estudo, especialmente para a construção do capítulo I deste livro, que aborda a formação do Conselho de Intendência de Natal.

Nesse capítulo, analisaremos como era regulado funcionamento dessa instituição, sua relação com o governo do Estado e os seus mecanismos de atuação na cidade. Guiamos na construção do capítulo I as seguintes perguntas: como funcionava o Conselho de Intendência Municipal de Natal? Como se definia sua composição? As regras para a definição de seus membros foram sempre as mesmas no período que estudamos? Como a Intendência Municipal relacionou-se com o governo do Estado? Até que ponto, nesta perspectiva, foi uma instituição “independente”, queremos dizer, capaz de gerir com significativa liberdade os negócios municipais? Que mecanismos foram utilizados por essa instituição para intervir nos rumos da cidade de Natal, entre 1904 e 1929?

Para respondermos a tais questões, fizemos um recuo em relação ao marco temporal inicial, em busca de uma compreensão mais clara dos mecanismos de funcionamento do Conselho de Intendência Municipal de Natal.

No capítulo II, estudamos alguns dos homens que administraram a cidade de Natal durante a Primeira República. Acreditamos que o entendimento de como se desenvolveu em Natal, no referido período, um projeto de desenvolvimento de uma nova ordem urbana e como a Intendência Municipal buscou pôr em prática tal projeto – objetivo

central de nossa pesquisa – passa diretamente pela compreensão de quem foram os homens responsáveis pela administração dessa cidade. Que as atividades os intendentess desenvolviam na cidade? Que relações mantinham entre si e com os que governavam o estado? Que ambientes frequentavam? O que podemos dizer sobre sua formação?

Após a compreensão de como funcionava a Intendência Municipal e das principais características dos membros da elite que governaram Natal na primeira República, passamos a discutir as ações empreendidas por esses homens, no interior da referida instituição, no intuito de construir uma urbe renovada. No terceiro capítulo, além de analisarmos essas ações, entre 1904 e 1921, veremos também as diversas críticas sofridas pela Intendência, não tanto pelo seu agir, mas sim, primordialmente, por sua ausência.

No quarto e último capítulo, continuaremos a analisar as ações da Intendência em prol de uma remodelação urbana. O período tomado para essa análise, nesse capítulo, será o de 1922 a 1929. Percebemos que nesse recorte a Intendência consegue reequilibrar suas finanças, o que lhe dá a capacidade de intervir materialmente na urbe com maior intensidade e, com uma reforma administrativa, tornar mais eficiente, mais racional a sua estrutura de gestão. A escolha pelo ano de 1922 remete à inauguração da nova sede da Intendência, realização de um sonho que era acalentado havia longo tempo e que reflete uma nova fase para o poder municipal, com mudanças que serão intensificadas na gestão O’Grady.

O livro ora publicado foi elaborado inicialmente como dissertação de mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN). Durante a pesquisa, contei com o apoio do CNPq, por meio de bolsa que permitiu dedicação integral à investigação. Foi também fundamental a orientação zelosa e sempre atenta do professor Raimundo Arrais, autor da apresentação dessa obra, a quem muito agradeço o apoio ao longo da jornada de estudos. Os meus sinceros agradecimentos devem também ser dirigidos ao professor George Dantas, membro da banca de qualificação, ao professor Renato Amado, presente tanto na qualificação como na defesa, e ao professor José Tavares Correia de Lira, membro externo presente na banca de defesa, todos leitores atentos e argutos do meu texto.

Pesquisas como a apresentada nesse livro são normalmente assinadas por uma única pessoa. Contudo, devo dizer que o leitor tem em mãos uma obra coletiva. Em outras palavras, esse livro é, em boa medida, produto dos diálogos, debates e estudos realizadas no grupo de pesquisa *Os espaços na modernidade*, aqui já citada. Sou grato aos membros desse grupo pelo apoio irrestrito ao longo da pesquisa.

Os estudos que deram origem a essa obra foram realizados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN) e no Centro Norte-rio-grandense, localizado na cidade do Rio de Janeiro, e contaram com o apoio de funcionários e colaboradores sempre cuidadosos e disponíveis. A eles, especialmente a Verônica, Antonieta, Lúcia, Seu Manel e Seu Sebastião meu muito obrigado.

Amigos e familiares também foram imprescindíveis ao longo da jornada de estudos. Sem citar nomes, para não me alongar por demais, agradeço a todos eles pelo carinho, atenção e paciência.

Agradeço, por fim, à minha namorada, noiva e agora esposa Flávia Marinho que, com seu amor, compreensão e doçura tornou minha caminhada mais suave, menos angustiante e mais prazerosa.

Os erros são de minha inteira responsabilidade.

Capítulo I

A Intendência Municipal do
Natal na Primeira República

O regime republicano e um novo olhar sobre o município: autonomia vigiada

Em 1890, o magistrado Olyntho José Meira, após receber do então governador do Estado, Adolpho Affonso da Silva Gordo, um pedido para tornar-se o primeiro presidente da Intendência do Ceará-Mirim, escreveu-lhe uma carta declinando do convite, fazendo longa e arguta exposição de motivos, estendida em setenta páginas. Nelas, o autor cita e comenta os decretos de nº 8, que cria a Intendência da capital do Rio Grande do Norte, e de nº 9 – ambos de 1890 –, que estabelece a mesma medida para os demais municípios do estado, entre outras leis da época que tratavam da reorganização municipal.

Olyntho Meira havia sido chefe de polícia e presidente da província do Pará e, em seguida, da província do Rio Grande do Norte, entre 1863 e 1866. Foi também deputado da Assembleia Geral. Segundo seu filho, Augusto Meira, era amante das letras e deixara alguns trabalhos versando sobre diferentes temas, tais como a abolição e o problema da seca no Norte. Na carta em questão, o ex-presidente provincial, ao expor as razões pelas quais declinara do convite de Adolpho Gordo, acaba por tangenciar tema mais amplo: o papel do município no novo quadro político-administrativo instaurado com o regime republicano.

O convite a Meira havia sido feito em 30 de janeiro de 1890, poucos dias depois de ter sido baixado o decreto n. 9/1890. Em 03 de fevereiro, quatro dias após o pedido do então governador, Meira escreve-lhe informando que não podia aceitar o cargo que lhe havia sido oferecido, acrescentado que, logo que possível, por epístola ou pessoalmente, apresentaria seus motivos. É aí, então, que o magistrado começa a escrever a carta que aqui tomamos como documento. Mas, em 10 de fevereiro, quando estava “a mais de meio” da carta, Meira recebe a informação de que Adolpho Gordo deixara a governança do estado do Rio Grande do Norte. Diga-se de passagem, na instável república potiguar, comandada por Pedro Velho, o fato seria repetido oito vezes nos 15 primeiros meses do regime republicano²⁰.

Apesar do fato inusitado (inusitado ao menos até aquele momento, já que Adolpho Gordo foi o primeiro governador nomeado para o Rio Grande do Norte), Olyntho Meira, convicto do valor de suas ideias, resolve continuar a escrita da carta e, encorajado por amigos e outras pessoas próximas a ele, toma a decisão de publicá-la. O texto, porém, por razão desconhecida, ficaria engavetado na residência de Meira, em Ceará-Mirim. Apenas no ano de 1951, um de seus filhos, o bacharel Augusto Meira, tendo encontrado este e outros registros do pai, resolveu publicá-lo. A carta veio a público já como documento histórico²¹.

20 Ver, a respeito, SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 297-308; e, também, BUENO, Almir de Carvalho. *Visões da República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*.

21 Estas e outras informações aqui dadas a respeito do texto e de seu autor são encontradas na Nota liminar, escrita por Augusto Meira, e em um texto “Ao

As medidas tomadas por Adolpho Gordo em seu governo, em relação à administração municipal, são, como bem se sabe, fruto das orientações dadas pelo governo provisório republicano, instalado na cidade do Rio de Janeiro. É esse governo que decide pôr fim à Câmara Municipal da Capital Federal, instalando em seu lugar um Conselho de Intendência Municipal. O argumento para tal era relativamente simples: a Câmara, como tantas outras instituições ligadas ao Império, de acordo com o discurso republicano, estava decadente; sua estrutura, dependente por demais do Executivo Federal, não estava em acordo com o novo papel que a República daria ao governo municipal da capital federal²².

Nada de diferente do que foi apresentado no decreto estadual n. 8/1890. Este é uma cópia daquele. Mas até que ponto a capital potiguar poderia ser administrada nos mesmos moldes da capital federal? Esta é apenas uma das questões postas por Olintho Meira na sua carta ao então governador do Rio Grande do Norte.

O que causa estranheza a Meira, de início, é o acúmulo de funções da nova instituição responsável pelo governo municipal. De fato, o art. 2º, § 4º do decreto n. 8/1890,

~~~~~  
leitor", feito pelo próprio autor. MEIRA, Olynto José. *O Município*: carta aberta ao Dr. Adolpho Gordo, então governador do Estado do Rio Grande do Norte, p. 3-8.

22 BRASIL. Governo Provisório da República. *Decreto Federal nº 50-a* (de 07 de dezembro de 1889). Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/decretos\\_1889%20\(380p\)/decretos1889-1001.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/decretos_1889%20(380p)/decretos1889-1001.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2009. Para uma análise mais aprofundada do período, a partir das atas do governo provisório, contendo importantes discussões sobre a organização municipal, ver: ABRANCHES, Dunshee de. *Actas e Actos do governo provisório*, p. 54-57; 135-136.

concede à Intendência o poder de “Ordenar e fazer executar todas as obras do município, e prover sobre tudo quanto diz respeito á policia administrativa e economia do município”. O parágrafo quinto do mesmo artigo dava à nova instituição o poder de legislar, sem a necessidade de aprovação das leis por parte da Assembleia provincial, como antes faziam as Câmaras no regime imperial. O artigo 3º dava à Intendência o poder de julgar as contravenções das posturas municipais. Analisando o conjunto dos artigos, vemos que o Conselho de Intendência tinha em suas mãos os três poderes.

É esta a primeira das críticas que Meira faz ao decreto. Para ele, não parecia ser “conveniente a acumulação de funções administrativas, jurídicas e legislativas na Instituição municipal<sup>23</sup>”. Quanto ao poder legislativo, Meira lembra o que há pouco dissemos: no período imperial as posturas aprovadas pela Câmara tinham que passar pelo crivo da Assembleia Provincial para então se tornarem leis. Neste, como em outros pontos do texto, é possível notar um sentimento saudosista em relação às recém-decaídas Câmaras e ao tempo monárquico, embora o autor se apresente como um entusiasta das ideias republicanas, tendo, segundo sua fala, feito a propaganda do novo regime desde fins do regime imperial. O texto de Meira não deve ser lido sem que se observe a presença desse sentimento no autor, sentimento que, em alguma medida, guia sua análise.

O que foi dito, porém, não retira a qualidade das observações e críticas feitas pelo autor, que analisa detidamente cada artigo do novo decreto, estabelecendo comparações com os decretos do

---

23 MEIRA, Olyntho J. *Op. cit.*, p. 11.

governo provisório da República e com a legislação do tempo imperial. Na análise do último artigo, o art. 5º, o autor se detém por mais tempo e é neste ponto do texto que surgem as questões mais pertinentes para a nossa pesquisa.

Por esse artigo, o governador do Estado reservava-se ao “direito de restringir, ampliar, ou supprimir quaesquer das attribuições que pelo presente decreto são confiadas ao Concelho [sic] de Intendencia [...]”<sup>24</sup>; o artigo autorizava ainda o chefe do Executivo estadual a dissolver, a qualquer momento, com o argumento de zelar pelo bem público do município, o dito Conselho. Diante desse texto, Meira afirma que coisa alguma realizada pela municipalidade seria alheia à autoridade do governador do Estado. Em síntese, o autor observa que todos os artigos anteriores do decreto, que davam à Intendência amplos poderes, de nada valiam. O art. 5º representava, sem dúvida, uma ameaça ao poder municipal.

Dando sequência a esta leitura, Meira questiona: “A que ficção redusidas as Intendencias?” A resposta não tarda. Ei-la: “Não será erroneo diser que as Intendencias ficção redusidas á meras servidões do Gabinete do Governador do Estado. E por esta forma o amplo poder que atraz e em principio estranhei n’ellas, virá a ficar pertencendo a um só cidadão – o mesmo Governador.”<sup>25</sup> O decreto acabava sendo, assim, um “presente de grego” à municipalidade, uma espécie de golpe, na análise de Meira, contra um povo desejoso da liberdade tão prometida na propaganda republicana.

---

24 RIO GRANDE DO NORTE. *Decretos do Governo do Estado, 1889-1891*, p. 31.

25 MEIRA, Olyntho J. *Op. cit.*, p. 25.

Mais à frente, na longa missiva, Olyntho Meira deixa transparecer, mais uma vez, o saudosismo em relação às Câmaras, apontando-as como instituições que representavam o povo, portanto, legítimas. Com a formação dos conselhos de Intendência, o povo era esquecido e tudo passava a ser feito “pelo governo, que excluindo os legítimos representantes municipais, lhes dá por sucessores agentes de sua confiança exclusiva, sem o mínimo apoio no querer dos cidadãos [...]”<sup>26</sup>.

A partir desse ponto e até as últimas páginas, a discussão de Meira gira em torno da (in)capacidade da nova instituição de representar o povo, para o qual o novo regime, pela fala de seus líderes, havia sido feito. As comparações com as antigas Câmaras continuam a ser feitas com alguma constância, nos termos aqui já expressos. O novo regime não trazia, para Meira, o que prometera; representava, ao contrário, o Absolutismo dos estados frente às municipalidades.

Toda essa discussão, como vimos, gira em torno do art. 5º do decreto n. 8/1890. Não seria de se estranhar que ele fosse uma “armadilha” criada por Pedro Velho, para manter todos os municípios sob o jugo do governo do Estado. Mas, como já apontamos, não era o caso. O artigo em questão é uma reprodução daquele de mesmo número presente no decreto federal n. 50-a do governo provisório da República. Aqui, no Rio Grande do Norte, até onde temos notícia, os expedientes autorizados pelo artigo em questão nunca foram utilizados. Nem era preciso.

---

26 Ibid., p. 30.



No Conselho de Intendência da Capital federal, porém, a intervenção chegou a ocorrer no ano de 1911. Em janeiro desse ano, vemos os jornais locais *A Republica* e o *Diario do Natal* noticiarem a dissolução do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, por meio de decreto federal. De acordo com telegrama publicado neste jornal, os intendentess protestaram e resolveram entrar com pedido de *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal, no intuito de resguardarem o direito de exercerem o cargo para o qual haviam sido eleitos e poderem adentrar na sede do poder municipal.

Pelo que vemos no Diário Oficial da União de 26 de abril de 1911, o pedido foi aceito pelo STF. O relator do processo foi o Ministro Pedro Lessa, cujo parecer, favorável aos intendentess, foi seguido pelos seus pares, entre os quais estava o seridoense Amaro Cavalcanti. Aconteceu, porém, que o presidente Hermes da Fonseca, por meio de ato presidencial, anulou a decisão do STF, o que causou a indignação dos ministros, especialmente de Pedro Lessa. É o discurso dele que lemos no referido D.O.U.<sup>27</sup>, em defesa do poder do STF e das normas da Constituição Federal de 1891, que previa em seu art. 68 a autonomia do município em todos os temas que fossem do seu peculiar interesse<sup>28</sup> e que, no artigo anterior, assegurava o

27 DIÁRIO Oficial da União, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1911, seção I, p. 31-37. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1780617/dou-secao-1-26-04-1911>>. Acesso em: 09 dez. 2011.

28 Essa expressão “peculiar interesse”, um tanto quanto vaga, leva Eugênio Franco Montoro, em sua tese de doutorado em Direito, a discutir os limites da autonomia municipal. Segundo esse autor, o sentido e alcance dessa expressão ficariam a cargo da legislação estadual. Pode-se pensar, acompanhando o raciocínio expresso pelo estudioso, que a indefinição da citada expressão

mesmo poder ao município do Rio de Janeiro, excetuando-se as restrições impostas por leis federais.

Pedro Lessa é mais um, em seu discurso, a se posicionar a favor da autonomia municipal. Se o Presidente da nação havia resolvido dissolver o Conselho de Intendência da capital federal, atendendo apenas, segundo Lessa, a interesses políticos e desrespeitando a Constituição Federal, o que se poderia esperar que acontecesse nos demais municípios do país?

Como dissemos, o ocorrido na Capital Federal não se reproduziu em Natal. O governo do Estado e a cúpula do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte não precisaram realizar intervenções dessa espécie no Conselho de Intendência da capital do estado. Quanto a este aspecto, frisamos que os nomes indicados pelo dito partido para a Intendência de Natal sempre se saíram vencedores; não havia espaço para a oposição no processo eleitoral local. Esse processo, é importante que se diga, era dirigido pelas Intendências, que definiam, em cada município, as mesas e seções eleitorais<sup>29</sup>. Realizava-se a chamada “eleição a bico de

---

no texto constitucional visava dar maiores poderes aos Estados, reduzindo as atribuições do município dentro do regime federativo. Dificilmente, porém, pode-se negar o avanço da Constituição republicana no que diz respeito ao papel do município na organização administrativa da nação: pela primeira vez, como vemos pelo texto de Eugenio Montoro, a legislação brasileira afirmava o princípio de autonomia municipal, mesmo que criando sorrateiramente mecanismos para “vigiar” essa autonomia. Ver: MONTORO, Eugenio Franco. *O município na Constituição brasileira*, p. 34-40.

29 Além disso, o presidente da Intendência da capital era também presidente da Junta apuradora das eleições no estado. Diante disso, SOUZA, destacando a importância da Intendência de Natal para o jogo político da época, faz a

pena<sup>30</sup>”, expressão usada por alguns autores para se referirem às mais variadas fraudes eleitorais.

Mas não era apenas pelas práticas eleitorais da época que o Executivo estadual e a direção do PRF conseguiam fazer valer suas vontades, seus desejos, no Conselho de Intendência de Natal. Para além delas, havia os laços de amizade e parentescos que ligavam os membros do governo do Estado aos intendentes. Basta lembrar que o primeiro presidente da Intendência da capital, o coronel Fabrício Gomes Pedroza, era tio de Pedro Velho; o segundo, João Avelino Pereira de Vasconcellos, que passou curto período à frente da edilidade, era primo do diretor do PRF. Assumiu o governo do município em seu lugar o então vice-presidente da Intendência, coronel Olympio Tavares, que era casado com a d. Amélia Áurea de A. Maranhão, irmã de Pedro Velho. No ano de 1900, o coronel Joaquim Manoel assume a presidência do Conselho, mantendo-se nele até o ano de 1913. Para não

---

seguinte observação: “Por que tanto interesse pela Intendência de Natal? A razão é simples: naquela época, o presidente da Intendência da capital era também da junta apuradora de todas as eleições. Isso era fundamental para a sustentação da oligarquia. (SOUZA, Itamar de. *Op. cit.*, p. 165)”.

30 SOUZA (Ibid., p. 156) refere-se a práticas com o alistamento de defuntos, a criação de atas falsas, o impedimento do alistamento de oposicionistas, entre outras, para explicar a expressão “eleição a bico de pena”. Tais práticas eram feitas com tanta recorrência e nela se verificavam tantos absurdos, que, em 1905, o Supremo Tribunal Federal chegou a anular o alistamento eleitoral realizado na capital potiguar, dando provimento a recurso interposto pelo coronel Elias Souto, o qual foi, juntamente com um de seus filhos, Elino Souto, excluído do alistamento. Destaque-se que, sem sucesso, Elias Souto havia interposto o mesmo recurso à Junta de Alistamento da capital. Ver: *DIÁRIO do Natal*, 04 mar. 1906; *A REPUBLICA*, Natal, 19 jul. 1905.

perder a “tradição”, o coronel Joaquim Manoel também tinha fortes laços com a família Albuquerque Maranhão: suas duas filhas chegaram a casar-se com o bacharel Ernesto Maranhão, filho de Pedro Velho; ele mesmo, o coronel “Quincas” Moura, contraiu segundas núpcias com Terceira Lyra, irmã de Tavares de Lyra, o qual era, por sua vez, genro do já tantas vezes referido chefe do PRF no Rio Grande do Norte.

Fica claro que, diante da conjuntura exposta, o ideal de autonomia municipal, expresso na primeira Constituição nacional republicana, era letra morta. O *Diário do Natal*, não poucas vezes, refere-se ao coronel Joaquim Manoel, homem que por mais tempo esteve à frente da Intendência, como um “bom discípulo<sup>31</sup>”, um fiel aliado de Pedro Velho, que governava, segundo o mesmo jornal, a seu talante a Intendência e o Governo do Estado.

Mas, já dissemos aqui, o sufocamento do poder municipal não é problema existente apenas no Rio Grande do Norte. Em São Paulo, no ano de 1896, três Câmaras Municipais, representando a si e a outras cinco, reuniram-se em Congresso para discutir a questão. O número de Câmaras reunidas deveria ter sido bem superior, não fosse o comunicado do Partido Republicano Paulista contrário à reunião, afirmando que o encontro “implicava uma desobediência flagrante aos

---

31 Ver, por exemplo, o *DIÁRIO DO NATAL*, Natal, 08 jan. 1905. A matéria desta edição que se refere ao cel. Joaquim Manoel é apresentada no capítulo II deste livro.

princípios republicanos<sup>32</sup>”, posição que, por si só, já revela a falta de autonomia das municipalidades.

O documento apresenta algumas proposições radicais, dada a conjuntura política do período que estudamos. Por meio do que chamam de “cathecismo municipal<sup>33</sup>”, os autores pregam a organização de um Partido Republicano Municipal e apontam como saída para o desenvolvimento da democracia no Brasil a realização de eleições únicas, as eleições municipais, a cada três anos, que definiriam os eleitores do presidente da República e dos governadores dos estados. Pela mesma proposta o Senado e a Câmara seriam extintos, criando-se em seu lugar uma comissão em cada estado, formada por oito representantes municipais, os quais se reuniriam na capital federal, representando o seu estado e os municípios a ele pertencentes.

Apesar de propostas como essas, que não tiveram vazão naquele momento histórico, o documento apresenta ideias que servem para uma reflexão mais ampla sobre o papel do município no Brasil e tocam em pontos aqui já apresentados, relacionados à política local.

De início, o texto dos representantes das (três) Câmaras municipais do estado de São Paulo elogia a primeira Constituição Republicana, que assegura a autonomia municipal, em moldes semelhantes, segundo o texto, aos que se veem na Constituição americana. Porém, em acordo com o

---

32 JAGUARIBE, Domingos; MIRANDA, João da Rocha; SÁ, Leonidas e. *Manifesto das Camaras Municipais de S. Paulo reunidas em Congresso*, p. 3.

33 Ibid., p. 32-37.

que vimos em outros documentos aqui já discutidos, os autores do *Manifesto* afirmam que aquilo que se apresentava na lei não se verificava na prática. Em outras palavras, a descentralização política prometida pelo discurso republicano, partindo da autonomia municipal, tornou-se uma centralização ainda maior do que a que se via nos tempos imperiais, sendo usado o município como instrumento dos governos estaduais e federal para assegurar-lhes a vitória nas eleições.

Seguindo este raciocínio, os autores do manifesto apresentam um quadro preocupante da vida municipal, que é sintetizado quando afirmam que

Sem liberdade, sem recursos, os municipios tem vivido falsificados, e o poder popular, em vez de usar do seu direito, é instrumento de politicagem que o centro espalha nas localidades, por intermedio dos directorios que lhe obedecem e das autoridades que executam as ordens, empregando a força publica a seu bello prazer.

A autonomia fica no papel, mas assegura a victoria das chapas.<sup>34</sup>

O quadro apresentado pelo *Manifesto* é muito próximo daquele que vemos no Rio Grande do Norte. A anulação do alistamento eleitoral da capital pelo STF, no ano de 1905, é representativa disso. A ausência de qualquer outro documento, além da carta de Olyntho Meira – publicada somente em 1951 – que critique a organização municipal e a interferência do Executivo estadual nas decisões municipais, pode ser outro

---

34 Ibid., p. 12.

indicativo da ausência de liberdade das administrações municipais para gerirem seus negócios e reivindicarem maior força no cenário político da época.

Desconhecemos qualquer manifesto dessa natureza no Rio Grande do Norte. Neste estado, apenas no ano de 1926 houve um “Congresso das Municipalidades<sup>35</sup>”, o qual teve à sua frente, como presidente, José Augusto Bezerra de Medeiros, governador do Estado, que dirigiu as discussões das mesas que se formaram no encontro. E deve-se dizer que essa segunda metade da década de 1920 é marcada, ao menos na capital potiguar, por um acréscimo de poder à municipalidade<sup>36</sup>, sobre o qual ainda discutiremos.

Voltando ao fim do século XIX, vemos que outras leis estaduais no Rio Grande do Norte ajudam a definir as funções/atribuições do Conselho de Intendência da capital, as quais não foram tão bem delimitadas pelo seu decreto de criação, como vimos na introdução.

Entre elas, está a própria Constituição estadual de 1891, decretada por Nascimento de Castro a 20 de janeiro. Vários de seus artigos discorrem sobre a organização municipal no Rio Grande do Norte, entre os quais está o de nº 3 e de nº 50 que, com textos parecidos, reafirmam o princípio constitucional de autonomia municipal.

---

35 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 19 jun. 1926; 20 jun. 1926; 22 jun. 1926.

36 Este acréscimo de poder à municipalidade pode ser verificado, em âmbito nacional, pela reforma constitucional de 1926, que define de modo mais claro o sentido da autonomia municipal. Ainda trataremos deste ponto.

O artigo de nº 57, por sua vez, deixa mais claro quais são as funções dos Conselhos de Intendência, apresentando pontos novos em relação aos decretos estaduais nº 8 e 9 de 1890<sup>37</sup>. Entre estes pontos estão a regularização da administração dos imóveis pertencentes ao patrimônio municipal, o cuidado com a higiene municipal, com a limpeza, embelezamento e iluminação de ruas, praças, estradas e caminhos, a liberdade para contrair empréstimos, para celebrar contratos com outros Conselhos sobre objetos de interesse da economia municipal, entre outros aspectos da administração local.

A Constituição estadual, todavia, ainda dava ao governador do Estado poderes significativos frente aos Conselhos Municipais. Cabia ao Executivo estadual superintender a distribuição e aplicação dos recursos municipais, decidir sobre os recursos interpostos sobre as resoluções decretadas por esses Conselhos e suspender as leis municipais, quando elas fossem contrárias aos interesses do próprio município, ou ferissem as leis federais e do estado.

Essa Constituição foi substituída pela promulgada pelo Congresso Legislativo Estadual – cujos membros haviam sido eleitos em maio daquele ano – em 21 de julho. Lembremos que nessa época, Pedro Velho, que com sua força política já havia afastado dois governadores “forasteiros”, caíra no ostracismo por apoiar Prudente de Moraes nas eleições indiretas

---

37 Para termos uma ideia de como a Constituição estadual republicana especifica as atribuições dos Conselhos de Intendência, podemos dizer que seu artigo 57 apresenta quinze parágrafos para tratar dessas atribuições, ao passo que o artigo 2º do decreto estadual nº8/1890 versa sobre o mesmo objeto em cinco parágrafos.



para a presidência da República e não o vencedor Deodoro da Fonseca.

A Carta de julho apresenta poucas mudanças em relação à de fevereiro, quanto à organização dos municípios. O artigo 3º, por exemplo, reforçando a autonomia municipal, é idêntico em ambos os documentos. O novo texto, porém, dedica um capítulo específico para tratar da organização municipal, o V – Do Município<sup>38</sup>.

Em seu artigo 51, uma novidade no que diz respeito à composição da Intendência. O número de membros do Conselho seria diretamente ligado ao de habitantes do município, sendo estabelecida a ordem de um intendente para cada mil habitantes, havendo impedimento, contudo, de que o número de membros fosse superior a sete. O §3º do artigo 52 destacava, pela primeira vez, que a função de intendente era gratuita<sup>39</sup>. O artigo de nº 53, por sua vez, afirmava que uma lei orgânica seria criada para delimitar os poderes e atribuições da Intendência, seguindo as bases postas na Constituição, muito similares às aqui já apresentadas. Quanto a elas, foi novamente reiterada, no §1º do artigo referido, a autonomia municipal em tudo que dissesse respeito ao peculiar interesse do município, bem como, em sequência, a obrigação do poder municipal de prestar esclarecimentos e repassar informações e dados ao governo do Estado sempre que requisitado, além de

---

38 RIO GRANDE DO NORTE. *Assembleia Constituinte* (Constituição de 21 de julho de 1891) [Manuscrito].

39 Apenas a partir de 1924, o presidente da Intendência, e apenas ele, passará a receber remuneração, como vemos pelas resoluções municipais orçamentárias.

produzir relatório sobre os negócios municipais, o qual deveria ser enviado ao Congresso Legislativo<sup>40</sup>.

Como bem sabemos, Deodoro, com sua intransigência – e talvez também saudoso dos tempos imperiais e do poder Moderador –, teve significativas dificuldades para se relacionar com o Congresso Nacional. Acabou por renunciar em 23 de novembro de 1891, abrindo espaço, assim, para que Pedro Velho seguisse adiante com seu projeto de consolidação do poder de seu grupo familiar. Cinco dias após a renúncia do Marechal, o governador deodorista Miguel Castro foi deposto por movimento liderado por Pedro Velho e José Bernardo. Formou-se uma Junta Governativa provisória, que guardou o lugar de Pedro Velho, eleito em 31 de janeiro de 1892.

O primeiro ato da Junta Governativa foi a dissolução do Congresso Legislativo. Para o jornal e os aliados dos Albuquerque Maranhão, a República potiguar começara em 28 de novembro de 1891, como bem aponta o historiador Almir Bueno<sup>41</sup>. Levando isso à risca, Pedro Velho, sem oposições significativas, comandou a construção de uma nova Constituição para o estado, a qual ficou conhecida como a Constituição de Pedro Velho, seu “dono”.

---

40 Infelizmente, no arquivo da Assembleia Estadual do Rio Grande do Norte não encontramos quaisquer documentos relativos ao recorte temporal deste trabalho.

41 A respeito do exposto e, de maneira geral, sobre o cenário político potiguar entre 1891 e 1892, ver BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, p. 120-131.

A nova lei maior do Rio Grande do Norte repetia o artigo 3º dos textos constitucionais anteriores e trazia em seus artigos de nº 56 a 61 as disposições sobre a organização municipal. O artigo 57 afirmava que o Conselho da capital teria nove membros, superando os sete previstos na Constituição de julho. Excetuando o conteúdo desse artigo, os demais, referentes às atribuições da Intendência e de seus membros, não traziam mudanças em relação aos textos anteriores.

A lei estadual nº 1, de abril de 1892, versando sobre os crimes de responsabilidade do governador do estado, assegura, mais uma vez, a autonomia municipal, ao estabelecer, em seu artigo 19, que a intervenção do governador em assuntos peculiares ao município, salvo nos casos previstos na lei, constituía crime de responsabilidade.

Continuando nossa exploração das leis estaduais que delimitam os poderes da Intendência, passemos agora à de nº 108, de 1898<sup>42</sup>. Ela estabelece o número de sete intendentess para cada município, incluindo a capital, além de manter o mandato em três anos, com possibilidade de reeleição indefinidas vezes, e as funções gratuitas.

A lei é a primeira a definir, com maior clareza, as situações que gerariam incompatibilidade e perda de mandato. Quanto às primeiras, a lei estabelece, por exemplo, que “Não poderão servir, conjuntamente na mesma intendência, ascendentes e seus descendentes, sogro e genro, irmãos e cunhados [...]”,

---

42 Antes dela, foi publicada a lei nº 5/1892, que versava também sobre a divisão municipal do estado e as atribuições da Intendência. Essa lei, porém, não apresenta novidades significativas em relação às anteriores aqui já discutidas.

tio e sobrinho, nem sócios de uma mesma firma comercial [...]”<sup>43</sup>. E, ao que vimos, o artigo da lei nunca deixou de ser cumprido. Os laços familiares, porém, foram constantemente fundamentais para definir a formação da Intendência.

Quanto à definição das atribuições da Intendência, não encontramos diferenças marcantes entre essa lei e as demais aqui já discutidas. A exceção está no Título IV, que discute as leis, resoluções e posturas municipais<sup>44</sup>. Ele define, em seu primeiro artigo, que as resoluções dos Conselhos eram executórias e não dependiam da confirmação de outro poder, o que garantia, nos termos da lei, a liberdade legislativa do poder municipal. Os demais artigos versam sobre as condições de publicação das leis municipais e os casos em que elas poderiam ser suspensas pelo Executivo estadual, os quais já haviam sido expressos na Constituição estadual de 1891.

Nesses primeiros anos do regime republicano, as leis que citamos foram as responsáveis por regular o funcionamento dos Conselhos de Intendência no Rio Grande do Norte. Apenas na década de 1920 aparecerão novas normas para regular as atividades desses Conselhos e instituir, tardiamente, a prefeitura. É nesse mesmo período que Omar O’Grady estabelece

---

43 RIO GRANDE DO NORTE. *Leis do estado do Rio Grande do Norte*, 1891-1898, p. 3-21.

44 Não existem, na verdade, diferenças entre esses três termos. No período republicano, as leis municipais, ao menos em nosso estado, passam a ser chamadas de resoluções. Nos tempos monárquicos, as Câmaras aprovavam as posturas, normalmente publicadas em códigos. Em muitos momentos, talvez por costume, as resoluções são referidas como posturas, mesmo na legislação estadual. Resoluções ou posturas, referimo-nos à legislação municipal.

um novo regulamento para dirigir as ações da Intendência, dando às suas ações maior racionalidade, o regulamento geral dos departamentos da Intendência de Natal, aprovado pela resolução municipal de nº 241/1925. Mas essas mudanças não são assunto para agora.

Nesse interstício, há ainda mais uma lei que se destaca. Não se trata de uma lei estadual, que organize o funcionamento da Intendência, mas sim de uma que delimita de maneira mais precisa os campos de atuação desse Conselho. Referimo-nos à resolução municipal de nº 92, publicada em abril de 1904, que estabelecemos como marco inicial de nossa pesquisa.

O poder legislativo era uma das atribuições dos Conselhos de Intendência e, como vimos, a lei estadual dava a essa instituição liberdade para criar leis sem a necessidade de que sua validade fosse confirmada por outros poderes, situação diferente da que ocorria nos tempos imperiais, como já dito. E esse poder foi devidamente utilizado pela Intendência da capital, a qual definiu em suas resoluções municipais e editais, o permitido e o proibido nos mais diferentes campos, que aqui resumimos em: economia municipal, regularização de obras e serviços urbanos, trânsito na cidade, regras de aforamento, ensino e educação, delimitação e nomeação de espaços da cidade, higiene e saúde, e planos urbanísticos.

Em um período de transição do regime monárquico para o republicano, os editais foram os responsáveis por definir normas para a cidade. As resoluções municipais, leis que tratavam dos temas a que nos referimos, só começaram a ser publicadas no ano de 1892, dois anos após a criação da

Intendência. O uso desses editais como elementos normatizadores deve ter se devido à instabilidade desse momento de transição, momento em que as regras de funcionamento da nova instituição ainda não eram tão claras. Nesse período, certamente, as antigas posturas continuaram a ter valor legal, visto que em nossas fontes não há notícias de que elas tenham sido revogadas, apesar de essa possibilidade ter sido permitida pelo §5º do art. 2º do decreto nº8/1890.

Entre 1892, ano em que é lançada a primeira resolução, até 1904, marco inicial de nossa pesquisa, haviam sido publicadas noventa resoluções, espalhadas em dezenas de edições d'*A Republica*, visto que, usualmente, elas eram lançadas uma a uma. Tinha-se, em síntese, uma vasta quantidade de leis, publicadas em 12 anos, esparsas.

Foi pensando nisso, buscando organizar as mais diferentes normas até então publicadas pelo poder municipal no regime republicano e tornar racional o acesso a elas, que os intendentess elaboraram a resolução de nº 92, a mais extensa até então lançada<sup>45</sup>, discorrendo sobre todos os temas que acima mencionamos. O *caput* da lei justifica, ainda, sua

---

45 Em fevereiro de 1916, outra resolução de extensão significativa, provavelmente com mais de cem artigos, também foi lançada pela Intendência, com formato semelhante ao dos antigos códigos de postura, como a resolução n. 92. Ao que vemos em matérias d'*A Republica* e d'*A Imprensa*, ela tinha função similar a dessa resolução, ou seja, organizar e revisar a legislação até então produzida pelo poder municipal. Infelizmente, porém, não conseguimos pesquisar nos arquivos locais os primeiros meses do ano de 1916 d'*A Imprensa*, jornal do coronel Cascudo, que publicou entre 1915 e 1916, na gestão do coronel Romualdo Galvão, o material oficial da Intendência.

existência, apontando a “urgente necessidade de rever a Legislação vigente sobre diversos ramos da administração municipal<sup>46</sup>”.

A resolução, também publicada como anexo no livro de *Actos legislativos e decretos do governo*, de 1904, possuía 46 páginas e estava dividida em dez títulos, abordando todos os temas de interesse da municipalidade. Entre os assuntos que mereceram a atenção da nova lei estava o da edificação.

Este tema, como outros, já havia sido normatizado em resoluções anteriores. Mas ainda restava definir padrões mais claros para as edificações na capital potiguar<sup>47</sup>. Afinal, como apontou o próprio presidente da Intendência, o coronel Joaquim Manoel, em relatório de 1905, a falta de normas rígidas para a edificação era um dos principais problemas que atingia a cidade, especialmente do ponto de vista estético, tornando-a uma “massa informe de uma casaria<sup>48</sup>”, à espera de regras que lhe dessem um sentido, contornos mais nítidos.

A delimitação das áreas urbana e suburbana da cidade, tema que havia sido discutido pela resolução de nº 73/1903, também é assunto da resolução nº 92, que delineia a área urbana de Natal e apresenta um conceito de subúrbio pela exclusão/negação: área suburbana é toda aquela que não pertence ao

---

46 RESOLUÇÃO n. 92. *A Republica*, Natal, 14 maio 1904.

47 George Dantas também dá atenção à resolução n. 92/1904, apontando sua importância para o tema da edificação/habitação na capital potiguar. DANTAS, George. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920* (Dissertação), p. 45.

48 *A REPUBLICA*, Natal, 19 fev. 1905.

que se delimitou como área urbana. O conceito, por sinal, permanecerá durante todo o período que aqui abordamos.

Também são definidas normas para o aforamento de terrenos pertencentes ao patrimônio municipal; normas de higiene e saúde; regras que definiam os comportamentos adequados e os proibidos em locais públicos da cidade, como o mercado; regularização de serviços urbanos; os impostos que poderiam ser cobrados pela Intendência e as regras para cobrança, entre outros assuntos de interesse da municipalidade.

Toda esta gama de normas definia com maior nitidez quais eram as áreas de atuação da Intendência e como essa instituição deveria intervir em cada uma delas. As regras, em conjunto, mostravam ainda o que a municipalidade esperava dos cidadãos natalenses, em termos de costumes e comportamentos, e o que projetava para a cidade, no que dizia respeito às suas formas e às atividades e serviços nela realizados. Esse conjunto de normas será aos poucos revisto e ampliado por outras resoluções, especialmente pela resolução de nº 194/1916, mas a sua base será mantida até o final do período que estudamos.

## **A década de 1910 e as primitivas mudanças na organização da administração municipal**

No ano de 1914, outra mudança importante nos rumos da administração municipal ocorre, na administração do coronel Romualdo Galvão. Nesse ano, o Conselho de Intendência



passa a ser dividido em três comissões, cada uma delas formada por dois intendentess. A comissão de fazenda e comércio ficou a cargo dos intendentess coronel Avelino Alves Freire e major Antonio Gurgel; a de obras públicas ficou sob a responsabilidade dos coronéis Valentim de Almeida e Felinto Manso; a de legislação, instrução e higiene, por fim, ficou a cargo do major José Pinto e do Dr. Alberto Roselli. Este momento da história da Intendência marca o início do processo de racionalização da administração da cidade. A continuidade desse processo se dará, como antecipamos, na década de 1920, com Omar O'Grady, momento em que ele ganhará intensidade.

Nesse período, a divisão das atividades da Intendência em Comissões não cria impactos visíveis na administração da cidade. Parece-nos mais tratar-se de uma partilha de funções entre os intendentess, sem alterações nos mecanismos de funcionamento da instituição. Isso porque as Comissões não possuem uma estrutura própria, não têm um quadro de funcionários específicos e especializados. Não há autonomia nas atividades desenvolvidas por cada uma das comissões.

A Intendência continua a ter um único quadro de funcionários, divididos entre os que trabalhavam no serviço interno – secretário, datilógrafo, porteiro e outros –, e aqueles do serviço externo – guardas, chefe do curral de apreensões de animais, auxiliar técnico, fiscais dos distritos. Algumas mudanças, porém, acontecem: a resolução nº 188, de 1915 (que trata do orçamento do ano posterior), apresenta dois novos funcionários da Intendência, um médico e um advogado, que atuaria como procurador e consultor jurídico do município. Pelo salário que recebiam, dois contos e quatrocentos mil – réis, não deviam

trabalhar como exclusividade para o Conselho de Intendência. Na resolução orçamentária de 1916 (fixa o orçamento de 1917), última da gestão de Romualdo Galvão, mais uma novidade: aparece a seção de obras e terrenos, provavelmente ligada à Comissão de obras públicas, com um agrimensor e um ajudante-cordeador, funcionário responsável por demarcar os terrenos aforados. Na gestão O'Grady, essas mudanças serão ampliadas e o quadro de funcionários será especializado e dividido entre os departamentos então criados.

O ano de 1914 é mesmo marcante para a Intendência da capital. Mas não, certamente, pelo reboliço, podemos assim dizer, que se tornou o cenário político no Rio Grande do Norte, com a campanha de José da Penha. O potiguar natural de Angicos e que se estabeleceu no Ceará, voltou à sua terra para ser o seu “salvador<sup>49</sup>”. Acabou tornando-se um dos principais atores da primeira disputa eleitoral ocorrida na história republicana do Rio Grande do Norte. No fim, como se sabe, Leonidas Hermes, candidato do capitão José da Penha e filho do então presidente da República, Marechal Hermes da

49 O governo de Hermes da Fonseca iniciou uma forte campanha de enfrentamento às oligarquias nos estados do Norte, visando, em teoria, sanear as instituições republicanas e o processo eleitoral. Na prática, o centralizador governo pretendia aumentar o poder dos militares sobre a nação. Em diversos estados da região, os "salvadores", homens que encabeçaram a Campanha Salvacionista empreendida pelo governo Hermes, buscaram desalojar do poder as oligarquias locais. Para uma análise geral desse movimento, ver CARONE, Edgard. *A República Velha*. V. II, evolução política (1889-1930), p. 281-298. Para uma discussão sobre esse movimento na cidade do Recife, partindo de uma abordagem cultural do urbano e com um olhar voltado para a participação popular no movimento, ver ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos*: as camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911, especialmente o último capítulo, intitulado *A campanha salvacionista: a cidade como teatro*.

Fonseca, nem chegou a pôr os pés em solo potiguar, e Ferreira Chaves, apoiado pelos Albuquerque Maranhão, acabou sendo candidato único ao governo do Estado<sup>50</sup>.

O governador, desde os primeiros momentos de sua administração, distanciou-se dos Albuquerque Maranhão. Rompeu com o monopólio do sal, que dava sustentação econômica a esta família e governou sem ouvir os seus apelos, especialmente os de seus líderes, Alberto Maranhão e Tavares de Lyra<sup>51</sup>. A historiografia local ainda não discutiu a contento, cremos, as razões que levaram a tal rompimento. Também não faremos isso aqui. Nosso propósito é outro.

O que queremos discutir é o reflexo dessa mudança de cenário na política estadual no funcionamento da Intendência da capital. E devemos dizer, de antemão, que a temporalidade que marca os acordos e disputas envolvendo o Governo do Estado não é, rigorosamente, a mesma que observamos no Conselho de Intendência de Natal. A lógica dessa instituição não se prende por completo à do Governo do Estado, embora

---

50 Na linha sucessória do governo do Estado, o nome da vez era o de Tavares de Lyra. Todavia, diante do temor de que a Campanha Salvacionista alcançasse seus intentos no Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão optou pelo nome de Ferreira Chaves, um aliado de longa data que governara o estado entre 1896 e 1900, mas que não pertencia à família Albuquerque Maranhão. Ver SOUZA, Itamar. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 217-218.

51 Ver, sobre a campanha de José da Penha e o rompimento de Ferreira Chaves com os Albuquerque Maranhão: SOUZA, Itamar de. *Op. cit.*, p. 200-236; 278-286. As querelas envolvendo Ferreira Chaves, e Alberto Maranhão e Tavares de Lyra podem ser vistas também em várias matérias d'A *Republica*, especialmente do primeiro semestre de 1919. Curiosamente, os três eram membros da maçonaria e pertenciam à mesma loja maçônica, a 21 de março.

já tenhamos aqui mostrado a relação próxima entre essas duas esferas de poder.

O governo do Estado e a cúpula do PRF no Rio Grande do Norte exerciam, como já apontamos, forte poder sobre os Conselhos de Intendência Municipais, especialmente sobre o da capital por razões estratégicas<sup>52</sup>. Eram os líderes da política no estado que definiam aqueles que iriam governar os municípios. Além disso, era o governo do Estado o principal financiador das obras públicas em Natal, razões pelas quais não podemos desconsiderar que os caminhos da Intendência da capital ligam-se à esfera estadual de poder.

Por outro lado, as disputas que envolvem o governo do Estado não atingem diretamente os destinos da municipalidade da capital. A fracassada, mas impactante campanha salvaçãoista no Rio Grande do Norte, que teria consequências mais claras a partir do fim da década de 1910, com o rompimento de Ferreira Chaves com os Albuquerque Maranhão, não é sentida na administração municipal. A Intendência da capital continua a ter valor estratégico, agora atendendo a interesses de um outro grupo, cujas práticas políticas não diferem, porém, significativamente das adotadas pelos que estavam anteriormente no poder. O perfil dos intendentes não é alterado, ao menos até 1924. Em parte porque, como veremos adiante, o cargo de intendente não é alvo de grandes disputas e nem é tomado pelos seus aspirantes como um degrau para se alcançar maiores postos na política. Nenhum intendente tornou-se governador do Estado, deputado federal ou senador. O

52 Ver a nota de rodapé de nº 32, neste capítulo.

cargo era, antes, um reconhecimento pela trajetória de alguns homens bem-sucedidos em suas atividades na cidade.

Diante disso, podemos dizer que, em 1914, o Conselho de Intendência não muda de rumo de maneira significativa. Sua direção continua nas mãos de pessoas que têm perfil muito próximo àquelas que até então haviam passado pela instituição. Romualdo Galvão, eleito presidente em 1913, tinha a patente de coronel da Guarda Nacional, era importante comerciante local e proprietário de terras, assim como o seu antecessor. Sua trajetória política, no entanto, era um pouco diferente.

O novo coronel a assumir a Intendência havia feito sua vida em Mossoró, onde chegara a ser intendente entre os anos de 1892 e 1895. A mudança para Natal deve ter ocorrido na década seguinte, certamente por ser a capital ponto estratégico para desenvolvimento de seus negócios e pelo desejo/necessidade de estar mais perto do centro de poder do estado. Mas aqui não há muita novidade. Tantos outros vieram de outras cidades, como os seridoenses Manoel Dantas e Felinto Elysio, por exemplo. Outros vieram de cidades vizinhas, como Macaíba, caso do coronel Joaquim Manoel.

O que distinguia Romualdo Galvão de outros personagens que chegaram à presidência da Intendência da capital era o seu passado na oposição. O dito coronel chegou a pertencer ao Partido Republicano Constitucionalista, chefiado à época por Elias Souto, como vemos em ata desse partido, publicada no jornal *Diário do Natal*<sup>53</sup>. Nessa mesma ata podem ser vistos

53 *DIÁRIO DO NATAL*, Natal, 16 fev. 1905.

os nomes de outros personagens que chegaram a pertencer à Intendência e compuseram, no início do regime republicano, as fileiras do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte: Pedro Avelino, Angelo Roselli, Alexandre James O'Grady, Augusto Leite e Antonio Joaquim Carvalho. São conhecidas as causas das mudanças de rumo de alguns desses personagens, como é o caso de Alexandre O'Grady, que, após pertencer à Intendência, entre 1896 e 1898, não ocupou mais cargos políticos, descontente que ficou com os descaminhos da república no Rio Grande do Norte, sob o comando de Pedro Velho<sup>54</sup>.

No caso de Romualdo Galvão, não sabemos explicitar que causas o levaram a seguir o coronel Elias Souto, Augusto Leopoldo e outros líderes da oposição, mas, certamente, a estadia no partido de oposição não foi muito longa. Em 1906, ele aparece como um dos maiores sócios do Banco do Natal, empreendimento que contou com o apoio maciço do Governo do Estado. Nesse mesmo ano, assume a vice-presidência da Associação Promotora de Melhoramentos de Natal, a qual tinha à frente Juvino Barreto, cunhado de Pedro Velho. Em 1908, assume o cargo de deputado do Congresso estadual do Rio Grande do Norte e, nesse mesmo ano, torna-se o primeiro presidente da Companhia Ferro-Carril do Natal, responsável pela implantação dos bondes na cidade, contando também com financiamento do Governo do Estado. Em 1909, é eleito presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Norte.

---

54 Ver CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das velhas figuras*. v. 3, p. 90. O caso de Pedro Avelino será apresentado no capítulo posterior.

O exercício destas funções nos mostra que foi curta a presença de Romualdo Galvão na oposição<sup>55</sup>.

Como dito, excetuando essa passagem breve pelo partido de oposição, não há diferenças significativas entre Romualdo Galvão e os gestores anteriores da cidade de Natal. Nem há relatos nos jornais locais de que a eleição para presidente da Intendência, no ano de 1913, tenha sido tão acirrada quanto a campanha eleitoral para o governo do Estado, no mesmo ano. Nem Galvão, nem os outros candidatos à Intendência sofreram com as críticas da oposição, que se limitava a dizer, com veemência, que dita instituição era um apêndice do governo do Estado.

Temos uma hipótese para explicar a ausência de conflitos maiores nas eleições para intendentes da capital. Primeiramente, consideramos que o cargo de Intendente, durante toda a primeira República, não foi remunerado, exceção feita à função de presidente que, no caso natalense, passou a receber vencimentos a partir de 1924. Desta maneira, a função de Intendente não oferecia vantagens financeiras diretas. Aquele que desejasse integrar a edilidade deveria continuar a exercer as atividades que lhe davam o sustento,

---

55 Infelizmente, porém, não é possível precisar por quanto tempo Romualdo Galvão esteve no partido de Elias Souto, nem as razões pelas quais militou no partido. Da mesma maneira, nos faltam fontes que mostrem em que momento o coronel Romualdo Galvão resolveu mudar de lado e ingressar no Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte. As atas desse partido, que por longos anos foram feitas por Manoel Dantas, seu secretário, poderiam ser fontes preciosas para que essa questão fosse respondida, mas, infelizmente, elas não foram encontradas nos arquivos locais. Algumas poucas, apenas, foram publicadas no jornal *A Republica*.

aliando a elas a de intendente. Em alguns momentos, certamente, aquele que assumia a Intendência passava por inconvenientes por ter de dividir-se para realizar dupla função. Foi isso, por sinal, o que alegou José Lagreca, ao renunciar ao cargo de Intendente e presidente da Intendência em 1923.

Já atarefados com as atividades normalmente realizadas no ramo do comércio, onde quase sempre atuavam como presidentes e sócios de firmas comerciais, os intendentes tinham de participar de reuniões ordinárias e extraordinárias, criar resoluções, editais, cuidar da economia do município, entre outras funções administrativas, além de, certamente, terem de ouvir as reclamações de cidadãos impacientes que questionavam o atraso dos serviços urbanos, a sujeira da cidade, a estrutura precária do matadouro, do cemitério, do mercado e de outros espaços administrados pela municipalidade. Muitos, acreditamos, deviam bater às portas das residências dos intendentes com suas queixas, cujo teor pode ser visto em diversas edições d'*A Republica*. Não à toa, Manoel Dantas, quando assume a presidência da Intendência, em 1924, afirma em entrevista que só iria atender às queixas, reclamações e sugestões dos cidadãos na sede do poder municipal. Nessa entrevista, por sinal, Dantas também revela as dificuldades enfrentadas pelos presidentes que lhe antecederam, ao afirmar que muito se deixou de fazer na cidade

[...] Justamente porque os presidentes de Intendencia, presos a outras funções e sem os meios materiaes que garantissem sua permanencia na actividade do cargo, não podiam a elle consagrar todo o seu esforço individual.



Reconhecendo isto, a Intendencia providenciou para que o Presidente podesse trabalhar, sem maior sacrifício, na administração do município.<sup>56</sup>

Neste sentido, é plausível a justificativa dada por José Lagreca para deixar o cargo. E, certamente levando ela e os argumentos do dr. Manoel Dantas em consideração, o governo do Estado resolve tornar remunerada a função de presidente da Intendência<sup>57</sup>. A alteração reflete uma maior preocupação com a administração municipal e mostra o desejo do governo do Estado em evitar novas renúncias que retardassem o desenvolvimento da capital potiguar.

A falta de incentivo, do ponto de vista financeiro, para exercício do cargo de intendente era acompanhada por outro empecilho para o exercício da função, aqui já referido: a pouca autonomia do poder municipal, tolhido pelo governo do Estado. Quem chegava à Intendência sabia que deveria ouvir e atender às exigências dos que governavam o Estado. A oposição ao governo do Estado, instituição que financiava as principais obras da capital, não era algo permitido aos que geriam a vida municipal.

Diante dessas condições, não é de se estranhar que o cargo de intendente não fosse alvo de tantas disputas e que o Conselho de Intendência não fosse palco de tantos conflitos. O cargo devia ser um título honroso dado ao comerciante

---

56 Entrevista publicada n'A *Republica*, Natal, 04 maio 1924.

57 Isto pode ser observado nas resoluções orçamentárias municipais a partir de 1924. Não encontramos, porém, nenhuma lei estadual que tenha regulamentado o pagamento aos presidentes dos Conselhos de Intendência.

bem-sucedido na capital potiguar, que aliava normalmente à sua fortuna os laços de amizade e familiares com outros membros da elite local, os quais lhe levavam a alcançar o poder municipal.

É claro, porém, que aquele que aceitava ocupar o cargo de intendente enxergava além das dificuldades inerentes ao cargo. Ser intendente na capital significava estar no centro de poder, em contato com aqueles que comandavam os destinos do Rio Grande do Norte. O reconhecimento pelo bom trabalho na Intendência, com a devida obediência aos que governavam o estado, podia render um cargo de deputado no Congresso estadual, como aconteceu com o coronel Joaquim Manoel, que, além de ter sido um dos candidatos mais votados para o cargo em 1913, foi designado para compor a comissão de verificação de poderes da casa. Olympio Tavares, que presidiu a Intendência entre 1897 e 1901, também seguiu o mesmo caminho do coronel Joaquim Manoel e, em 1906, tornou-se o primeiro presidente do Banco do Natal.

Além disso, esses personagens tinham na Intendência um espaço privilegiado para definirem normas para a cidade, as quais regulamentavam as mais diversas atividades desenvolvidas no cenário urbano, especialmente as comerciais. E, como comerciantes, os homens de quem falamos tinham na cidade o seu principal espaço de atuação, o que despertava neles o interesse em ingressarem na Intendência, instituição que tinha como uma das principais funções a regulação das atividades econômicas. Quanto a isso, destacamos que das resoluções municipais que coletamos, por meio do projeto de pesquisa *A institucionalização da gestão urbana*, quarenta e quatro por

cento do total (75 resoluções) tratam de questões relacionadas à economia e ao comércio locais.

Desta maneira, no Conselho de Intendência, esses homens podiam definir os rumos, as diretrizes de seu ramo de atividade, racionalizando-o, tornando-o mais rentável.

Diante deste quadro que apresentamos, podemos dizer que a história do Conselho de Intendência de Natal é marcada muito mais pela continuidade do que por rupturas. E, se de fato há alguma mudança de rumo significativa nessa instituição, ela se dá tempos depois, na década de 1920, com um processo de racionalização administrativa do qual ainda trataremos.

Nesses meados da década de 1910, a única mudança envolvendo a Intendência da capital que nos chama a atenção diz respeito ao local de publicação do expediente municipal. Mais especificamente no ano de 1915, o coronel Romualdo Galvão lança edital n<sup>o</sup> *A Republica* abrindo concorrência entre os jornais locais<sup>58</sup>, para definir que órgão de imprensa publicaria o material oficial da Intendência. O jornal *A Republica* resolveu não entrar na concorrência, alegando que não poderia diminuir o valor que vinha cobrando à municipalidade, de um conto de réis, e que não aceitava retribuição de espécie alguma pela publicação das “várias” e outras notícias, inclusa no edital municipal<sup>59</sup>. O periódico *A Imprensa*, dirigido pelo

---

58 *A REPUBLICA*, Natal, 08 jan. 1915.

59 O edital determinava que o pagamento feito ao jornal vencedor era relativo não só a publicações oficiais, como também a notas na coluna *Várias* e matérias sobre a Intendência. O jornal *A Republica*, em sua alegação para não concorrer

coronel Cascudo, que futuramente seria eleito intendente, foi o vencedor da concorrência.

Romualdo Galvão, em comunicado publicado n'*A Republica*, agradece ao zelo e solicitude com os quais esse jornal exerceu sua tarefa de publicar o expediente da municipalidade<sup>60</sup>. Mas em nenhum momento ficam explicadas as razões que levaram o coronel a abrir concorrência para o serviço que vinha sendo feito havia vinte e cinco anos pel'*A Republica*, órgão oficial do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte.

Podemos fazer apenas duas conjecturas. A primeira é a de que o coronel Romualdo Galvão levou em consideração que um dos membros da Intendência, o coronel Joaquim José Valentim de Almeida, era também diretor-presidente da sociedade anônima *A Republica*, que comprara, em 1912<sup>61</sup>, o órgão de imprensa do PRF à senhora Petronilla Florinda de Albuquerque Maranhão, viúva de Pedro Velho. O desejo de mostrar a imparcialidade dos gestores municipais pode ter sido um fator responsável pela abertura do edital de concorrência referido. Outro fator pode ter sido o desejo de econo-

---

ao edital, desejava mostrar que sua linha editorial não era negociável. Por trás desse argumento, que busca apresentar *A Republica* como órgão de imprensa independente, parece existir um certo ressentimento da direção do jornal, que durante 25 anos publicara todo o material da gestão municipal, diante da posição do Conselho municipal de abrir concorrência entre os jornais locais.

60 *A REPUBLICA*, Natal, 16 jan. 1915.

61 Para obter informações sobre a criação dessa sociedade, que adquiriu o jornal *A Republica* por 36 contos de réis e teve como sócios os senhores Alberto Maranhão, Fabricio Maranhão, Tavares de Lyra, Manoel Dantas e José Mariano Pinto, entre outros, ver *A REPUBLICA*, Natal, 02 set. 1912.

mizar as finanças municipais, tendo em vista que as contas da Intendência, no referido período, não andavam muito boas.

A mudança do local de publicação do expediente oficial da Intendência não levou *A Republica*, porém, a criar rixas com a administração municipal, à qual em nenhum momento se opôs. Além disso, o material da Intendência passou a ser publicado em um jornal que pertencia a um homem muito bem relacionado nos círculos de poder local, o coronel Francisco Cascudo. Por fim, a mudança durou pouco: em 1917, na gestão de Theodosio Paiva, o expediente da Intendência voltou a ser publicado n'*A Republica*, o que se manterá até a extinção dessa instituição.

Diante do que apresentamos até aqui, podemos dizer que nenhuma mudança de rumo significativa na administração da cidade foi detectada nesses meados da década de 1910. A estrutura da Intendência manteve-se intacta; o perfil dos intendentes continuou o mesmo. A relação com o governo do Estado permanecia asfixiante, na medida em que reduzia a liberdade de ação dos gestores municipais e, ao mesmo tempo, fundamental para o desenvolvimento de obras de maior porte, cujo financiamento não podia ser feito pela municipalidade, diante de seus reduzidos recursos.

Mas algo na atmosfera da política local vinha se alterando. A classe de trabalhadores, classe de artistas e operários para usarmos os termos da época, começava a se movimentar na cidade, buscando representação no poder municipal. Associações como a Liga Artístico-Operária do Rio Grande do Norte, fundada em 1904, e o Centro Operário Natalense, formado

a partir de uma dissidência dessa primeira associação, em 1911<sup>62</sup>, ganhavam espaço no cenário urbano natalense, aproximando-se dos centros de poder.

É preciso verificar que a noção de classe de artistas e operários da época é bem distinta daquela que temos de uma classe de trabalhadores. A palavra artista alude a uma série de profissões, a uma série de artes de fazer, podemos assim dizer, que vão do operário da indústria ao empreiteiro ou ao chefe de uma tipografia. Era artista, por exemplo, Eduardo dos Anjos, que dirigiu uma série de obras encomendadas pelo governo do Estado, recebendo por elas altas quantias, e que integrou as duas associações a que acabamos de nos referir, tendo sido presidente do Centro Operário. Da mesma maneira, era artista o major José Mariano Pinto, tipógrafo, que durante quase todo o período aqui estudado foi gerente d'*A Republica*, responsável por colocar a maquinaria do jornal para funcionar, por organizar sua oficina tipográfica.

O “empreiteiro” Eduardo dos Anjos, o tipógrafo José Mariano Pinto e Augusto César Leite, também tipógrafo, estão entre os principais representantes dessa classe de artistas no período que estudamos. Pertenciam eles a associações que recebiam apoio do Governo do Estado e da Intendência Municipal<sup>63</sup> e que, portanto, estavam bem longe de fazer

---

62 Para mais informações sobre essas e outras associações congêneres, ver: SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 109-134.

63 Os orçamentos da Intendência, desde o produzido em 1915, destinam verbas para a manutenção das escolas criadas pela Liga Artístico-Operária do Rio Grande do Norte e pelo Centro Operário Natalense. Ver resolução n. 188/1915 (*A REPUBLICA*, Natal, 07 dez. 1915; 09 dez. 1915; 10 dez. 1915; 15 dez. 1915); resolução n. 195/1916 (*A*

oposição a essas esferas de poder, de incentivar greves ou manifestações de qualquer ordem contra essas instituições.

No ano de 1913, mais especificamente em agosto, pouco antes da eleição para o Conselho de Intendência do município, o *Centro Operario Natalense* e os artistas da cidade reunidos sugerem o nome de Eduardo dos Anjos para concorrer a uma vaga na Intendência. A candidatura, não sabemos exatamente o porquê, não se consolida e, como vemos em matérias seguintes, a classe de artistas define o nome do major José Mariano Pinto, o Zé Pinto, gerente de *A Republica*, para ser o seu candidato<sup>64</sup>. O fato é inédito na política local.

E, nesse mesmo período, a imprensa do Estado e da capital pleiteiam também um lugar no Conselho de Intendência municipal, lançando o nome do Dr. Alberto Roselli, redator-secretário de *A Republica*, para ser seu representante nas eleições de outubro de 1913. Alberto Roselli, filho de um ex-intendente, Angelo Roselli, sai-se vencedor. Diante desse quadro, não obstante falarmos aqui de pessoas ligadas a associações subvencionadas pelas esferas de poder instituídas, é possível dizer que nesses meados da década de 1910 inicia-se

---

*REPUBLICA*, Natal, 09 dez. 1916; 11 dez. 1916); resolução n. 199/1918 (*A REPUBLICA*, Natal, 28 dez. 1918); resolução n. 203 (INTENDENCIA Municipal. *Resolução n. 203*. Natal: tipografia de Augusto Leite, 1919); e as demais resoluções orçamentárias publicadas nesse período (as subvenções dadas a essas associações perduraram por todo o período aqui estudado).

64 Certamente, a mudança de nome deve ter sido uma sugestão da direção do PRF no Rio Grande do Norte. Como dissemos, os diversos órgãos criados pelo operariado local neste início do século XX não têm autonomia. Eles obedecem aos desejos dos que comandam o estado, que lhes patrocina e mantém com eles uma relação paternalista.

uma abertura política que será confirmada na década seguinte, com a criação, na referida instituição, de uma vaga destinada a um representante das classes desportistas, uma para o dos contribuintes da décima urbana e outra para o dos operários da cidade, as “vagas destinadas à minoria<sup>65</sup>”, como será dito, que abrem espaço na política local a grupos sociais que, até então, estavam à margem do processo eleitoral.

Em resumo, as principais mudanças sentidas na Intendência na década de 1910, são estas duas: a divisão das suas atividades em três comissões, e a maior participação de outros grupos sociais, especialmente a classe dos “artistas”, na política local. Ambas as mudanças serão sentidas com mais força na década seguinte. Década cujo início é marcado pela construção de uma nova sede para a Intendência, inaugurada em 1922, ano do centenário de independência do Brasil.

A história da construção dessa nova sede revela alguns elementos da história da instituição que ela abrigará. Em 1905, em um rico relatório, o coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura trata, entre outros pontos, do paço municipal. As palavras são de lamentação e revelam a precariedade do funcionamento da Intendência e de sua situação financeira. Relata o intendente que “Sem edificio proprio para o funcionamento de suas sessões e outras necessidades administrativas, a Intendencia desta Capital tem peregrinado por varios predios, com detrimento da bôa ordem e regularidade do serviço publico.”<sup>66</sup>

65 Ver, entre outras edições, *A REPUBLICA*, Natal, 06 set. 1925.

66 *A REPUBLICA*, Natal, 14 jan. 1905.



Tendo consciência de que esse estado de coisas era prejudicial ao desenvolvimento das atividades da Edilidade, os intendentes elaboraram uma resolução, segundo consta no relatório citado, aprovando a compra de uma casa que servisse como sede para o poder municipal. Um prédio, em mau estado, foi comprado no início da avenida Junqueira Ayres, na Cidade Alta. Aconteceu, porém, que a Intendência teve de se desfazer da propriedade em curto espaço de tempo, transferindo-a ao governo do Estado, em virtude de dívida contraída para a reconstrução do mercado público, em 1901. Joaquim Manoel revela-se, contudo, otimista em relação à aquisição de um novo prédio para o governo municipal, afirmando que o malogro da primeira tentativa não deveria causar desânimo nos intendentes.

E não demora muito para que a Intendência busque novamente adquirir um prédio próprio. No ano de 1906, os intendentes aprovam uma nova resolução, de nº 103, autorizando o presidente a despender uma quantia de até quinze contos de réis para adquirir um edifício em condições de abrigar as atividades da Intendência. Ao que vemos das resoluções seguintes, a verba deve ter sido insuficiente ou, o que é mais provável, nunca saiu do papel.

Isto porque, em 1909, por meio da resolução nº 135, o Conselho de Intendência autoriza o seu presidente, ainda o coronel Joaquim Manoel, a contratar, com o coronel João Chrisostomo Galvão, importante proprietário local, o aluguel de uma casa situada no ângulo da Rua Vigário Bartolomeu com a Ulisses Caldas, na Cidade Alta, pelo prazo máximo de cinco anos. Em algum momento entre os anos de 1909

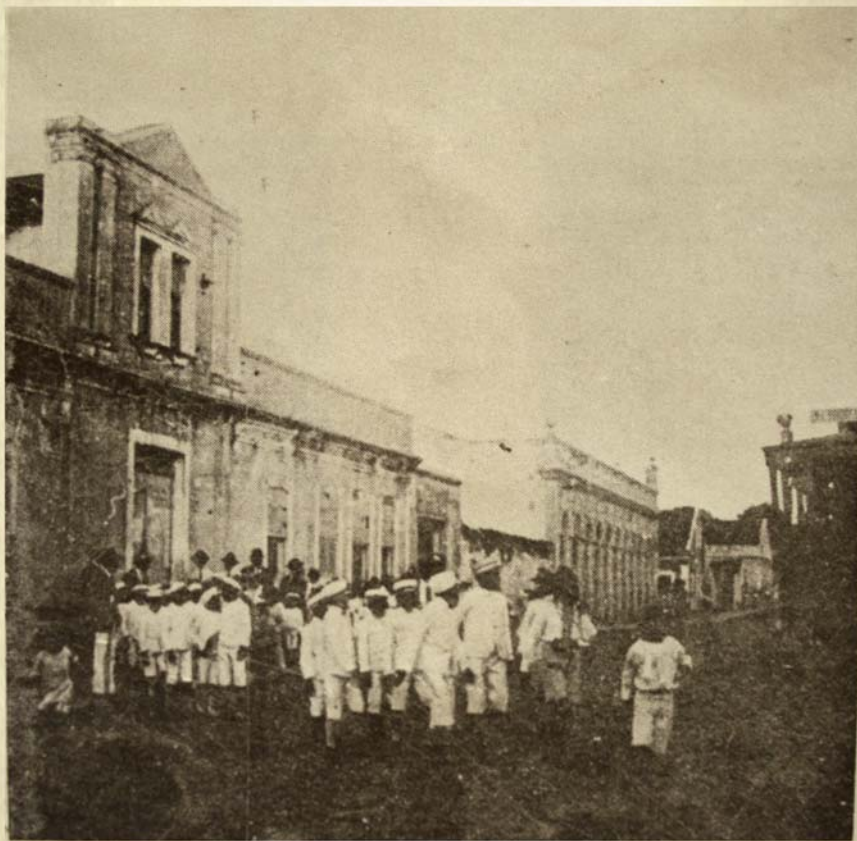
e 1912, essa mesma casa deve ter sido comprada ao coronel João Chrisostomo, visto que a resolução de nº 167/1912 autoriza o presidente da Intendência a vender “a casa de propriedade desta Intendencia, situada no angulo das ruas Vigario Bartholomeu com a Ulysses Caldas<sup>67</sup>”, pelo valor de seis contos de réis. A venda do imóvel, recentemente comprado, devia-se à necessidade dessa instituição de arrecadar verba para a construção de um novo cemitério no subúrbio da capital, segunda consta no artigo 2º da citada resolução.

O novo cemitério não veio; a cidade teve de se contentar com o já existente, no Alecrim, região da cidade tornada oficialmente bairro em 1911. De 1912 em diante, não temos mais resoluções que contem a história da peregrinação do Conselho de Intendência pelas ruas da cidade, em busca de uma sede própria. Mas, vemos pelos jornais que, em algum momento da década de 1910, a Intendência mudou-se para um prédio situado na esquina da Rua Ulysses Caldas com a Avenida Junqueira Ayres. O prédio, visto na imagem a seguir, era vizinho da farmácia Torres, do farmacêutico Joaquim Torres, personagem que também integrou o Conselho de Intendência.

---

67 RESOLUÇÃO Municipal nº 167. *A Republica*, Natal, 31 dez. 1912.

**Imagem 3** – Foto da sede da Intendência, tirada por Manoel Dantas na década de 1910. À direita, na imagem, vê-se o prédio da farmácia Torres. Na década de 1920, essa sede, modesta em suas formas, dará lugar a um prédio mais imponente, de estilo eclético, que ainda hoje sedia a prefeitura da cidade



Fonte: MIRANDA, 1981, p. 56.

O dito prédio foi posto abaixo em 1922, na gestão do presidente Theodosio Paiva<sup>68</sup>, tendo sido construído um novo no mesmo ano, dentro das comemorações do centenário da Independência do Brasil. A nova sede era imponente por sua arquitetura e representava uma nova fase da Intendência, que vinha desde fins da década anterior reerguendo as suas finanças<sup>69</sup>.

A peregrinação do Conselho de Intendência por diferentes endereços da cidade, por outro lado, é reveladora da frágil situação financeira vivida por essa instituição durante boa parte de sua existência. Para comprovar isso, basta dizer que em dois diferentes momentos o Conselho teve de se desfazer de seu patrimônio, no intuito de saldar dívidas e de arcar com despesas de obras na cidade.

O sucessor de Theodosio Paiva, o comerciante José Lagreca, outro homem bem-sucedido nos negócios, presidente do Banco do Natal, encontra a Intendência em melhor situação financeira. Mas não leva adiante projetos, nem obras de maior porte para a cidade. Sua gestão dura um ano, após o que renuncia alegando, como dito, falta de tempo para cumprir as funções de presidente da Intendência, que tinham de conviver com as atividades do homem de negócios e dirigente do Banco

---

68 Theodosio Paiva foi eleito presidente em 1919 para governar a cidade no triênio 1920-1922, mas em algum momento de seu governo afastou-se do cargo. Em 1922, quando o novo prédio foi inaugurado, era Fortunato Aranha, vice-presidente, quem estava à frente da Intendência.

69 No capítulo III, há uma tabela que apresenta dados do orçamento da Intendência dentro do recorte temporal da pesquisa.

do estado. Temos aqui um trauma, um momento de quebra, de ruptura, após o que a Intendência segue um novo rumo.

## **Novos rumos: a década de 1920 e o processo de burocratização da Intendência**

Entre janeiro e maio de 1924, a cidade será administrada pelo vice-presidente Joaquim Torres, farmacêutico formado na Bahia, professor do Atheneu, proprietário da Farmácia Torres. Logo se vê uma primeira mudança: mudança no perfil do gestor<sup>70</sup>. Mas o farmacêutico Torres também não tem muito tempo para executar novos projetos para a cidade. Ele chega a se candidatar ao cargo de presidente da Intendência, desejo de manter-se à frente da gestão da cidade, mas é derrotado pelo bacharel Manoel Dantas.

As matérias que tratam da sucessão na Intendência e as próprias declarações do Dr. Manoel Dantas revelam um clima de otimismo e de esperança em relação ao futuro da cidade. Era preciso reformar. Mudar. Dantas parecia ser a pessoa certa para pôr a cidade em um novo caminho. E quando falamos em reforma, mudança, não nos referimos apenas à cidade em seu aspecto físico: era preciso sim mudar as formas da cidade, calçar ruas, avenidas, criar novas vias, reformar praças. Mas essa reformulação do espaço citadino não viria sem mudanças na instituição que cuidava dos destinos da cidade.

---

70 Questão a ser discutida no próximo capítulo.

Na entrevista dada por Dantas logo após sua posse, esse é o principal ponto abordado. A Intendência funcionava de maneira arcaica e, com isso, não era capaz de criar uma nova cidade. O novo gestor apontava que a instituição criada no regime republicano para gerir os negócios municipais funcionava ainda nos moldes das extintas Câmaras. No diálogo com o entrevistador d'*A Republica*, Dantas, admitindo que teria um árduo trabalho pela frente, mostra qual seria o seu maior desafio, expondo a deficiente organização da administração municipal: “apesar de dispôr de auxiliares inteligentes, a organização administrativa dos diversos ramos do serviço municipal algo deixa a desejar: basta dizer que o regimento interno data de 1882 e o Código de Posturas data de 1916.<sup>71</sup>”

Estranhamos, a princípio, a informação de que o regimento interno da Intendência datava de 1882. Essa instituição funcionaria ainda de acordo com o regimento da extinta Câmara municipal? É possível que a data seja fruto de um erro tipográfico, mas em editais publicados pela Intendência entre 1906 e 1908, os fiscais Raymundo Filgueira e Paschoal Romano Sobrinho convocam os comerciantes da cidade para a correção geral dos estabelecimentos, tomando como referência o regulamento interno da Câmara de 1877<sup>72</sup>, o que torna plausível o dado apresentado por Dantas na referida entrevista.

Sabemos que os planos de Manoel Dantas para reformar a estrutura da Intendência não puderam ser executados por ele, em seu curto governo de 45 dias. Coube ao genro, Omar

71 *A REPUBLICA*, Natal, 04 maio 1924.

72 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 12 fev. 1906; 15 out. 1906; 14 out. 1908.

O'Grady, levar adiante os planos de reformulação dos ramos da administração municipal. Em outras palavras, podemos dizer que o novo gestor deu início a um processo de racionalização do funcionamento do Conselho de Intendência, inaugurando uma gestão burocrática.

Uma das primeiras ações de seu governo foi a elaboração da resolução de nº 241, aprovada em janeiro de 1925. A citada lei autorizou o presidente da Intendência a formular um novo regulamento interno para a organização do poder municipal<sup>73</sup>, o qual foi concluído e publicado em maio daquele ano, alterando por completo o funcionamento da administração do município.

Já nos referimos aqui a uma das principais mudanças propostas pelo novo regulamento: a divisão das atividades da administração municipal em três diretorias, a de Fazenda, a das Obras Públicas e a do Expediente, cada uma delas contando com um corpo próprio de funcionários, além de um diretor com formação voltada para a área por ele dirigida.

A diretoria da Fazenda era responsável por tudo quanto dissesse respeito às receitas e despesas municipais e sua respectiva escrituração. Cabia ainda a essa diretoria dirigir e uniformizar o serviço geral de contabilidade do município e centralizar o orçamento das outras diretorias, de modo a ordenar o plano de orçamento do município. Estava subordinada a

---

73 Lembramos que, no ano anterior, o Governo do Estado passou também por uma reforma administrativa, chefiada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros, a qual dinamizou a gestão estadual, com a instituição de departamentos com quadro de funcionários próprios e com maior autonomia em relação à estrutura anterior, mais centralizada.

ela a fiscalização municipal em tudo que estivesse relacionado à arrecadação de impostos, verificação de licenças, estabelecimentos comerciais e industriais e verificação de infrações por falta ou insuficiência de licenças ou taxas. Contava, para isso, com funcionários especializados, como um tesoureiro, um agrimensor, um procurador fiscal, além de escriturários. As funções de cada um desses empregados, e as dos demais, ligados às outras duas diretorias, estavam detalhadas em diversas alíneas do regulamento.

À diretoria de Obras cabia a administração e execução das diversas obras municipais. Ela superintendia, ainda, os serviços relativos à carta cadastral, à viação, ao embelezamento e ao saneamento da cidade, às instalações mecânicas, à limpeza e arborização da cidade. Estava subordinada a ela a fiscalização do modo de execução de construções e reconstruções, reparos, consertos e acréscimos de quaisquer prédios e serviços nas vias públicas do espaço urbano natalense. A diretoria possuía um escritório técnico e três seções: a de obras, a do almoxarifado e a da limpeza e jardins. O escritório técnico organizava os projetos e orçamentos a serem submetidos ao presidente da Intendência, dava o nivelamento e alinhamento de obras particulares e fiscalizava-as e geria o quadro de funcionários da Diretoria. À seção de obras, cabia a administração e execução das obras aprovadas. A última seção cuidava da limpeza pública e zelava pelos jardins e arborização. A diretoria contava entre seus funcionários com um auxiliar técnico, um desenhista, um administrador de obras, um almoxarife, além de um engenheiro no cargo de diretor.



A diretoria do Expediente era aquela mais próxima ao presidente da Intendência, ajudando-o a gerir a estrutura das outras duas diretorias, organizar o seu corpo de funcionários; era responsável, enfim, por todo o expediente da Intendência. O cargo de diretor do Expediente foi ocupado pelo então secretário da Intendência, o bacharel Mario Eugenio Lyra. Além da portaria e do arquivo, estava subordinada à diretoria do Expediente a instrução pública municipal. Pertenciam à diretoria, entre outros, um amanuense datilógrafo, um porteiro arquivista, um inspetor escolar, além dos professores<sup>74</sup>.

A diretoria de obras, como se vê por nossa descrição, era aquela de estrutura mais complexa e que possuía mais funções dentro do novo quadro administrativo. Assumiu-a, em janeiro de 1925, o engenheiro Paulo Leopoldo Pereira da Camara, mas, por razões não explicadas, ele pediu demissão em maio do mesmo ano. Passou, então, a atuar interinamente no cargo o sr. Mathias Marinho, auxiliar técnico da diretoria. E, como interino, manteve-se no cargo durante toda a gestão O'Grady, pois a Intendência não conseguiu encontrar outro engenheiro para substituir Paulo Leopoldo<sup>75</sup>. A razão para tal,

---

74 Essas e outras informações relativas às diretorias criadas em 1925 foram retiradas de REGULAMENTO geral dos departamentos da Intendência de Natal. *A Republica*, Natal, 19-24 maio 1925; 26-31 maio 1925; 02-07 jun. 1925; 09 jun. 1925; 11 jun. 1925; 13-14 jun. 1925; 16 jun. 1925. O Regulamento possui 298 artigos, versando minuciosamente sobre o funcionamento de cada uma das diretorias e as funções de seus empregados, e trazendo disposições gerais sobre direitos e deveres do funcionalismo público municipal.

75 É o engenheiro O'Grady, portanto, quem estará à frente da diretoria durante todo o período em que governa a cidade, como vemos pelos relatórios municipais, analisados no último capítulo. Seria a situação desconfortável para o

segundo o gestor, estava no baixo rendimento do diretor, ao qual se pagava seis contos anuais, valor não compatível com as responsabilidades do cargo. Diante disso, o gestor afirmou, em relatório anual, que chamou a si mesmo muito das responsabilidades técnicas e da rotina do serviço da diretoria<sup>76</sup>, ou seja, acumulou as funções de presidente da Edilidade e de diretor de obras.

Para as outras duas diretorias também foram chamados nomes de confiança de O'Grady, que foram responsáveis por auxiliá-lo na nova organização administrativa. Para o cargo de diretor da Fazenda, foi chamado o sr. Cicero Aranha, funcionário do alto escalão do Departamento de Fazenda do Estado, cedido pelo próprio Governador para organizar o serviço da nova diretoria. Tendo voltado ele para as suas funções no Departamento estadual, O'Grady nomeou para o cargo o sr. Theophilo Pereira Brandão, ex-contador do Tesouro do Estado. Para a direção da diretoria do Expediente, foi nomeado o secretário da Intendência, Mario Eugenio Lyra<sup>77</sup>, que permaneceu no cargo até 1930.

A necessidade de criar uma nova estrutura para a administração da cidade foi explicada por O'Grady no relatório

---

gestor, ou, ao contrário, ela lhe traria maior autonomia, liberdade, para a gestão e execução das obras públicas na cidade. Por que razões o engenheiro Paulo Leopoldo teria pedido demissão do cargo? Não teria suportado interferências de O'Grady em seu trabalho? Possibilidade plausível que não podemos, porém, confirmar com nossas fontes.

76 Ver GOVERNO do Município – Relatório do Presidente Omar O'Grady. *A Republica*, Natal, 05 jan. 1926.

77 Ibid.

da gestão municipal do ano de 1926. Segundo o gestor, a organização dos departamentos da Intendência deveu-se ao desenvolvimento financeiro do município e ao consequente aumento de serviços públicos. A nova estrutura visava aumentar a eficiência das atividades do poder municipal, investindo em um quadro de funcionários especializados e aumentando, na medida em que estabelecia normas precisas de suas funções, a sua capacidade de trabalho.

Isto fica exemplificado em alguns dados apresentados por O'Grady: em 1924, antes de assumir o cargo de presidente da Intendência, o movimento financeiro dessa instituição era de aproximadamente 325 contos de réis; em 1925, esse movimento foi para a casa dos 600 contos. Com quase o dobro de movimento financeiro e, em consequência, de serviços administrados pelo poder municipal, o aumento no número de funcionários titulados foi pouco mais de 30%, passando de 27 para 36. A explicação para o aumento da produtividade é explicado pela regulação dos expedientes, que passaram a ser dados em dois horários, pela manhã, das 8h às 11h, e pela tarde, das 13h às 16h30, prorrogáveis de acordo com a demanda dos serviços. Antes, ao que deu a entender o gestor, o horário de expediente era feito pelo funcionário<sup>78</sup>.

Essas e outras mudanças, como já ressaltamos aqui, se deram em nome da eficiência. A busca pela criação de uma estrutura mais dinâmica para a gestão da cidade, busca pela

---

78 "Lembremos, também, que se isto conseguimos (aumento da produtividade do funcionalismo público – parêntesis nossos) foi em grande parte devido ao aumento das horas de expediente que eram as de praxe nas Repartições publicas e por todos bem conhecida..." (Ibid.), é o que afirma o gestor.

racionalização dos serviços municipais, pode ser entendida como a criação de um regime burocrático. O conceito de burocracia, hoje ligado às ideias negativas de atraso, morosidade e ineficiência, foi analisado pelo sociólogo alemão Max Weber, no início do século XX, e se encaixa no processo que ora discutimos.

Segundo o sociólogo Edmundo Campos<sup>79</sup>, a análise weberiana vê com algum entusiasmo a racionalidade permitida pela organização burocrática do Estado em seu tempo e, simultaneamente, revela o temor à criação de um superestado, à expansão da autoridade burocrática a ponto de se criar uma ditadura dos burocratas (temor que se revela quando o autor trata do Estado socialista). Já para Tragtenberg, Weber estuda a burocracia, essencialmente, pela segunda razão, o temor. O sociólogo alemão, segundo Tragtenberg, enxerga na expansão da burocracia no sistema social um grave perigo para o homem e, em decorrência disso, intenta criar mecanismos de defesa contra o regime burocrático<sup>80</sup>.

Não nos deteremos aqui na discussão sobre as razões pelas quais Weber, de maneira pioneira, desenvolveu seus estudos sobre a burocracia, pois isto foge às intenções de nosso trabalho. Mas vamos apresentar, brevemente, as principais características do regime burocrático, segundo esse sociólogo, no intuito de fazer um paralelo entre essas características e as que passam a ser adotadas na administração municipal de Natal

79 CAMPOS, Edmundo (Org.). *Sociologia da Burocracia*, p. 9-15.

80 TRAGTENBERG, Mauricio. Max Weber. In: \_\_\_\_\_. *Burocracia e ideologia*, p. 108-185.

com o regulamento geral dos departamentos da Intendência criado por O'Grady e auxiliares.

De acordo com Weber, a autoridade racional legal, criada por meio do regime burocrático, fundamenta-se na organização de cargos/funções, estabelecidos por normas; na delimitação de áreas específicas de competência, definidas por uma divisão do trabalho sistemática; na construção de um princípio hierárquico para organização dos cargos/funções; na especialização dos membros do quadro administrativo, de modo a só serem admitidos *funcionários* habilitados a exercerem as atividades para as quais foram contratados; na separação clara entre os membros da administração da propriedade dos meios produtivos e da administração<sup>81</sup>.

O autor aponta, ainda, que o regime burocrático atende às necessidades dos Estados e de outras instituições, como Igreja e o Exército, que precisam lidar com grandes públicos e organizar atividades complexas. Para o sociólogo,

A administração burocrática é sempre observada em igualdade de condições e de uma perspectiva formal e técnica, o tipo mais racional. Ela é, atualmente, indispensável para o atendimento das necessidades da administração de massa. No setor administrativo, a opção está entre a burocracia e o dilentantismo.

---

81 WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). *Sociologia da Burocracia*, p. 17-19. Weber aponta oito fundamentos do regime burocrático, dos quais apresentamos, de maneira breve, cinco que consideramos mais importantes. Sobre o termo *funcionário*, para Weber, ele representa um personagem que nasce com o regime burocrático. Funcionário é aquele que tem uma formação específica e que atua dentro dessa área de formação, com uma *função* bem delimitada.

A fonte principal da superioridade da administração burocrática reside no papel do conhecimento técnico que, através do desenvolvimento da moderna tecnologia [...] tornou-se totalmente indispensável.<sup>82</sup>

Acreditamos que as características apontadas por Weber como as típicas do regime burocrático estão presentes no regulamento criado e posto em prática por O'Grady para reformular a administração local. O novo gestor, em acordo com as ideias de seu sogro e antecessor, o Dr. Manoel Dantas, acreditava que a Intendência não podia dar conta das necessidades da capital potiguar, que crescia em termos populacionais, tinha multiplicado o seu movimento financeiro e o volume das obras públicas e dos serviços urbanos, com uma estrutura administrativa arcaica e ineficiente.

Para racionalizar a administração municipal, era preciso tornar produtivas as atividades dos funcionários públicos, atividades essas que deveriam ser normatizadas, algo até então não feito pela administração pública municipal. Era necessário também investir em um corpo de pessoas especializadas, para que uma nova ordem urbana, compatível com os ideais de modernidade, fosse construída em Natal. Como vimos, até a gestão O'Grady o quadro de técnicos da administração municipal era bastante reduzido, algo que começa a ser alterado em 1925, quando a Intendência toma para si a tarefa de realizar importantes obras na cidade, as quais, até então, ficavam a cargo do Governo do Estado.

---

82 Ibid. p. 24.

A nova organização administrativa, aliada ao uso de conhecimentos-perito<sup>83</sup> como o higienismo e, em especial, o urbanismo, dão à Intendência, como instituição, um caráter de impessoalidade, neutralidade. A gestão municipal seria, a partir dessa reforma administrativa, guiada pelos saberes técnicos, por normas claras de administração e por membros especializados. Sabemos, porém, que essa impessoalidade/neutralidade não passa de um ideal inalcançável. Antes de tudo, em virtude dos laços de amizade e familiares que ligam os que administram a cidade nesse início de século XX, os quais serão melhor analisados no próximo capítulo. Além disso, deve-se considerar a neutralidade do conhecimento como um dogma já caído; é fácil reconhecer hoje que o saber técnico é guiado pelas mãos de quem o cria e/ou de quem dele se apropria. Por fim, a burocracia é analisada por Weber como um *modelo*, uma construção do *tipo ideal* e, como tal, suas características não podem ser plenamente postas em prática.

De qualquer modo, é difícil negar que o regulamento geral dos departamentos da Intendência estabelece uma nova forma de gerir a cidade, que passa a ser vista com outro olhar na administração do engenheiro Omar O'Grady. Essa nova forma de administrar, mais dinâmica, mais racional, permite ao órgão administrativo o desenvolvimento acelerado, se comparado ao momento anterior, de obras importantes para a capital potiguar, como as de calçamento, a abertura de novas vias, a construção e manutenção de jardins públicos, além da ampliação dos serviços urbanos e do desenvolvimento de um

83 Ver GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*.

plano urbanístico que visava ordenar o crescimento futuro da cidade.

A administração de Omar O'Grady também será marcada pela instituição das vagas destinadas à minoria para o Conselho de Intendência. Desconhecemos a lei responsável por definir a criação dessas vagas – se é que, de fato, houve alguma lei a regulamentá-las. É possível que a decisão de criá-las tenha partido do PRF com apoio do presidente da Intendência, sem a criação de uma nova legislação, tendo em vista que as leis que tratam da composição dos Conselhos de Intendência no estado discorrem apenas sobre o número de intendentes e os casos de incompatibilidade.

O conhecimento da criação dessas novas vagas se deu pela leitura das matérias de jornal. Em setembro de 1925, vemos *A Republica* anunciar que Eduardo dos Anjos (ele, mais uma vez) e o Dr. Francisco Ivo Cavalcanti disputariam os lugares reservados para a minoria no Conselho Municipal, como candidatos do operariado e das classes desportivas, respectivamente<sup>84</sup>. Como candidatos não filiados ao PRF, concorreram às vagas Cyrineu de Vasconcellos e Nizário Gurgel, os quais foram fragorosamente derrotados pelos candidatos do partido que governava o estado<sup>85</sup>.

---

84 *A REPUBLICA*, Natal, 06 set. 1925.

85 Os candidatos não arregimentados, como eram chamados aqueles não filiados ao PRF, conseguiram apenas três votos cada um. Eduardo dos Anjos e Francisco Ivo Cavalcanti ficaram com 121 e 120 votos, respectivamente, conforme vemos n'*A REPUBLICA*, Natal, 09 set. 1925. A possibilidade de fraudes, diante do que já expusemos sobre as práticas eleitorais no período estudado,



Nas eleições ocorridas no fim de 1928, foram definidas três vagas para as minorias. A vaga para o operariado foi mantida, ao passo que a vaga para as classes desportivas foi extinta, dando lugar a uma vaga para um representante dos profissionais liberais e uma outra para um representante dos contribuintes do imposto predial (na época, chamado de “décima urbana”), que representava a maior receita da Intendência nessa segunda metade da década de 1920. Os candidatos foram: José Ulysses de Medeiros, pelos contribuintes do imposto predial, Sylvio Feliciano Carneiro de Souza, pelos operários, e o Dr. Alfrêdo Lyra, pelas profissões liberais. Não temos notícias de candidatos da oposição concorrendo a essas vagas.

Não obstante as práticas eleitorais vigentes terem obstruído o caminho da oposição, que, raramente, saía-se vitoriosa nos pleitos, a instituição dessas vagas revela um novo olhar para grupos sociais que começam a se destacar na cidade e, com maior intensidade, reivindicam uma participação política nas esferas de poder instituídas. Como vimos, esse movimento já havia sido iniciado em meados da década de 1910, mas, naquele momento, a definição de um candidato do operariado parece ter partido da reivindicação de um grupo específico que integrava a Liga Artístico-Operária, com claro apoio daqueles que comandavam a política local, mas sem continuidade. Na década seguinte, a iniciativa de criação das vagas para a minoria parte, ao que vemos, do Conselho de Intendência,

---

não pode ser desconsiderada. Essa eleição definiu os membros do Conselho de Intendência para o triênio 1926-1928.

sem dúvida com apoio do Governo do Estado, e é adotada nos dois pleitos do período, o de 1926 e 1929.

Os governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine no Rio Grande do Norte, entre 1924 e 1930, estão atentos para o crescimento dos grupos operários e apoiam e subvencionam as associações por eles criadas<sup>86</sup>. A Intendência, ao instituir as vagas para a minoria, acompanha este movimento. Certamente, o aparecimento da figura do sindicalista Café Filho, que depois ocuparia a presidência da República com a morte de Getúlio Vargas, no início da década de 1920, liderando movimentos grevistas, pode ter acelerado esse processo de ampliação da participação dos grupos operários na política local. Quando as vagas para a minoria foram instituídas, porém, o sindicalista já não estava em Natal. Havia fugido para o Recife, por conta das perseguições sofridas no governo de Antonio José de Mello e Souza<sup>87</sup>.

Deve-se salientar que a medida é mais uma tentativa de trazer o operariado local para as “teias” dos poderes instituídos. Outra medida que se destaca na época é a criação da Universidade Popular, em 1925, pelo governador José Augusto, com apoio da Igreja Católica. As aulas eram ministradas por nomes importantes da elite local, incluindo o próprio governador, e tratavam de temas como o “momento operário”, a “regulamentação do trabalho” e a “educação operária<sup>88</sup>”. A

---

86 Ver SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 115-134.

87 Ibid. p. 141-144.

88 Ibid. p. 147-149.

Universidade, que também alcançou Goianinha e Touros, municípios do interior, visava afastar os operários de ideias “subversivas” de esquerda, que começavam a ser propagadas no operariado da capital, por Café Filho.

Para se ter uma ideia da imagem que o governo desejava criar sobre o operariado local, pode-se ver o texto publicado na coluna *Impressões de domingo*, n’*A Republica*, no qual o autor, intitulado Marcos, afirma ser incontestavelmente “Dignificador o movimento operário entre nós. Sem uma questão social propriamente a resolver, os que vivem do salário se entregam ao trabalho, unidos, em paz, identificados por um só ideal de amor e de solidariedade humana.” Ao final, Marcos aponta o exemplo a ser seguido: Jesus, o “divino obreiro” e “primitivo socialista<sup>89</sup>”. Fica clara, nas linhas escritas por Marcos, a intenção dos poderes instituídos de criar para o operariado local uma identidade de um grupo ordeiro, pacifista e que, portanto, não se deixaria levar por ideias que gerassem desordem pública, como as propostas por Café Filho. Contra Café, Jesus.

Difícil é negar, porém, que nesse período a Intendência começa a se tornar um espaço de representação política. É na esfera municipal de poder que alguns grupos que ganham destaque na sociedade da época encontram seu lugar no campo político-administrativo e, próximos ao poder instituído, podem ter algumas de suas reivindicações ouvidas com maior clareza. Infelizmente, as fontes que usamos não nos permitem perceber com precisão os desejos, as intenções desses grupos,

---

89 A REPUBLICA, Natal, 22 jul. 1924.

especialmente do operariado. Mas eles não devem ser tomados como simples “massa de manobra”. A conquista de uma vaga na gestão municipal deveria ser entendida por eles como um passo estratégico.

Nesse mesmo período, a tardia criação do cargo de prefeito em Natal gera uma última alteração significativa na Intendência que, agora, não mais agrega o poder Executivo. Essa mudança foi proposta pela constituição estadual de 1926, que, em seu art. 70, definiu que a administração do município ficaria a cargo do prefeito e do Conselho de Intendência, sendo ao primeiro conferido o comando do poder Executivo e a essa instituição o poder deliberativo. Em outras palavras, a administração do município de Natal, e dos demais que compunham o Rio Grande do Norte, passou a seguir uma estrutura similar à que vemos em nossos dias: a Intendência manteve-se com a responsabilidade de criar as leis, editais e projetos para desenvolvimento da cidade, os quais, a partir de então, tinham de passar pela aprovação do prefeito, que os punha em execução, ou os vetava, caso considerasse-os incompatíveis com as necessidades do município. Isso, é claro, nos termos da lei. Na prática, cremos ser mais apropriado dizer que a Intendência passou a ser um órgão figurativo, que apenas referendava as decisões tomadas por O’Grady, nomeado prefeito pelo governador do Estado, em acordo com o parágrafo único do art. 72 da Constituição estadual<sup>90</sup>, que afirmava ser de livre nomeação do governador o cargo de prefeito da capital.

---

90 RIO GRANDE DO NORTE. Constituição política do Rio Grande do Norte (Título V – Os municípios). *A Republica*, Natal, 13 ago. 1926.

O decreto estadual de nº 365/1927 estabelece mais normas para a organização municipal no Rio Grande do Norte. O princípio de autonomia municipal é reiterado, em acordo com o art. 68 da Constituição federal, e art. 3, da Constituição estadual. O decreto regulamenta o funcionamento da Intendência de modo mais minucioso que a Constituição de 1926, sem apresentar, porém, novidades significativas em relação à lei máxima do estado. As mudanças indicadas por ela e pelo citado decreto serão postas em prática na capital potiguar no início de 1929, sendo mantido o Conselho de Intendência eleito em 1926 com as mesmas funções dos anteriores.

Resta-nos discutir como a Intendência sobreviveu por tanto tempo na capital potiguar, acumulando, simultaneamente, o poder Executivo e Legislativo municipal. Para isso, tomaremos como exemplo a organização administrativa do Rio de Janeiro, distrito federal, e dos municípios de Porto Alegre e de São Paulo. A escolha se deve a uma razão simples: sobre esses municípios encontramos mais informações acerca de sua organização administrativa no período aqui estudado, por estarem entre os maiores do país. Lembramos, ainda, que a bibliografia que discorre sobre organização administrativa municipal é um tanto quanto escassa, o que dificulta a análise, mesmo que breve, de outros municípios.

No Rio de Janeiro, capital federal, o Conselho de Intendência, como o conhecemos na capital potiguar até 1926, sobreviveu até o ano de 1892. Neste ano, a lei federal nº

85<sup>91</sup> estabeleceu uma nova organização municipal do distrito federal, criando o cargo de prefeito, responsável pelo exercício do Poder Executivo, nomeado pelo presidente da República<sup>92</sup>, com a aprovação do Senado Federal, para governar o município por quatro anos. O Poder Legislativo continuou nas mãos de um conselho deliberativo formado pelos intendentess municipais, eleitos pelo voto do eleitorado local.

Em Porto Alegre, a administração municipal, segundo Margaret Bakos, é dividida – ao menos a partir de 1897, marco inicial da pesquisa da autora – entre a Intendência e o Conselho Municipal. A primeira esfera de poder era chefiada pelo Intendente, que comandava o Executivo e legislava por meio de decretos, auxiliado pelo vice-intendente e pelos Subintendentes, um para cada distrito da cidade. O Conselho Municipal discutia, exclusivamente, as questões orçamentárias. Vemos em Porto Alegre uma administração mais centralizada, nas mãos do Intendente. Este, porém, tem sua liberdade vigiada pelo Governador do Estado, de acordo com a análise de Bakos<sup>93</sup>.

---

91 BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n. 85, de 20 de setembro de 1892*. 16p. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

92 A nomeação do prefeito não era exclusividade da capital federal. De acordo com Montoro, em 12 dos 20 Estados brasileiros então existentes o cargo de prefeito da capital era de livre nomeação do Governador do Estado. MONTORO, Eugênio Franco. *O município na Constituição brasileira*, p. 39.

93 BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentess*, p. 35-39.

No município de São Paulo, a Intendência municipal aglutinou os Poderes Executivo e Legislativo apenas até 1892. Nesse ano, o poder legislativo ficou a cargo de uma nova Câmara Municipal então eleita, ao passo que, por meio da lei municipal nº 1, de 29 de setembro de 1892, criaram-se quatro intendências: Justiça e Polícia, Higiene e Saúde Pública, Obras Municipais e Finanças, cada uma delas administrada por um intendente, escolhido entre os vereadores, com poder executivo. Essa organização administrativa demorou pouco: em fevereiro de 1893 as Intendências foram extintas e substituídas por uma única, a Intendência Geral, com poder executivo, de acordo com a lei municipal nº 21.

Mas as mudanças não pararam por aí. Em 1894, pela lei municipal nº 121, o poder Executivo passou a ser exercido pelo presidente da Câmara e dois intendentess, o de Justiça e Polícia, e o de Obras. Em 1896, pela lei nº 203, o poder Executivo voltaria a ser exercido por quatro intendentess, de maneira semelhante ao que havia regulamentado a lei municipal nº 1/1890. Em 1898, pela lei nº 374, é finalmente criado o cargo de prefeito, exercido por um vereador eleito por seus pares. As Intendências tornam-se Seções diretamente subordinadas ao prefeito. Em 1916, o cargo passa a ser escolhido pela votação do eleitorado local<sup>94</sup>.

Em Natal, como já dissemos, a administração municipal esteve a cargo de um único órgão até 1926, a Intendência

---

94 Informações presentes em: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. *Acervo arquivístico*: fundos documentais custodiados. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/fundos\\_documentais\\_1255023339.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/fundos_documentais_1255023339.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011.

Municipal, com poder executivo e legislativo. O que teria levado essa estrutura a perdurar por praticamente três décadas e meia, tornando-se arcaica? Podemos levantar uma hipótese que explica, mesmo que parcialmente, a manutenção do Conselho de Intendência como órgão único da administração municipal.

Nossa hipótese é a de que essa estrutura, única, permitia uma maior vigilância do Governo do Estado sobre a administração municipal. O Executivo estadual e a cúpula do PRF exerceram um forte controle sobre a Intendência, cuja autonomia não ia além da letra da lei. Possuindo uma administração pouco eficiente, e com poucos recursos, a Intendência ficou na dependência do Governo do Estado para gerir os serviços urbanos e realizar obras de maior vulto.

O ano de 1924, como vimos, marca o início de um novo rumo para a administração municipal. Com mais verba, já que voltara a cobrar a décima urbana, e com uma reformulação administrativa, a gestão municipal, sob a chefia do engenheiro Omar O'Grady, pode tornar-se mais eficiente. O novo gestor tinha apoio do Governo do Estado para realizar as obras que a cidade precisava para se desenvolver. O'Grady, pela visão dos que administravam o Rio Grande do Norte, seria a pessoa certa para comandar o Executivo do município da capital, para se tornar o primeiro prefeito de Natal, cargo que, pelo que vemos na lei, condensava maior autoridade do que o de presidente da Intendência. Além disso, José Augusto, governador do Estado à época da promulgação da Constituição estadual de 1926, deve ter observado que o Rio Grande do



Norte mantinha uma organização municipal obsoleta em relação à da maioria dos demais estados da nação.

Em linhas gerais, isso é o que temos a apresentar sobre a organização administrativa do município de Natal, na Primeira República. Pudemos ver que a Intendência Municipal foi um órgão vigiado/controlado pelo governo do Estado, especialmente entre 1892 e 1924. Sua estrutura era bastante simples, sofrendo as primeiras alterações apenas em meados da década de 1910.

Nesse momento, a Intendência foi dividida em Comissões, sem que estas, porém, fossem dotadas de um corpo de funcionários próprios, como vimos. Com relação ao processo eleitoral, a maior marca desse período foi o envolvimento mais significativo da classe dos artistas/operários, que indicou, no pleito de 1913, um candidato para sua representação.

As mudanças iniciadas na década de 1910 são intensificadas na década seguinte, em especial com O'Grady. O regulamento geral dos departamentos de Intendência inaugura uma gestão municipal burocrática, mais eficiente, dinâmica. A partir daí, vemos que o Conselho Municipal toma para si obras de maior porte para o desenvolvimento da cidade. Mas, se por um lado a estrutura administrativa é significativamente alterada, por outro o gestor depende das relações pessoais de confiança, criada por laços familiares e de amizade, com os que governam o estado para gerir e se manter à frente do município. De qualquer modo, vemos a gestão municipal tomar novo rumo nesse período.

## Capítulo II

A elite que administrou a cidade  
do Natal na Primeira República

## Questões iniciais

**R**etomemos, de início, o objetivo central de nosso trabalho, qual seja o de analisar, no âmbito da administração municipal, o projeto de desenvolvimento de uma nova ordem urbana pela elite local e as ações desenvolvidas por esse grupo com o intuito de materializar tal projeto, entre 1904 e 1929. Há aqui, de imediato, um problema a ser discutido. O que chamamos de elite? Seria mesmo correto, preciso, falarmos de uma elite, ou estaríamos cometendo um equívoco ao juntarmos todos os personagens que passaram pela Intendência Municipal, entre 1892 e 1930<sup>95</sup>, em um só grupo? Muitos lembrariam, quanto a isso, que o Rio Grande do Norte, no período da Primeira República, foi administrado por duas distintas oligarquias: os Albuquerque Maranhão, que se fragilizaram com a morte do seu líder, Pedro Velho, no ano de 1907, sempre lembrado como fundador da República no Estado, e perderam o fôlego na campanha eleitoral de 1913; e a Oligarquia do Seridó, que ganhou espaço

---

95 Para efeito da caracterização das elites que compuseram os Conselhos de Intendência, optamos por recuar o nosso marco temporal inicial, 1904, tomando como referência o ano de 1892, em que se formou o primeiro Conselho, no intuito de agregar maior número de informações sobre os seus membros. Aquele marco, fazendo referência à resolução de nº 92, que definiu de modo mais claro os campos de atuação da Intendência Municipal, será mais significativo ao tratarmos dos mecanismos de intervenção dessa instituição no espaço urbano natalense (capítulos III e IV).

no segundo governo de Ferreira Chaves, iniciado em 1914, para só sair do poder com o movimento de 1930. Essa quebra gerada em 1914 seria capaz de nos propiciar uma compreensão de quem foram os personagens que administraram a capital potiguar nesse período?

Na construção de um caminho de análise para responder a essas questões, outras interrogações nos vêm à mente e nos guiam para a compreensão dos elementos que formaram o grupo que dirigiu a cidade de Natal na Primeira República. Cremos ser fundamental, primeiramente, sabermos que atividades/profissões exerciam os nossos personagens nessa Natal, entre fins do XIX e início do XX. Isso nos ajudará, certamente, a conhecer os interesses que tinham esses atores em participar do Conselho Municipal de Intendência e resgatará, em alguma medida, o caminho que traçaram até ingressarem nessa instituição.

Outra questão que precisa ser elucidada é a vinculação desses homens com outras esferas de poder; queremos nos referir aqui especialmente ao governo do Estado, mas também a sociedades como a Associação Comercial e as Lojas Maçônicas. Informações acerca dessas vinculações também podem ajudar-nos na compreensão da trajetória desses homens até a Intendência. Também é importante saber que base econômica possuíam esses Intendentes.

Buscamos pontos em comum entre esses homens, no intuito de verificarmos se existia uma trajetória dominante que os levava à gestão municipal. As respostas às questões propostas

podem nos ajudar também a entender como eram recrutados os elementos que integrariam a Intendência Municipal.

Além disso, desejamos conhecer minimamente a formação desses homens: em que instituições estudaram? O que liam? Respostas a tais interrogações auxiliam-nos a entender as formas de sociabilidade desse grupo e a perceber pensamentos compartilhados entre seus membros. Reconhecemos serem mais complexas estas últimas questões, em virtude da escassez de fontes que tratem do assunto. Todavia, por menores que sejam, dados sobre essa formação podem nos ser útil para entendermos as ações dos Intendentes e reconstituirmos caminhos comuns a eles.

Algumas das questões que acabamos de levantar foram realizadas pelo historiador inglês Peter Burke, em *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*, publicada em 1990. Nela, Burke se vale de dois métodos de análise: a prosopografia e o método comparativo. Interessa-nos, aqui, uma definição mais clara do que seja o primeiro, o método prosopográfico.

Em linhas gerais, uma abordagem prosopográfica é aquela que toma como objeto um determinado grupo de atores e se ocupa da investigação das características básicas comuns a esse grupo através do estudo coletivo de suas vidas. Esse método ganhou força na Inglaterra e nos Estados Unidos durante as décadas de 1920 e 1930<sup>96</sup>, momento em que se constituiu

---

96 DECCA, Edgar Salvadori de. Apresentação. In: BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*, p. 8.

uma tradição de estudos de biografias coletivas, logo associado à *história das elites*.

Essa associação a uma concepção de história vista do alto se justifica, pois a prosopografia muito pouco é aplicada às camadas ou grupos populares da sociedade. Neste aspecto, vemos que o método condiciona-se à natureza da documentação disponível para ser analisada pelo historiador: as elites, normalmente, deixam muito mais registros sobre suas ações e os valores que as guiaram do que os setores populares da sociedade. E isto parece ser ainda mais observável quando tratamos de temáticas como a da gestão da cidade.

Todas as fontes que estudamos em nossa pesquisa foram produzidas pela elite local, que compôs o cenário político do Estado e da capital no início do século XX. Faltam-nos documentos que tenham sido produzidos por outros grupos sociais que nos permitam analisar, com maior clareza, o que eles pensavam de sua cidade, como caminhavam por ela e como sentiam as mudanças que a elite, por meio da administração local, realizava em Natal naquele momento. Faltam-nos, mesmo, documentos produzidos pelas instituições de poder que repreendiam os desviantes, aqueles que se recusavam a cumprir as leis estaduais ou as resoluções do município, como os processos-crime. Em *notas policiais* n'A *Republica* encontramos, vez por outra, alguma notícia sobre uma briga de bar ou entre vizinhos, mormente no Passo da Pátria, área da cidade que à época fazia parte do Bairro da Cidade Alta e que, costumeiramente, era criticada pelos maus costumes de seus moradores, como bem vemos em obras como a do

higienista Januario Cicco<sup>97</sup>. Mas, tais notas são esparsas e escassas, não sendo possível, neste momento, tomá-las como fontes de nosso trabalho.

Deste modo, tendo em vista a natureza do nosso objeto de pesquisa e as fontes que temos à nossa disposição, o nosso trabalho buscará dar conta de uma caracterização geral, mesmo que por vezes imprecisa, da elite que esteve à frente da Intendência Municipal de Natal. Sobre nosso caminho para a construção dessa caracterização, uma ressalva deve ser feita: o método prosopográfico, como o vemos em Burke, não será aplicado plenamente em nosso texto, pois faltam-nos, em alguns momentos, informações relevantes que nos ajudem a ter uma compreensão mais clara do perfil daqueles que passaram pela administração municipal. Além disso, como dissemos, trata-se de uma análise dos membros da elite que estiveram à frente da Intendência Municipal, durante seu percurso para chegar a essa instituição, e não um estudo geral da elite local – embora acreditemos que os personagens aqui estudados sejam bem representativos desse grupo social – como o faz Burke em relação à Veneza e Amsterdã. Vamos, então, em busca das pistas que nos mostram algo sobre esses homens que administraram Natal na Primeira República.

---

97 Esse médico, em virtude de tais costumes, sugere a demolição do bairro, tendo em vista a impossibilidade de qualquer medida profilática surtir efeito naquele promíscuo meio. CICCO, Januario. *Como se higienizaria Natal*, p. 29.

## Afinal, quem eram os Intendentes?: em busca de respostas sobre a elite dirigente local

Começemos com alguns dados sobre os Conselhos de Intendência que se formaram em Natal e os atores que os compuseram. Entre os anos de 1892 e 1929, formaram-se nessa cidade treze diferentes Conselhos, tendo entre cinco e dez membros<sup>98</sup>. Pelas resoluções e editais municipais, tivemos referência de 59 nomes que pertenceram a esta instituição<sup>99</sup>. Temos informações sobre 44 desses homens, por meio de matérias e notas de jornal, além de obras memorialísticas e de perfil biográfico<sup>100</sup>, que nos mostram aspectos de sua formação, das atividades que realizavam na cidade, das ligações que possuíam entre si e da forma como viam o espaço em que viviam.

As informações, por vezes, são mínimas. A título de exemplo, sobre João Duarte da Silva, membro do primeiro conselho da Intendência, entre 1892 e 1894, temos apenas três listas que contêm o seu nome, todas de 1905. Duas delas

---

98 Esta variação numérica não corresponde, a princípio, com o que é determinado pelas leis e decretos estaduais, vistos no capítulo I.

99 Incluímos nestas contas, além dos intendentes municipais, três secretários do Conselho: Joaquim Severino da Silva, Arthur D. Mangabeira e Mario Eugenio Lyra.

100 Fazemos referência, aqui, a duas obras de Câmara Cascudo: *O tempo e eu* (1968) e *Gente Viva* (1970). Além destas obras, há ainda os dez volumes do *Livro das velhas figuras*. Merece destaque também o livro do historiador Raimundo Nonato, antigo membro do IHG-RN, *Bacharéis de Olinda e Recife*.



apresentam os maiores contribuintes da décima urbana<sup>101</sup>, e uma outra mostra os principais contribuintes dos impostos rurais; nas três figura o nome de João Duarte da Silva, do que depreendemos que foi grande proprietário tanto na área urbana do município, como na rural<sup>102</sup>. De resto, nada sabemos. Caso parecido é o de Joaquim Policiano Leite: seu nome aparece em quatro dessas listas, nos anos de 1905 e 1906. Afora isso, duas pequenas notas mostram que pertencia à Associação Comercial e à Previdente Natalense (sociedade de auxílio mútuo).

Mas, talvez, o caso mais emblemático seja o de Joaquim Severino da Silva. Uns vinte anos na Intendência (dezoito, para sermos precisos) como secretário e duas notas no jornal,

---

101 Imposto cobrado sobre as propriedades urbanas, pago, a princípio, à Intendência. Esta instituição, todavia, faz acordo com o Governo do Estado, repassando para a esfera estadual a cobrança do dito tributo, levando-se em conta, para tal, que era o Estado que patrocinava as maiores obras realizadas na capital durante quase toda a primeira República. Na segunda metade da década de 1920, a décima urbana passará a ser chamada de imposto predial, como vemos nas resoluções orçamentárias. Esse aspecto financeiro será posto em discussão no capítulo seguinte.

102 Os maiores contribuintes da décima urbana e dos impostos rurais compunham, de acordo com a lei federal nº 1.269, de 15 de novembro de 1904, a junta de alistamento eleitoral. Em março de 1905 publicam-se duas listas, uma com os maiores contribuintes da décima urbana, e outra relativa aos impostos rurais, ambas relativas ao exercício de 1902. Na primeira, aparece João Duarte na 11ª posição (127\$000 era o valor de sua contribuição); na outra lista, dos contribuintes do imposto rural (relativa àqueles que tiravam suas rendas de alambiques, currais de gado, casas de farinha e coqueiros, Duarte aparece em segundo lugar, com 15\$750). A lista de dezembro daquele ano, relativa ao exercício de 1905, apresenta somente os maiores contribuintes da décima urbana. Duarte ainda se mantém nela, na 13ª posição (101\$000) (*A REPUBLICA*, Natal, 18 mar. 1905; 27 dez. 1905).

uma sobre seu aniversário, e outra em que pede aforamento de um terreno na Rua 21 de Março, Cidade Alta, como representante do Club Carlos Gomes<sup>103</sup>. Além disso, há uma carta de aforamento que revela que o secretário da Intendência era um grande proprietário de terreno na Cidade Nova<sup>104</sup>. Em conjunto, essas pequenas referências podem nos ajudar a ter um quadro, ainda que geral, sobre os membros da elite local que dirigiram a capital potiguar de fins do século XIX e primeiras décadas do XX.

Dados estes pequenos exemplos, que retomaremos mais à frente, é chegado o momento de refletirmos sobre as questões que, inspirados na obra citada de Peter Burke, fizemos no começo desse texto. Começemos por uma questão mais simples, dadas as fontes que possuímos: que funções os homens que administraram Natal desempenhavam na cidade em que viviam? Em que trabalhavam e ganhavam suas rendas?

O balanço inicial que fizemos até o momento aponta que a maioria dos intendentes que passaram pelo Conselho Municipal ou, ao menos, daqueles que pudemos identificar, eram militares: trata-se de 21 nomes<sup>105</sup> (ver a tabela a

---

103 Ver, respectivamente, *A REPUBLICA*, Natal, 06 set. 1905; 16 mar. 1910.

104 NATAL. Prefeitura Municipal de Natal. *Carta de af. N° 574, de 1915*. Natal: s.d. O terreno possuía, aproximadamente, 4.000 m<sup>2</sup>. Essa e outras cartas de aforamento que serão citadas no texto nos foram cedidas pela bolsista de Iniciação Científica Gabriela Fernandes, que está sistematizando e analisando essa documentação.

105 Coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura (1895 a 1913, ocupando a presidência entre 1900 e 1913), Coronel Olympio Tavares (vice-presidente, 1896-1898), Major Joaquim Soares Raposo da Camara (1896-1898), Major Theodosio Paiva (1899-1910;

seguir<sup>106</sup>), entre os 43 identificados, distribuídos entre todos os Conselhos de Intendência formados em Natal entre 1892 e 1930. Cinco destes nomes ocuparam a chefia do poder municipal, tendo sido presidentes dessa instituição, com destaque para o Coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura, o “Quincas Moura<sup>107</sup>”, à frente da Intendência de 1900 a 1913.

---

1920-1922, sendo vice-presidente de 1900 a 1910 e presidente entre 1920 e 1922), Major Fortunato Rufino Aranha (1899-1910; 1917-1922; 1926-1930, sendo vice-presidente no segundo período), Major Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho (1902-1904), Coronel Pedro Soares de Araujo Amorim (1905-1907), Coronel Romualdo Galvão (presidente, 1914-1916), Coronel Joaquim José Valentim de Almeida (1914-1916), Major José Mariano Pinto (1914-1916), Coronel Felinto Elizio Manso Maciel (1914-1916), Coronel Avelino Alves Freire (1914-1916), Major Antonio Gurgel do Amaral (1914-1916), coronel Joaquim Policiano Leite (1917-1919; 1923-1925), Coronel Joaquim Ignacio Torres (1917-1919; 1923-1925, sendo vice-presidente no ano de 1923, e presidente entre janeiro e junho de 1924), Coronel José Lagrega (presidente no ano de 1923), Coronel Francisco Cascudo (1923-1925); Coronel João Galvão Filho (1926-1930), Major Enéas Reis (1926-1930), General Felizardo Toscano de Britto, Major José Ulisses de Medeiros (1929-1930).

106 Observamos apenas as atividades realizadas por esses personagens dentro do recorte temporal proposto em nosso projeto de dissertação. Destaque-se, ainda, que alguns deles exerceram mais de uma atividade, o que explica a soma dos números de intendentes ser superior a 43.

107 É assim que Manoel Dantas, em sua conferência intitulada *Natal d'aqui a cincoenta annos*, irá se referir ao seu “nobre amigo” Coronel Joaquim Moura, chegando a “prever” a continuação de seu governo até a década de 1920, momento que, para Dantas, representaria o auge da construção da Natal moderna. DANTAS, Manoel. *Natal d'aqui ha cincoenta annos*, p. 26.

**Tabela 1 – Intendentes da cidade do Natal e suas atividades e profissões**

| Atividades/profissões                  | Nº de Intendentes |
|----------------------------------------|-------------------|
| Comerciantes                           | 21                |
| Militares (Guarda Nacional e Exército) | 21                |
| Funcionários públicos estaduais        | 11                |
| Professores                            | 6                 |
| Religiosos                             | 3                 |
| Bacharéis em Direito                   | 2                 |
| Engenheiros                            | 1                 |
| Farmacêuticos                          | 1                 |

**Fonte:** elaboração própria, a partir de matérias de jornais, cartas de aforamento e livros de memórias.

Não conseguimos identificar a origem de todas estas patentes. Seriam alguns desses homens membros da antiga Guarda Nacional, fundada em 1831 e que perdurou até 1922? Essas patentes teriam sido objeto de herança? Ou estamos falando de militares de ofício, vinculados às Forças Armadas brasileiras? A maioria, ao que vemos, pertencia à Guarda Nacional<sup>108</sup>. Mas o que podemos afirmar no momento é que esses 21 homens estiveram à frente do Conselho de Intendência Municipal durante os seus 32 primeiros anos de funcionamento, entre 1892 e 1924.

---

108 Vários deles, como veremos, pertenciam a grupos como o Club da Guarda Nacional e o Grêmio Militar da Guarda Nacional.

Uma matéria publicada n’*A Republica*, de 31 de julho de 1917, pode nos ajudar a compreender a força que esses homens de patente terão na Intendência no período citado. Trata-se de um apelo emitido pela *Liga da Defesa Nacional* aos intendentes, com o intuito de que estes se empenhassem em sua tarefa de convocar homens para o exercício do serviço militar. Antes de tratarmos do conteúdo da mensagem, falemos sobre a *Liga de defesa nacional*.

Esta instituição foi fundada a 07 de setembro de 1916, tendo à sua frente o poeta Olavo Bilac e contando também com outros nomes eminentes da cultura e política do período, tais como Pedro Lessa, Miguel Calmon, Wenceslau Braz (à época, Presidente da República), Almirante Alexandrino de Alencar (à época, Ministro da Marinha), General Caetano de Farias (à época, Ministro da Guerra), Conselheiro Ruy Barbosa, Francisco de Paula Rodrigues Alves, João Pandiá Calógeras (à época, Ministro da Fazenda), Monsenhor Vicente Lustosa, Miguel Couto, o poeta Coelho Neto e o Conde de Affonso Celso, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Esta “plêiade de ilustres patrióticos”, como se autodenominavam esses homens em documento da *Liga*, tinha o “desejo sincero de soerguer, numa campanha nacionalista, as forças vivas e a energia moral da nação”, robustecendo “na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo<sup>109</sup>”.

---

109 Conforme vemos no Estatuto de fundação desta instituição, o qual pode ser visualizado em: <<http://www.ligadedefesanacional.org.br/principal.htm>>. Acesso em: 24 de agosto de 2010. A instituição, por sinal, ainda existe até hoje nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Ceará,

Intentava ainda esta instituição nacionalista desenvolver a educação popular, o civismo e o culto ao heroísmo, sempre em busca do engrandecimento da nação brasileira, conforme afirma o seu estatuto de fundação, publicado a 23 de setembro de 1916.

Este documento estabelece, ainda, que a *Liga* possui personalidade jurídica própria e autonomia administrativa. Apesar disso, a instituição esteve desde sua fundação bastante ligada aos Poderes Executivo federal, estadual e municipal, o que pode ser visto por aquele estatuto, que estabelece que o presidente da *Liga* fosse sempre o Presidente da República e os chefes dos Diretórios regionais, por sua vez, fossem os presidentes ou governadores dos Estados. A ligação com o poder municipal, representado pelos Conselhos de Intendência, pode ser vista na referida matéria d'*A Republica*.

No texto da *Liga* visto neste periódico, o Dr. Pedro de Lessa, então presidente da Comissão Executiva dessa instituição, afirmará que

[...] Uma função de grande valor é conferida às Juntas de Alistamento, das quaes fazem parte os chefes do poder Executivo municipal e os proprios vereadores e intendentes. Estando se a proceder ao alistamento do corrente anno, vem a Comissão Executiva do Directorio Central rogarvos que, com todo encarecimento, envoqueis o sentimento patriotico dos membros das mencionadas juntas

---

Piauí, Maranhão, Paraíba, São Paulo, Pará e Rondônia. Sua força, porém, não é a mesma de tempos anteriores, e a reforma estatutária de 1986, "considerando a impraticabilidade do acesso ao Presidente da República", tornou-o apenas peça figurativa, definindo-o, então, como presidente de honra.

e dos prefeitos e intendentes municipaes a fim de que dispensem o maximo cuidado e devotamento a esse serviço publico, um dos que mais importam á necessidade fundamental da defesa do paiz. Nunca foi tão necessário como agora o preparo militar da nação brasileira [...] <sup>110</sup>

É preciso reconstituir, mesmo que em linhas bem gerais, o que ocorria no cenário político brasileiro e internacional para que entendamos o conteúdo da mensagem do Dr. Lessa. A Liga de Defesa Nacional, intimamente ligada às esferas de poder institucional, conforme referimos, foi fundada no momento em que a Primeira Guerra Mundial atingia seu auge nos campos de batalha europeus, derrubando a atmosfera otimista que acreditava que o desenvolvimento da técnica levaria a humanidade a uma Era de Progresso e paz sem fins, sentimento este que marcou o período conhecido como *Belle Époque*<sup>111</sup>.

O Brasil havia adotado, inicialmente, uma postura neutra neste conflito bélico. Apenas em abril de 1917, decorridos quase três anos do início da Primeira Guerra, o país rompe sua neutralidade, após ter um navio, o vapor Paraná, um dos maiores da Marinha mercante, torpedeado por um submarino alemão, nas proximidades do cabo Barfleur, na França. É neste momento que Venceslau Brás, presidente do Brasil e, em consequência, presidente da *Liga*, declara guerra à Alemanha e aos países do Eixo.

---

110 A *REPUBLICA*, Natal, 23 set. 1916.

111 Ver, sobre isso, HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios* (1875-1914). Atentar, em especial, para os capítulos 10, *Certezas solapadas*: as ciências; 11, *Razão e sociedade*; 12, *Rumo à revolução*; e 13, *Da paz à guerra*, além do epílogo.

É dentro do contexto belicoso a que nos referimos que esta instituição de patriotas em defesa da nação, como se denominavam seus membros, é criada. E é já com o Brasil envolvido naquele evento que o apelo da *Liga* é publicado n' *A Republica*. A frase com a qual Lessa encerra o seu discurso, “Nunca foi tão necessário como agora o preparo militar da nação brasileira”, é reflexo desse clima de tensão trazido pela Guerra e de uma tomada de consciência da necessidade de preparar as Forças Armadas para a defesa da soberania nacional.

A posição de Lessa é apoiada pelo então governador do Estado do Rio Grande do Norte, e presidente do diretório regional da *Liga*, o Dr. Ferreira Chaves, que, em suas palavras, reitera a importância das Intendências e de seus membros na formação do Exército nacional: “Aos presidentes de Intendencia. Entre os serviços que incubem á administração publica do paiz, nenhum, na hora actual, sobreleva em importância á elaboração conscienciosa e, portanto, exacta, do alistamento militar.”<sup>112</sup> Palavras que, por sinal, são referendadas por outros nomes de referência no cenário político local da época, tais como Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, à época deputado federal e, entre os anos de 1924 e 1928, vice-governador do Estado; Henrique Castriciano de Souza, ocupante de diversos cargos políticos, entre os quais também o de vice-governador, que exercia à época, juntamente com as atividades de redator d' *A Republica*, advogado e educador; e Manoel Dantas, advogado, jornalista, professor, presidente da Intendência em 1924<sup>113</sup>.

112 *A REPUBLICA*, Natal, 23 set. 1926.

113 Além dos nomes referidos, assinam também o documento o desembargador Meira e Sá, João Dionysio Filgueira, Ponciano Barbosa, Moises Soares, Sebastião Fernandes



Como vemos, a formação do Exército nacional, instituição que seria responsável pela manutenção da soberania nacional, passava diretamente pelas mãos dos membros dos Conselhos de Intendência, em especial dos seus presidentes, que eram também os presidentes da Junta de Alistamento responsáveis pela definição daqueles que comporiam as forças armadas nacionais. Não sabemos precisar até quando coube esta função aos presidentes dos Conselhos, mas vimos que, ainda em 1920, Teodósio Paiva dirigia aquela Junta<sup>114</sup>.

Acreditamos que a Liga de Defesa Nacional e o evento da Primeira Guerra Mundial tiveram influência para que a presença de militares fosse tão significativa na Intendência Municipal de Natal no período que estudamos. O conselho eleito em 1913<sup>115</sup>, na iminência da Guerra, para governar a cidade entre 1914 e 1916 era formado quase que exclusivamente por militares, o que corrobora esta nossa afirmação. Mas, tanto a *Liga*, quanto a Primeira Guerra, representam apenas uma pequena fatia de tempo em relação ao período de 32 anos em que esses homens estiveram à frente do Conselho. Como poderíamos, então, explicar a presença desses atores no restante do recorte exposto?

---

e João Tinôco.

114 A REPUBLICA, 17 jan. 1920; 29 jan. 1920.

115 Era este Conselho composto pelo Coronel Romualdo Galvão, Major José Mariano Pinto, Coronel Felinto Elizio Manso Maciel, Coronel Avelino Alves Freire, o Major Antonio Gurgel do Amaral e o Dr. Alberto Roselli – filho do ex-intendente, Coronel Angelo Roselli, único “intruso” entre os homens de patente.

É preciso considerar que os militares e, em ampla perspectiva, o Exército como instituição nacional tiveram um papel fundamental na instauração do regime republicano no ano de 1889 e nos seus primeiros anos de funcionamento. A consideração, a bem da verdade, não é nossa e parece ser um consenso dentro da historiografia brasileira<sup>116</sup>. Deste modo, a presença de militares no comando da nação<sup>117</sup> deve ter se refletido nas indicações de candidatos feitas pelo Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte para a formação dos Conselhos de Intendência da capital no período que destacamos. Este é um caminho para explicar a preponderância dos militares na formação dos Conselhos de Intendência, mas ainda é pouco.

Em 1923, o último desses homens de patente assume a presidência da Intendência de Natal, o coronel José Lagreca. Exercia, simultaneamente, o importante cargo de diretor-presidente do Banco de Natal, tendo em vista que a função de Intendente era gratuita. Eleito para o décimo primeiro Conselho em 1922, torna-se presidente da instituição pelo

---

116 O papel desses militares na instauração do regime republicano pode ser visto, por exemplo, no tradicional livro de CARONE, Edgar, *A República Velha*. V. 2 (Evolução política); e em CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, obra que estuda a constituição de um imaginário e simbologia do novo regime.

117 No período da Primeira República (1889-1930) passaram pela presidência do Brasil o marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), Marechal Floriano Peixoto (1891-1894) e o Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). O papel dos militares, porém, foi significativo durante toda a Primeira República, especialmente pela necessidade de repressão de movimentos como o de Canudos (1895-1897) e a Guerra do Contestado (1911-1916), que marcaram a ainda instável República brasileira.



Omar O'Grady, formado no *Armour Institute of Technology*, de Chicago.

Aqui, imaginávamos, um claro recorte poderia ser feito. Era coisa simples: a gestão da cidade se dividia em dois claros momentos. No primeiro deles, a cidade havia sido governada por majores e coronéis da Guarda Nacional; tínhamos a Natal do *tempo dos coronéis*, sendo emblemática, nesta perspectiva, a figura do coronel Joaquim Manoel. Após isso, finda a administração do coronel José Lagreca, a cidade passara a ser governada por um farmacêutico, sucedendo-lhe um bacharel em ciências jurídicas e sociais e um engenheiro civil. Explicar-se-ia, assim, sem tantas delongas, o fato de a Intendência ter sido bem mais produtiva entre os anos de 1924 e 1930, especialmente durante a gestão de Omar O'Grady, um engenheiro, visto nas matérias de jornal como um homem pragmático, amante da ciência e da técnica.

Acontece, porém, que no Conselho de Intendência formado para gerir a cidade entre 1923 e 1925, e nos dois seguintes, o papel dos oficiais continuou a ser significativo. Como já elencamos, fizeram parte da Intendência, nesse período, Francisco Cascudo (1923-1925), Coronel João Galvão Filho (1926-1930), Major Enéas Reis (1926-1930), General Felizardo Toscano de Britto (1929-1930) e Major José Ulisses de Medeiros (1929-1930).

Além disso, devemos observar que estes homens que traziam ao lado de seu nome uma patente (normalmente, como dito, da Guarda Nacional), exerciam outras importantes funções na cidade. Eram, muitas vezes, ricos comerciantes; participavam

de sociedades como a Associação Comercial (entidade privada) e a Junta Comercial (entidade ligada ao governo do Estado, formada por deputados do Congresso Legislativo, cargo exercido por alguns dos personagens que ocuparam a Intendência). A patente devia servi-lhes, cremos, como símbolo de autoridade e poder, mas não como um meio de vida.

É ainda importante ressaltar que os títulos que esses homens possuíam de membros da Guarda Nacional não podem significar, senão em uma análise rápida, que estes velhos coronéis, alguns dos quais certamente adquiriram suas patentes nos tempos imperiais, não desejavam uma nova Natal, uma cidade renovada em suas formas e na maneira de ser de seus habitantes. Veremos, por alguns exemplos, que certos oficiais tinham suas vastas bibliotecas, viajaram para a capital federal, ou para a Europa, tiveram contato com um mundo cheio de transformações e, certamente, as desejaram para a sua pequena Natal, querendo-a nova, civilizada, progressista.

É preciso também observar que a maior dinamicidade da Intendência a partir de 1924 pode ser explicada por outros caminhos, como o da reestruturação administrativa, já discutida no capítulo anterior, e o incremento das rendas municipais por meio de acordos com o Governo do Estado. Não obstante esse aspecto, não podemos nos esquecer da importância de indivíduos como Omar O'Grady, cujo poder de iniciativa e capacidade de trabalho, marcas individuais sempre ressaltadas nas matérias de jornal do seu tempo, aliadas a bons relacionamentos com aqueles que estavam no comando do governo do Estado, devem ser consideradas para se explicar a mudança de rumo na administração da cidade nesse período.

Partamos neste momento para alguns exemplos que possam ilustrar as afirmações que até aqui fizemos. E por que não começar pelo já tão falado coronel Quincas Moura? Teria se mantido ele treze anos no comando da Intendência apenas pela sua patente? Certamente não. As fontes nos mostram que o coronel Joaquim Manoel T. de Moura foi importante comerciante local, tendo participado da Associação Comercial do Rio Grande do Norte (outros nomes aparecerão ligados a ela) e feito parte da Comissão de Arbitramentos e contas da dita Associação, no ano de 1906<sup>120</sup>. Não sabemos ao certo de que ramo de comércio o coronel Joaquim Manoel fazia parte. Possivelmente negociava os produtos feitos em sua Fazenda Santo Estevam, que vemos referida em duas notas de jornal<sup>121</sup>. Não sabemos onde, exatamente, ficava a tal fazenda, nem que produtos ali eram produzidos, mas uma rica crônica publicada n'*A Republica* (vamos aqui sempre ligando pontos, em busca de uma imagem melhor definida) pode nos trazer alguma luz sobre essas questões.

Entre as *notas inocentes* de Inocêncio (pseudônimo), publicadas no dito jornal em 1906, há uma em que o autor narra seu encontro com *tres presidentes*: o Dr. Meira e Sá, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o coronel Olympio Tavares (outro que fez parte da Intendência), então presidente do Banco de Natal, e o coronel Joaquim Manoel. Os fortuitos encontros trazem bastante alegria a Inocêncio. Afinal, encontrar-se com pessoas tão importantes e tão agradáveis

---

120 *A REPUBLICA*, Natal, 17 dez. 1906.

121 *A REPUBLICA*, Natal, 14 maio 1909; 18 maio 1909.

em um só dia era motivo de regozijo. Mas nenhum encontro agrada mais do que o que o autor teve com o presidente da Intendência. Ele o leva para conhecer uma parte da cidade – destacando-se nessa visita o bairro de Cidade Nova – apresenta-o a figuras como o coronel Joaquim Severino<sup>122</sup>, secretário da Intendência e, em seguida, o leva para almoçar. A conversa franca e descontraída, a simpatia e cordialidade do coronel são ressaltadas no texto. É quando a conversa está para chegar ao fim, Inocêncio despedindo-se do coronel Joaquim Manoel para ir almoçar no hotel onde estava hospedado, que o dito coronel exclama:

Não; você agora almoça comigo: temos uma cabeça de sioba com molho de côco e pimenta de cheiro. E, se quiser que lhe arrange vacas de leite, carne de sol, jabo-ticabas, mel de engenho ou doce de caju, é commigo; se quiser ir á feira da Macahyba, é commigo; se quiser conhecer o sertão, é commigo<sup>123</sup>.

Aqui podemos fazer algumas conjecturas. Certamente, alguns dos produtos oferecidos pelo coronel na citada crônica deviam vir de sua Fazenda Santo Estevam. Não seria de se espantar também se descobríssemos que ela se localizava em Macaíba. Por fim, vemos que o presidente da Intendência certamente não era da capital, devendo ter se criado no *sertão*,

122 Neste momento, Inocêncio não perde a oportunidade de tirar uma brincadeira, de leve, mas talvez com algum tom de ironia, ao afirmar que o coronel Joaquim Severino servia na Intendência desde o tempo de Parrudo (Manoel Ribeiro da Silva Lisboa), que governou a província do Rio Grande do Norte no final da década de 1830.

123 A *REPUBLICA*, Natal, 14 mar. 1906.

quem sabe mesmo em Macaíba, onde também não seria de se espantar que tivesse outros negócios.

Certo é que, sendo ligado à Associação Comercial do Estado e exercendo a função que aqui apontamos, não devia ser um pequeno negociante local. E o coronel Quincas Moura também tinha os seus investimentos guardados em outro lugar, que não a Fazenda Santo Estevam. Em 1906, será um dos nomes a fundar o Banco do Natal, primeira instituição de crédito formada no Estado, sendo logo eleito para compor o Conselho Fiscal da dita instituição<sup>124</sup>. O coronel Moura terá, representando a si e a seus cinco filhos, seis ações do banco<sup>125</sup>.

Um outro grande investimento que realizou foi no nascente bairro de Cidade Nova. Como vemos em carta de aforamento do ano de 1904, o coronel Joaquim Manoel adquiriu da Intendência que administrava um terreno cuja superfície media 58.265 m<sup>2</sup>, com foros anuais pelo irrisório valor de oito mil réis. A gigantesca proporção da propriedade, onde deve ter se instalado a *Villa Moura*, nos surpreende até nos depararmos com outros terrenos de proporções também descomunais. Em 1913, o ainda presidente da Intendência transfere o terreno ao coronel Joaquim José Valentim de Almeida, outro personagem que pertenceu à Intendência, pelo valor de 6:000\$000 (seis contos de réis)<sup>126</sup>.

---

124 Permaneceu nesse conselho ao menos até 1921. Ver *A REPUBLICA*, Natal, 21 mar. 1921.

125 *Id.*, Natal, 18 jan. 1906; 16 fev. 1906. Cada ação valia 200\$000 (*A REPUBLICA*, Natal, 27 nov. 1905). O coronel Joaquim Manoel permanecerá no Conselho fiscal ao menos até 1911 (*A REPUBLICA*, Natal, 17 fev. 1911).

126 NATAL. Prefeitura Municipal do Natal. *Carta de aforamento nº 271, de 30 de janeiro de 1904*. Natal: s.d. Curiosamente, o limite leste da propriedade do coronel Joaquim Manoel era a avenida que recebia seu nome.



O coronel Joaquim Manoel, ao pedir aforamento do terreno referido, parece contrariar uma das resoluções municipais, a de nº 55/1902<sup>127</sup>, primeira a tratar do Plano de Cidade Nova. Em seu Art. 3, §3º, a lei municipal limita os tamanhos dos terrenos aforados no dito bairro, os quais não poderiam ter mais de trinta metros de frente e quinze de fundo. A exceção seria feita àqueles que, porventura, tivessem entrado com pedido de aforamento em data anterior à da aprovação da resolução, o que não deve ter sido o caso do coronel Joaquim Manoel, cuja carta de aforamento data de 1904. Como esses homens se relacionavam com a lei?

É possível que o coronel tenha esquecido a dita resolução, tratando a Cidade Nova como uma área pertencente ao subúrbio da cidade. O “engano” do presidente deve ter se repetido outras vezes, pois embora a resolução n. 55/1902 afirme que o bairro fazia parte da área urbana de Natal e a resolução nº 92/1904 confirme o novo bairro como o terceiro dessa área, vemos em editais de aforamento localidades da Cidade Nova serem referidas como subúrbio<sup>128</sup>. O assunto gera polêmica em uma série de matérias publicadas n’*A Republica*, com o título *Pela Cidade*, e no *Diario*, intituladas *Pelo Direito*. Ascanio (provavelmente pseudônimo), escrevendo no órgão oficial do PRF, defenderá que os terrenos localizados na Cidade Nova pertenciam, desde o início do século XX, à área urbana

127 A *REPÚBLICA*, Natal, 04 jan. 1902.

128 Ver, por exemplo, *A REPUBLICA*, Natal, 12 set. 1913, em que a avenida Hermes da Fonseca é referida como subúrbio; e *A REPUBLICA*, Natal, 22 set. 1913, em que a avenida Prudente de Moraes é igualmente referida como parte da área suburbana de Natal.

e, portanto, os seus foreiros deveriam cumprir a cláusula de edificação<sup>129</sup>. A polêmica se dá num momento em que a gestão O'Grady passa a fiscalizar com mais rigor a posse dos terrenos aforados pela Intendência.

Há, é claro, além do perfil de grande comerciante e proprietário local, outros fatores que levaram o coronel Joaquim Manoel a presidir cinco Conselhos de Intendência da capital potiguar. Podemos dizer, sem receio, que o coronel Quincas era um homem muito bem relacionado na sociedade potiguar do início do século XX. Joaquim Manoel contraiu primeiras núpcias com Justina Brandão, irmã de Alexandre O'Grady, republicano histórico que fez parte do 2º Conselho de Intendência. Em 1911, casou-se com Terceira Lyra<sup>130</sup>, irmã de Tavares de Lyra, o qual era genro de Pedro Velho. Suas filhas, Nanete Moura e, em seguida, Anna Dulce Moura<sup>131</sup>, casaram-se com Ernesto Maranhão, filho do já referido Pedro Velho.

Não sabemos por que razão Ernesto Maranhão contraiu segundas núpcias com Anna Dulce, menos de um ano após o casamento com Nanete Moura. Teria a primeira esposa morrido? Não encontramos informações nos jornais a respeito. Seja qual for a circunstância, o segundo matrimônio, com outra filha do coronel Joaquim Manoel, revela o interesse de se manter os laços que ligavam as famílias.

129 *Id.*, Natal, 16 jan. 1925; 18 jan. 1925; 28 jan. 1925.

130 Sobre a primeira mulher, Justina Brandão, e o casamento com Terceira Lyra, ver, respectivamente, *DIÁRIO DO NATAL*, Natal, 04 jan. 1910; e *A REPÚBLICA*, Natal, 09 ago. 1911.

131 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 18 mar. 1909; 21 dez. 1909.

Esses relacionamentos familiares são fundamentais para entendermos a composição da Intendência. Lembremos que o seu primeiro presidente, Fabrício Pedroza, era tio de Pedro Velho; o segundo, João Avelino, era seu primo. Quando não havia o laço sanguíneo ligando os homens que administravam a capital àqueles que comandavam o estado, os relacionamentos familiares eram criados por meio de casamentos e, também, por batismos, sacramentos que uniam diferentes grupos familiares.

Quanto a isso, deve-se salientar que a maioria dos presidentes da Intendência tinha vínculos familiares com os que governavam o Estado. Excetue-se dessa lista Romualdo Galvão, presidente entre 1914 e 1916 e Theodosio Paiva, à frente do Conselho Municipal entre 1917 e 1922. Quanto aos demais, veremos ao longo do capítulo a construção dessas relações familiares.

Sobre as atividades desempenhadas pelos intendentes, vemos que, além do coronel Joaquim Manoel, vários outros intendentes estiveram envolvidos nos mais variados ramos de comércio. Ao todo, a lista dos comerciantes apresenta 21 nomes, os quais representam aproximadamente 36% do número de intendentes que geriram a cidade entre 1892 e 1930<sup>132</sup>. Esses comerciantes estiveram presentes em todos os

---

132 Se levarmos em conta apenas os 43 Intendentes sobre os quais sabemos algo, a porcentagem de comerciantes na Intendência sobe para quase 50%. Estavam ligados aos mais variados ramos de comércio Alexandre dos Reis (1918-1919), Angelo Roselli (1892-1895), Antonio Gurgel do Amaral (1914-1916), Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho (1902-1904), Arthur Hypolito da Silva (1917-1919), Avelino Alves Freire (1914-1916), Fabricio Gomes Pedroza (1892-1895), Felinto Elizio Manso Maciel (1914-1916), Fortunato Rufino Aranha

conselhos que se formaram na capital. Anúncios de jornal, com propaganda de seus comércios, despachos na Parte Oficial, que apresentam seus negócios com o governo do Estado, nos revelam as funções que esses homens exerciam na cidade. As notas da Associação Comercial e da Junta Comercial do Rio Grande do Norte mostram, ainda, o espírito corporativista existente entre os membros desse grupo.

Fabício Gomes Pedroza, ou Fabício II, primeiro presidente da Intendência de Natal (1892-1895), estava entre esses homens. Tio de Pedro Velho, Pedroza herdou do pai homônimo um verdadeiro império na região de Coité (hoje Macaíba; à época, ainda ligada ao município de São Gonçalo), a Casa de Guarapes. Segundo Cascudo, no período imperial, nenhuma outra casa comercial aproximou-se daquela fundada pelo pernambucano Fabricio Pedroza. Apenas entre os anos de 1869-1870, mais de vinte navios teriam aportado às margens do rio Jundiá, onde ficava a dita Casa, vindos diretamente da Europa. O movimento, ainda de acordo com Cascudo, citando relatório provincial de 1872, superava o do Porto de Natal e sobrepujava o da vizinha Macaíba.

O genro de Fabício Pedroza pai, Amaro Barreto, levou adiante seus negócios, os quais foram em seguida tomados pelo filho que, até o ano de 1890, continuou com sucesso os

---

(1899-1910; 1917-1922; 1926-1930), Francisco Cascudo (1923-1925), Francisco Rodrigues Vianna (1899-1901), João D. da Silva (1892-1894), Joaquim Ignacio Torres (1917-1919; 1923-1925), Joaquim Manoel T. de Moura (1895-1913), Joaquim Policiano Leite (1917-1919; 1923-1925), Joaquim José Valentim de Almeida (1914-1916), José Lagreca (1923), Manuel Joaquim de Amorim Garcia (1892-1898), Olympio Tavares (1896-1901), Pedro Avelino (1899-1901), Romualdo Lopes Galvão (1914-1916).

negócios do pai, tendo a casa neste período se mudado para Natal<sup>133</sup>. A partir daqui, os jornais nos dão alguma notícia sobre as atividades do primeiro presidente da Intendência.

Nas listas de contribuintes do ano de 1905, aqui já citadas, também surge o nome de Fabrício Gomes Pedroza. Na primeira lista, relativa ao exercício de 1902, Pedroza aparece como o oitavo maior contribuinte do imposto de décima urbana (com o valor de 156\$000) e como o maior contribuinte do imposto de classe (este pago ao governo do Estado), com a significativa quantia de 4:540\$000 (quatro contos e quinhentos e quarenta mil réis). Mantém-se, na lista do final daquele ano, como oitavo maior contribuinte da décima urbana e aparece como maior contribuinte do imposto de indústria e profissão, pagando à Intendência 573\$000 (o segundo colocado, Francisco R. Vianna, outro ex-intendente, pagou menos da metade desse valor: 255\$000)<sup>134</sup>.

Em 1906, entra em sociedade com João Juvenal Pedroza Tinoco, outro importante comerciante local. A Pedroza Tinoco & C. fica com todo o ativo e passivo da firma de Gomes Pedroza, dispondo de todos os seus recursos. Acontecia que o coronel (mais um homem que trazia a patente ladeando o nome de batismo) Fabricio Pedroza estava de mudança e não podia mais continuar à frente de sua firma. Foi para a

---

133 CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das velhas figuras*. Vol. VII, p. 217-219. Texto publicado originalmente n'A *REPUBLICA*, Natal, 25 out. 1940. O texto de Cascudo faz ainda referência à família Teixeira de Moura, que teria habitado Macaiba durante o Império, rivalizando com Fabrício Pedroza pai. Certamente a ela pertencia o coronel Joaquim Manoel.

134 A *REPUBLICA*, Natal, 18 mar. 1905; 27 dez. 1905.

França, em março de 1906, deixando de lembrança para os amigos uma pequena nota no jornal *A Republica*. Nela dava o seu endereço em Paris: a casa nº 4 da Rua Ambroise Thomas estaria aberta aos mais chegados que desejassem visitá-lo na *Cidade Luz*. Infelizmente, não encontramos outras matérias que façam referência à ida de Pedroza para Paris. Foi a negócio? Estaria interessado apenas em conhecer a Europa, ver a Paris reformada por Haussmann? Não sabemos.

Em nota de 1907, consta que ainda estava na Europa. Em 1910, outra nota d'*A Republica* mostra que se mudara para o Rio de Janeiro, onde estabelecera, na Rua do Rosário n. 72, um escritório de comissões e consignações, tendo sido, de acordo com Cascudo, muito bem-sucedido em seu empreendimento. Deste historiador-memorialista, vemos a seguinte lembrança a respeito da ida de Pedroza para a capital federal: “Sem saudades, Fabricio II foi para o Rio de Janeiro onde a fortuna se multiplicou. Morreu lá, seguindo noutra direção, a campanha maravilhosa que a morte interrompia <sup>135</sup>”.

Sem saudades... Assim, segundo Cascudo, Pedroza deixou sua terra, de ar provinciano, terra que ainda lutava para perder o seu aspecto de mundo rural. Como eles, outros irão, morrendo longe de sua terra. Temos nesse período, certamente, uma geração de homens que desejam o mundo, a Europa, ou ao menos a capital federal, reformada pelo engenheiro Pereira Passos entre os anos de 1902 e 1906. Recife, porém, é normalmente o porto mais visitado, pela proximidade com a capital potiguar.

135 Cascudo. *Ibid.*, p. 219.

Roselli (1855-1924), o coronel Angelo Roselli (o filho Alberto Roselli também foi intendente) fez o caminho contrário. Era de origem italiana, família nascida em Arcona<sup>136</sup>. Em Natal, foi uma liderança no interior da classe comercial. Era proprietário de vários prédios na capital potiguar<sup>137</sup>. Dois deles eram alugados ao governo do Estado: o que servia de sede dos Correios do Rio Grande do Norte, localizado à Rua do Comércio; um outro, sede da Junta Comercial do Estado, também no bairro da Ribeira. Não é à toa que seria o maior contribuinte do imposto da décima urbana nas duas listas publicadas em 1905, com sobras em relação ao segundo colocado (Joaquim Ignacio Pereira)<sup>138</sup>.

É provável que boa parte das propriedades de Angelo Roselli estivesse assentada em terrenos aforados à Intendência. Vemos

136 CASCUDO, Luís da Câmara. Angelo Roselli. *A REPUBLICA*, Natal, 12 abr. 1929.

137 CASCUDO (Ibid.) dirá que “Soffrendo da mania de construir, Roselli semeou casas em Natal como grãos de milho.” A afirmação é confirmada em aviso de cobrança da taxa de lixo da empresa Tracção, Força e Luz, publicado em 1915, que nos mostra que Roselli tinha noventa e quatro propriedades na capital, quarenta e cinco das quais se localizavam às margens do rio Salgado. O aviso nos mostra o nome de outros grandes proprietários locais: Olympio Tavares, Romualdo Galvão, Alexandre O’Grady, Felynto Manso, Francisco Rodrigues Vianna, José Pinto, Joaquim Policiano Leite, entre outros que fizeram parte da Intendência. *A REPUBLICA*, Natal, 02-03 dez. 1915; 06 dez. 1915; 10 dez. 1915; 13-15 dez. 1915.

138 Na primeira lista, aparece com a contribuição de 610\$640 (*A REPUBLICA*, Natal, 18 mar. 1905); na segunda, aparece contribuindo com o valor de 639\$000 (*A REPUBLICA*, Natal, 17 dez 1905). É ainda o segundo maior contribuinte do imposto de classe do ano já referido, e o terceiro maior contribuinte do imposto de indústria e profissão. No ano seguinte, manter-se-á no topo das referidas listas (*A REPUBLICA*, Natal, 27 dez. 1906).

o seu nome, com certa frequência, nos editais de aforamento publicados por essa instituição n'*A Republica*. Em 1904, por exemplo, pede aforamento de um terreno localizado no crescente bairro da Cidade Nova, na Avenida Oitava (presente plano Polidrelli e inaugurada em 1911, recebendo em seguida os serviços urbanos. Receberá o nome de Hermes da Fonseca, conforme resolução n. 142), com 100 metros de frente. Em 1909, pedirá aforamento de um outro terreno localizado na Praça 11 de junho, quarteirão n. 57 do bairro da Cidade Alta (as dimensões do terreno não são especificadas). No ano de 1913, novamente requer aforamento de terreno do patrimônio municipal, na rua Padre Pinto, quarteirão n. 72 do bairro da Cidade Alta. Tinha ainda uma casa na Rua Felipe Camarão, como vemos por citação em um outro edital de aforamento, de 1906<sup>139</sup>.

O coronel Roselli era, ainda, dono do conhecido *Armazem de fazendas e miudezas*, localizado na Rua do Comércio n. 50, Ribeira, como vemos anunciado em várias edições d'*A Republica* nos primeiros anos do século XX. Pelo que vemos, porém, das listas de contribuintes já referidas e por uma matéria do início de 1911, Angelo Roselli retirava mesmo maior parte de suas rendas dos aluguéis de suas inúmeras propriedades. E como vimos, tinha um cliente especial: o governo do Estado. Na matéria de 1911, Roselli estabelece novas regras para o aluguel de suas propriedades, de modo a ter maior controle e segurança em relação ao pagamento dos inquilinos. Alguns deles não deviam ser tão bons pagadores

---

139 A REPUBLICA, Natal, 09 jul. 1904; 14 out. 1909; 09 maio 1913; 26 jul. 1906.



como o Estado, que sem atraso passava os aluguéis para Roselli mês a mês, como vemos nos despachos da Parte Oficial d'*A Republica*.

É importante que se diga que a cidade do Natal crescia em termos populacionais e o número de propriedades não acompanhava tal crescimento, o que gerava um aumento do valor dos aluguéis, tornando o negócio bastante rentável. Nesse mesmo ano de 1911, será fundada a *Empresa Natal Constructora*<sup>140</sup>, anunciada como uma solução para o problema das habitações em Natal. Em 1914, começamos a ter indícios do que gerava tal problema. A matéria intitulada *A cidade e os latifúndios*<sup>141</sup> mostra que Natal continuava a sofrer com o problema das habitações e que faltava terreno para construir, pois muitos aforavam gigantescas porções do patrimônio municipal (o que dizer de um terreno com 100 metros de frente? E havia outros de dimensões maiores) sem cumprir a cláusula básica das resoluções que tratavam do aforamento em área urbana: construir no prazo máximo de um ano. A questão só será vista de modo mais enérgico na gestão de Omar O'Grady. Mas voltemos a Angelo Roselli.

---

140 Ver sobre a *Natal Constructora*: *A REPUBLICA*, Natal, 03 nov. 1911; 04 nov. 1911; 14 dez. 1911. Nesta última data, vemos que a diretoria escolhida para a empresa era composta pelo dr. João Gurgel (presidente), coronel Philadelpho Lyra (tesoureiro), major Antonio Gurgel (secretário; será intendente entre 1914 e 1916) e dr. Idalino Montezuma (diretor geral).

141 A CIDADE e os latifúndios. *A REPUBLICA*, Natal, 14 fev. 1914.

Nas matérias de jornal, vemos o seu nome ligado à Associação Comercial desde os primeiros anos de nossa pesquisa<sup>142</sup>. Em 1904, preside a instituição, ladeado por outros dois coronéis, Romualdo Galvão e Avelino Alves Freire; ambos pertencerão à Intendência<sup>143</sup>. Em 1913, aparece como 1º secretário dessa Associação<sup>144</sup> e dela não sairá, como vemos em notas posteriores.

Assume o segundo Conselho de Intendência o capitão João Avelino Pereira de Vasconcellos (1837-1922). A maioria das informações que temos sobre ele vem também de Câmara Cascudo. Segundo o citado autor, João Avelino integra o grupo dos republicanos históricos; teria convencido seu primo, Pedro Velho, a aderir à causa republicana. Em sua casa, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte foi fundado. Antes disso, o capitão Avelino lutou ferrenhamente pela abolição da escravidão; era o maior ladrão de escravos da capital e membro da Libertadora norte-rio-grandense. Quando foi fundada a República no Rio Grande do Norte, Avelino ocupou o cargo de secretário de agricultura, comércio e obras públicas. Anos depois, tornou-se presidente da Intendência (ao que parece, esteve à frente dessa instituição por apenas um ano, 1896, após o que seu nome desaparece

---

142 CASCUDO (Ibid.) afirma que participou da fundação dessa Associação, em 1892.

143 Ver, por exemplo, *A REPUBLICA*, Natal, 01 mar. 1904, entre outras edições em que aparecem os nomes dos diretores da Associação Comercial.

144 *A REPUBLICA*, Natal, 21 jan. 1913.

dos documentos da instituição). Após presidir a Edilidade some da vida pública.

Cascudo afirma ainda que João Avelino teria sido companheiro de Fabrício Pedroza, o primeiro, na Casa de Guarapes<sup>145</sup> (estaria também seu nome ligado à firma comercial Vasconcellos & C., constante nos jornais do início do XX?). Afora isso, os jornais nos mostram a participação de Avelino em algumas festas religiosas realizadas na cidade, um dos locais de encontro da elite local. Há, ainda, uma nota de falecimento de seu filho homônimo, respeitável estudante da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Também não será o único, o capitão Avelino, a mandar seu filho estudar nos grandes centros da República, como veremos.

Olympio Tavares (1860-1923) assumiu a Intendência ainda quando compunha o segundo Conselho, formado em 1895. Foi eleito pelos seus pares para exercer o cargo de vice-presidente da instituição, mas, como dito, o nome de João Avelino desaparece logo nas primeiras resoluções publicadas em 1896, e não mais volta a aparecer<sup>146</sup>. Assumindo a presidência do Conselho ainda nesse ano, o coronel Olympio Tavares permanecerá no cargo na gestão seguinte, entre os anos de 1899 e 1901. Mais um coronel, mais um grande comerciante local. A história se repete.

---

145 CASCUDO, Luís da Câmara. *O Livro das Velhas Figuras*. Vol. VI, p. 53-54. Texto publicado originalmente n'A *REPÚBLICA*, Natal, 04 nov. 1939.

146 Segundo Itamar de Souza, João Avelino não suportou as fortes interferências de seu primo Pedro Velho na Intendência, renunciando ao cargo pouco após assumi-lo. SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 169.

O coronel Tavares foi presidente da Junta Comercial do Estado durante o período de 1899 a 1901, e entre 1905 e 1908, ocupando o cargo de deputado do Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, o qual manteve até o ano de 1912. O prestígio para exercer este cargo de confiança veio, possivelmente, de sua relação com o Dr. Pedro Velho, visto ter se casado em 1886, com dona Amélia Áurea, irmã de Pedro Velho<sup>147</sup>. Não se pode anular, porém, a força que tinha como comerciante local; poucos alcançaram, neste ponto, prestígio parecido.

Olympio Tavares era dono da firma Tavares & Comp., bastante lembrada nos jornais no período aqui estudado. Em 1905, na Parte Oficial d'*A Republica*, vemos que a firma do coronel Tavares forneceu ao governo do Estado “diversos objectos”. Não são incomuns os despachos na Parte Oficial do dito jornal autorizando pagamentos de objetos e serviços fornecidos por firmas comandadas por intendentess. Neste período, a firma de Tavares parece ter tido crescimento acentuado, recebendo em seguida um novo sócio, o sr. Antonio Martins<sup>148</sup>.

O ano de 1906 marca, como já vimos, a fundação do Banco do Natal. E o coronel Olympio Tavares terá posição de destaque na criação da primeira instituição de crédito do Estado.

---

147 CASCUDO, Luís da Câmara. *O livro das velhas figuras*. Vol. IX, p. 187-189. Segundo Itamar de Souza, Olympio Tavares era também primo de Pedro Velho (SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 169). Não conseguimos, contudo, confirmar por nossas fontes esse parentesco.

148 *A REPUBLICA*, Natal, 09 mar. 1905. Não conseguimos informações sobre esse novo sócio.

Fundado em fevereiro, o Banco deveria alavancar o progresso no Rio Grande do Norte e, especialmente em sua capital, financiando a realização de obras públicas e a instalação de serviços urbanos. Alguns dos personagens aqui estudados participaram de seu erguimento; poucos, porém, investiram tanto na construção do novo Banco como Olympio Tavares. Excetuando-se o Tesouro do Estado, com 250 ações, o Dr. Pedro Velho, com 110 (representando, porém, a si e mais doze menores, filhos seus e do irmão falecido, Augusto Severo) e a viúva Ignez Paes Barreto, com 75 ações, ninguém mais que o coronel Tavares possuía tantas ações do Banco: eram 50, que representavam um capital de 10 contos de réis (algo em torno de 15% de tudo que a Intendência previa gastar na capital para o ano de 1907, de acordo com a resolução n. 106/1906). Não à toa, seria eleito o primeiro presidente da instituição de crédito<sup>149</sup>.

Seu patrimônio estendia-se também ao bairro de Cidade Nova, onde possuía terreno de 15.600 m<sup>2</sup>, limitado a leste pela Avenida Oitava e a oeste pela Avenida Sétima, aforado no ano de 1904<sup>150</sup>. Dois anos depois, aforou outro terreno do patrimônio municipal, com superfície de 28.497 m<sup>2</sup>, limitado a norte pela Rua das Dunas e a sul pela Rua Seridó<sup>151</sup>. Ainda no ano de 1906, uma outra área da Cidade Nova, limitada ao norte pela mesma rua e ao leste pela avenida Sétima, com

---

149 A *REPUBLICA*, Natal, 06 fev. 1906.

150 NATAL. Prefeitura da cidade do Natal. *Carta de aforamento n° 23, de 18 de maio de 1904*. Natal: s.d.

151 *Id.* *Carta de aforamento n° 95, de 13 de outubro de 1906*. Natal: s.d.

superfície de 4.950 m<sup>2</sup><sup>152</sup>, foi aforada pelo ex-intendente que, certamente, era um dos maiores proprietários desse bairro.

Seu nome também figura entre os dos maiores proprietários urbanos, sendo o 11º maior contribuinte da décima urbana no ano de 1905, em lista já referida, publicada ao fim daquele ano. Novamente, os editais de aforamento nos ajudam a identificar algumas dessas propriedades. Não encontramos neles o nome do coronel requerendo aforamento, mas suas propriedades são citadas por serem vizinhas a outros terrenos reivindicados nesses editais. Desta maneira, vemos que Olympio Tavares tinha duas propriedades no quarteirão oito da Cidade Nova<sup>153</sup>, em edital publicado em junho de 1911. Antes, em junho de 1909, vemos em despacho da Intendência Raymundo Filgueira e Silva, fiscal do primeiro distrito da capital – bairro de Cidade Alta, requerendo licença para vender a Olympio Tavares um terreno com casa, na esquina da Av. Deodoro com a Rua Trahiry<sup>154</sup>. Já em fins de 1913, Olympio Tavares e sua esposa vendem ao sr. Belmiro Costa um prédio localizado na Praça Augusto Severo pela elevada quantia de 12 contos de réis. A razão para se desfazer de um valioso patrimônio como esse era simples: nada de falência, ou crise; uma nota de aniversário de junho daquele ano mostra que Tavares já vivia no Recife e lá veio a falecer em 1923. Em 1926, a resolução nº

---

152 *Id.* Carta de aforamento nº 96, de 13 de outubro de 1906. Natal: s.d.

153 *A REPUBLICA*, Natal, 10 jun. 1911.

154 *Id.*, Natal, 17 jun. 1909.

268 o homenageia, criando a Avenida Olympio Tavares, que começava na Praia Oriental e ia até a Avenida Beira-Mar<sup>155</sup>.

Diga-se de passagem, Olympio Tavares não será o único a ser homenageado por meio de uma resolução que lhe plasmava o nome em um logradouro da cidade. Na mesma resolução, o coronel Fabricio Pedroza também será homenageado, dando nome a uma outra avenida, próxima à Olympio Tavares. O coronel Valentim de Almeida também será lembrado pela lei municipal, emprestando seu nome a uma rua em Areia Preta. Antes, Manoel Dantas havia sido prestigiado pela resolução de nº 119/ 1908, dando nome a um logradouro no bairro de Cidade Nova. Homenagens desse tipo, no período que estudamos, não eram tão raras, como vemos. O coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura também terá a honra de dar nome a um importante logradouro da cidade. Na verdade, talvez seja melhor dizer que o coronel Quincas se dará tal honra: em 1905 será denominada Praça Joaquim Manoel o largo localizado no cruzamento das ruas Coronel Juvino e Felipe Camarão, no bairro da Ribeira. Tavares de Lyra, genro de Pedro Velho, também será homenageado, emprestando o nome à praça e Cais situados em frente à Rua do Comércio, na Ribeira.

O *Diário do Natal*, jornal de oposição, não perderá a oportunidade de criticar a ação da Intendência. Em matéria intitulada *Como elles são...* afirmará que a iniciativa de mudança do nome do Cais, antes chamado Deodoro da Fonseca, foi de Pedro Velho. Segundo Elias Souto, a razão para a modificação

155 *Id.*, Natal, 15 abr. 1926.

era simples: Deodoro já havia dado o que podia, enchera de graças Pedro Velho e agora, morto, nada mais podia oferecer-lhe. Mas nada espantava mais o chefe da oposição do que saber que uma praça da cidade receberia o nome daquele que presidia a Intendência. Esse Quincas Moura só podia ser mesmo um bom discípulo do Chefe, era o que sempre dizia o *Diário*:

E o sr. coronel Joaquim Manoel, como é um bom discípulo do chefe [...] botou o seu nome em uma praça de cruzamento, e como presidente da Intendencia, assignou a resolução desse acto, isto é: fez e baptizou. [...] Matheus, já sabe; e o mais é historia, porque a Republica é assim mesmo...<sup>156</sup>

As marcas que esses homens deixavam no espaço não se resumiam, assim, às transformações materiais que realizavam na cidade no período em que estiveram à frente da Intendência Municipal. Em múltiplas homenagens, referendadas pelas resoluções municipais, referendadas pelos seus amigos, eles cravavam o seu nome em importantes logradouros da cidade e, conseqüentemente, em sua memória. Mas o assunto não é para este momento. Por ora, ainda devemos traçar mais alguns perfis dos intendentess, buscando uma melhor imagem desse grupo.

Outro representante que se destaca no dito grupo é o Major Fortunato Rufino Aranha (1862-1947). Esteve na Intendência entre 1899 e 1910; 1917 e 1922; e de 1926 até a extinção dessa instituição, em 1930. Era dono, como se sabe, da Livraria Cosmopolita, um dos locais de encontro favoritos

156 *DIÁRIO DO NATAL*, Natal, 08 jan. 1905.



da elite local<sup>157</sup>. E muito rentável devia ser o seu negócio, tendo em vista que também é um dos que figura nas listas de maiores contribuintes do município e do Estado. Na lista dos contribuintes do imposto de classe, Fortunato Aranha ocupa o décimo lugar. Lembremos que esse imposto era pago ao governo do Estado, de modo que inclui nomes tanto da capital, como dos demais municípios do Rio Grande do Norte.

Certamente, o fato de ser o único revendedor, ao menos até onde vai nosso conhecimento, de muitas das revistas e jornais publicados nos grandes centros do país, foi um dos elementos que contribuiu para o seu sucesso. Para termos uma ideia, diversas notas de jornal do período que estudamos destacam as remessas dessas publicações que iam chegando à livreria do Major Fortunato. Conseguimos anotar as seguintes: *A Rainha da Moda* (a “revista do *chic*”), *Leitura para todos*, *Revista da Semana*, *Jornal do Brasil*, *O malho* e *La hacienda*, esta destinada aos interessados pelo mundo agrícola e publicada em Nova Iorque. Aranha era agente exclusivo da publicação na capital potiguar<sup>158</sup>.

Em nota de 1913, vemos que a *Cosmopolita* funcionava também como uma agência de assinaturas de jornais e revistas ilustradas de figurinos nacionais e estrangeiros, como *A*

---

157 GUIMARÃES, João de Amorim. *Natal do meu tempo*, p. 85-86.

158 As notas nos jornais aparecem especialmente nos anos de 1905, 1906, 1909 e 1913. A que trata de *La Hacienda* encontra-se n'A *REPUBLICA*, Natal, 22 out. 1913. Ao que vimos, apenas a *Rainha da Moda*, a revista do *chic* (como é referenciada n'A *REPUBLICA*, Natal, 21 jul. 1906) era vendida em outro lugar, a loja de sortimentos *O Novo Século*, do coronel Francisco R. Vianna, outro personagem que fez parte da Intendência Municipal (A *REPUBLICA*, Natal, 05 out. 1906).

*Rainha da Moda*<sup>159</sup>. Além dessas publicações, a livraria vendia ainda livros do campo do Direito, como o *Guia eleitoral* de 1904 e o *Manual do Código Civil*<sup>160</sup>. Oferecia ainda aos seus clientes, o major Aranha, todos os livros indicados pelos professores do Atheneu, do grupo Escolar Augusto Severo e da Escola Normal<sup>161</sup>. Consta também que prestou serviços ao governo do Estado como vemos em notas de 1904, quando seu estabelecimento realizou a encadernação de três exemplares das *Leis do Brazil*; e 1905, quando encadernou edições d'*A Republica* e de livros de leis e decretos<sup>162</sup>.

Com relação às atividades comerciais do major Aranha, outros dois fatos curiosos ainda nos chamam a atenção. Vimos em duas notas de jornal que, ao menos em certo período, a sua livraria não se dedicou apenas à venda de publicações como as que citamos acima. Arrojado nos negócios, o dono da *Cosmopolita* resolveu negociar em seu estabelecimento variados remédios e emulsões, a preços que, segundo os anúncios, eram uma pechincha. Além dos *específicos do dr. Humphreys*, Aranha anuncia em julho de 1906 as afamadas *pilulas de vida do dr. Ross*, muito presentes nas propagandas dos jornais no período em questão. Em outubro daquele ano, novos produtos farmacêuticos são anunciados em sua livraria, juntamente com bilhetes de loteria<sup>163</sup>.

159 A *REPUBLICA*, Natal, 14 jan. 1913

160 Ver, respectivamente: A *REPUBLICA*, Natal, 15 abr. 1905; 31 jul. 1917.

161 *Id.*, Natal, 15 fev. 1909.

162 Ver, respectivamente, A *REPUBLICA*, Natal, 31 maio 1904; 10 jul. 1905.

163 Ver, respectivamente, A *REPUBLICA*, Natal, 24 jul. 1906; 05 out. 1906.

Não que se pudesse comerciar de tudo em qualquer lugar. Nenhum outro tema esteve tão presente nas resoluções municipais quanto o do comércio, indústria e profissões. A Intendência buscava um rígido controle do comércio local, regulamentando as profissões, exigindo licenças para os mais variados estabelecimentos comerciais, realizando, com alguma frequência, a aferição de pesos e medidas nos mercados e feiras e, é claro, cobrando os impostos que lhe eram devidos. A resolução nº 92/1904, por exemplo, aprovada por Fortunato Aranha e os demais Intendentes do Conselho desse período, estabelece que cada tipo de estabelecimento comercial deveria ter uma licença específica para funcionar, o que, a princípio, impedia que livrarias vendessem remédios e farmácias vendessem livros. A princípio.

Outro fato curioso é que Fortunato Aranha investiu também na área de divertimentos públicos, tendo inaugurado na Praça Augusto Severo, em 1911, uma *onda gyratoria*, espécie de carrossel cuja entrada custava 200\$. O divertimento teve grande concorrência no dia de sua inauguração<sup>164</sup>. Afora isso, edital de aforamento nos mostra que era proprietário de um terreno no Alecrim, de dimensões não especificadas<sup>165</sup>.

Amante da leitura e possuidor de uma vasta biblioteca<sup>166</sup>, o major Fortunato Aranha arriscou-se também na escrita, publicando em 1918 um livro intitulado *paginas litterarias*,

[illegible]

164 *A REPUBLICA*, Natal, 06 fev. 1911; 06 maio 1911.

165 *Id.*, Natal, 15 dez. 1913.

166 GUIMARÃES, João de Amorim. *Op. cit.*, p. 85-86.

com comentários sobre discursos do ilustre Ruy Barbosa, entre os anos de 1877 e 1917. Apesar de ser novo no ramo, *A Republica* não tinha dúvida de que a obra seria bem acolhida pelo público leitor da capital, visto ser o nome de Aranha “por si só a mais extraordinária garantia de sucesso”<sup>167</sup>. Não tivemos mais notícia acerca da publicação de Aranha, mas não estranharíamos se *A Republica* estivesse correta. O citado edil tinha o seu nome consolidado no comércio local – era, por sinal, mais um membro da Associação Comercial do Estado – e também no campo político: nem Joaquim Severino, nem o coronel Quincas Moura estiveram tanto tempo na Intendência quanto ele.

O já citado Francisco Rodrigues Vianna, concorrente do major Fortunato Aranha na venda das Revistas *Rainha da Moda*, também se encaixa no perfil dos intendentess que temos visto até aqui. Coronel, grande proprietário de prédios na área urbana da capital, renomado comerciante local. É mais um também que frequenta as listas dos grandes contribuintes. Em dezembro de 1905, figura como o 6º maior contribuinte da décima urbana (231\$200) e o segundo maior do imposto de indústria e profissão (255\$000)<sup>168</sup>. No ano seguinte, em edital do Tesouro do Estado, seu nome está em quarto lugar na lista dos maiores pagadores desse imposto (1:584\$000). Em lista da Intendência relativa ao mesmo imposto (ao que vemos, era

---

167 *A REPUBLICA*, Natal, 27 abr. 1918.

168 *Id.*, Natal, 27 dez. 1905.

cobrado tanto na esfera estadual, como na municipal), aparece na segunda posição (210\$000)<sup>169</sup>.

Uma nota na coluna *Varias d'A Republica* e um edital de aforamento nos ajudam a conhecer, ao menos, uma pequena parcela de suas propriedades. Em 1911 será multado pela *Inspectoria de Hygiene* (a princípio, um caso pouco comum de aplicação da lei contra um aliado do governo) por achar-se a sua propriedade na R. São Thomé, Cidade Alta, insalubre. Em junho de 1913, edital de aforamento mostra que o coronel Vianna requereu terreno localizado na R. Paula Barros, também localizado na Cidade Alta<sup>170</sup>.

Os maiores investimentos, porém, como nos sugerem as listas acima citadas e algumas notas de jornal, estavam guardados em sua firma comercial, a *Francisco Rodrigues Vianna & C.* Entre outros negócios, vemos que trabalhava no ramo de calçados, estabelecido à rua Dr. Barata, n. 41 – Ribeira. Exclusivamente para a venda desse produto, no atacado e no varejo, constituiu como sócio o sr. Sindimio Alves da S. Pereira. Nota posterior, de 1906, nos mostra também que a firma citada era dona da loja de variedades *O Novo seculo* que, como dissemos, concorria com o major F. Aranha na venda da revista *Rainha da Moda*<sup>171</sup>. Alguns anos depois, em 1910, vemos um outro anúncio que nos revela que o coronel Vianna era ainda dono da *Fabrica ideal* que, entre outros, produtos,

---

169 *Id.*, Natal, 26 dez. 1906.

170 Ver, respectivamente, *A REPUBLICA*, Natal, 21 fev. 1911; 16 jun. 1913.

171 Ver, respectivamente, *A REPUBLICA*, Natal, 10 maio 1905; 16 jul. 1906.

fazia *os excellentes cigarros Alberto Maranhão*<sup>172</sup>. É isso que sabemos, até aqui, sobre as atividades exercidas pelo coronel Vianna na cidade de Natal.

Caminhando no tempo, chegamos, finalmente, ao último ano da gestão do coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura. Uma matéria de março de 1913 anuncia que o coronel não deveria ser candidato ao posto de Intendente do município de Natal, o que de fato se confirma no segundo semestre daquele ano<sup>173</sup>. Seria um reflexo do momento mais conturbado da política local, o qual acabaria por gerar o enfraquecimento da Oligarquia Albuquerque Maranhão e a ascensão da Oligarquia do Seridó? Como vimos no capítulo anterior, não. O coronel Joaquim Manoel não sentirá essa mudança. Sai da presidência do Conselho de Intendência para ocupar uma vaga no Congresso Legislativo do Estado. Chegará a chefiar uma das comissões de verificação de poderes nessa instituição, em fins de outubro de 1913<sup>174</sup>.

Em seu lugar, assume mais um coronel da Guarda Nacional, respeitado comerciante local, Romualdo Lopes Galvão (1853-1927), para presidir a Intendência entre os anos de 1914-1916<sup>175</sup>. Como outros aqui já citados, o coronel Romualdo Galvão também fez parte da Associação Comercial do

---

172 *Id.*, Natal, 09 abr. 1910.

173 Ver, respectivamente, *A REPUBLICA*, Natal, 12 mar. 1913; 23 jul. 1913.

174 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 16 out. 1913; 23 out. 1913.

175 Não será, por sinal, a primeira vez que ocupará o cargo de Intendente. Natural de Campo Grande, interior do Rio Grande do Norte, Romualdo Galvão viverá em Fortaleza e Mossoró antes de estabelecer-se em Natal. Em Mossoró,

Estado. Em 1904, nas notas que tratam dessa sociedade, o seu nome vem acompanhado dos de Avelino Freire e Angelo Roselli, ocupando o coronel Galvão o cargo de Diretor. No ano seguinte, aparece como primeiro secretário. Em 1909, Romualdo Galvão já está na presidência da dita instituição, só deixando o cargo quando é eleito para o Conselho de Intendência da capital.

A *Galvão & C.*, chefiada por esse coronel, será uma das firmas de maior prestígio na capital potiguar. Em 1905 e nos anos seguintes, vemos que a firma funciona como banco, no Estado do Rio Grande do Norte, d'*A Equitativa*<sup>176</sup>, sociedade de seguros mútuos sobre a vida reconhecida em todo o país. Manoel Dantas, que também fazia parte de outra sociedade da mesma espécie, a *Previdente Natalense*, na qual era o representante d'*A Equitativa* no estado. A firma de Romualdo Galvão era, ainda, dona da *Loja Novo Mundo*, que vendia fazendas e outros artigos do dia a dia<sup>177</sup>. Neste mesmo ano de 1905, a *Galvão & C.* irá incorporar todo o ativo e passivo da *Fontes & C.*<sup>178</sup> (que pertencia, então a Antonio M. Fontes), em mais um processo de “fusão” envolvendo uma firma ligada a um personagem da Intendência.

---

exercerá o cargo de Intendente entre 1892 e 1895, como vemos em CARDOSO, Rejane (Org.), *400 nomes de Natal*, p. 667-668.

176 A *REPUBLICA*, Natal, 02 jan. 1905.

177 *Id.*, Natal, 24 abr. 1905.

178 *Id.*, Natal, 01 abr. 1905.

Romualdo Galvão é também mais um a firmar negócios com o governo do Estado antes de assumir a Intendência da capital. Ainda no ano de 1905, fornecerá ao Governo diversos artigos, não discriminados, para a construção do Jardim Público na Praça Augusto Severo, obra dirigida por Herculano Ramos e que contará também com a participação de outros nomes ligados à Intendência. O coronel Avelino Alves Freire, por exemplo, doará duas grandes palmeiras imperiais para comporem o novo jardim<sup>179</sup>; Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho, intendente entre 1902 e 1904, segue o mesmo caminho, doando uma muda de pau-brasil<sup>180</sup>. Outras doações aparecem no jornal, feitas por personagens que não fazem parte de nossa pesquisa. De qualquer modo, as doações manifestam uma empolgação da elite local em relação ao novo melhoramento realizado na cidade. O assunto fica para o próximo capítulo.

Em 1906, com a companhia de outros intendentes aqui citados, participa da fundação do Banco do Natal. É, desde o início, um dos maiores acionistas do Banco, ocupando posição imediatamente inferior à do coronel Olympio Tavares, contando com 40 ações (capital de 8:000\$000). Será nomeado, nesse momento, diretor-tesoureiro da recém-fundada instituição financeira.

---

179 *Id.*, Natal, 30 jan. 1905.

180 *Id.*, Natal, 15 fev. 1905.



O coronel Galvão será ainda o primeiro diretor-presidente da Companhia Ferro Carril do Natal<sup>181</sup>, concessionária do sistema de transporte público da capital potiguar, de acordo com a resolução municipal nº 122, de 1908. No ano seguinte, ainda ocupando o cargo de diretor-presidente da Companhia, Romualdo Galvão será também membro do Congresso Legislativo do Estado, exercendo os postos de suplente do secretário do Congresso e de membro da Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Obras Públicas<sup>182</sup>.

Em 1911, o coronel Romualdo Galvão se envolve em um novo negócio: o fabrico de açúcar. Vemos em despacho na Parte Oficial que o dito personagem era concessionário de uma usina de açúcar, junto com Horacio Papert, no vale do Ceará-Mirim. Nesse período, Galvão dá entrada em um pedido de preferência para arrendamento ou compra de terrenos de propriedade do Estado para edificação da referida Usina, no sítio Jaçanã, sendo prontamente atendido pela administração do Estado<sup>183</sup>.

É companheiro do coronel Romualdo Galvão na Intendência, entre os anos de 1914 e 1916, o capitão Felinto Elysio Manso Maciel (1873-1958), mais um que se envolveu no ramo do comércio. Façamos, neste ponto, um parêntese: se, como dissemos, metade dos personagens, sobre os quais sabemos algo, exerceram atividades comerciais na cidade no decorrer do período abordado em nossa pesquisa, no *tempo*

.....

181 A *REPUBLICA*, Natal, 26 mar. 1909.

182 *Id.*, Natal, (?) out. 1909.

183 *Id.*, Natal, 09 fev. 1911.

*dos coronéis* – retirando-se aqui qualquer noção negativa que a expressão possa sugerir – a proporção de comerciantes é ainda maior. Exceções são pouquíssimas: Pedro Soares de Amorim, Alexander James O’Grady, Miguel Augusto Seabra de Mello. E por aqui ficamos, por não termos informações sobre outros nomes. Seja como for, trata-se realmente de uma minoria que quase desaparece diante daqueles que tiveram envolvimento nos mais variados ramos do comércio, caso do capitão Felinto Elysio.

A preponderância desses comerciantes pode ser explicada de duas maneiras. Devemos considerar, inicialmente, que a função de intendente era gratuita, de modo que aquele que desejasse exercê-la deveria ter uma boa condição financeira, algo normalmente conquistado em Natal pelo comércio. Podemos levar em conta também que, como homens de comércio, esses personagens tinham na cidade o seu principal espaço de atuação, o que despertava neles o interesse em ingressarem na Intendência, instituição que tinha como um das principais funções a regulação das atividades econômicas, como se observa no próprio decreto que a cria. Como intendentes, esses homens tinham o poder de criar leis e definir regulamentos que atingiam diretamente suas atividades, como expusemos no capítulo anterior.

Ainda sobre Felinto Elysio, Cascudo afirma que possuía um comércio, uma “vendinha”, na esquina da Rua Nova com a Rua Apodi, no bairro da Cidade Nova. De acordo o citado estudioso, o referido capitão fez, em fins do XIX e início do XX, viagens para o norte do país, passando por Amazonas e

Pará, para vender produtos do Nordeste<sup>184</sup>. É possível que tenha tido como clientes alguns dos que daqui se retiraram para o Norte, por conta das secas que assolaram o Rio Grande do Norte entre 1904 e 1905, mas pouco sabemos sobre esses retirantes: apenas números e alguns poucos nomes.

Uma nota no jornal nos informa ainda que Felinto Elysio possuía um outro comércio na rua Ulysses Caldas, sem expressar também o que era negociado em seu estabelecimento<sup>185</sup>. É que, diga-se de passagem, a pequena nota que vimos não tinha intenção de anunciar o dito comércio, mas sim de relatar uma tentativa de homicídio ocorrida na sua frente: um indivíduo denominado Luiz José do Nascimento havia ferido com uma faca o infeliz Pedro Barbalho, que se achava internado no Hospital da Caridade<sup>186</sup>. O delinquente foi preso em flagrante pelo chefe de polícia da cidade, o sr. coronel Joaquim Soares Raposo da Camara, que havia sido intendente municipal entre os anos de 1896 e 1898. O ofendido passou por exame de corpo de delito. Não tivemos mais notícias sobre o seu estado de saúde. A respeito do capitão Felinto Elysio, contudo, os jornais nos trazem ainda mais algumas informações.

---

184 CASCUDO, Luís da Câmara. *O Livro das Velhas Figuras*. Vol. III, p. 100. Perfil publicado originalmente em *Acta diurna* n'A REPUBLICA, Natal, 23 jan. 1959.

185 Ainda de acordo com CASCUDO (Ibid.), Felinto tinha uma loja, intitulada *Amigo do Povo*, que ficava na esquina da Rua Ulysses Caldas com a av. Rio Branco. É certamente a essa loja, sobre a qual não temos mais informações, que a matéria se refere.

186 A REPUBLICA, Natal, 05 abr. 1905.

Possuía diversos terrenos e propriedades na cidade. Em 1904, pede aforamento de um terreno na lagoa do Enforcado, com 350 metros de frente e 125 de fundo<sup>187</sup>. Em nota da *Varias*, de 1911, vemos que tinha um prédio na rua Vigário Bartholomeu, n. 27, Cidade Alta, o qual foi aprovado pela Inspetoria de Higiene para ser habitado<sup>188</sup>. Em março desse mesmo ano, Felinto Elysio pede aforamento de um terreno no quarteirão 15 da Cidade Alta, entre as ruas Thomas de Araujo e 13 de Maio, e de um outro, localizado na Rua Mipibu, na Cidade Nova, onde tinha três casas edificadas<sup>189</sup>. Nesse mesmo bairro, vemos ainda, por carta de aforamento de 1904, que possuía terreno cuja superfície media 2.826 m<sup>2</sup>, limitado a leste pela av. Campos Sales e a oeste pela Prudente de Moraes<sup>190</sup>. Em 1926, lhe será cobrado o imposto de calçamento e estradas e, possivelmente, multa por infração a posturas municipais (vários nomes são citados no edital, e não há especificação do que estava sendo cobrado a cada um dos referidos), tudo isso relativo a dois prédios localizados na rua Vigário Bartholomeu, um de nº 592 e outro de nº 599<sup>191</sup>. Como houve mudança no sistema de numeração da cidade, nesse ano de 1926, é possível que um desses prédios seja o citado na *Varias* de 1911.

---

187 *Id.*, Natal, 07 jul. 1904.

188 *Id.*, Natal, 13 jan. 1911.

189 *Id.*, Natal, 13 mar. 1911.

190 NATAL. Prefeitura Municipal do Natal. *Carta de aforamento nº 09, de 28 de janeiro de 1904*. Natal: s.d.

191 A REPUBLICA, Natal, 15 maio 1926.

Há, aqui, mais um ponto a ser explorado. No edital em que o capitão Felinto Elysio, então vice-presidente do Congresso Legislativo<sup>192</sup>, é chamado a pagar débitos que possuía com a Intendência, são citados também os nomes do ex-intendente Padre José de Calazans Pinheiro – outro proprietário de terrenos e prédios na cidade, e também acionista do Banco do Natal –, da loja maçônica 21 de Março, à qual o então presidente da Intendência, Omar O’Grady, pertencia, e de Alexandre O’Grady, seu pai. É preciso que levemos em consideração que a reforma administrativa realizada por Omar O’Grady na Intendência, aliada ao seu perfil pragmático, criou mecanismos mais rigorosos de cobrança de impostos. A aplicação da lei – e tudo o mais que envolvesse a gestão municipal – deveria ser marcada pela impessoalidade. Disso não se pode depreender, porém, que os rigores da lei fossem igualmente distribuídos.

Sobre as atividades realizadas pelo capitão Felinto Elysio, era isso o que tínhamos para dizer. Cascudo afirma-nos ainda que era o dito capitão natural do Seridó, da cidade de Nova Cruz, informação que vemos parcialmente confirmada em uma carta desse personagem ao Braz Contente (Manuel Dantas), publicada n’*A Republica*. Nela, o autor das *Coisas da terra* afirma que o remetente da carta era natural de Jardim do Seridó e, sem querer envaidecer-se, apresenta a dita missiva na qual Felinto Elysio o elogia, referindo-se ao seu último texto.

Tratava-se de mais uma crônica sobre as *Coisas da terra*, em que Dantas discutia os caminhos que tomaria a Estrada de

192 *Id.*, Natal, 19 jun. 1926.

Ferro Central do Rio Grande do Norte nas diferentes regiões do Estado. Todos iriam se beneficiar com os trilhos do progresso, menos o Seridó, cujas terras não seriam cortadas pelas novas linhas da estrada. Em carta de seridoense para seridoense, o capitão Felinto Elysio concorda com os argumentos apresentados por Braz Contente; afinal, sendo da dita região e amante de suas coisas, conhecia como poucos a matéria de que estava tratando. São as seguintes as palavras do capitão Felinto em aprovação a Braz Contente:

Escusado é dizer-lhe que quasi sempre estou de perfeito accordo com o seu modo de pensar relativamente ás *coisas da terra*, maxime quando, como agora, se refere positivamente ao *nosso Seridó* (grifo nosso), que v. conhece perfeitamente, achando-se por isso mesmo mui apto a externar-se com absoluta segurança sobre suas necessidades mais palpitantes [...]<sup>[193]</sup>

Temos, neste ponto, outro aspecto que merece ser melhor explorado. Podemos ver que boa parte dos atores que representava o município de Natal no Conselho de Intendência veio de outros municípios: Manoel Dantas e Felinto Elysio eram seridoenses; Fabrício Pedroza administrara o império de seu pai em Coité antes de tornar-se presidente da Intendência; o coronel Joaquim Manoel era, provavelmente, de Macaíba, onde devia ter também seus negócios; o coronel Romualdo Galvão, antes de presidir a Intendência da capital, havia chefiado a de Mossoró; o mesmo caso ocorreu com o coronel Joaquim Valentim de Almeida, o qual fora presidente da

---

193 COISAS da terra. A REPUBLICA, Natal, 05 dez. 1911.

Intendência de Macau no início do século XX, antes de assumir o posto de intendente no Conselho da capital, para nos restringirmos apenas a alguns exemplos.

Guardariam todos eles sentimento de amor à terra natal que parece ter tomado conta de Manoel Dantas, representado pelo seu Braz Contente, e Felinto Elysio? Os negócios que alguns deles ainda mantinham em suas terras atraíram-nos, de algum modo, ao cargo de intendente de Natal? Queremos dizer, da capital, centro político-administrativo do Estado, atuando como edis no Conselho Municipal, esses personagens intentavam beneficiar seus negócios e suas terras?

Existia entre esses homens, certamente, o sentimento de que Natal, como capital, era de todos. De fato, a cidade, como centro de poder, atrai e abriga, absorve aqueles que vêm de fora. Há um certo caráter de universalidade que permeia as capitais, cuja representatividade deve cobrir todo um território do qual elas são centro, e Natal, receptiva aos elementos das diversas regiões do estado, também tem essa característica.

Sobre a carta de Felinto Elysio, podemos dizer algo mais. É bem provável que, no período em que a escreve, o capitão Felinto ainda estivesse no Seridó – “Na vida rustica e assaz obscura em que permaneço nestas resequidas plagas sertanejas...”, diz o futuro intendente da capital para, em seguida, continuar a corroborar com as posições defendidas por Braz Contente. O capitão dirá que, caso permanecesse inalterado “o desastrado traçado da E.F. Central” em muito se prejudicariam (“nós”) os seridoenses<sup>194</sup>. Sua preocupação maior era

194 *Ibid.*

com o escoamento da produção algodoeira, o que nos leva a crer que parte de seus rendimentos vinha do cultivo do “ouro branco do sertão”.

Outro nome de relevo na Intendência municipal de Natal foi o do major Theodosio Paiva. De início, uma advertência: não confundir este com Theodosio Ribeiro Paiva. A semelhança nos nomes, associada ao fato de ambos terem trabalhado no Tesouro do Estado, aquele como administrador de obras públicas, este como 1º escrivão da Alfândega, diretor do almoxarifado geral do Estado, administrador da mesa de rendas federais de Areia Branca; e de terem também pertencido à Guarda Nacional (Theodosio Ribeiro, chamemos assim, era capitão da dita corporação), fizeram-nos crer que os dois se tratavam de um só. O engano foi se desfazendo na medida em que encontramos matérias e notas de jornal que apresentavam os dois nomes juntos, caso do texto que contém a lista dos acionistas do Banco do Natal, e da matéria que narra a missa de trigésimo dia de Manuel Dantas, na qual os dois se fizeram presentes<sup>195</sup>.

Explicados esses percalços da pesquisa, cabe informar que Theodosio Paiva (1858-1926) foi presidente da Intendência entre os anos de 1917 e 1922, chefiando, pois, dois Conselhos consecutivos. Sua nota de falecimento condensa um pouco de sua trajetória política e aspectos de sua vida pessoal. Por meio dela, descobrimos que Theodosio era natural da povoação de Vera Cruz, situada em S. José de Mipibu e que, em seus trinta e cinco anos de vida pública, destacara-se como funcionário

---

195 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 06 fev. 1906; 07 fev. 1906; 15 jul. 1924.



do Departamento da Fazenda e do Tesouro do Estado, como deputado no Congresso Legislativo, em várias legislaturas e, especialmente, pelo período em que esteve à frente da gestão da cidade de Natal, no qual se empenhou na construção de um novo prédio para a Intendência, como vimos anteriormente. A matéria destaca ainda que ao seu enterro compareceram o governador do Estado, José Augusto Bezerra de Medeiros, e seu vice, Augusto Leopoldo Raposo da Câmara. Por fim, o texto cita alguns de seus parentes, entre os quais estava Aureo Paiva, seu filho, alto funcionário do Tesouro do Estado (deve ter herdado o posto do pai) e o Monsenhor Antonio Xavier de Paiva, vigário e chefe da Intendência no município de São José de Mipibu<sup>196</sup>.

Além desse resumo biográfico apresentado na matéria que trata do falecimento do ex-intendente, temos algumas outras notas e despachos na parte oficial que nos revelam um pouco mais de suas atividades como funcionário público no início do século XX. Nesse período, ao menos entre os anos de 1904 e 1907, o major Theodosio Paiva será administrador das obras públicas do Estado, como podemos ver em dezenas de despachos e ofícios expedidos pelos Governadores do Estado com a expressão “mandai pagar ao sr. Theodosio Paiva, administrador das obras publicas...”. Todo o material dessas obras era comprado pelo major Paiva, que também se encarregava de contratar os seus funcionários. Os despachos, rápidos, não informam sobre as obras geridas pelo futuro intendente, mas, pelo que vemos no jornal, o major Theodosio deve ter

196 *Id.*, Natal, 09 out. 1926.

se envolvido nas obras do Teatro Carlos Gomes, do jardim Público na Augusto Severo, de calçamento em diversas ruas da cidade, construção de estradas de rodagem, entre outras.

É ainda o major Theodosio mais um dos personagens a fazer parte da fundação do Banco do Natal. Possuía desse banco cinco ações, num valor total de um conto de réis. Não chegou, porém, a ocupar cargo de direção na instituição, como os coronéis Joaquim Manoel, Romualdo Galvão, Olympio Tavares e José Lagrecia (os dois últimos presidentes)<sup>197</sup>. Possuindo, certamente, um perfil distinto dos nomes citados, a direção que o major ocupará será a do Teatro Carlos Gomes, como vemos em nota de um festival de caridade realizado nesse teatro, acontecimento esse que, segundo consta, contou com a significativa participação do diretor do

---

197 Por sinal, já vimos que vários foram os personagens aqui tratados que participaram da fundação do Banco do Natal e foram seus sócios. A relação que temos é a seguinte: Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho, agricultor, domiciliado em Cajupiranga, com uma ação; Olympio Tavares, comerciante residente em Natal, com 50 ações – um dos maiores acionistas; coronel Romualdo Lopes Galvão, comerciante residente em Natal, com 40 ações – também na lista dos maiores sócios; Coronel Joaquim Manoel, por si e como representante de cinco filhos menores, empregado público residente em Natal, com seis ações ao todo; tenente-coronel Francisco Cascudo, comerciante residente em Natal, com dez ações; Theodosio Paiva, empregado público residente em Natal, com cinco ações; Dr. Pedro Soares de Amorim, empregado público residente em Natal, com duas ações; Padre José de Calazans Pinheiro, empregado público residente em Natal, com mesmo número de ações; Dr. Manoel Dantas, empregado público residente em Natal, uma ação; Major José Mariano Pinto, empregado público residente em Natal, uma ação. De acordo com *A REPUBLICA*, Natal, 06 fev. 1906; 07 fev. 1906. Os nomes dos sócios vinham acompanhados de suas profissões, da maneira como reproduzimos acima.

teatro<sup>198</sup>. Bom seria se tivéssemos informações sobre a formação do major Paiva, para que melhor compreendêssemos o seu perfil e como chegou ao cargo de diretor do Teatro, mas, infelizmente, estes dados nos faltam.

Se o assunto era a Cidade Nova, porém, o major Theodosio Paiva não se distinguia muito de outros nomes que já citamos aqui. No aprazível bairro de Natal, o major possuía um terreno de grandes proporções (5.700 m<sup>2</sup>), limitado ao sul pela Rua Mipibu e a oeste pela Avenida Floriano Peixoto<sup>199</sup>.

Sobre suas atividades, sabemos ainda que foi nome de grande importância na Guarda Nacional do Estado e na fundação do Grêmio militar dessa instituição, ao lado de nomes aqui já citados, tais como o coronel Joaquim Manoel, Fortunato Aranha, major José Pinto e capitão Felinto Elysio, além do coronel Cascudo e do major Paschoal Romano. Como vemos, esse Grêmio militar foi um importante local de encontro de vários dos personagens que fazem parte do nosso estudo.

Vamos mudar agora, mas por pouco tempo, de direção, ao tratar do perfil de Eduardo dos Anjos, intendente entre os anos de 1923 e 1925. Dizemos que se trata de uma mudança de direção, pois, finalmente, vamos tratar de um personagem que não carregava ao lado de seu nome uma patente. As matérias e notas de jornal que tratam desse personagem mostram que ele começou a construir seu caminho em direção ao Conselho de Intendência Municipal ainda no início do século

---

198 A *REPUBLICA*, Natal, 10 set. 1906.

199 NATAL. Prefeitura da cidade do Natal. Carta de aforamento nº 27, de 05 de setembro de 1904. Natal: s.d.

XX. São desse período algumas das obras encomendadas ao “empreiteiro” Eduardo dos Anjos pelo governo do Estado.

Em novembro de 1904, Eduardo dos Anjos será contratado por esse Governo para realizar o calçamento de ruas na Ribeira e Cidade Alta. O despacho oficial do Estado não informa que ruas seriam calçadas, mas sabemos que no início do ano seguinte elas foram concluídas, tendo recebido o dito “empreiteiro” 170\$000 de saldo pelo serviço em fevereiro de 1905<sup>200</sup>. O calçamento feito parece não ter resistido muito às chuvas, tendo se deteriorado parte dele, em frente à fábrica de tecidos, em poucos meses de uso, o que gerou reclamações do órgão opositor, o *Diario do Natal*. Eduardo dos Anjos, por meio d'*A Republica*, responderá que não foi por deficiência técnica que a obra se deteriorou, mas por conta do alicerce em que ela estava assentada, construído antes de seu serviço, e pela força da chuva, que deteriorou também calçamentos mais antigos<sup>201</sup>.

O aparente problema com a obra realizada por Eduardo dos Anjos parece não ter incomodado ao Estado que, certamente, deve ter sido convencido pelos argumentos utilizados pelo contratado. Desta maneira, os serviços de Eduardo dos Anjos serão novamente requisitados pelo governo do Estado, em outubro de 1905, para realizar o rebaixamento e nivelamento da Avenida Junqueira Ayres. Receberá do governo, nesse mês,

---

200 A REPUBLICA, Natal, 04 fev. 1906.

201 *Id.*, Natal, 19 ago. 1905.

900\$000 (novecentos mil réis), referente a um terço do valor total do serviço realizado<sup>202</sup>.

E os pedidos de realização de novas obras feitas pelo governo do Estado ao senhor Eduardo dos Anjos não param de chegar. Em outubro de 1906, ele é contratado pela mesma instituição, pela importância de quase três contos de réis (2:794\$800) para fazer o reboco do muro de sustentação que ia da casa do Coronel Aureliano de Medeiros até o canto da ladeira do colégio Atheneu, na Ribeira, e a construção do passeio que o acompanhava. Em outro ofício, publicado no mesmo dia, vemos que o Governo contrata-o também para a continuação do rebaixamento da Avenida Junqueira Ayres (calhe central e lado do Atheneu) até a Rua Ulysses Caldas, pela quantia de 4:776\$900 (quatro contos, setecentos e setenta e sete mil e novecentos réis)<sup>203</sup>. É ainda neste ano de 1906 que Eduardo dos Anjos realiza reparos na praça e no Cais Augusto Lyra, recebendo do já referido contratante o valor de 2:233\$000 (dois contos e duzentos e trinta e três mil réis)<sup>204</sup>.

Ainda em 1906, o futuro intendente receberá mais um pedido de serviço do governo do Estado que, como vemos, apreciava muito o seu trabalho. Desta feita, ele será encarregado de realizar reformas no Palácio do Governo<sup>205</sup>, na Cidade Alta, adaptando-o para tornar-se residência do governador

---

202 A *REPUBLICA*, Natal, 09 out. 1905.

203 *Id.*, Natal, 31 out. 1906.

204 *Id.*, Natal, 10 nov. 1906.

205 *Id.*, Natal, 27 ago. 1906.

do Estado. Pela obra, receberá algo em torno de três contos de réis, pagos no ano de 1909, como vemos em mais um ofício do Governador do Estado encaminhado ao inspetor do Thesouro<sup>206</sup>. Nesse mesmo ano de 1909, Eduardo dos Anjos começará um outro trabalho noticiado pel'*A Republica*, o erguimento do alicerce para a construção do monumento a Nísia Floresta, no município de Papary (atualmente com o nome dessa poetisa), serviço pago pelo Conselho de Intendência local<sup>207</sup>.

O sucesso na realização dessas empreitadas, certamente, tornou Eduardo dos Anjos um homem de respeito na sociedade natalense e de prestígio diante do governo do Estado que, ao que vemos, era seu maior cliente. Esta posição deve ter-lhe favorecido o caminho na política local a ponto de tornar-se um pré-candidato, digamos assim, a intendente do Conselho da capital, no ano de 1913. Como vimos no capítulo anterior, a candidatura, por razões que não conhecemos, não se consolida, e, pouco tempo depois, a classe dos artistas José indica Mariano Pinto, gerente d'*A Republica*, para ser o seu candidato.

Daremos mais um pequeno salto no tempo, caminhando em direção ao final da década de 1920. Traçaremos o perfil de mais um militar, o general Felizardo Toscano de Brito, este membro do Exército, porém, e não da Guarda Nacional, caso da maioria dos outros aqui relacionados. Não que isso, por si só, significasse uma drástica diferença. Matérias de 1904 e

---

206 *Id.*, Natal, 19 jun. 1909.

207 *Id.*, Natal, 01 out. 1909.

1911, citando leis federais como a de nº 602, de 1850, e o decreto nº 3533, de 1865, afirmam que os oficiais da Guarda Nacional tinham o mesmo *status* de qualquer oficial pertencente à outra corporação militar, sendo-lhes dadas as mesmas honras e regalias<sup>208</sup>.

Era o então tenente-coronel Toscano de Brito, intendente entre os anos de 1929 e 1930, como vemos em matéria de 1924, comandante interino da 2ª Região Militar, com sede na cidade do Recife. Em julho daquele ano, o comandante veio a Natal em uma visita de inspeção, sendo recepcionado em seu desembarque por um representante do governador do Estado e recebendo as honras militares do 29º Batalhão de Caçadores. Acompanhado de sua família, o comandante Toscano permaneceu em Natal durante cinco dias, após o que foi ao prédio d'*A Republica* despedir-se dos funcionários desse jornal. Não temos outras notícias sobre as atividades militares do sr. Toscano de Brito.

É provável, porém, que não retirasse somente delas as suas rendas. O futuro General é um dos nomes mais recorrentes nos editais de aforamento publicados pela Intendência do Município n'*A Republica*. Embora não tenhamos listas de contribuintes de outros períodos que não os anos de 1905 e 1906, é bem provável que o dito oficial estivesse entre os maiores proprietários de terra da capital potiguar. Anotamos quatro pedidos de aforamento realizados pelo referido personagem, todos no ano de 1913.

---

208 *A REPUBLICA*, Natal, 28 abr. 1904; 31 maio 1904; 06 dez. 1911.

Em fevereiro desse ano, o então capitão Felizardo Toscano pede aforamento de um terreno no subúrbio, o qual margeava pelo leste a estrada de ferro da Great Western. Em maio daquele ano requer, de uma só vez, aforamento de dois terrenos no Alecrim, um entre as ruas coronel Estevam e Amaro Barreto, e um outro, anexo a este, na primeira rua, com 175 metros de frente e 32 de fundo. Em setembro, pedirá aforamento de outro terreno no Alecrim, na Rua General Fonseca e Silva, de dimensões não expressas. Em outubro requer, por aforamento, mais um terreno no bairro do Alecrim, possuindo este 1.200 metros de frente<sup>209</sup>. Isto mesmo: mil e duzentos metros de frente. Não há qualquer correção desse valor nas edições seguintes do jornal, nem pedido de revisão feito por outrem no prazo de trinta dias, como era previsto nos editais.

Sobre as atividades do general Felizardo Brito e suas propriedades, era disto que tínhamos para tratar. Resta-nos ainda dizer que esse personagem devia ser também fotógrafo diletante, tendo colaborado com suas fotografias para a edição do *Almanach da Paraíba*. Seria Toscano de Brito natural desse Estado? Não sabemos, mas a edição do *Almanach* foi dirigida pelo coronel potiguar João de Lyra Tavares.

Outros parecem também ter se apaixonado pela arte de fotografar paisagens, ação que deveria ser tanto mais empolgante, quanto maiores eram as mudanças no cenário fotografado, alterações acompanhadas pelo discurso do progresso e da civilização. Alberto Roselli (1886-1967), intendente entre

---

209 Ver, respectivamente, *A REPUBLICA*, Natal, 28 fev. 1913; 15 maio 1913; 19 set. 1913; 22 out. 1913.



os anos de 1914 e 1916, foi um dos que se entusiasmou com os novos cenários de Natal, tendo produzido “uma collecção de cartões postaes, contendo excellentes vistas por elle photographadas, sobre diversos pontos desta capital<sup>210</sup>”, com a qual presenteou os diretores d’*A Republica*. Aquele, porém, que mais deixou registros fotográficos sobre a capital potiguar foi o Dr. Manoel Dantas, que assumirá a Intendência em 1924, rompendo em definitivo com um ciclo de coronéis à frente dessa instituição, como aqui demonstramos.

## Um bacharel, um engenheiro e muitos projetos para uma nova cidade

Manoel Dantas foi, certamente, o primeiro gestor a pensar uma ampla reforma para a gestão municipal de Natal. Não teve tempo para pôr suas ideias em prática, é verdade, mas algumas delas, compartilhadas pelo sucessor, foram executadas nos anos que se seguiram à sua breve passagem pelo poder municipal. Buscaremos traçar um breve perfil desse importante membro da elite local, figura de destaque no cenário político desde a construção do movimento republicano no Estado<sup>211</sup>.

---

210 *A REPUBLICA*, Natal, 16 dez. 1905.

211 Sobre esse papel na construção do movimento republicano, destacamos que Manoel Dantas foi fundador do jornal *O povo*, em 1889, na cidade de Caicó, sua terra natal, sendo um dos líderes do grupo do Seridó que defendia o fim do regime monárquico. Sobre a importância de Manoel Dantas, e também do referido grupo, para a formação do movimento republicano no Estado, ver BUENO,

Sobre esse homem, sabemos que algo já foi estudado, em especial sobre a sua conferência realizada no salão nobre do Palácio do Governo, em março de 1909, que tratou da *Natal d'aqui a cinquenta annos*<sup>212</sup>, de maneira que tentaremos nos ocupar apenas de alguns aspectos relacionados à sua trajetória política, no intuito de analisar o caminho que percorreu até tornar-se presidente da Intendência da cidade de Natal.

Um dos principais personagens d'*A Republica*, órgão oficial do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte, Manoel Dantas ingressou no dito periódico em 1897<sup>213</sup>, tornando-se seu redator-chefe em 1900, cargo que só abandonaria em 1908, dando então lugar ao Dr. Sérgio Barreto, mais um integrante da família Albuquerque Maranhão, eleito nesse mesmo ano deputado federal. O Dr. Dantas, como era referido em algumas matérias de jornal, dará, com auxílio do gerente e amigo José Pinto, o seu tom ao jornal, com uma escrita firme, de argumentos precisos que sempre iam em defesa do órgão responsável pel'*A Republica*, em resposta às matérias publicadas no *Diario*. Na coluna *Coisas da terra*, que começa a publicar em 1907, ainda como redator-chefe do dito

---

Almir de Carvalho. *Visões da República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, em especial os dois primeiros capítulos.

212 Ver, entre outros textos: OLIVEIRA, Giovana Paiva de. A conferência de Manoel Dantas: A elite natalense construindo a imagem de cidade moderna. In: DANTAS, George; FERREIRA, Angela (Org.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*; LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*; Revista *Perigo Eminente*. Natal: Ed. Flor do Sal, 2009.

213 *A REPUBLICA*, Natal, 26 abr. 1905.

periódico, Manoel Dantas, sob o “disfarce” de Braz Contente, tinha a oportunidade de se soltar ainda mais, usando ironia e trocadilhos para criticar os costumes locais, e de bom humor e fantasia para se referir às mudanças materiais pelas quais a cidade em que vivia passava. Sobre as atividades de Dantas como jornalista, é importante ainda destacar que elas lhe conferiam talvez a sua principal identidade. Ou, ao menos, suplantavam, nesses termos, as atividades que exerceu no campo político, como vemos em entrevista dada ao periódico *A Republica*, logo após assumir o cargo de presidente da Intendência<sup>214</sup>.

Antes disso, em julho de 1905, Manoel Dantas substituiu o magistrado Antonio de Souza, futuro governador do Estado, no cargo de procurador geral do Rio Grande do Norte<sup>215</sup>. Veremos que, em 1909, Dantas ocupará o cargo em definitivo<sup>216</sup>. Sobre suas atividades como advogado, vale lembrar que Dantas esteve entre os mais respeitados profissionais da área. Formado na Faculdade de Direito do Recife, onde cursou ciências sociais e jurídicas entre os anos de 1885 e 1889<sup>217</sup>, o Dr. Dantas atuou como representante da Great Western of

---

214 Ao ser perguntado por um dos jornalistas se teria tempo para uma rápida palestra, Dantas, de modo enfático diz: “Com todo prazer, porque antes de ser homem de governo, sou homem de imprensa e, agora mesmo, acabo de assignar a comunicação de minha posse aos jornaes da capital, solicitando sua collaboração, sua critica e fiscalização, como órgãos de opinião publica, para o bom exito de minha administração (*A REPUBLICA*, Natal, 04 maio 1924).”

215 *A REPUBLICA*, Natal, 30 jun. 1905.

216 *Id.*, Natal, 26 mar. 1909.

217 NONATO, Raimundo. *Bacharéis de Olinda e Recife*.

Brazil Railway no Rio Grande do Norte<sup>218</sup>; foi procurador do juiz de Acary e então vice-governador do Estado, Juvenal Lamartine, ainda em 1905<sup>219</sup>; dono de um escritório de advocacia na capital potiguar, aceitando como sócio em 1906 o “joven e talentoso” dr. José Augusto Bezerra de Medeiros<sup>220</sup>, seu sobrinho afim<sup>221</sup> e futuro governador do Estado (assumirá o Governo no mesmo período em que Dantas tomou posse na Intendência, tendo-lhe dado grande apoio para que concorresse ao cargo de presidente dessa instituição). Em 1919, o referido escritório se expande e Dantas recebe um novo sócio: Juvenal Lamartine de Faria, que também assumirá o governo do Estado, em 1928, com o qual expandirá os negócios advocatícios, passando a atuar também na capital federal<sup>222</sup>. Uma tal carreira no campo do direito o credenciou também a ser presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Norte, cargo que assumiu no início da década de 1910<sup>223</sup>.

Atividades como essas ajudaram a colocar Dantas em contato direto com as esferas de poder importantes no Estado. Ele é um dos nomes que, certamente, desconhecerá a mudança de

---

218 *A REPUBLICA*, Natal, 22 fev. 1905.

219 *Id.*, Natal, 26 jul. 1905.

220 *Id.*, Natal, 20 abr. 1906.

221 Manoel Dantas era casado com a senhora Francisca Bezerra Dantas, tia do dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. Ver, entre outras edições, *A REPUBLICA*, Natal, 12 jul. 1924; 01 ago. 1924.

222 *A REPUBLICA*, Natal, 16 jun. 1919.

223 *Id.*, Natal, 27 fev. 1913.

oligarquias no governo do Estado. Se o auge de sua carreira política, se assim podemos dizer, foi nos governos da *Oligarquia do Seridó*, quando se tornou Diretor de Instrução Pública do Estado, em fins da década de 1910, e chegou à presidência do Conselho de Intendência em 1924; antes disso, durante os governos da Oligarquia Albuquerque Maranhão, além de ter sido procurador geral do Estado, como dissemos, foi eleito deputado para o Congresso Legislativo do Estado em 1906<sup>224</sup> e atuou também como “ajudante de ordens”, uma espécie de auxiliar direto do governador do Estado, Dr. Alberto Maranhão, como vemos em matéria de junho de 1909<sup>225</sup>.

A estes cargos, se juntam vários outros, exercidos nas mais diversas sociedades estabelecidas na capital potiguar. Foi sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, representando o Estado no 4º e 6º Congressos brasileiros de Geografia<sup>226</sup>; sócio-fundador do Natal-Club<sup>227</sup>; sócio da sociedade mutualista Previdente Natalense<sup>228</sup>; mem-

---

224 A *REPUBLICA*, Natal, 05 out. 1906.

225 *Id.*, Natal, 16 jun. 1909. A matéria trata do retorno de Fabrício Maranhão, presidente do Congresso Legislativo do Estado, ao Rio Grande do Norte, após viagem ao Rio de Janeiro para tratar de problemas de saúde. Várias autoridades recebem o eminente político e lhe preparam, em sua homenagem, um jantar. Na mesa posta, Manoel Dantas senta-se ao lado do Dr. Alberto Maranhão.

226 Sobre a participação no IHG-RN, ver A *REPUBLICA*, Natal, 16 mar. 1904; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Vol. I, nº 1. Sobre as participações nos Congressos de Geografia, ver: A *REPUBLICA*, Natal, 11 ago. 1913; 09 abr. 1918.

227 A *REPUBLICA*, Natal, 15 dez. 1913.

228 *Id.*, Natal, 08 dez. 1913.

bro do diretório regional da Liga de Defesa Nacional<sup>229</sup>; membro da loja maçônica 21 de Março; fundador e diretor da Sociedade Agrícola do RN<sup>230</sup>; além de ter sido um dos fundadores da Liga de Ensino<sup>231</sup>. Ainda mencionaremos o papel de duas dessas sociedades: o Natal-Club e a loja maçônica 21 de Março. Antes disso, é importante que se diga que em todas essas sociedades há representantes dos poderes municipal e estadual, além de outros personagens de destaque na sociedade da época. E nenhum outro membro da elite local de que tratamos aqui foi figura tão presente em tais sociedades como o Dr. Manoel Dantas. Em todas as que foram citadas, esse personagem teve papel relevante. Foi sócio-fundador, diretor, presidente, venerável. E é este ser multifacetado – jornalista, advogado, cronista, geógrafo, fotógrafo, político, enfim –, e muito bem relacionado na sociedade de seu tempo, que chegará à presidência do Conselho de Intendência em maio de 1924.

Mas, como já expusemos, Manoel Dantas não teve muito tempo para pôr em prática os seus desejos e sonhos em prol de uma nova Natal. Morrendo subitamente, sua administração não passou de um mês e meio. Em seu lugar, assumiu o seu genro, o engenheiro Omar Grant O’Grady (1894-1985). Também com relação a esse personagem tentaremos ser sucintos, nos restringindo ao que considerarmos mais importante para a compreensão da trajetória que o levou a tornar-se

---

229 *Id.*, Natal, 23 set. 1916.

230 *Id.*, Natal, 17 maio 1905.

231 *Id.*, Natal, 10 out. 1911.

presidente da Intendência e o primeiro prefeito da capital. Há, além disso, outras publicações que trazem informações sobre o referido gestor<sup>232</sup>.

Nos jornais, as primeiras informações que temos sobre Omar O'Grady fazem referência ao aluno que, então, prestava exames para o Atheneu Rio Grandense, escola onde alguns dos membros da elite local cursaram o secundário, inclusive personagens que fizeram parte da Intendência à época em que O'Grady a presidia. O jovem O'Grady será aprovado plenamente nos testes realizados para essa instituição, no ano de 1905. O detalhe era que os exames feitos pelo estudante prestes a completar onze anos eram destinados aos que desejavam cursar direito<sup>233</sup>.

Do mesmo ano é a primeira nota de aniversário de Omar O'Grady publicada n'*A Republica*. Nessa época, Omar O'Grady era lembrado como o “filho do sr. Coronel Alexandre James O'Grady<sup>234</sup>”, o velho O'Grady, como denominará Cascudo, membro do segundo Conselho de Intendência (1896-1898), republicano incorrigível, honesto, íntegro, amante dos maiores

---

232 Para obter dados sobre sua formação, além de uma rica análise do seu período de governo, ver: DANTAS, George. Construindo a cidade: a administração Omar O'Grady (1924-1930). In: \_\_\_\_\_. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em natal nos anos 1920* (dissertação de mestrado). Para obter informações sobre a origem da família O'Grady, bem como alguns aspectos da vida pessoal de Omar O'Grady, ver: PAIVA, Jorge O'Grady de. *Nos caminhos das letras e das ciências*, p. 247-253; 287-288; 291-292.

233 *A REPUBLICA*, Natal, 21 fev. 1905; 22 fev. 1905.

234 *Id.*, Natal, 17 fev. 1905.

valores éticos e morais, nas palavras desse estudioso<sup>235</sup>. E é assim também, como filho do “velho O’Grady” que o jovem O’Grady será lembrado em outra nota de aniversário de 1909, ano em que obtém o primeiro prêmio como aluno do Atheneu Rio Grandense<sup>236</sup>.

Demorará certo tempo para que o personagem de que ora tratamos comece a ser citado pelos seus feitos. Em 1919, uma matéria de destaque trata do jovem engenheiro Omar O'Grady que, recém-formado no curso de engenharia civil na Universidade de Chicago, viera visitar a redação d'*A Republica*. O texto da matéria ressalta que O'Grady, desde tenra idade, mostrava inteligência e competência, tendo sido laureado no Atheneu. Na América, conseguira aperfeiçoar os seus dotes, sem deixar, de maneira alguma, conforme o referido texto, de cultivar a terra natal, ao realizar conferências públicas em Chicago sobre a sua cidade. A matéria ressalta ainda que na visita feita pelo engenheiro, o jovem discutiu com os redatores d'*A Republica*, entre outras questões, sobre as diversas possibilidades de intercâmbio entre o Brasil e os Estados Unidos. Por fim, mais elogios a esse personagem, brilhante moço que honrou o nome do Rio Grande do Norte em terra estrangeira<sup>237</sup>.

Em 1923, uma nota breve nos informa algo sobre a atuação profissional desse engenheiro. Consta, na dita nota, que O'Grady superintendia a “construcção do grande açude Acauã, uma das grandes obras da Inspectoria de Seccas”

235 CASCUDO, Luís da Camara. *O Livro das Velhas Figuras*. Vol. III, p. 90.

236 Ver, respectivamente: *A REPUBLICA*, Natal, 17 fev. 1909; 05 maio 1909.

237 *A REPUBLICA*, Natal, 22 abr. 1919.



(IFOCS – Inspetoria Federal de Obras contra as secas). Regressando a Natal, tendo partido da capital cearense pelo vapor Iragybe, “o jovem e distinto conterrâneo<sup>238</sup>” hospedara-se, juntamente com Izabel Dantas, sua primeira esposa<sup>239</sup>, na casa de seu sogro, o sr. Manoel Dantas, onde vinha sendo muito cumprimentado.

Pouco depois da morte de Dantas, *A Republica* apresenta uma matéria, originalmente publicada na *Gazeta de noticias*, da capital federal, em que o nome de O’Grady surge como o melhor caminho a ser seguido por aqueles que desejavam a Natal uma administração progressista. Intitulado *um engenheiro de valor*, o texto ressaltava, mais uma vez, a formação em engenharia civil obtida por O’Grady em Chicago e afirmava que o jovem era um “distinto profissional, energico e emprehendedor” e trazia consigo a “influencia da iniciativa americana<sup>240</sup>”. A escolha de O’Grady para o cargo de presidente da Intendência seria, enfim, muito feliz, sendo muito provável que essa escolha resultasse num caminho de progresso material e administrativo para a cidade, pelo que aponta a matéria.

---

238 *Id.*, Natal, 29 dez. 1923.

239 Izabel Dantas faleceu em 1925. Sua morte, conta-nos o padre Jorge O’Grady, causou grande pesar para Omar O’Grady. Com uma filha para criar, segundo seu sobrinho, quem melhor poderia ajudá-lo em tal tarefa, senão a cunhada? Com esse pensamento, segundo Jorge O’Grady, Omar casou-se com Leonor seis meses após a morte de Izabel. Para além do exposto, certamente, era significativo para O’Grady a manutenção dos laços com a família Dantas. Sobre os seus matrimônios, ver: PAIVA, Jorge O’Grady de. *Nos caminhos das letras e das ciências*, p. 250-251.

240 *Id.*, Natal, 31 ago. 1924.

**Imagem 4** – Fotografia de Omar O'Grady, tirada em fins da década de 1920



*Fonte: CIGARRA, 1929.*

E com este último personagem, encerramos a nossa breve análise sobre as atividades realizadas pelos atores que passaram pela Intendência de Natal, tendo exposto, na medida do possível, suas ligações com outras instituições locais e personagens que fizeram parte do cenário político do Estado, no período estudado, bem como a base econômica que os sustentava. Está claro que não poderíamos, pela falta de informações, falar sobre todos. Sobre alguns sabemos muito pouco; sobre outros nada, sendo impossível traçar-lhes um perfil. Há, por fim, outros que seguiram trajetórias muito parecidas com as dos exemplos que expusemos aqui, de modo que nos pareceria redundante tratar desses perfis.

## **Os intendentes, sua formação e lugares de sociabilidade**

Ainda não terminamos. Fizemos outras questões no início do texto e desejamos dar respostas, mesmo que parciais, incompletas a elas. A última dessas questões diz respeito à formação desses homens. O que liam? Onde estudaram? Como dissemos, encontramos poucos dados sobre isso, mas acreditamos que eles possam, de alguma maneira, elucidar esses problemas. Além disso, dissemos de início que seria importante sabermos a que sociedades esses homens se vinculavam, em que locais se encontravam. Falamos, até aqui, de modo ligeiro sobre isso. Tentaremos, daqui por diante, tratar um pouco mais desses aspectos.

Cascudo, mais uma vez, nos ajuda a traçar o perfil de alguns dos personagens a que nos referimos, trazendo alguns elementos sobre a sua formação. Antes, queremos dizer que, por formação, tratamos as leituras que estes homens fizeram e o estudo que tiveram. Há, é claro, outros aspectos dessa formação que podem ser analisados, como o das relações familiares, de amizade, as viagens, entre outros. Na medida do que for possível, trataremos desses aspectos. Por ora, discutiremos formação no primeiro sentido que sugerimos.

Dizíamos que o historiador-memorialista Câmara Cascudo nos apresenta algumas informações que nos ajudam na compreensão da formação de nossos personagens. Sobre o seu pai, por exemplo, o coronel Francisco Cascudo, o dito estudioso afirma que ele foi homem de pouco estudo, tendo se dedicado desde cedo ao comércio, o que lhe impossibilitou um caminho mais longo no campo das letras. Estudou as primeiras letras por apenas dois anos, primeiramente com um professor particular e, posteriormente, com o irmão mais velho, Antonio Cascudo. Não obstante o pouco estudo, foi, nas palavras de seu filho, um homem astuto, de agradável palestra, inteligente, perspicaz. Cascudo, o filho, dirá que mesmo tendo sido seu pai um “comerciante pouco letrado”, faria um gesto único: o de fundar um jornal, *A Imprensa*, que se manteve vivo por quase treze anos, entre 1913 e 1927<sup>241</sup>, sem receber qualquer subvenção do Estado. Nele, Câmara Cascudo iniciou sua trajetória como intelectual e não parou mais. O pai, que seguiu no comércio, caminho que o levou à Intendência, investiu o

241 CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. cit.*, p. 43-46.

que pôde no filho, ajudando-o a tornar-se o mais respeitado intelectual potiguar.

Sobre nomes como o do coronel Joaquim Manoel e o capitão João Avelino Pereira de Vasconcellos quase nada sabemos acerca de sua formação<sup>242</sup>, mas notas de jornal nos revelam que também investiram na educação de seus filhos. Um dos filhos do coronel, Arnaldo Moura, foi mais um dos que saíram de Natal em direção a Recife, tornando-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito dessa cidade, no ano de 1913. O pai, em comemoração ao fato, realizou na *Vila Moura*, em Petrópolis, um jantar íntimo, convidando prestigiados nomes da sociedade local, com destaque para o então governador do Estado, Dr. Alberto Maranhão, e o comandante Toscano de Brito<sup>243</sup>, futuro intendente da capital. O filho homônimo de João Avelino Pereira de Vasconcellos também recebeu investimentos do pai para se tornar um doutor. O “moço inteligente e esperançoso” ingressou na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, no alvorecer do século XX, mas não pôde concluir o curso, morrendo subitamente em 1905<sup>244</sup>.

---

242 Temos apenas a informação de que o coronel Joaquim Manoel era professor de Geografia do Atheneu (ver *A REPUBLICA*, Natal, 06 jun. 1921). Mas em nenhum momento do recorte trabalhado neste livro exerceu a função. Em 1905, estando em disponibilidade, ofereceu 5% dos seus vencimentos ao governo do Estado, como auxílio para o pagamento dos juros do empréstimo feito ao Banco da República (*A REPUBLICA*, Natal, 11 ago. 1905).

243 *A REPUBLICA*, Natal, 05 dez. 1913. Arnaldo Moura chegou também a ser um colaborador d'*A Republica*, como vemos em edição desse jornal de 11 abr. 1911.

244 *A REPUBLICA*, Natal, 13 jan. 1905.

O coronel José Lagreca, bem-sucedido no campo do comércio, parece também não ter tido muito tempo para se dedicar aos estudos. Cascudo, novamente ele, afirma que Lagreca, com quem tinha alguma proximidade, não chegara a terminar o secundário, mas com sua sagacidade, inteligência e memória viva, conseguiu alcançar os mais altos postos em sua terra natal, Palmares, município de Pernambuco, do qual saiu por desentendimentos políticos, indo percorrer o Nordeste inteiro como comerciante. O pouco estudo não o impediu, contudo, de ser um grande leitor, conforme Cascudo. Era “homem de livros”, dirá o estudioso, para em seguida tratar de algumas preferências de Lagreca: Antero de Quental, Cesário Verde e Eugênio de Castro<sup>245</sup>, poetas portugueses dezenoveanos.

Quem também apreciava a literatura era Fortunato Aranha. É o que nos diz um outro memorialista, João de Amorim Guimarães, que afirmará que o dono da *Cosmopolita* não era apenas um livreiro, mas também um devorador de livros. Lia tudo que chegava ao seu comércio. O nome dos filhos, Murilo e Victor Hugo, denunciaria o amor de Aranha pela poesia. O primeiro desses filhos, por sinal, ao que sabemos foi poeta, como aponta Cascudo<sup>246</sup>. Aranha arriscou-se também na escrita, como já dissemos, publicando *paginas litterarias*

245 CASCUDO, Luís da Câmara. *Gente viva*, p. 31-33. Cascudo afirma que Lagreca era amigo de seu pai e que frequentara sua casa desde 1917. Nos dois últimos anos em que cursara a Faculdade de Direito do Recife, almoçava sempre aos domingos com Lagreca. Em 1929, Cascudo casou-se com sua cunhada, Dahlia Freire.

246 Segundo CASCUDO, L. da C. *O tempo e eu*, p. 45, o “Poeta Murilo Aranha” foi diretor do Externato mantido pelo seu pai em Lajes, interior do RN. Murilo morreu novo, em 1919, aos 29 anos.

em 1918. O livro, infelizmente, não chegou até nós para que conhecêssemos algo do livreiro-escritor.

Sobre os coronéis Joaquim José Valentim de Almeida e Olympio Tavares, temos apenas pistas do que gostavam de ler. Este, em uma viagem em trem da Great Western, perdeu um volume, não especificado, do escritor português Eça de Queiroz, pertencente ao Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (seria sócio desse Gabinete?)<sup>247</sup>. O coronel Valentim de Almeida, por sua vez, ofereceu, em carta ao IHG-RN, 33 volumes encadernados do *L'Année scientifique*, do cientista francês Louis Figuier<sup>248</sup>. A obra, por sinal, não era apreciada só pelo coronel Valentim de Almeida.

Devia também partilhar do seu gosto o bacharel Manoel Dantas, que também tinha, em sua biblioteca de inúmeros volumes, doada ao Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, a obra de Louis Figuier<sup>249</sup>. Coincidência? É possível que em alguma reunião do Natal-Club, ou mesmo em uma festa organizada por essa sociedade, que tinha ambos como sócios, um tenha feito comentários para o outro – o bacharel para o coronel ou, por que não, aquele para este – sobre a obra de Figuier. Queremos aqui lançar a hipótese, que não pode-

---

247 A REPUBLICA, Natal, 16 ago. 1906.

248 *Id.*, Natal, 19 jan. 1911.

249 Encontramos, ainda, uma série de outras obras da literatura francesa nessa biblioteca, como *La revue des revues*, *Lecture pour tous*, *Le monde moderne*, *Magasin Littéraire Illustrée*, *La France Géographique Illustrée*, além da *Revista Juridica e de Jurisprudencia*, entre outras publicações. Iniciamos há pouco o estudo dessa biblioteca, que merece atenção à parte.

remos comprovar neste estudo, de que esses homens compartilhavam leituras e, também por meio delas, desejos para sua cidade. Acreditamos também, partindo desse exemplo e do pouco que pudemos dizer por ora sobre a formação desses homens, que, em linha geral, não é permitido traçar uma clara distinção entre os coronéis que administraram a cidade até 1923 e os bacharéis que a governaram desse ano até 1930.

Falemos, agora, de um local de encontro dos membros dessa elite, sem sairmos da discussão sobre a formação desses homens. O Atheneu Rio Grandense, principal instituição de ensino do Rio Grande do Norte no início do século XX, formou e reuniu alguns dos personagens tratados aqui. Vimos, por meio de diversas notas publicadas n'*A Republica* nesse período, que o Dr. Omar O'Grady, como já expusemos, o major Enéas Reis, Mario Eugenio Lyra, Francisco Ivo Cavalcanti e João Galvão Filho, todos ligados à Intendência de Natal, foram colegas e, quem sabe, amigos de escola<sup>250</sup>. Foram seus professores, entre outros, o padre José de Calazans Pinheiro, Manoel Dantas e Joaquim Torres, nomes também ligados ao Conselho de Intendência, além de Tavares de Lyra e José Augusto, eminentes figuras do cenário político local<sup>251</sup>.

Outra relevante instituição local em que os nossos personagens puderam se encontrar foi a Associação Comercial do Estado do Rio Grande do Norte, aqui já citada algumas vezes.

250 Esses nomes aparecem vinculados ao Atheneu em notas dos anos de 1905 e 1906. Ver, entre outras edições: *A REPUBLICA*, Natal, 13 fev. 1905; 15 fev. 1905; 17 fev. 1905; 20 fev. 1905; 17 nov. 1905; 02 abr. 1906; 17 dez. 1906.

251 Ver, além de algumas das edições acima referidas, *A REPUBLICA*, Natal, 11 jan. 1911.



Por meio de notas e resumos das reuniões da dita Associação, publicados n'*A Republica*, verificamos que dela fizeram parte os seguintes nomes ligados à Intendência: Alexandre dos Reis, Angelo Roselli, Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho, Avelino Alves Freire, Arthur Hypolito da Silva, Felinto Elysio Manso Maciel, Fortunato Aranha, Francisco Cascudo, Francisco Rodrigues Vianna, Joaquim Manoel Teixeira de Moura, Joaquim Policiano Leite, José Lagreca e Romualdo Galvão. Uma boa parte deles ocupou cargos importantes na dita sociedade comercial, caso do cel. Joaquim Manoel, José Lagreca, Romualdo Galvão, Avelino Freire e Angelo Roselli, para ficarmos apenas em alguns exemplos que nos vêm à memória<sup>252</sup>.

A Associação tinha seus próprios estatutos, reformados em fins de 1906, após um período, iniciado em 1904, em que ela permaneceu praticamente inativa (não sabemos o que pode ter gerado esse momento de inércia da dita sociedade). Em setembro daquele ano, a referida sociedade volta a estampar as páginas do jornal, ao realizar um convênio com a Associação Comercial de Pernambuco. Por meio dele, a associação local realiza uma “reforma no systema de nossas vendas de fazendas adoptado até agora sem bases e sem methodo<sup>253</sup>”, estabelecendo regras mais rígidas para esse sistema. Em dezembro do mesmo ano, a associação se reúne e estabelece, como dissemos, novos estatutos, além de uma nova diretoria, tudo acompa-

252 Os nomes citados aparecem em várias notas, especialmente entre 1904 e 1913. Ver, por exemplo: *A REPUBLICA*, Natal, 01 mar. 1904; 21 dez. 1906; 01 dez. 1909; 21 jan. 1913; 12 ago. 1913, entre outras edições.

253 *A REPUBLICA*, Natal, 18 set. 1906.

nhado pelo senador Pedro Velho, presente na reunião que definiu novos rumos para a citada sociedade<sup>254</sup>.

Já expusemos aqui, e isto parece claro, que boa parte dos personagens ligados à Intendência foram nomes de destaque no comércio local. Associações como essa a que nos referimos mostram, além disso, que os que se dedicavam a esse ramo de atividade tinham um espírito corporativo. Não é à toa que, em novembro de 1905, Francisco Cascudo, Angelo Roselli, Romualdo Galvão, Francisco Rodrigues Vianna, Fortunato Aranha e Olympio Tavares, para ficarmos apenas nos nomes ligados à instituição que estudamos, participaram de um abaixo-assinado contra a Great Western, por esta se recusar a se responsabilizar por qualquer prejuízo, dano ou extravio sofridos pelas mercadorias por ela transportadas<sup>255</sup>. E, por fim, não é absurdo pensar que estes e outros nomes, juntos na dita Associação, em suas reuniões e conversas informais, criassem as resoluções que depois seriam votadas pelo Conselho de Intendência.

Mas, vamos mudar de direção e deixar, agora, as atividades comerciais de nossos personagens de lado. Afinal, eles também tinham direito a descanso e diversão, e em ambientes propícios a isso também os encontramos. É o caso do Natal-Club, sociedade fundada em julho de 1906 e que contava, nos seus quadros, com os seguintes nomes: Alberto Roselli, Manoel Dantas, José Pinto, coronel Valentim de Almeida, coronel Romualdo Galvão, Felizardo Toscano de Britto, Alexandre

254 *Id.*, Natal, 17 dez. 1906.

255 *A REPUBLICA*, Natal, 23 nov. 1905.

Reis, Antonio Gurgel do Amaral, Joaquim Torres, Francisco Cascudo e Mario Eugenio Lyra<sup>256</sup>.

O clube realizava *soirées* dançantes, bailes de carnaval, festas de final de ano, conferências, entre outros importantes eventos que contavam com a participação de parte significativa da elite local. Foi lá, no salão nobre do dito *club*, que se realizou, por exemplo, a última conferência do ciclo feito em homenagem ao poeta Segundo Wanderley, dirigida pelo secretário de governo Henrique Castriciano, no ano de 1910. No ano anterior, Nestor Lima já havia tratado, em conferência, da história da matriz de Natal<sup>257</sup>. Mais tarde, em 1920, será a vez do agrônomo Christovam Dantas, filho de Manoel Dantas, discorrer sobre a eugenia, com presença de grande público, conforme atestam as matérias publicadas após sua conferência<sup>258</sup>.

Uma dos eventos de destaque do *Club* foi a festa da árvore, realizada no período natalino de 1909. Manoel Dantas, por meio de seu *Braz Contente* fará a propaganda da realização do Natal-Club em uma de suas *Coisas da terra*. Para o cronista, que não esquece também da conferência que seria realizada por Nestor Lima, o novo *club* da cidade inaugurava novas

---

256 Ver, entre outras, as seguintes edições: *A REPUBLICA*, Natal, 07 jun. 1909; 27 ago. 1909; 14 mar. 1910; 10 jan. 1911; 24 jul. 1913; 15 dez. 1913; 17 abr. 1916.

257 Ver relatório bienal do *Natal-Club*, apresentado pelo então presidente e futuro intendente da capital, major José Mariano Pinto, o Zé Pinto gerente d'A Republica: *A REPUBLICA*, Natal, 05 jan. 1911.

258 A matéria sobre a conferência está n'A *REPUBLICA*, Natal, 03 jan. 1920. Edições seguintes, entre os dias 5 e 10 de janeiro, trazem a fala de Christovam Dantas na íntegra e comentários sobre a conferência.

formas de festejar, fugindo dos espalhafatos típicos das festas de rua<sup>259</sup>. Na dita festa da árvore de Natal, compareceram todos os filhos do Dr. Manoel Dantas. Os coronéis Francisco Cascudo e Angelo Roselli, e o major Fortunato Aranha, fizeram também questão de participar, enviando valorosos presentes para as crianças<sup>260</sup>.

Outro evento de relevância realizado pelo Natal-Club foi o carnaval de 1911. Manoel Dantas e José Pinto, então presidente do *club*, foram pessoalmente à residência do Dr. Alberto Maranhão, governador do Estado, para convidá-lo a comparecer ao baile que estavam organizando com toda energia. O governador aceitou prontamente o convite<sup>261</sup>. Afinal, o evento comemorava não só o período carnavalesco, como também o festejo pelos melhoramentos pelos quais a cidade vinha passando, como a iluminação e os bondes elétricos, e a inauguração da Avenida Hermes da Fonseca (a avenida oitava no plano de Cidade Nova), obras patrocinadas pelo Estado. O baile era, ainda, uma prévia das comemorações de aniversário

---

259 No trecho mais rico da crônica, Braz Contente dirá que “O *Natal-Club* não é certamente a associação ruidosa dos folgares de rua, nem pode proporcionar nos seus membros esses regosijos espalhafatosos que são como os fogos de bengala: deslumbram e cegam. Mas, naquilo que trouxe a nota distinta de uma tradição a zelar, de uma elegancia social a cultivar, elle estará sempre na primeira linha... (A *REPUBLICA*, Natal, 23 dez. 1909)”. Para uma análise mais aprofundada dos espaços de sociabilidade na Natal do início do século XX, ver: MARINHO, Márcia. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, esporte e lazer na Belle Époque natalense*.

260 A *REPUBLICA*, Natal, 27 dez. 1909.

261 *Id.*, Natal, 22 fev. 1911.

do governo Alberto Maranhão, que se realizariam em 25 de março daquele ano.

Outro *club* que também foi prestigiado pela elite local foi o *Sport Club Natalense*, fundado na capital potiguar no ano de 1906. Três anos depois, o *Sport Club* seria a importante sede dos dois primeiros eventos realizados em homenagem ao distinto poeta potiguar, Segundo Wanderley. No último dia de janeiro do ano de 1909, Alberto Maranhão e outros ilustres membros da elite potiguar se reuniram no Teatro Carlos Gomes, com o intuito de buscar meios para comprar uma casa para os órfãos do pranteado vate rio-grandense. A primeira medida proposta pela comissão encarregada de alcançar o dito propósito, e acatada pelos que participaram da reunião, foi a realização de uma série de conferências, espetáculos e corridas no *Sport-Club*. Para as conferências foram inscritos Manuel Dantas, Eloy de Souza, Domingos Barros, Honório Carrilho e Henrique Castriciano<sup>262</sup>.

Já para a primeira corrida do ano de 1909, realizada na pista do citado *Club*, foram “convocados” o coronel Joaquim Manoel e Fabricio Maranhão para porem seus cavalos no páreo, entre outros. Participaram, ainda, da organização desse primeiro evento em homenagem a Segundo Wanderley o senador Ferreira Chaves, os coronéis Francisco Cascudo e Olympio Tavares e o Dr. Manoel Dantas<sup>263</sup>. Passados pouco

---

262 *Id.*, Natal, 01 fev. 1909. A comissão encarregada da organização dos eventos, bem como da edição de obras de Segundo Wanderley foi composta por Manoel Dantas, José M. Pinto, Henrique Castriciano, entre outros.

263 A *REPUBLICA*, Natal, 06 fev. 1909.

mais de 30 dias da primeira corrida, realizou-se uma outra, com os mesmos intuitos, contando com a participação do major José Pinto, além dos nomes já referidos<sup>264</sup>.

A realização desses eventos – que chegaram até o ano de 1910, no qual se realizou a última das conferências do ciclo programado, sob comando de Henrique Castriciano<sup>265</sup> –, com o intuito de constituir um patrimônio para os órfãos do já referido poeta, revela a união da elite em prol de um de seus membros. Ao vermos as matérias que tratam desses eventos, conferências no salão nobre do Palácio do Governo e corridas no *Sport Club*, além da edição das obras do literato, vendidas na *Cosmopolita* de Fortunato Aranha, sentimos esse grupo funcionar como uma irmandade: ocorrendo algo a um dos membros ou a sua família, se juntam os demais, prontos a prestar sua solidariedade. Lembramos também que, quando da morte de Augusto Severo, houve movimento parecido, juntando-se membros dessa elite local para constituir patrimônio para os órfãos do herói potiguar.

Falando em irmandade, lembramo-nos das festas religiosas organizadas pela Igreja Católica e que contaram também com a participação de alguns dos personagens que aqui estudamos. Em 1906, por exemplo, Felinto Elysio representou os comerciantes na festa da Virgem da Apresentação<sup>266</sup>. Para o mesmo

264 *Id.*, Natal, 13 mar. 1909.

265 Infelizmente, não encontramos registros dessa conferência. Vimos apenas uma menção a ela no citado relatório do presidente do *Natal Club*, José Pinto, no ano de 1911 (*A REPUBLICA*, Natal, 05 jan. 1911).

266 *A REPUBLICA*, Natal, 30 ago. 1906.

ano, já haviam sido eleitos juizes da Festa de Nossa Senhora do Carmo os coronéis Francisco Cascudo, Francisco Rodrigues Vianna e Joaquim Manoel<sup>267</sup>. E em tantas outras festas, encontramos esses nomes e os de João Avelino, Theodosio Paiva, entre outros. Mas comoção maior, em nome da fé, veremos mesmo no ano de 1911, momento em que se reúnem vários membros da elite local com o desejo de realizar importantes obras de reforma na Sé. Da comissão encarregada de viabilizar as obras faziam parte o padre José de Calazans Pinheiro, os coronéis Joaquim Manoel, Avelino Freire, Olympio Tavares, Romualdo Galvão, Angelo Roselli e Francisco Vianna, e os maiores José Pinto, Felinto Manso e Joaquim Policiano Leite<sup>268</sup>, nomes que estiverem, em algum momento, ligados à Intendência da capital.

Reunir-se em nome de ações caridosas também não parecia ser algo tão raro entre os atores sobre os quais aqui nos debruçamos. Chamou-nos a atenção, entre tais ações, a festa realizada em prol dos variolosos indigentes de Natal, realizada no ano de 1905. Organizada pela senhora Maria Barcellos, uma das dirigentes da Associação *Damas da Caridade*, a festa contou com a importante participação de Francisco Cascudo, Angelo Roselli, Alberto Roselli, Romualdo Galvão, Avelino Alves Freire, Francisco Rodrigues Vianna, José Mariano Pinto, Theodosio Paiva, Paschoal Romano Sobrinho (fiscal da Intendência), Coronel Elias Souto, líder da oposição, e

---

267 *Id.*, Natal, 20 jul. 1905.

268 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 03 mar. 1911; 04 mar. 1911.

capitão Elino Souto, seu filho<sup>269</sup>. Por matéria do *Diário* do referido ano, vemos que também faziam parte do partido de oposição Angelo Roselli e Romualdo Galvão<sup>270</sup>, dirigentes da Associação Comercial.

Nesse ano, seus nomes não deixam de aparecer n'*A Republica*, em notas de aniversário, anúncios comerciais e nas matérias que tratavam da *Associação* que dirigiam, uma das mais importantes do Estado. E ficamos a pensar: na Natal do início do século XX, onde eram relativamente escassos os espaços de sociabilidade, não teriam se encontrado membros da “situação” e “oposição”, em momentos diversos, nesses espaços? E como se cumprimentariam, por exemplo, o coronel Elias Souto, chefe do *Diário*, sempre ácido em suas matérias contra o Governo e seu periódico, e o major José Pinto, gerente d'*A Republica*? Talvez não saíssem tantas faíscas assim desse encontro. No mesmo dia em que o *Diário* publica matéria tratando da reunião de seu partido, não se esquece de falar do aniversário da d. Ludovina, “digna esposa do cidadão José Mariano Pinto”, nem da data natalícia da d. Dina Aranha, “virtuosa esposa do Major Fortunato Aranha<sup>271</sup>”. O jornal *A Republica* também não se esquecerá do aniversário do “honrado dr.

269 A REPUBLICA, Natal, 01 ago. 1905.

270 DIÁRIO DO NATAL, Natal, 16 fev. 1905. Segundo Cascudo, Roselli imprimiu os 53 primeiros números do *Diário* de Elias Souto em sua tipografia (A REPUBLICA, Natal, 12 abr. 1929).

271 DIÁRIO DO NATAL, Natal, 16 fev. 1905.



Augusto Leopoldo, redactor do *Diario*<sup>272</sup> que, por sinal, no ano anterior a essa nota, para a nossa surpresa, fundara, ao lado de Manoel Dantas, a Sociedade Agrícola do Rio Grande do Norte<sup>273</sup>.

Não queremos, de modo algum, desmanchar as tensões que existiam entre os grupos d'*A Republica*, jornal ligado diretamente aos que comandavam os destinos do Estado e da capital, e do *Diario*, grupo de oposição que, sempre com ironia e acidez, como dissemos, criticava corriqueiramente as ações dos governantes estaduais e municipais. É preciso que se diga, porém, que essa oposição não chegava a níveis tão fortes que impedissem a cordialidade entre esses homens, ao se virem em festas, encontros ou se esbarrarem nas ruas da cidade. É possível até dizer que, em certos momentos, como na criação da Sociedade Agrícola – destinada aos agricultores do Estado e a todos os que desejassem o progresso dessa atividade no Rio Grande do Norte – seus desejos se encontravam, se uniam, ficando as oposições de lado.

Essas oposições também deveriam desaparecer, ou ao menos ser atenuadas, quando os personagens de que falamos se reuniam em suas lojas maçônicas. E nenhuma outra

---

272 *A REPUBLICA*, Natal, 22 ago. 1906. Mais interessante ainda é a edição d'*A REPUBLICA*, Natal, 04 fev. 1911, em que o nome de Augusto Leopoldo é fortemente criticado em matéria que trata da revisão eleitoral, e ironizado na coluna *Colméia*, dedicada quase que exclusivamente a esse personagem, para ser na mesma página chamado de *nosso collega*, em nota de aniversário de sua mulher: “Completam annos amanha: D. Maria Pia, digna esposa do *nosso collega do Diario* (grifo nosso) dr. Augusto Leopoldo Raposo da Camara.”

273 *A REPUBLICA*, Natal, 17 maio 1905.

sociedade, pelas nossas contas, reuniu tantos atores ligados à Intendência da capital como essa. Falamos em sociedade, no singular, sem deixar de reconhecer que os maçons na capital potiguar dividiram-se, principalmente, em três lojas: a 21 de Março, fundada em 1867; a Filhos da Fé, nascida da primeira, em 1899; e a Evolução 2ª, criada em 1906. As notas de jornal e o livro *A maçonaria no Rio Grande do Norte* nos mostram, porém, que as três lojas eram irmãs, realizando inclusive encontros em parceria.

Esse livro, que conta a história do movimento maçônico no Estado, exaltando o poder da maçonaria na formação e manutenção da República no Rio Grande do Norte<sup>274</sup>, nos ajuda a fazer um mapeamento mais preciso dos nomes ligados à Intendência que pertenceram a essa sociedade. Identificamos, pela obra e também por matérias n'*A Republica*, os seguintes: Angelo Roselli, Joaquim Soares Raposo da Camara, Joaquim Severino da Silva (foi também, na 21 de Março, secretário em 1901. É seu filho Josué Silva, que lhe dedica o livro citado), Antonio Gurgel do Amaral, Francisco Cascudo, José Mariano Pinto, Arthur Mangabeira, Eduardo dos Anjos, Fortunato Aranha, Pascoal Romano Sobrinho (fiscal da Intendência), Felinto Elysio Manso Maciel, Joaquim Ignacio Torres, Francisco Ivo Cavalcanti, Felizardo Toscano de Britto, Romualdo Galvão (ligado à Loja 24 de Junho, de

274 Neste sentido, é interessante citar o telegrama que os autores da obra dizem ter sido enviado por Deodoro da Fonseca a Angelo Roselli, Venerável da 21 de Março quando da proclamação da República, no qual o presidente provisório do Brasil, também maçom, agradece Roselli pelo apoio dado pela maçonaria do Rio Grande do Norte ao movimento republicano. SILVA, Josué; ESTEVAM, João; FAGUNDES, Emygdio. *A Maçonaria no Rio Grande do Norte*, p. 37.

Mossoró), Manoel Dantas e Omar O'Grady. A estes nomes se misturam o de outros importantes membros da elite local, como Ferreira Chaves, Tavares de Lyra (estes dois, que protagonizaram intensos debates a partir de fins da década de 1910, vistos n'*A Republica*, eram irmãos na 21 de Março) Eloy de Souza, Henrique Castriciano e Honório Carrilho, todos aqui já citados<sup>275</sup>.

---

275 Ibid., p. 53-60; 76-80; 87-90; 93-96; 101-109.

**Imagem 5** – Retratos do coronel Joaquim Soares Raposo da Camara, à esquerda, e do Dr. Manoel Dantas, à direita, com insígnias da maçonaria



Fonte: SILVA; ESTEVAM; FAGUNDES, 2001.

No início da obra dos irmãos maçônicos discute-se o papel da maçonaria na chamada Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte. Sobre as estratégias adotadas pelos maçons para liderarem esse movimento, os autores expressam o seguinte: “[...] Os maçons, não somente se multiplicavam, adquirindo novos adeptos, porém, desdobravam sua actividade, conseguindo distribuir os de absoluta confiança nos mais elevados cargos publicos”. Diante de tantos nomes que acabamos de citar, pertencentes à maçonaria e ligados à Intendência (ver tabela abaixo), nos vem à mente uma questão: não teria essa estratégia se mantido até o período da Primeira República no Rio Grande do Norte? É mais uma pergunta que fica para ser melhor refletida e estudada. O que nos parece certo é que a maçonaria, instituição que glorificava o progresso e as luzes, foi importante ponto de encontro de muitos dos personagens que aqui citamos e, certamente, ajudou a dissolver tensões políticas entre adversários, de modo a fazer prevalecer a união entre irmãos.

Ao apresentarmos esses lugares de sociabilidade frequentados pelos homens que dirigiram a Intendência da capital, desejamos mostrar que muitos deles, juntos nas mesmas associações, clubes, na mesma instituição de ensino, deviam ter valores em comum e podiam partilhar desejos parecidos em relação à cidade que administraram. Essas aproximações, essa convivência nos espaços de sociabilidade, podiam criar uma harmonia entre esses homens.

O limite imposto pelas fontes impede-nos, todavia, de ir além na análise dos valores que esses homens deviam compartilhar. Faltam-nos atas das reuniões feitas nessas sociedades

que eles frequentavam, pelas quais poderíamos ver os diálogos entre eles, os pontos de concordância e os de discordância em seus pensamentos. Certamente, em ocasiões de viagem, eles deviam também se corresponder por cartas com os que aqui ficavam; essas correspondências poderiam ser outra fonte rica para vermos esse diálogo e os pontos de aproximação e distanciamento entre os intendentess. Imaginamos, pelas demais fontes analisadas, que esses diálogos eram em geral cordiais, amistosos. O que nos parece certo é que a presença desses homens nos espaços de sociabilidade a que nos referimos revela que tinham interesses em comum e que a convivência neles devia aproximá-los, criando ou estreitando os laços de amizade entre eles.

| Tabela 2 - Espaços de encontros dos intendentess de Natal |                    |
|-----------------------------------------------------------|--------------------|
| Espaços de encontros                                      | Nº de intendentess |
| Lojas maçônicas (21 de Março, Evolução 2ª e Filhos da Fé) | 17                 |
| Associação Comercial                                      | 11                 |
| Natal-Club                                                | 11                 |
| Atheneu                                                   | 9                  |
| Sport-Club Natalense                                      | 6                  |

Fonte: elaboração própria, a partir de matérias de jornais e da obra *A maçonaria no Rio Grande do Norte* (SILVA; ESTEVAM; FAGUNDES, 1924).

Sobre esses fraternais laços que ligavam os homens de quem temos tratado, um último caso ilustrativo, reunindo alguns

dos membros da maçonaria, pode ser relatado. Seu personagem principal é o major José Mariano Pinto, o Zé Pinto d'*A Republica* tantas vezes já referido. Gerente do órgão oficial do PRF no Rio Grande do Norte durante décadas, José Pinto nutria amizades com nomes de destaque da política local, especialmente com o Dr. Manoel Dantas, que por muito tempo foi o redator-chefe do dito jornal.

Esse forte laço de amizade pode ser percebido no convite feito por Dantas a José Pinto para que este fosse padrinho de seu filho Humberto. No almoço íntimo que precede o batizado, Dantas, Zé Pinto, Antonio José de Melo e Souza, Henrique Castriciano, Juvenal Lamartine, José Augusto e Alberto Maranhão, então governador do Estado, sentam-se à mesa e comemoram juntos o ato que estreita a amizade entre os agora compadres<sup>276</sup>.

Dias depois, seria o momento de o filho de José Pinto, o pequeno Octavio, se batizar. Nova celebração, nova reunião íntima de grandes amigos. Os escolhidos para padrinhos do garoto foram o Dr. Alberto Maranhão e sua mulher<sup>277</sup>. Percebe-se, por esses laços de amizade, o quão bem relacionado era o gerente d'*A Republica* na sociedade de sua época. Era rico em amigos, mas, ao que parecia, pobre em recursos e bens.

Em 1922, uma matéria de capa no jornal do qual era gerente destaca as grandes qualidades da personalidade de José Pinto:

276 Sobre o batizado do filho de Manoel Dantas e o almoço íntimo que o precedeu, ver *A REPUBLICA*, Natal, 04 abr. 1908.

277 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 06 abr. 1908.

era um homem digno, honesto, dedicado, inteligente, trabalhador infatigável<sup>278</sup>. Mas, após 27 anos de serviços à publicação *A Republica*, estava no mesmo estado em que havia entrado: honrado e pobre. A vida na imprensa no Rio Grande do Norte não oferecia mesmo muitos proventos. Diante da penúria, como sustentar a numerosa prole? Buscando solução para o seu problema, Zé Pinto buscou a ajuda do então governador do Estado, Antonio José de Melo e Souza. Solicitou-lhe um lugar na alta administração do Tesouro do Estado, sendo prontamente atendido. Em coisa de uma semana, era Tesoureiro do dito órgão, recebendo as congratulações devidas de Ferreira Chaves, José Augusto e Eloy de Souza<sup>279</sup>.

Situação embaraçosa essa de pedir emprego ao governador do Estado? Nem um pouco; não havia razão para isso. O pedido, divulgado abertamente na primeira página d'*A Republica*, não rebaixava aquele que o fazia. José Pinto pedia, e por que não dizer, cobrava aquilo a que ele tinha direito. Afinal, por tantos anos havia servido à causa republicana no Rio Grande do Norte, por tanto tempo havia trabalhado no jornal que ajudava a sustentar esse regime em terras potiguares, que, agora que enfrentava uma terrível pobreza, não podia ser desamparado pelo estado ao qual dera, abnegadamente, boa parte de sua vida.

Era esse o tom da matéria que revelava o pedido do gerente d'*A Republica* ao governador do Estado. Por meio dela, vemos

278 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 16 abr. 1922.

279 Os telegramas congratulatórios emitidos pelos referidos personagens foram publicados n'*A REPUBLICA*, Natal, 03 maio 1922.



como os laços de amizade, laços fraternos que unem os homens aos quais nos referimos, se entranham nas práticas políticas no período aqui estudado. Em boa medida, pode-se dizer, esses laços são o motor dessas práticas, definem aqueles que estarão à frente da gestão municipal, dos principais órgãos da gestão estadual, estabelecem os que serão beneficiados pela lei e os que sofrerão com seus rigores. Quando os laços que unem os que governam o estado aos que administram a sua capital são mais fortes, a relação de confiança estabelecida entre as partes ajuda a criar também uma maior liberdade ao poder municipal. Este é um caminho para explicar a nova fase vivida pela Intendência entre 1924 e 1929, sob a gestão de Manoel Dantas e Omar O’Grady, analisada no último capítulo.

Muito fica ainda a dizer. Esperamos, porém, ter dado respostas, mesmo que fragmentadas, incompletas, às questões que pusemos no início do texto. Acreditamos ter falado aqui de uma elite, no singular, e não de elites. Não que queiramos dizer que todos os personagens aqui estudados pertençam a um grupo homogêneo, uniforme. É certo que existem significativas distinções entre os atores que aqui discutimos, entre coronéis e bacharéis. Mas cremos, pelo que pudemos apresentar, que as semelhanças entre esses atores superam essas diferenças. Mesmo entre “situação” e “oposição”, não obstante as divergências, desejos podiam ser compartilhados. E como dissemos, não deveria ser raro o encontro, que cremos amistoso, cordial, entre as duas partes. Desta maneira, esperamos ter mostrado os laços que ligam o grupo que comandou a Intendência da capital potiguar durante a Primeira República.

Foi possível perceber que esses laços, de amizade e familiares, que envolveram aqueles que desejavam a Intendência e os que comandavam a administração do estado, foram significativos na hora de se definir a composição do Conselho responsável pela gestão da cidade. Além disso, vimos que os membros dessa elite chegaram ao poder municipal após terem construído um caminho de prestígio na sociedade em que viviam, mormente pelo desenvolvimento de atividades nos mais variados ramos do comércio local, cujo sucesso os levava a almejar um cargo na instituição que cuidava dos destinos da urbe natalense.



## Capítulo III

Entraves para o progresso: ações  
e limites do poder municipal  
na construção de uma nova  
ordem para Natal

A história que contaremos nos próximos capítulos encontra-se dividida em duas partes/etapas, ou melhor dizendo, em duas camadas. Veremos que são camadas com composições distintas, que se sedimentam com os materiais peculiares ao seu tempo de formação, mas que, ao fim, formam um só bloco. É a história desse bloco, que aqui chamaremos de *processo de construção de uma nova ordem urbana*, que nos interessa. Para chegar a ela, é preciso compreender antes cada uma das camadas que a forma.

Nossa inspiração para essa “empreitada arqueológica” está na obra do historiador francês Laurent Vidal, *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital* (séculos XIX-XX). Nesse livro, adaptado de sua tese de doutorado, Vidal se preocupa essencialmente com o tempo de espera, de expectativa, que envolve o projeto de construção da nova capital federal. “Para que serve uma cidade quando ela não existe?<sup>280</sup>”, indagará o autor em sua primeira e instigante frase. Para que serve uma cidade antes de ela ser posta no real, no momento que antecede a materialização de suas formas?

O referido historiador não fala, porém, de uma cidade dos desejos, dos sonhos, de uma cidade utópica. É justamente do interstício entre o sonho e a realidade, entre o desejo e sua concretização que Vidal se ocupa. Ele atua, assim, em uma área

---

280 VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital* (séculos XIX-XX), p. 11.

bem pouco visitada, até aqui, pelos historiadores: o “tempo da cidade como projeto”, tempo muito mais estudado por arquitetos e urbanistas. Mas por que em uma “escavação” que parece ser tão profícua, poucos historiadores se aventuram? Certamente porque, para colher bons frutos desta empreitada, o historiador/escavador se arrisca em um terreno não muito firme.

Como dissemos, Vidal trata de um momento intermediário, de um instante (longo instante...) em que a cidade ainda não o é no plano material, porém já ultrapassou o “simples” plano dos desejos e sonhos. Mas o que é então a cidade neste período em que ela se forma? No momento de expectativa, de transição entre seres, o que há? Buscar tal resposta é tarefa complexa. Normalmente, os historiadores ocupam-se em mostrar apenas duas etapas de um processo, indo da fecundação ao ser, da ideia ao seu produto, sem acompanhar o momento de gestação, o fecundo processo de *vir a ser* no qual o que se gera ainda não tem contornos nítidos, bem acabados.

*De Nova Lisboa a Brasília*, Vidal caminha por diferentes camadas que compõem um mesmo ser/produto: a construção de uma nova capital federal. Mas essas etapas/camadas se formam em diferentes momentos, de maneira que cada uma delas se compõe de elementos próprios, singulares ao horizonte temporal em que se desenvolveram. Ao fim vemos, porém, um só terreno revelado no último capítulo, no qual o autor trata da inauguração de Brasília, estudando toda a ritualística que envolve tal evento.

A cidade que estudamos em nosso projeto de pesquisa, Natal, não passou pelo mesmo processo que levou à criação de Brasília. Nasceu como cidade, em 25 de dezembro de 1599, como é de conhecimento geral, por meio de uma ordem real da Coroa Ibérica. E com esse título continuou, atravessando os tempos coloniais e imperiais, chegando à República, período no qual situamos nosso recorte de pesquisa. Cidade e capital da Capitania do Rio Grande, e depois província e Estado do Rio Grande do Norte.

Acontece, contudo, que estes estatutos de cidade e capital<sup>281</sup> foram constantemente questionados, ao menos até o início do século XX. Em crônica de 1929, Câmara Cascudo dirá que Natal “imita cidade recém fundada”, cuja verdadeira idade só era denunciada pelo “enveizamento das arterieas<sup>282</sup>”. Outras crônicas e matérias do período abordado em nosso projeto, especialmente da década de 1900, referir-se-ão a Natal como um campo de criação, uma fazenda iluminada (mal iluminada, é importante que se diga...), cobrando maior intervenção do Conselho de Intendência Municipal nos destinos da cidade. O jocoso e irônico trocadilho do Bispo de Olinda, proferido em fins do século XVIII, “Cidade do Natal, ou não

---

281 Sobre o isolamento de Natal no início do século XX, situação que põe em xeque sua condição de capital, ver artigo do historiador Raimundo Arrais: ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Angela; DANTAS, George. *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna* (Natal, 1890-1940), p. 121-135.

282 CASCUDO, Luís da Câmara. O novo plano da cidade; I – A cidade. *A REPUBLICA*, Natal, 30 out. 1929.

tal<sup>283</sup>”, permanecia vivo no discurso da elite que intentava implementar mudanças nas feições da capital potiguar e nos costumes de sua população.

Como poderemos ver, nos discursos dos membros dessa elite local Natal era uma cidade de direito, mas não de fato. Com o regime republicano, crescerá o interesse desse grupo em transformar a cidade ou, por que não dizer, tornar Natal uma cidade, dando-lhe o grau de civilização e progresso que marcavam as cidades europeias e americanas, bem como a capital federal – atingida pelas reformas de Pereira Passos, entre 1904-1906 –, referências para essa elite em seu intuito modernizador.

Tratamos aqui, portanto, de um projeto de uma nova cidade<sup>284</sup>, uma Nova Natal que deixaria na lembrança a Velha Natal, de ruas tortuosas e enviesadas. Não se trata aqui, porém, de um projeto bem definido de construção de uma nova cidade, como se vê no caso de Brasília. O único plano urbanístico que foi criado para Natal no período que

---

283 Ver GALVÃO, Hélio. Aspectos da evolução urbana e demográfica de Natal. In: EMERENCIANO, João Gothardo Dantas (Org.) *Natal não-há-tal: aspectos da história da cidade do Natal*, p. 11.

284 É preciso ainda lembrar que L. Vidal apresenta um modelo de análise com o qual a nossa proposta de pesquisa está em acordo. Ainda na introdução de sua obra, em relação à possível objeção de que nem todas as cidades poderiam se prestar à reflexão sobre a cidade em projeto, o historiador afirma que “Todas as cidades [...] foram objetos, ao longo de sua história, de um ‘projeto urbano’ de dimensão ampla ou reduzida, no qual estava em jogo o devir de um espaço, ao mesmo tempo física e social (VIDAL, L. *Op. cit.*, p. 15). É com esta perspectiva mais ampla de “projeto urbano” que o nosso objeto de pesquisa será posto em análise.



estudamos, o Plano Geral de Sistematização de Natal, mais conhecido como Plano Palumbo, de 1929, mal saiu do papel. Mas não é de um projeto desse tipo, elaborado por arquitetos e engenheiros, de que nos ocuparemos. O projeto que estudamos, também formado por diferentes camadas – identificamos ao menos duas dessas camadas – se constitui de diferentes ações que, estudadas em conjunto, podem nos revelar um novo ideal de urbe.

Entre essas ações estão a criação de resoluções e editais municipais, instrumentos oficiais que regulamentavam as diversas atividades realizadas no espaço citadino e pela busca da reforma dos costumes locais; os discursos em prol da construção de uma nova urbe, recolhidos dos jornais, especialmente n'*A Republica*, em conferências e crônicas realizadas por alguns membros da elite local; as obras materiais que se desenvolveram na cidade, alterando seu corpo, como as de calçamento, a construção de praças ajardinadas, das estradas de rodagem, a abertura de avenidas, entre tantas outras; e, por fim, o Plano Geral de Sistematização de Natal, definido como marco final de nossa pesquisa.

Com relação às camadas a serem exploradas, identificamos, como já dissemos, duas. A primeira, mais extensa, cobre o período que vai de 1904 a 1921: é o tempo em que a Intendência Municipal foi administrada pelos coronéis da Guarda Nacional, tempos de maiores dificuldades financeiras e, conseqüentemente, de pouca autonomia em relação ao governo do Estado, responsável pelas principais obras materiais realizadas na capital nesse período, como o Teatro Carlos Gomes, concluído em 1904 e reformado oito anos depois, e

a ponte sobre o Potengi, construída entre 1914 e 1916, para ficarmos em dois exemplos mais significativos. O segundo estrato é mais fino, indo de 1924 a 1930, mas sua composição é, ao mesmo tempo, mais firme. Trata-se do momento em que a Intendência (em 1927, convertida em prefeitura de Natal), dirigida pelo jornalista Manoel Dantas (1924) e pelo seu genro, o engenheiro Omar O'Grady (1924-1930), com maior autonomia financeira e estrutura administrativa mais racional, passará a agir na cidade com bem mais intensidade, animando o espírito dos membros da elite local, que acreditavam que a cidade de Natal caminhava rumo ao progresso.

Há ainda, entre essas camadas, uma outra, ainda mais fina e que mistura elementos das duas já descritas. Temporalmente, essa etapa/camada situa-se entre 1922 e 1924 e representa um momento em que a Intendência faz um esforço para reequilibrar suas finanças e, com isso, consegue realizar seu antigo sonho de construção de uma nova sede, primeira grande obra do poder municipal, após anos de penúria. Poderíamos englobar esse pequeno extrato no primeiro período, ou no segundo. Ele nos parece, porém, mais revelador do que está por vir, do que daquilo que passou, razão pela qual o integramos à segunda camada, analisada no último capítulo.

Tentaremos mostrar que estas diferentes camadas se articulam e compõem um todo. Um único terreno, um único conjunto, pelo que pudemos ver. Mas estratificado, diverso nos elementos que o formam. Passemos, então, à análise da composição desse primeiro estrato.

## Cidade ou campo de criação?: Natal no “tempo dos coronéis”

Começemos com uma imagem, a de *uma cidade subterrânea*. É este o título de uma matéria publicada n’*A Republica*, em janeiro de 1904. O texto apresenta uma descoberta: no Azerbaijão, à margem direita do rio Amon Daria (hoje conhecido por Amu Dária), arqueólogos desenterraram uma cidade subterrânea, escondida, isolada por uma cadeia de montanhas, Bockharam. Pela breve descrição feita na matéria, descobrimos sobre a cidade que “mede duas milhas de comprimento e compõe-se de um enorme labirinto de corredores, ruas e praças cercadas de casas e outros edifícios de um ou dous andares de altura. [...]”<sup>285</sup>. Tomamos conhecimento também de que a cidade, pelos objetos que foram nela encontrados pelos pesquisadores, era bastante antiga, contando ao menos dois séculos de existência antes de Cristo. Mas o que Bockharam teria a ver com a Natal do início do século? Deixemos, por ora, essa questão de lado e partamos para a análise de outras fontes que falam dessa Natal da entrada do século XX.

No mesmo ano de 1904, em abril, um leitor indignado com as cenas de gado e outros animais pastando em logradouros públicos de sua cidade (quem sabe até mesmo em frente a sua residência) escreve a Manoel Dantas, à época redator-chefe d’*A Republica*, reclamando maior atenção e fiscalização da Intendência Municipal no cumprimento de suas resoluções. A

---

285 UMA CIDADE subterranea. *A REPUBLICA*, Natal, 13 jan. 1904.

matéria, pelo seu significado, merece ser transcrita na íntegra. Segue, com tom de indignação, a reclamação:

Ha tempos, o governo municipal, entendendo – e muito bem – que as ruas desta capital devem ser destinadas exclusivamente ao transito e commodidade do publico, ordenou a retirada dos gados que as estavam convertendo num campo de criação.

Parece, entretanto, que estão desrespeitando tão util e previdente medida do governo municipal, porque, pelo menos em algumas ruas da Ribeira e da Cidade Nova, as vaccas, cavallos, burros, cabras e ovelhas pastam livremente, damnificando as propriedades e estragando as plantações que a pobreza começou a fazer nos quintaes das suas habitações.

Precisamos ver em que ficamos: ou cidade ou campo de criação<sup>286</sup>

O autor, anônimo, destaca de início a boa ação do governo municipal de proibir que o gado pastasse pelas ruas de Natal, pondo em xeque o seu estatuto de cidade. De fato, uma das primeiras leis municipais elaboradas pela Intendência, no ano de 1893, afirmará em seu artigo 1º que “É expressamente prohibido animaes soltos nas ruas e praças publicas desta cidade<sup>287</sup>”, para definir nos seguintes as penas para os infratores

286 A *REPUBLICA*, Natal, 28 abr. 1904. Para uma análise das representações que se formam a respeito do campo/Sertão, e a dicotomia que se cria entre esse espaço e o da cidade, no mesmo período aqui abordado, ver: ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*, 2000.

287 A *REPUBLICA*, Natal, 07 jan. 1893.

e estabelecer também a proibição da criação de pocilgas nos quintais de qualquer casa da cidade.

A medida, porém, parecia não ter surtido o efeito desejado. No bairro comercial da Ribeira e mesmo na Cidade Nova, os animais, soltos pelas ruas, continuavam a enfeiar a cidade e trazer prejuízos aos proprietários destes locais e aos pobres que faziam plantações nos quintais de suas casas. Mas este aspecto, pelo tom distante do autor da reclamação, parece não lhe interessar tanto. Afinal, também estas plantações não questionariam o grau de cidade oferecido a Natal desde sua fundação? A Intendência, crendo nisso, estabelecerá logo mais resoluções proibindo também estas plantações. Se elas surtiram efeito ou não, isto é outra história... Tentaremos contá-la também.

A resolução de nº 3/1893 não gerou o resultado desejado. Onze anos após sua publicação, vemos a reclamação acima referida, mostrando a incapacidade da Intendência de executar as normas impostas por suas leis. Outras resoluções virão em seguida tratando do mesmo tema, como a de nº 92/1904; a de nº 127/1909; e, por fim, uma sem número, publicada em maio de 1911. A lei teria conseguido, enfim, seu propósito de reformar o inveterado costume local de fazer das ruas da urbe pasto de criação? Ou ainda seria comum neste tempo se observar bois, cabras e ovelhas pastando pela cidade? É de se imaginar a revolta daquele cidadão anônimo ao ver um porco, por exemplo, pastando junto de uma belíssima palmeira imperial posta na esquina de uma das largas avenidas

planejadas do bairro de Cidade Nova<sup>288</sup>. A oposição cidade x campo vem à tona.

Mas o denunciante havia de entender que reformar costumes tão antigos não era tarefa fácil<sup>289</sup>. A busca pela construção de uma nova ordem, que pode ser sentida na elaboração dessas resoluções pela Intendência, batia de frente com esses hábitos inveterados e com a realidade complexa do ambiente urbano, formado por outros grupos sociais, os quais, além de possuírem uma visão distinta da elite sobre o espaço em que viviam, deviam ter pouco acesso ao conteúdo da lei, levando-se em conta que a esmagadora maioria da população era analfabeta<sup>290</sup> e, certamente, não deveria ter renda suficiente para

---

288 De acordo com o artigo 44, § único, da Resolução municipal nº 92/1904. RIO GRANDE DO NORTE. *Actos legislativos e decretos do governo* (1904), p. 8.

289 Discutimos brevemente esta questão em artigo publicado nos anais do XI SHCU. ARRAIS; Raimundo; ANDRADE, Alenуска; SANTOS, Renato. *Construindo uma cidade moderna: o papel da Intendência municipal e da legislação urbanística em Natal (1892-1930)*, 2010.

290 Não temos dados precisos sobre o índice de analfabetismo da população potiguar nesse período. Todavia, no relatório do governador Alberto Maranhão, do ano de 1904, as primeiras palavras sobre a situação da educação local são desoladoras: “Não posso, infelizmente, manifestar-me em termos lisongeiros no tocante á instrucção publica”. Em seguida, justificando tal situação, o governador trata da “inaptidão dos professores” e afirma que “as subvenções dadas ás intendências são improficuas”. Ao todo, havia cerca de 4.300 alunos matriculados no ensino primário em todo o estado em 1904 (RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo governador Alberto Maranhão ao passar o Governo do Estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra no dia 25 de março de 1904*, p. 7-8). Não é à toa que Eloy de Souza e Januario Cicco, entre outros membros da elite local, pediram ao poder administrativo maior atenção à educação da população local, sem a qual a obra civilizatória e progressista não alcançaria êxito, malgrado as intervenções materiais realizadas na cidade.

assinar *A Republica*, órgão que publicava as leis. Mas deixemos, por enquanto, essa relação ambígua entre o conteúdo da lei e sua execução.

O que mais chama a atenção no relato do cidadão anônimo é a sua derradeira frase. Afinal, seria correto chamar Natal de cidade ou – pelo seu aspecto físico e, antes de tudo, pelos comportamentos que se observavam de suas classes mais humildes – seria mais apropriado chamar a capital potiguar de uma grande fazenda, ou um campo de criação? Malgrado o estigma de cidade colonial, com as ruas tortuosas, caminhos enviesados, que vemos em crônicas de Cascudo e do Braz Contente (pseudônimo adotado por Manoel Dantas)<sup>291</sup>, além de Januário Cicco e Eloy de Souza, entre outros, parecia incomodar mais à elite local esse aspecto rural que persistia, manchando a imagem urbana da capital potiguar.

Falamos de comportamentos que se desenvolvem nos limites da área urbana de Natal, na Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova, bairro esse em que residiam muitos dos intendentes de quem falamos. As críticas aos costumes considerados típicos do mundo rural fazem sempre referência a esses bairros, pois é para eles que a administração municipal se volta. Na região suburbana, sumariamente delimitada pelas leis municipais,

---

291 Ver, por exemplo, a crônica de Cascudo sobre o Plano Palumbo (nota de rodapé 4) e a crônica de Manuel Dantas, de 1918: COISAS da Terra. *A Republica*, Natal, 14 jun. 1918. Para uma análise mais detalhada da construção do discurso de negação da cidade colonial e de sua importância no planejamento de reformas empreendidas na capital, especialmente na década de 1920, ver: DANTAS, George. Não há-tal, Natal: movimentos de construção e desconstrução da cidade colonial. In: \_\_\_\_\_. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920*.

como vimos, esses comportamentos indesejados deveriam fazer parte do cotidiano de seus moradores, sem que fossem alvos de críticas da elite local. A exceção era o Passo da Pátria, região de Natal que pertencia à Cidade Alta. Mas, aqueles que denunciavam para *A Republica* comportamentos classificados como inadequados ou desviantes não deviam nem pisar nessa área da cidade, considerada suja e promíscua, para a qual não havia, na visão de Cicco, outra solução senão a demolição<sup>292</sup>.

O incômodo por esse tom rural que marca a cidade está presente em resoluções como as citadas, que insistem em confirmar o título de cidade dado a Natal pela negação de práticas que seriam típicas do ambiente rural. A preocupação com esse tom deve ter se tornado mais intensa entre os anos de 1902 e 1904, período marcado por fortes secas que atingiram todo o sertão do Rio Grande do Norte. Inúmeras matérias publicadas no ano de 1904, tanto n'*A Republica*, quanto no *Diario* de Elias Souto, apresentam o drama dos sertanejos que fugiam de sua terra e vinham para a capital<sup>293</sup>, quando não tomavam rumos ainda mais distantes, indo normalmente parar no extremo norte da nação<sup>294</sup>.

---

292 CICCO, Januario. *Como se higienizaria Natal*, p. 29.

293 Para uma análise das imagens que se formaram acerca desse retirante da seca na capital potiguar, ver: FERREIRA, Ângela Lucia; DANTAS, George. Os "indesejáveis" na cidade. As representações sobre o retirante da seca (Natal, 1890-1930). In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna* (Natal, 1890-1940).

294 Segundo matéria d'*A Republica*, mais de 6.500 sertanejos já haviam deixado o estado, indo a maioria deles para o extremo Norte (4.939). *A REPUBLICA*, Natal, 28 abr. 1904. Este número ainda cresceu de modo considerável, pois ao menos até o dia 14 de junho (data do último aviso publicado n'*A Republica*



O jornal *A Republica* dá-nos conta de que, no primeiro semestre de 1904, ao menos 15 mil pessoas saíram de suas cidades para trabalhar em obras na capital do Estado<sup>295</sup>, carregando e quebrando pedras, em troca de salário e alguma alimentação. Ao todo o governo federal, à época comandado por Rodrigues Alves, liberou, em três parcelas, um crédito total de 175:000\$000<sup>296</sup> (cento e setenta e cinco contos de réis) para auxílio aos flagelados, o qual foi essencialmente gasto em obras públicas, provocando a revolta do líder opo-sicionista, o coronel Elias Souto.

Uma comissão (a Comissão Central de Socorros Públicos) foi formada pelo Governo do Estado para a organização dos trabalhos dos flagelados, contando com os nomes de Francisco Cascudo e do então presidente da Intendência, o “eterno” coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura, ficando aquele responsável pelo alistamento dos homens e este, pelo das mulheres. O coronel “Quincas” Moura, como era chamado pelo seu amigo Manoel Dantas, recebeu entre os meses de maio e junho de 1904, pelas nossas rápidas contas, a considerável quantia de 1:126\$000 (um conto, cento e vinte e seis

---

sobre o embarque de emigrantes), centenas de retirantes continuaram a deixar o estado. Em ARRAIS, R.; ANDRADE, A.; MARINHO, M. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*, p. 33, há uma tabela que aponta nomes de alguns dos navios que levaram esses imigrantes para o Norte e o respectivo número de passageiros em cada embarcação.

295 *A REPUBLICA*, Natal, 21 jun. 1904.

296 SOCORROS Publicos. *A REPUBLICA*, Natal, 03 jun. 1904.



Tem causado, de certo, verdadeiro pasmo o procedimento, governador Augusto Lyra, com relação as obras publicas que tem feito e continua, a fazer s. excia., quer por grandes contractos com diversos, quer administrativamente, sob o *martello* do *mandai pagar* ao major Theodosio Paiva [presidente da Intendência entre 1917 e 1922; à época era administrador das obras públicas] encarregado, ou “engenheiro” constructor do Estado![...]

(...) Ahi estão as obras publicas mandadas faser por s. excia. á custa dos dinheiros destinados para os flagellados da secca, e á custa dos proprios dinheiros do Estado[...]

E uma cousa singular: todos os calçamentos de praças e ruas feitos são em torno, ou derredor das casas do dr. Pedro Velho, genros, irmãos e sobrinhos; as estradas calçadas dão para as chacaras desses mesmos *felizardos*, e até uma casa se construiu, com os dinheiros publicos, no muro da casa dos filhos do Augusto Severo, disendo-se que servirá para alojar a guarda de pessoa do dr. Augusto Lyra. [...] <sup>300</sup>

Assim, a verba destinada para o socorro aos flagelados teria sido aproveitada em algumas custosas obras na capital do Estado. Mas não em toda a cidade, certamente. Matérias do jornal Carioca *Diario da Manhã*, partindo de denúncias anônimas, também afirmavam que parte significativa do dinheiro destinado ao socorro aos flagelados estava sendo desviada. O governo, através d'*A Republica*, defendia-se como podia das acusações, em seguidas matérias que negavam veementemente o

---

300 DIA a dia. As Obras Publicas. *DIARIO DO NATAL*, Natal, 09 fev. 1905.

desvio de verbas denunciado pelo periódico da capital federal<sup>301</sup>, sem apresentar, porém, argumentos convincentes que explicassem o gasto de uma verba que era praticamente três vezes superior ao orçamento da Intendência da capital.

Se as obras públicas, pelo que vemos em denúncias do *Diario* e do *Correio da Manhã*, deixavam a desejar, atendendo apenas às necessidades daqueles mais próximos ao poder, o setor de serviços também não era dos melhores, levando alguns leitores d'*A Republica* a cobrar maior atenção da Intendência Municipal, responsável pela fiscalização dos serviços urbanos, cuja execução estava a cargo de terceiros. No início do ano de 1904, um outro cidadão não identificado reclamará do serviço de iluminação pública, fazendo apelo ao coronel Joaquim Manoel:

A iluminação publica n'estes ultimos dias tem estado abaixo da critica. As chaminés e vidros dos lampeões estão ainda mais embaçados do que a consciencia de um condemnado! [...]

O honrado presidente da Intendencia devia chamar o alferes Antonio de Macêdo [responsável pela prestação do serviço de iluminação pública] á ordem, obrigando-o a nos dar luz, luz!<sup>302</sup>

Um campo de criação, segundo a primeira crítica que aqui expusemos, e, ainda por cima, muito mal iluminado! Vendo

301 A *REPUBLICA*, Natal, 03 fev. 1904; 29 fev. 1904; 01 mar. 1904; 05 mar. 1904; 07 mar. 1904; 30 abr. 1904.

302 ILLUMINAÇÃO Publica. A *REPUBLICA*, 23 jan. 1904.

o alferes Macêdo tomando conta do serviço e obtendo lucros sem quase nada fazer, de maneira que apenas a luz da lua iluminava a cidade, como vemos em outro trecho da carta endereçada a *A Republica*, o autor da denúncia roga ao presidente da Intendência que cobre providências do dono da concessão responsável pelo serviço de iluminação elétrica. No dia seguinte, cobrança no mesmo tom é feito por outro cidadão e, aos 20 de fevereiro, o primeiro denunciante volta à tona, um tanto quanto aflito por não saber mais a quem apelar:

A iluminação publica continúa peor [sic] do que estava, depois da minha reclamação publicada na vossa conceituada folha. [...]

Isto assim [sic] é ligar pouca importancia ao publico e nenhuma aos fiscaes:

Para quem appellar?<sup>303</sup>

Denúncias outras serão feitas no mesmo jornal, relacionadas a diferentes campos que deveriam ser fiscalizados pela Intendência, tais como o mercado público, lotado de açambarcadores de mercadoria; o serviço de limpeza, que muito deixava a desejar, cobrindo apenas de tempos em tempos um curto espaço da cidade; além das já citadas sobre a parca iluminação pública da capital<sup>304</sup>. Merece destaque, entre elas, o BILHETE POSTAL do senhor Felix Mimoso (provavelmente

303 *Ibid.*

304 Sobre denúncias acerca de práticas ilícitas dos comerciantes no mercado público, ver MERCADO Publico, *A Republica*, Natal, 16 mar. 1904; 06 abr. 1904. Sobre críticas relacionadas ao serviço de limpeza pública, ver LIXO. *A Republica*, Natal, 07 mar. 1904; BILHETE Postal. *A Republica*, 06 maio 1904.

pseudônimo). Eis um trecho de sua comunicação dirigida ao *illustre redactor chefe da A Republica*:

Não pense o meu caríssimo doutor que venho reclamar providencias relativamente ao modo estapafurdio porque entre nós continúa a ser feito o serviço da decantada limpeza publica.

Não supponha tambem que do alto das columnas do velho e sympathico órgão republicano, eu ouse lançar um vibrante e solemne protesto contra a pertinacia *japoneza* do contractante da nossa funebre iluminação [...]. Isto seria o mesmo que esmurrar estatuas de marmore, dar cafunés em pontas de faca ou clamar na vastidão do deserto pela realidade d'esse grandioso e ambicionado sonho que é a paz universal![...]

O objectivo das linhas presentes, sr. redactor, consiste em pedir que essa folha democratisadora, em nome da moral e da salubridade publicas, reclame serias providencias do patriotico governo municipal e do illustre inspector de hygiene, no sentido de não mais continuarem a funcçionar na praça do mercado, os nauseabundos, os barbaros, os pavorosos *mictorios* que se offerecem alli á serventia da pobre gentilha<sup>305</sup>.

O senhor Felix Mimoso, certamente responsável por alguma das cartas de denúncia aos serviços urbanos apresentadas neste texto, mostra-se ironicamente conformado com a situação em que se encontravam os serviços de iluminação e limpeza pública. Do que adiantava reclamar? O capitão Lustosa e o

305 BILHETE Postal. A REPUBLICA, Natal, 06 maio 1904.

Alferes Macedo (façamos um parêntese: estes confrades militares, provavelmente também membros da Guarda Nacional, à época dirigida pelo Presidente da Intendência, eram presença constante nos assuntos relacionados à administração da cidade), responsáveis, respectivamente pelos serviços de iluminação e limpeza, agiam por conta própria, sem qualquer fiscalização da Intendência, conforme expõem as denúncias.

Mas o caso agora era mais sério. Urinar na praça do mercado municipal parecia mexer mais com os brios de alguém que desejasse à sua cidade, capital do Estado, reiterar-se, o grau de cidade civilizada. Na expressão do denunciante, era ato “bárbaro” e só podia fazer parte dos hábitos de uma “pobre gentilha”. Além disso, a atitude contrariava o estabelecido no § 1º do Art.º 54 da Resolução nº 92, recém-publicada, que proibia que se urinasse no interior do mercado público ou em qualquer dependência sua sob pena de prisão por 24 horas. E se a norma existia, certamente o ato que ela desejava punir era recorrente.

Uma reflexão merece ser feita sobre essa relação entre o conteúdo da lei e a complexa realidade da cidade e dos grupos sociais que nela habitam. Apontamos, acima, que o analfabetismo era uma barreira entre o conteúdo da lei e os grupos populares, e isto nos parece ser verdadeiro. É preciso que se diga, porém, que há outros fatores mais significativos que tornam complexa a reforma de costumes que algumas leis desejavam implementar. Essa reforma passava também por mudanças de ordem material na cidade, o que incluía, entre outras, as obras de saneamento. Para termos uma ideia da necessidade dessas obras, uma matéria d'*A Republica*, do ano

de 1929, aponta que 6.500 casas em Natal não possuíam esgotamento sanitário, número bastante elevado, se levarmos em conta que a população local não devia passar muito de 35.000 habitantes. O'Grady, prefeito da cidade à época, também ressalta na mesma edição do jornal que a falta de saneamento era um dos principais problemas da capital<sup>306</sup>. Assim, o que é tomado pelo denunciante como um “ato bárbaro” de uma “pobre gentilha” pode ser tido como um costume comum, explicado, ao menos parcialmente, quando nos damos conta dos problemas de ordem material vividos pela cidade.

Deve-se observar, ainda, que as leis se encontravam esparsas e não reunidas em um único documento, outro fator que dificultava o acesso a elas<sup>307</sup>. Mas vemos que não era em torno das leis que giravam as reclamações de alguns cidadãos, e sim da falta de atitude do *patriótico governo municipal*, do Conselho de Intendência da Capital. Mas o que esperar de uma instituição, como já dito, com pouca autonomia? Lembremos que à frente do Partido Republicano Federal e dos negócios públicos do Estado, estava a centralizadora figura de Pedro Velho<sup>308</sup>, administrando por conta própria a capital, nada deixando ao coronel Joaquim Moura, segundo relata o ardiloso coronel

---

306 O'GRADY, Omar. Os problemas da cidade. *A REPUBLICA*, Natal, 01 jul. 1929.

307 Ver, a esse respeito, *A REPUBLICA*, Natal, 29 maio 1925.

308 Sobre o cenário político no Rio Grande do Norte durante a articulação do movimento republicano, os primeiros anos desse regime e o papel centralizador de Pedro Velho, ver: BUENO, Almir de Carvalho. *Visões da República*: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895).



Elias Souto, em análise ao que se havia passado em 1904 no campo da política:

O director supremo do Estado, o sr. Pedro Velho, superpondo-se a tudo e a todos - continuou a sua politica de absorpção cada vez mais accentuada. Annullou completamente o congresso legislativo do Estado, o governador e a Intendencia municipal da capital. Legislou e governou a seu talante o Estado e o municipio da capital, sendo surdo aos clamores do povo e ás censuras da imprensa livre e independente.<sup>309</sup>

Nessa toada, Elias Souto afirmou que pouco vinha fazendo o coronel Joaquim Manoel na presidência da Intendência, resignando-se a ser um “bom discípulo<sup>310</sup>” do Dr. Pedro Velho, que mandava e desmandava a seu talante, ancorado no art.º 5º do decreto estadual nº 8/1890, responsável pela criação do Conselho de Intendência Municipal, como vimos.

E como bom discípulo, o coronel Joaquim Manoel permaneceu na presidência do Conselho de Intendência até o ano de 1913. A cidade progrediu em alguns aspectos: chegou o bonde, a iluminação elétrica, o Teatro Carlos Gomes passou por uma significativa reforma... Nenhuma dessas obras, porém, foi realizada com verbas do governo municipal, que continuava sem significativa autonomia financeira para gerir seus negócios.

---

309 DIA a dia. O anno que findou. *DIARIO DO NATAL*, 01 jan. 1905.

310 DIA a dia. Como elles são... *DIARIO DO NATAL*, 08 jan. 1905.

O financiamento de boa parte dos projetos executados na capital potiguar nesse período veio do empréstimo feito em 1910 pelo governo do Estado aos banqueiros franceses Perles Frères, Engene Vasseur e o Banco Sindical Francês, no valor de 350.000 libras<sup>311</sup> (aproximadamente 5.000 contos de réis). Em pouco tempo, porém, os custos que o Governo do Estado teve para amortizar a dívida se tornaram um pesado fardo para as finanças estaduais<sup>312</sup>.

Os problemas financeiros, aliás, são sempre apontados nos relatórios do governo municipal. Esses documentos, por sinal, são uma fonte valiosa para o conhecimento dos rumos da administração local. Infelizmente, conseguimos coletar, até o momento, apenas os dos anos de 1905, 1908 e alguns outros do período da gestão de O'Grady. N'*A Republica*, não encontramos outros desses relatórios, que podem ter sido também publicados em outros locais, caso dos relatórios entre 1926 e 1928, dos quais ainda trataremos. Outro ponto a se destacar é que o relatório que discutiremos agora, de 1905, foi apenas o segundo a ser lido pelo presidente da Intendência. O primeiro

---

311 Para obter mais informações sobre o empréstimo, ver: RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo pelo governador Alberto Maranhão* (1910), p. 34.

312 O *DIARIO DO NATAL* já alertava, logo após a concretização do empréstimo, que o seu pagamento seria por demais oneroso para os cofres públicos (ver O EMPRESTIMO. *DIARIO DO NATAL*, Natal, 17 mar. 1910). Várias matérias também foram publicadas com críticas às obras financiadas pelo governo do Estado com os novos recursos. Destacam-se aquelas que tratam do contrato estabelecido entre esse governo e a firma de Domingos Barros e Valle Miranda, aos quais o estado emprestou novecentos contos para execução dos serviços de abastecimento de água, de esgotos e energia elétrica (ver OS CONTRACTOS – I. *DIARIO DO NATAL*, Natal, 12 maio 1910.).

relatório trienal foi lido no ano de 1902<sup>313</sup>, dez anos após a formação do primeiro Conselho eleito. Até então, os Conselhos entravam e saíam prestando contas apenas ao Partido que lhes indicava e, especialmente, ao chefe Pedro Velho.

No relatório de 1905, o coronel Joaquim Manoel mostra, de início, contentamento com os rumos que a cidade que administrava vinha tomando. Não que uma quadra de renascimento tivesse atingido a urbe natalense. Era o que apontava o presidente da Intendência em sua primeira frase, mostrando consciência dos limites do desenvolvimento da cidade. Mas algo, mesmo diante de poucos recursos, vinha sendo feito, e a cidade, “até bem pouco equiparável a um obscuro e mesquinho logarejo, onde imperasse o arbitrio e a anarquia nas normas mais elementares da edificação”, começava a construir uma “era nova de prosperidade e conforto” da qual faziam parte particulares e poderes públicos, persuadidos de que o atraso rotineiro em que vivia a cidade abalava os seus créditos de capital, de “Cidade metropole<sup>314</sup>” do Estado. Sobre a anarquia que até pouco tempo predominava nas edificações da cidade, certamente a resolução de nº 92/1904, ao estabelecer normas

313 A obrigatoriedade da leitura dos relatórios trienais só foi instituída por lei em 1898 (lei estadual nº 108. RIO GRANDE DO NORTE. *Decretos do Governo do Estado*, 1898, p. 4-22). Sendo assim, o primeiro relatório trienal da Intendência deveria ter sido lido em 1899. É possível, porém, que o coronel Joaquim Manoel estivesse pouco informado sobre a nova regulamentação, já que afirmará, no início do relatório de 1905, ser a lei nº 108 de 1900.

314 GOVERNO Municipal — RELATORIO Apresentado a Intendencia eleita para o triennio de 1905 a 1907 por ocasião de sua posse em 1 de Janeiro de 1905. A REPUBLICA, Natal, 13 jan. 1905.

mais claras e rígidas para as construções na área urbana da capital potiguar, diminuiu tal falta de ordem.

No que diz respeito ao argumento de que a Intendência tinha poucos recursos para realizar as obras na cidade, é interessante observar como esse discurso se repete mesmo nos relatórios da gestão de O'Grady, momento em que a Intendência, segundo informações dos próprios relatórios, multiplica suas rendas. Nos relatórios do governo do Estado também não será difícil encontrar esse argumento, que parece uma espécie de ladainha das gestões estaduais e municipais. Desta maneira, o presidente da Intendência afirmava que “o pouco que se fazia em muito valia na relatividade dos recursos de que dispomos, fracos e precários<sup>315</sup>”, como era do conhecimento geral, segundo o gestor.

Este pouco, conforme expõe o relatório, era possível graças ao apoio do governo do Estado. No documento que se reporta ao triênio 1902-1904 algumas obras são destacadas, tais como o jardim da praça Augusto Severo, a reforma do cais Tavares de Lyra, o calçamento e arborização da Avenida Rio Branco, o saneamento do Baldo, na Ribeira, entre outras. Todas elas realizadas com recursos do Governo do Rio Grande do Norte. A municipalidade, porém, não cruzava os braços na tarefa de encaminhar Natal ao progresso, conforme expõe o seu presidente que, em um dos trechos mais ricos de seu relatório, ao tratar das formas da cidade, dirá que

No que propriamente concerne a trabalhos municipaes,  
grande já tem sido a somma de sacrificios feitos para

---

315 *Ibid.*

arrancar da massa informe de uma casaria, em que a linha recta e o parallelismo cedem passo ao mais desorientado capricho geometrico, um esboço de Cidade. Não é facil substituir por avenidas e praças as nossas viellas turtuosas [sic] e esburacadas. Mas não desanimemos, a persistencia tem operado maiores transformações.

Não temos, é certo, o maravilhoso afan de progredir, nem a vastidão de recursos do norte americano; mas a bôa vontade e a honesta applicação das rendas do municipio serão capazes de levar a cabo a ardua e meritoria empresa em que vamos empenhados<sup>316</sup>.

Aqui, a imagem da cidade colonial, de ruas tortuosas, caminhos enviesados, aparece claramente nas palavras do gestor municipal. Era preciso, com urgência, corrigir esses defeitos, essas linhas sem ordem, ou, nas palavras do coronel “Quincas” “esse desorientado capricho geométrico” que punha em questão, mais uma vez, o título de cidade dado a Natal. A resolução nº 92, como dissemos, dava um encaminhamento à questão ao estabelecer padrões de construção a serem seguidos em toda a área urbana de Natal, os quais deveriam criar contornos mais definidos à “massa informe” do casario dessa cidade. A aplicação do capítulo V dessa lei municipal, relativo ao tema em questão, porém, deve ter sofrido também com a falta de uma fiscalização mais efetiva, já vista em matérias que discutiam outros problemas presentes na cidade.

É importante tentar situar melhor esse problema da fiscalização. Natal tinha nesse início de século XX apenas dois

---

316 *Ibid.*

fiscais: um para o primeiro distrito da cidade, a Cidade Alta e outro para o segundo distrito, a Ribeira. Arthur Mangabeira (que chegou, posteriormente, a ocupar o cargo de secretário da Intendência), Paschoal Romano, Oscar Silva e Anacleto Ferreira, personagens que se revezaram nessa árdua tarefa de fiscalizar as mais diferentes atividades realizadas na cidade, especialmente as relacionadas ao comércio, deviam ter que se desdobrar para cumprir suas tarefas. E o fiscal do primeiro distrito, ao menos em um dado momento, teve de cobrir boa parte da região suburbana da cidade, atingindo Pirangi, Ponta Negra, Cajupiranga, Quintas e Pitimbu para realizar a cobrança de impostos municipais<sup>317</sup>. Para auxiliá-los, havia um guarda chefe e seis guardas<sup>318</sup>, número que diminui para quatro em 1908<sup>319</sup>. Vemos, assim, que o efetivo de fiscais parecia não ser suficiente para uma população que devia superar os vinte mil habitantes<sup>320</sup>.

Contudo, como constantemente afirmava o presidente da Intendência, apesar dos percalços, algo vinha sendo feito, mesmo que o desejo de progresso e os recursos para alavancá-lo não fossem os mesmos dos norte-americanos, tomados como exemplos na fala do presidente.

---

317 A *REPUBLICA*, Natal, 19 fev. 1905.

318 Ver resolução n. 90/1903 (INTENDENCIA Municipal. A *REPUBLICA*, Natal, 07 jan. 1904; 08 jan. 1904; 09 jan. 1904; 11 jan. 1904; 12 jan. 1904; 14 jan. 1904).

319 Ver a resolução nº 111/1907, n'A *REPUBLICA*, Natal, 19 out. 1907.

320 Segundo Luís da C. Cascudo, Natal possuía, em 1900, uma população de pouco mais de 16.000 habitantes; em 1907, esse número era de 22.121. CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*, p. 86.

A admiração pelo jeito de ser americano, pelo “afan de progredir” que seria típico desse povo, está também presente em outros documentos. Uma matéria publicada em fevereiro de 1905, por exemplo, trata com entusiasmo da vinda de uma comissão americana para Natal, a qual já havia atravessado outros portos e cidades ao longo do Brasil. A comissão, acompanhada do agente consular H. Green, visitou o governador Alberto Maranhão e o dr. Pedro Velho, sendo recebidos por eles com toda a cordialidade e uma saborosa taça de *champagne*. Os *kodaks*, que haviam se admirado com a representação do Brasil na exposição de St. Louis (1904), com todo senso prático que possuíam, queriam ampliar seus negócios com esse país. Em Natal, visitaram os principais pontos da cidade, saindo, de acordo com a matéria, com uma impressão muito boa<sup>321</sup>.

Lembramos ainda que Christovam Dantas, filho de Manoel Dantas, e Omar O’Grady, importantes personagens da elite local, graduaram-se na América, ponto constantemente ressaltado em favor do último presidente da Intendência, cujos anos passados no exterior permitiram-lhe adquirir o pragmatismo, a capacidade de iniciativa e a racionalidade típicas do povo americano, como vemos em matérias da época.

Retomando a leitura do relatório municipal, vemos que a planta cadastral da cidade, elaborada pelo auxiliar técnico da Intendência, estava quase concluída no ano de 1905, figurando nela, “minuciosamente delineado um novo bairro, a ‘Cidade Nova’, onde um matagal semeado de cabanas em

---

321 A REPUBLICA, Natal, 10 fev. 1905.

desordem acha-se a agradável<sup>322</sup>". Cerca de trezentas casas, casinhas e ranchos, para usar as palavras do gestor, foram removidos dos trajetos das ruas planejadas para o novo bairro da capital, sendo devidamente indenizados os seus moradores, de acordo com a fala do presidente. Elias Souto, como de costume, discordará, dando ao novo bairro da cidade um nome distinto do escolhido pelas autoridades locais: Cidade das Lágrimas<sup>323</sup>.

É bem verdade que a ácida crítica do coronel Elias Souto não deve ter levado em consideração que, além das indenizações oferecidas pela Intendência, havia ainda uma resolução que destinava parte do novo bairro *chic* da cidade, os quarteirões entre as avenidas sétima e oitava da Cidade Nova (futuramente, avenidas Affonso Pena e Hermes da Fonseca, respectivamente), aos cidadãos cujos recursos exíguos lhes dificultassem ou impossibilitam-se o aforamento de um terreno do patrimônio municipal<sup>324</sup>. Parece-nos, porém, que a medida não foi posta em prática. Não encontramos matérias que se refiram diretamente à resolução, mas, em 1913, um apelo ao coronel Joaquim Manoel ajuda-nos a perceber que a medida não deve ter agradado à elite local. Com tom de preocupação, o cidadão inicia sua argumentação contra a construção de casas populares na Avenida Deodoro:

---

322 GOVERNO Municipal – RELATORIO.... *A REPUBLICA*, Natal, 14 jan. 1905.

323 CIDADE das lagrimas. *DIARIO DO NATAL*, Natal, 28 jan. 1904.

324 Trata-se da resolução nº 87/1903 (*A REPUBLICA*, Natal, 15 out. 1903).



Consta-nos que na Cidade Nova, na Avenida Deodoro, projecta-se fazer um grupo de pequenas casinhas de tijollo, para alugar por preços baratos, em terreno que pertenceu ao fallecido Raymundo Filgueira.

[...] Appellamos (...) para o illustre presidente da Intendencia Municipal, esperando que tome as necessarias providencias, não deixando que na Avenida Deodoro se levanten casebres que venham a afeiar aquelle movimentado trecho da linha electrica que conduz ao aprasivel Monte Petropolis.<sup>325</sup>

Não devia ser mesmo apazível para personagens como os que citamos no capítulo anterior, como o próprio presidente da Intendência, que possuía sua vivenda em Petrópolis, terem ao lado de seus palacetes e casarões, casebres e ranchos mal arrumados. Deve-se considerar, além disso, que a convivência com vizinhos mais humildes, por assim dizer, cujos costumes esses membros da elite desejavam reformar, especialmente a partir das resoluções municipais, não devia ser algo muito prazeroso, nem muito desejável aos que faziam essas leis. Talvez, na cabeça desses homens, a dita resolução tenha sido um lapso que, possivelmente, produziu neles algum arrependimento. Certamente, por isso, deveria ser esquecida, arquivada.

Desenrola-se na cidade, nesse período, um processo de segregação espacial. Primeiro e único bairro projetado da cidade, no início do século XX, Cidade Nova, com suas amplas avenidas e ruas largas, ornamentadas por palmeiras imperiais, foi pensada e planejada para ser o bairro da elite

---

325 VARIAS. *A REPUBLICA*, Natal, 30 out. 1913.

potiguar, e não das camadas populares, que deveriam habitar bairros suburbanos como as Rocas, o Alecrim, bairro operário, ou, então, o Passo da Pátria. Foi em virtude disso que essas camadas, cujos costumes eram vistos pela elite como incompatíveis com o grau de civilização que ela almejava para Natal, foram desalojadas da região em que se construiria uma “nova cidade”.

Outro ponto abordado no relatório do coronel Joaquim Manoel foi o Paço Municipal. Neste aspecto, a situação da Intendência Municipal era mesmo precária, como relatamos. Em busca de uma solução para esse problema, o presidente adquirira, com a devida autorização, na gestão anterior, um prédio “na parte em que a Junqueira Ayres alarga-se a denominação de Praça da Intendência”. Podendo-se aproveitar pouco do prédio, pela sua forma e, certamente, pelo seu estado, era preciso reformá-lo por inteiro. Faltando dinheiro para tal, as obras foram sendo adiadas até que a municipalidade, por conta de um débito que tinha com o governo do Estado, teve de lhe repassar o bem adquirido<sup>326</sup>. O sonho de adquirir um novo prédio para a Intendência teve que ser adiado.

E neste tom segue o relatório do coronel Joaquim Manoel, que tratará ainda da iluminação pública, admitindo suas graves deficiências, da remoção de lixo da cidade, das finanças municipais, entre outros aspectos relacionados à administração de Natal. Outras matérias desse período ajudam-nos na compreensão de como andava a gestão da cidade e quais

---

326 GOVERNO Municipal – RELATORIO... A *REPÚBLICA*, Natal, 14 jan. 1905.

eram os principais projetos da Intendência para a renovação do espaço urbano natalense.

E um desses projetos, que parecia empolgar muitos dos personagens que estudamos, era a construção do jardim público da praça Augusto Severo, citada no relatório do coronel Joaquim Manoel. Sob comando do arquiteto Herculano Ramos, que também projetara o Teatro Carlos Gomes, as obras da praça tiveram continuidade no ano de 1905. Mas o arquiteto não foi o único a dar forma à praça. Outros também quiseram dar o seu toque nessa obra que aformosearia a cidade do Natal. O coronel Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho foi uma dessas pessoas, doando um pé de pau-brasil para o jardim. No ano anterior, a senhora D. Maria Canuto Emerenciano também doara algumas espécies para o Jardim, ação copiada também pelo coronel Avelino Freire, que, no início de 1905, ofereceu duas belas palmeiras imperiais<sup>327</sup>.

Em outubro de 1905, as obras no Jardim Público aproximam-se do término. No fim daquele mês, o já referido arquiteto começou a assentar a fonte – toda em ferro fundido e de um alto valor artístico, segundo *A Republica* – trazida do Velho Continente. Faltavam apenas mais alguns pequenos serviços, além de ajustes na irrigação do novo jardim para que sua inauguração fosse realizada<sup>328</sup>. A expectativa deveria ser grande naquele momento.

327 Ver, respectivamente, *A REPUBLICA*, Natal, 15 fev. 1905; 01 jul. 1904; 30 jan. 1905.

328 *A REPUBLICA*, Natal, 28 out. 1905.

Apesar disso, na programação para a inauguração oficial, no dia 15 de novembro, não havia espaço para maiores pompas. Não ocorreu uma cerimônia oficial: em lugar dela, optou-se por se franquear a entrada do público ao jardim, que teria o prazer de ouvir a retreta do Batalhão de Segurança sem se preocupar tanto com a hora, afinal a iluminação pública a gás acetileno fora inaugurada no mesmo dia, atingindo a praça e boa parte da Cidade Alta, deixando mais clara a noite da cidade ou, ao menos, de uma parte dela<sup>329</sup>.

Estranhamos, a princípio, o fato de a inauguração desse Jardim não ter sido cercada por toda a pompa que devia merecer, de acordo com o que apontavam as matérias de jornal, as quais, ao longo de boa parte do ano de 1904 e durante quase todo o ano de 1905, se referiam à obra e aos benefícios que ela traria para a cidade. Não saberíamos explicar por que razão o governo do Estado, financiador da obra, e a Intendência optaram por uma inauguração simples, podemos assim dizer. Talvez, aqueles que desejaram e arquitetaram a obra viessem já se decepcionando com o uso que dela faziam alguns cidadãos natalenses.

Poucos dias antes do jardim ser inaugurado oficialmente, vemos um dos seus usuários, em tom de indignação, reclamar da forma descortês com a qual certas pessoas, algumas delas de *pé no chão*, vinham usando o novo equipamento público. As palavras de apelo são as seguintes:

---

329 Essas informações estão presentes n'A *REPÚBLICA*, Natal, 14 nov. 1905. Nas edições seguintes, não encontramos outras informações sobre essas inaugurações.

Pede-se atenção do poder competente para o modo descortez por que certos frequentadores do nosso Jardim se sentam nos respectivos bancos, deixando de pé as famílias que para ali convergem aos domingos.

No domingo ultimo, tivemos o desprazer de observar essa falta, cometida até por pessoas de *pé no chão*, que ali ocuparam, durante toda a tarde, diversos bancos.

Isso, sr. redactor, não me parece justo [...].<sup>330</sup>

A falta de educação de certos frequentadores do novo local de lazer da elite local deve ter afetado de algum modo os ânimos dos que ansiavam pela construção do Jardim Público. Afinal, de que adiantava a bela fonte de ferro fundido, de alto valor artístico, trazida da Europa, a iluminação a acetileno, a bela vegetação e tantos outros benefícios se eles, os que ansiavam pelo novo equipamento, e suas famílias não teriam a chance de gozar essas benesses? Importunados que eram por essas *pessoas de pé no chão* que, de acordo com sua perspectiva, não tinham a dimensão do valor do novo equipamento, muitos deviam mesmo pensar em nem mais pôr o pé no novo jardim, com o fim de evitar que o momento de relaxamento virasse momento de aborrecimento misturado, talvez, com um pouco de revolta: “isso, sr. redactor, não me parece justo”.

Vê-se, assim, que a segregação espacial que a Intendência Municipal propõe, por exemplo, com o Plano de Cidade Nova é cobrada por membros da elite local que não aceitam compartilhar os novos espaços da cidade com as camadas mais

---

330 A REPUBLICA, Natal, 11 nov. 1905.

humildes da população, sob a alegação de que essas camadas são incapazes de compreender o sentido das mudanças pelas quais a urbe passava. A nova cidade que a elite desejava erguer não era, como se vê, para todos.

E assim caminhava o ano de 1905 sem apresentar muito de diferente em relação ao anterior. Essa afirmação que fazemos diz respeito, em especial, às cobranças realizadas no jornal sobre as atividades e serviços que estavam sob a responsabilidade ou fiscalização da Intendência. Os cães soltos continuavam a atenuar a vida dos que caminhavam pela rua. Nada demais, se levarmos em consideração o incômodo que deviam causar vacas, cavalos, burros e outros animais. Mas os tais cães soltos vinham apanhando o juízo de moradores da Cidade Alta, que pediam providências ao fiscal do 1º distrito. No dia anterior à denúncia uma “pobre senhora” havia sido mordida por um cão, “que lhe fez grandes ferimentos n’uma das mãos”. A culpa seria de um certo Sr. Botelho que insistia em contrariar as resoluções do município, deixando soltos os seus cães<sup>331</sup>.

Se, por um lado, a Intendência mostrava-se ineficiente nas tentativas de construir uma nova ordem para Natal, por diversas razões aqui já apontadas, tais como as dificuldades financeiras, a falta de autonomia administrativa e a incapacidade de fiscalizar o cumprimento de suas leis, por outro, era clara a resistência de algumas camadas da população, sobre as quais as fontes pouco nos permitem falar, a um projeto de remodelamento da capital potiguar, ligado aos ideais de

331 A *REPUBLICA*, Natal, 28 fev. 1905.

civilização e progresso, o qual passava por transformações no espaço urbano natalense, mas, especialmente, pela reforma dos costumes locais.

Vemos, ainda, uma reclamação sobre o matagal que tomava conta de várias ruas da Cidade Nova; uma outra sobre as condições de higiene no mercado público, sugerindo precauções por conta da epidemia de varíola que atingia a cidade<sup>332</sup>; e, como de costume, as reclamações sobre iluminação e, principalmente, limpeza pública. Em maio daquele ano, por exemplo, um cidadão diria que “Está sendo pessimamente feita a limpeza publica d’esta cidade. Na antiga rua do meio, da cidade alta, a carroça aparece n’um ou noutro trecho, estando o lixo das casas apodrecendo dias e dias!<sup>333</sup>”. Em trechos como esse, segundo o denunciante, o lixo era predominante. Eram necessárias, segundo ele, providências urgentes das autoridades. No dia seguinte a essa reclamação, um outro morador da Cidade Alta pediria providência em relação a um lamaçal existente na Avenida Rio Branco, cujo fedor repugnante era uma verdadeira ameaça à saúde pública, especialmente com a epidemia de varíola rondando a cidade<sup>334</sup>. Em setembro, mais uma denúncia: um depósito de urina existente em um trecho da mesma avenida, fruto de abusos inqualificáveis nas palavras do reclamante, merecia providências do tão requisitado fiscal do primeiro distrito<sup>335</sup>.

332 Ver, respectivamente, *A REPUBLICA*, Natal, 11 abr. 1905; 25 abr. 1905.

333 *A REPUBLICA*, Natal, 22 maio 1905.

334 *Id.*, Natal, 23 maio 1905.

335 *Id.*, Natal, 04 set. 1905.

Em síntese, os serviços urbanos continuavam deixando a desejar. Os contratados para sua realização pareciam não estar muito preocupados com a execução rigorosa dos termos de contrato. Ao mesmo tempo, a Intendência sofria, certamente, com a falta de fiscais e guardas que pudessem acompanhar a execução dos ditos serviços e atender aos pedidos constantes nos jornais de cidadãos que exigiam providências da Intendência. Mas, como dissemos, no campo das obras públicas, com grande ajuda do governo do Estado, algo se fazia para suprir as carências desta “pequena e ainda tão feia capital<sup>336</sup>”. É o que vemos em matéria de março daquele ano, n’*A Republica*, que expõe as principais obras públicas financiadas pelo governo do Estado na capital. Certamente, uma parte do financiamento das obras devia ainda sair dos auxílios financeiros dados pelo Governo Federal ao Rio Grande do Norte, em função da seca que atingiu boa parte desse estado nos anos anteriores. Uma outra parte deve ter sido paga com a “contribuição forçada” dos funcionários públicos do Estado que, havia algum tempo, não recebiam seus vencimentos com regularidade<sup>337</sup>.

---

336 *Id.*, Natal, 24 mar. 1905. Edição do final daquele ano (*A REPUBLICA*, Natal, 06 dez. 1905) também apresenta matéria, retirada da *Folha do Pará*, que faz resumo das principais ações do Governo do Estado na capital potiguar.

337 A denúncia é feita no *Diario*, que afirmava que o funcionalismo público estava sem receber salário, enfatizando a situação dos professores da capital, que não recebiam seus vencimentos havia quatro meses (*DIARIO DO NATAL*, Natal, 09 fev. 1905). O jornal *A Republica* confirma a situação, mas nega que ela esteja relacionada à execução de obras na capital, culpando as condições climáticas que haviam emperrado a produção agrícola no interior do estado e diminuído os rendimentos do Governo (*A REPUBLICA*, Natal, 05 jun. 1905).



Em 1906, o grande acontecimento para o Estado e a capital parece mesmo ter sido a inauguração do Banco do Natal, ocorrida no começo daquele ano<sup>338</sup>. Com o capital inicial de 200 contos de réis, a primeira instituição de crédito do Rio Grande do Norte prometia ser um agente financiador dos empreendimentos realizados na capital e no interior do Estado. Um comentarista com mais otimismo, após narrar a inauguração simples da instituição e prever para ela uma vida longa, deseja que o Banco trilhe o caminho do mais absoluto sucesso, de modo a tornar-se o mais poderoso rival do Banco da França<sup>339</sup>. Não custava nada sonhar.

Em suas *Notas inocentes*, o sr. Inocêncio, cujo nome não fazia jus à personalidade, inicia o ano usando toda sua acidez e ironia para criticar os líderes da oposição, Augusto Leopoldo Raposo da Câmara e Elias Souto, que apareciam em alguns de seus textos como verdadeiros loucos incapazes de compreender o significado das obras realizadas pelo Governo na capital. Este, em um diálogo criado pelo escritor das *Notas*, mostrava-se completamente ensandecido com as obras realizadas na Praça Augusto Severo. Afinal, o que tinha dado na cabeça dos governantes do Estado para transformar “um charco veneravel, onde as aguas estagnadas e a vasa em decomposição deliciavam o olfacto”, em uma praça ajardinada? Acabar com um “recinto primoroso e bucolico, com os seus inoffensivos mosquitos e os hygienicos e moralisadores jumentos e porcos<sup>340</sup>” era algo

---

338 A *REPUBLICA*, Natal, 18 jan. 1906.

339 *Id.*, Natal, 27 mar. 1906.

340 *Id.*, Natal, 13 mar. 1906.

impensável para o coronel Elias Souto, no diálogo inventado por Inocêncio. E do calçamento, o que dizer? Para o coronel, nada mais do que um desperdício de dinheiro que só o faria gastar mais sapatos.

Destroçando, ridicularizando os argumentos da oposição, Inocêncio exaltava as transformações pelas quais Natal vinha passando. O personagem, cujo criador desconhecemos, era um “forasteiro” – o que, certamente, lhe dava um tom de neutralidade, distante que estava dos confrontos da política local – mas, apesar do pouco tempo presente na capital potiguar, já reconhecia o desenvolvimento pelo qual ela tinha passado, graças às virtudes de seus governantes, os intendentess, e às obras patrocinadas pelo governo do Estado.

E mais obras viriam para a ufania de Inocêncio que, certamente, já se sentia em casa. Em março de 1906, esse personagem anuncia que o governo planejava mais um “hospital, penitenciaria, dous grupos escolares, forum, notariado e archivo publico, ampliação do Atheneu, residencia official para o chefe do Estado e, talvez, o Lyceu de artes e officios, tendo já de tudo as plantas com o custo de execução”, obras que, provavelmente, contavam com o aporte financeiro do Banco do Natal. E ainda havia mais: a Intendência estava muito perto de preparar um novo paço municipal na Avenida Junqueira Ayres. Algumas dessas obras foram realizadas naquele mesmo ano de 1906, como a ampliação do Atheneu e a residência oficial do governo do Estado. Mas na sua última previsão o sr. Inocêncio passou longe do acerto.

No campo dos serviços urbanos algo parecia mudar. Os contratantes continuavam os mesmos. Os fiscais também. Mas, ao menos o do 1º distrito, o sr. Raymundo Filgueira, há longo tempo no cargo e talvez já cansado de ler reclamações n’*A Republica* sobre a limpeza pública, comumente acompanhadas de expressões como “convém ao fiscal tomar providências” ou, simplesmente, “com o fiscal”, tomava uma atitude diferente. Em aviso de fevereiro, o fiscal lembrava aos moradores de seu distrito que o §1º do art. 49, da Resolução nº 92 estabelecia que todos os moradores da capital deveriam deixar pela manhã, em frente às suas casas, o lixo a ser conduzido pelas carroças de limpeza pública, sob pena de multa de 2\$000 e o dobro nas reincidências. Com o aviso, o fiscal parecia querer mostrar que o problema do lixo acumulado nas ruas, motivo constante de reclamações nos jornais, não era de responsabilidade exclusiva do capitão Lustosa, nem dele próprio, o fiscal; era, antes, um problema de falta de consciência e civilidade dos moradores da cidade, que desconheciam a lei e seus propósitos ou, mesmo conhecendo-a, teimavam em descumpri-la.

Outro problema que parecia ganhar nova resolução era o da iluminação pública. Não que as autoridades competentes tivessem, finalmente, resolvido atender aos apelos veiculados nos jornais. A questão era outra: a vinda do presidente eleito da República, o sr. Affonso Pena, ao Estado do Rio Grande do Norte. Não seria bom que o eminente estadista mineiro, ao percorrer as ruas da capital potiguar, tivesse alguma dificuldade de enxergar os melhoramentos materiais realizados pelo governo do Estado e pela Intendência

Municipal. Pensando nisso, o senhor Valle Miranda, gerente da empresa de iluminação pública, tratou de mandar substituir, sob ordens do governo do Estado, os bicos de todos os lampiões por outros de maior intensidade<sup>341</sup>.

Outras mudanças realizadas por conta da visita do estadista – que foi acompanhada por Manoel Dantas, representando a imprensa local, Theodosio Paiva, administrador das obras públicas, e o presidente coronel Joaquim Manoel – não foram sentidas pelo restante da população. Falamos daquelas que foram realizadas no casarão de Pedro Velho, que recebeu nova pintura e móveis de luxo trazidos da capital federal. Ao todo se gastou, segundo *A Republica*, 30 contos de réis na recepção e hospedagem do presidente eleito da República<sup>342</sup>, desmentindo informação do *Diario* de que a quantia gasta teria sido o dobro do expresso no jornal do Partido Republicano Federal no Rio Grande do Norte<sup>343</sup>.

Os custos não devem ter sido considerados pesados diante da exposição que a visita do estadista Affonso Pena trouxe para a capital potiguar. Em julho de 1906, *A Republica* divulgou em uma de suas edições as impressões de um jornalista da capital federal em relação à recepção feita ao presidente eleito e aos aspectos materiais da urbe natalense. As notas, publicadas originalmente n'*A Tribuna* do Rio de Janeiro, devem ter sido animadoras para aqueles que estavam à frente da gestão do Estado e de sua capital.

-----

341 *A REPUBLICA*, Natal, 11 jun. 1906.

342 *Id.*, Natal, 28 jun. 1906.

343 *DIARIO DO NATAL*, Natal, 28 jun. 1906.

Nas palavras do jornalista d'*A Tribuna* a cidade pequena e acanhada vinha crescendo de modo significativo, não obstante as suas dificuldades financeiras, acompanhando o progresso da República brasileira. Havia, segundo ele, um espírito de reforma material que podia ser observado em toda a cidade. Nenhuma outra obra, porém, se destacava mais na visão do repórter do que a Cidade Nova. Para ele o novo bairro representava na verdade, em acordo com o nome que se lhe dera, uma nova urbe, distinta do que denomina de *cidade velha*. Sobre o encaminhamento das obras de construção da *nova cidade*, dirá o jornalista que

A cidade está já toda delineada [...]. As suas ruas, já marcadas e niveladas, muito vastas e compridas, cortam-se formando angulos rectos.

O seu horisonte é extenso de um lado, o da cidade velha, em frente ao porto de desembarque e ao oceano. É fechada pelo outro por grandes montanhas de areia. [...]

Não chegam até lá os arruados da cidade velha; tudo ali é silêncio, calmo, romantico.<sup>344</sup>

Era mesmo a Cidade Nova o orgulho dos que geriam a cidade do Natal, como pudemos ver no relatório de 1905 do coronel Joaquim Manoel. O empreendimento representava a chance de romper com a falta de ordem e de um padrão estético que marcavam a *cidade velha*. Substituíra a irracionalidade de ruas tortuosas, caminhos enviesados, pela racionalidade das linhas retas, das avenidas largas, amplas e arejadas que

344 *Id.*, Natal, 20 jul. 1906.

dispersavam os miasmas e ao mesmo tempo aformoseavam a cidade. Era a vitória da técnica sobre a desordem, da elegância sobre o mau gosto. Era, enfim, o oposto da *cidade velha*; nem os seus ruídos alcançavam a Cidade Nova. Pelo menos assim a desejavam os que a projetaram.

Em 1909, vemos o mesmo encanto por esse bairro aparecer em uma interessante crônica publicada n’*A Republica*. Nela, um personagem denominado Epaminondas, diante do calor escaldante que fazia em Natal, toma o seu chapéu e, resoluto, embarca no primeiro bonde que desce pela sua rua. De imediato, Epaminondas se encanta por uma senhora sentada à sua frente, que exalava delicioso perfume. Logo, esse personagem descobre, atento à conversa da dita senhora, que ela era passageira do *Acre* ancorado no porto de Natal. Com a curiosidade de uma *touriste smart*, a elegante dama, nascida e criada na capital federal, desejava conhecer a cidade que visitava. Mas, no bonde repleto, nenhuma alma aparecia que se dispusesse a ciceronear a dama, o que profundamente incomodava Epaminondas. Não mais se contendo, esse personagem se volta para a senhora e lhe faz um convite reticente: “Si v. exa. permitisse...”, ao que ela responde “Mostrar-me-ia todas as belezas de sua terra, não é assim? Com muito prazer [...]”.

A partir daí, Epaminondas põe-se a apresentar o que Natal tinha de mais encantador. A cidade, dirá ele à *touriste smart*, progredia e em dez anos apenas havia sido transformada por várias obras, não sendo exagero dizer, segundo esse personagem, que se tratava de “uma cidade quase nova...”. E tudo era feito em condições econômicas precárias, ressaltava o

personagem com certo orgulho, ao lembrar das proezas realizadas pelos políticos locais. “Somos nesse particular – dirá Epaminondas – mais felizes que os outros”, respondendo à gentil senhora que sugeria que a *maldita política* podia ser um empecilho para maiores progressos da cidade.

O cicerone entendia que a política, no Rio Grande do Norte, não era empecilho ao desenvolvimento material. Pelo contrário, sobre as razões políticas predominava o desejo pelo progresso da terra potiguar e, em especial, de sua capital, o qual seria alcançado pelo uso da técnica, neutra, avessa às coisas da política, e de saberes como o urbanismo, que ajudou a erguer o novo bairro da cidade.

Esse novo bairro é apresentado por Epaminondas como um cartão postal de Natal. A dama carioca estava ansiosa para conhecer a *nova cidade* e o gentil cavalheiro, encantado pelo seu perfume não poderia privar-lhe desse prazer: iremos – dirá ele – “Com muito gosto... ella, apenas, começa: porém o local é magnifico... v. exa. verá...” E, ao vê-la, encantou-se de imediato com um clima que parecia ser inigualável:

Oh! como isto é agradável! que ar puro se respira n'esses logares! (e indicando as imponentes collinas que nos cercam inundadas do luar clarissimo): – E aquelle aspecto como é majestoso e empolgante! que deliciosa liberdade se deve gosar aqui! [...] Estou encantada pela sua terra, cavalheiro.<sup>345</sup>

345 A REPUBLICA, Natal, 02 jun. 1909.

E com este *gran finale* Epaminondas cumpria sua missão de mostrar à gentil dama o que sua cidade tinha de melhor, de mais apazível. É possível que em alguns momentos o seu grande amor à terra, declarado na crônica, tenha-o feito cometer exageros ao narrar o progresso do seu torrão. Mas quando o assunto era a Cidade Nova o sentimento de otimismo/ufanismo presente em Epaminondas era compartilhado por vários outros homens da época.

Em 1913, mais uma crônica enfatiza as qualidades da Cidade Nova. Nesse ano, o bairro não era mais apenas um projeto; Tyrol e Petrópolis, divisões desse bairro, já se apresentavam delineadas; e é para o Tyrol que o personagem da crônica se encaminhará. Roberto, “o esperto”, estava montado a cavalo e, depois de um pequeno passeio pela cidade, sentiu-se entediado com as casas e caras feias com as quais se deparava em seu passeio. É nesse momento que o personagem toma uma decisão radical: abandonar a cidade. Vai para o Tyrol, enchendo-se de regozijo:

Ah! O Tyrol! Quem não o conhece, fallado como é, com promessas animadoras de bonde electrico e de restaurante *art nouveau*! [...]

Sente-se clara e [palavra ilegível] a “ampla redoma azul do firmamento”, no grandioso conjunto dos morros desalinhados [...]

Como é bello tudo isto, maravilhoso e sublime. [...] <sup>346</sup>.

346 *Id.*, Natal, 19 jun. 1913.



Nessa crônica, como em outros textos, vemos expresso o sentimento de que a Cidade Nova era um espaço à parte da urbe natalense. Mas, como veremos à frente, o novo logradouro não era o paraíso na terra.

Voltemos a 1906. Há mais a se falar sobre a cidade do Natal nesse ano. Nele, na vizinha capital da Paraíba, um outro jornalista também escrevia com grande admiração sobre a essa cidade. Mais uma vez, ressaltava-se que Natal era “há poucos annos passados, todo arêa, sem ruas, casinhas mal alinhadas aqui e alli”. E quem havia visto a cidade nesse passado não muito distante, “não supporia surgisse d’aquella hypothese de cidade a que hoje se estende do Baldo á Ribeira, do Morcego ao Refoles”. Mas Natal, de acordo com aquele jornalista, muito crescera, surpreendendo a ele e a outros que passavam pela capital do Rio Grande do Norte.

Entre os melhoramentos que a cidade ganhara em poucos anos, o autor da matéria citava a iluminação a gás acetileno, o “magnifico jardim” da praça 15 de Novembro, o calçamento da Rio Branco, da Junqueira Ayres, o Teatro Carlos Gomes, o prédio do Congresso (cujos gastos para reforma foram questionados pelo *Diario*<sup>347</sup>), as reformas no Palácio do Governo – sob comando do futuro intendente Eduardo dos Anjos, como dissemos no capítulo anterior –, o jardim da praça Augusto Severo, entre outros. Sobre este último, o autor ainda faz um interessante comentário: “Sem gradil, indica o estado

347 Ver, por exemplo, *DIARIO DO NATAL*, Natal, 09 fev. 1905.

de civilização do povo natalense<sup>348</sup>”. Não devia o jornalista, certamente, conhecer a reclamação que há pouco mostramos de um cidadão indignado com o comportamento de alguns *pés no chão*, nas palavras do reclamante, no novo jardim.

E o colega do jornal *União*, como é referido o autor da matéria n’*A Republica*, também não devia conhecer outras reclamações postadas neste jornal constantemente. Poucos dias depois da publicação da matéria, um morador da Ribeira pede ao fiscal do 2º distrito que atente para o comportamento de um tal de Zé Maria que, além de atenuar a vida dos vizinhos com os seus cachorros, que não paravam de latir, mantinha aberto o seu comércio após as onze horas, contrariando as leis municipais. Em novembro, é a vez de um morador da Cidade Alta reclamar dos cães soltos em sua rua, que haviam feito vítima, havia pouco, uma pobre criança. E mais uma vez, o sr. Raymundo Filgueira é cobrado: “Chame, sr. redactor, a atenção do fiscal que, com algumas bolas, fará um bem á humanidade.”

Mas havia coisas piores. Em dezembro, vemos mais uma reclamação a respeito de pessoas que insistiam em fazer dos logradouros públicos mictório. Desta feita, os rapazes mal-educados eram “uns engravatados que depois de saborearem no Evaristo cerveja nacional de 2\$000 a garrafa – um absurdo! vão fazer mictorio num dos paredões do caes *Augusto Lyra*.<sup>349</sup>”. E na Cidade Nova, cenas ainda mais terríveis que essa podiam

348 A *REPUBLICA*, Natal, 27 ago. 1906 (Publicado originalmente na *União da Paraíba*, em 24 de agosto).

349 *Id.*, Natal, 11 dez. 1906.

ser presenciadas pelos nobres moradores do novo bairro da cidade. Atendendo aos pedidos de alguns desses moradores, Manoel Dantas publica a seguinte nota: “Alguns moradores da Cidade Nova pedem-nos que chamemos a atenção do Fiscal para a grande quantidade de burros soltos que praticam alli, diariamente, as scenas mais horripilantes.”<sup>350</sup>”

Nem queremos imaginar o que esses moradores presenciavam nas redondezas de suas residências, quem sabe até à porta delas. Mas, muito provavelmente, ao terem contato com cenas dessa espécie, eles deviam discordar da visão idílica apresentada pelo repórter carioca a quem nos referimos há pouco. Os ruídos da cidade velha chegavam à Cidade Nova e, ao menos em situações como a relatada n’*A Republica*, o sentimento de sossego e o ar romântico do bairro deviam ser despedaçados.

Comportamentos como esses podiam revelar, ainda, que a cidade continuava a possuir um ar rural, de sertão, e um jeito matuto de ser que incomodava a elite local, como vemos em uma série de crônicas publicadas n’*A Republica* em 1907, com a assinatura de Henrique Castriciano. Nelas, o prestigiado intelectual aponta para o isolamento geográfico de Natal, o qual lhe criara empecilhos sérios para o seu desenvolvimento e também ajudara a definir um tipo humano meio “acabrunhado”. A República havia transformado a cidade em termos físicos, mas não mudara seu ar, sua alma:

A Republica como que reformou a capital; esta alargou-se, estendeu se, porém os melhoramentos não alteraram a sua physionomia da aldeia. [...]

350 A REPUBLICA, Natal, 04 dez. 1906.

(...) O jardim, o teatro, o calçamento e o nivelamento de certas ruas, especialmente da Avenida Rio Branco, deram nos um ar mais distinto, embora o conjunto da cidade, desde as casas mal construídas até o aspecto dos habitantes, deva impressionar pouco satisfatoriamente o viajante que notará logo a nossa curiosidade matuta. [...] <sup>351</sup>

Malgrado as benfeitorias realizadas no início do Regime Republicano, quase sempre com financiamento do governo do Estado, embelezando a cidade, dando-lhe “um ar mais distinto”, algo de mais significativo parecia não mudar: o jeito de ser do habitante local. As casas, pequenas, mal construídas, emprestavam a Natal um ar de vilarejo, um traço de aldeia. O problema maior, porém, parecia estar no habitante desta cidade, que mantinha o seu jeito matuto, uma timidez que marcava a vida coletiva, sendo pouco dado ao contato com o que vinha de fora, em virtude do isolamento que marcara a capital, o qual só começou a ser superado na segunda metade do século XIX. Com a superação, ao menos parcial, desse empecilho ao desenvolvimento local, algumas mudanças se realizaram no cenário intelectual, sendo dada à elite a possibilidade de viajar com maior constância para centros mais desenvolvidos, especialmente o Recife, de modo que os membros desse grupo puderam incrementar a produção intelectual do Rio Grande do Norte, assimilando “o que de mais novo se produziu lá fóra.” <sup>352</sup>

351 CASTRICIANO, Henrique. Lourival e o seu tempo – II. *A REPUBLICA*, Natal, 04 jul. 1907.

352 *Id.* Lourival e o seu tempo – III. *A REPUBLICA*, 05 jul. 1907.

Mas o que fazer com o restante da população, acabrunhada, com ar matuto, e uma timidez que marcava a vida coletiva? Como educar este povo e dar-lhe costumes que fossem compatíveis com as mudanças empreendidas pela República na capital do Estado? Uma tal obra civilizatória seria imprescindível para a elite que administrava o Estado e sua capital e seguirá em pauta nos anos subsequentes.

Em 1908, o coronel Joaquim Manoel apresenta mais um relatório sobre a gestão municipal, relativo ao triênio 1905-1907, menos extenso e com menos frases de efeito do que o anterior. No geral, a mesma ideia é apresentada: a cidade caminhava, a passos lentos, mas sem parar, graças, mormente, à ajuda do Governo do Estado. A carta cadastral da cidade havia sido concluída em 1907, sendo este, certamente, o maior feito do triênio.

No início de 1908, as principais novidades apresentadas à cidade são o contrato de fornecimento de carnes verdes e, o mais entusiasmante, o lançamento do prospecto da Companhia Ferro-Carril do Natal. Entre outros, tomaram a frente da companhia na sua fase de organização e venda das ações, Manoel Dantas, Olympio Tavares e Angelo Roselli. O otimismo tomava conta dos incorporadores do capital, que acreditavam que em breve o bonde chegaria à cidade, mudando sua paisagem e os hábitos de seus cidadãos<sup>353</sup>.

---

353 Sobre essa mudança de hábitos, ver, por exemplo, as crônicas do Braz Contente sobre esse melhoramento. De acordo com o cronista, o natalense poderia “saborear esse deslumbramento da paisagem” da cidade como nunca antes havia feito. A mulher natalense, “thesouro que vive guardado a sete chaves”, não por ciúme de pais e maridos, mas pelas más condições de nossas

Como apontamos na introdução, Cascudo foi um dos membros da elite local que ressaltou a relevância do bonde na dinâmica dos espaços da cidade. Em *História da cidade do Natal*, ele nos mostra um espaço urbano dividido pelos bairros de Cidade Alta e Ribeira, cujos moradores viviam em rixas. A inauguração da linha de bondes quebrou as rivalidades, segundo esse estudioso, pois possibilitou a ampliação da comunicação entre os dois bairros, mudança sentida pelo intelectual, que anuncia a morte de xarias e canguleiros e o aparecimento de um novo tipo, o Natalense<sup>354</sup>.

E o novo melhoramento chegou no dia da Independência, causando alegria para a população da cidade, ou melhor dizendo, para aquela parcela que se beneficiava com o empreendimento, que cortava apenas a região central de Natal.

Esses e outros investimentos são constantemente criticados pelo *Diário*, que ora acusava o governo de corrupção, ora os classificava como impróprios para a cidade. Com relação ao contrato para fornecimento de carnes verdes, feito entre a Intendência e o senhor Francisco Cascudo, o jornal de oposição usou o primeiro argumento, afirmando que o sr. Alberto Maranhão era sócio da firma de Cascudo e iria beneficiar-se, em consequência, com o contrato<sup>355</sup>.

---

ruas e calçadas, segundo o cronista, agora com o bonde podia finalmente desencastelar-se, o que representava uma mudança nos costumes sociais (A *REPUBLICA*, Natal, 12 mar. 1908). Ver também outra crônica do autor, sobre o mesmo assunto, em A *REPUBLICA*, Natal, 20 ago. 1908.

354 CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*, p. 215-216.

355 Ver, entre outras, a seguinte edição: *DIÁRIO DO NATAL*, Natal, 19 jan. 1908.

Com relação ao bonde, argumentava-se que a cidade necessitava beneficiar-se de outras obras e serviços. A urbe era suja, tinha um mercado com péssima estrutura, precisava de um novo hospital. Mas os governantes insistiam em fazer de Natal uma Paris, pondo chapa nos ganhadores de rua, para controlar seus passos na cidade e cobrar-lhes tributos, e proibindo os donos de estábulos de criarem seus animais na cidade<sup>356</sup>.

Percebe-se, pela lei que determina o uso de chapas de identificação para os ganhadores de rua, que a Intendência Municipal, dentro de seu projeto modernizador, tem a intenção de inscrever um novo ordenamento no espaço urbano natalense, exercendo controle sobre os ofícios e sobre a circulação de indivíduos dentro desse espaço. A manutenção de uma ordem e uma moralidade pública que se criam ameaçadas por tudo quanto escapasse ao controle da lei no espaço público, com destaque para a vadiagem, os crimes e as questões relacionadas à higiene e saúde era um desejo dos que, à frente da Intendência, geriam a cidade<sup>357</sup>.

O *Diário* lamentava: “ninguem mais aqui tem o gostinho de tomar um copo de leite fresco ao pé da vacca”, e concluía ironicamente ao concordar que Natal era sim uma Paris, “cheio porem de lama, de lixo, de matto, sem exgotos, sem hygiene, sem hospital, cheio de mendicantes e de miserias.”<sup>358</sup> Diante

356 Sobre essas ações da Intendência, ver *A REPUBLICA*, Natal, 14 mar. 1908.

357 Ver ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Renato. *Construindo uma cidade moderna: o papel da Intendência Municipal e da legislação urbanística em Natal (1892-1930)*, p. 05-06.

358 *DIARIO DO NATAL*, Natal, 24 mar. 1908.

do que expunham, os líderes do *Diario* davam o diagnóstico dos que exaltavam desmedidamente as mudanças vividas por Natal, em especial Braz Contente: sofriam de *progressomania*<sup>359</sup>; viam, em tudo, a chegada do progresso.

Entramos em 1909. A morte do poeta Segundo Wanderley será sentida por esse grupo. Alguns dos seus mais importantes representantes se reúnem em sessões no Teatro Carlos Gomes, discutindo que caminhos tomar para ajudar os órfãos do pranteado poeta. O governo do Estado, à época presidido pelo Dr. Alberto Maranhão, se oferece a comprar para uma casa para dar-lhes como patrimônio, contando com o apoio de amigos e admiradores do “querido vate potiguar”. O grupo, que se reúne em 31 de janeiro no citado teatro, decide, além disso, realizar um ciclo de conferências, espetáculos e corridas no Sport Club, no intuito de homenagear o falecido e angariar fundos para a compra da casa para seus filhos<sup>360</sup>.

Entre os que se dispõem a conferenciar sobre temas locais, estão Eloy de Souza e Manuel Dantas. As conferências, cobertas pel’*A Republica*, são cercadas de expectativa e contam com grande público. A primeira delas é realizada por Eloy de Souza, em 21 de fevereiro daquele ano, no salão nobre do Palácio do Governo, dissertando sobre os *costumes locais*. O tema dava mesmo muito o que discutir.

Em sua fala, Eloy de Souza destacará, como fizera o seu irmão Henrique Castriciano, que a República trouxera para

---

359 DIARIO DO NATAL, Natal, 12 ago. 1908. Os redatores do *Diario* respondem à crônica de Braz Contente, publicada n’A *REPUBLICA* havia dois dias.

360 VARIAS. A *REPUBLICA*, Natal, 01 fev. 1909.



a Província e para sua capital um cenário de progresso e desenvolvimento material, despertando a urbe natalense de um “sono três vezes secular<sup>361</sup>”. Ao contrário de Castriciano, porém, aquele conferencista acreditava que Natal havia perdido os seus costumes inveterados, o seu jeito matuto; a cidade não teria encontrado, todavia, “sucedâneos em harmonia com as necessidades espirituais de seus habitantes<sup>362</sup>”. Ou seja, a materialidade da urbe e o jeito de ser dos que nela habitavam, corpo e alma, não existiam em harmonia, não pareciam constituir um único ser. Seria uma das tarefas do Estado educar a população, investindo especialmente no ensino primário, para que tal desarmonia pudesse ser consertada.

Em 21 de março daquele ano, foi a vez de Manuel Dantas apresentar, em cinquenta minutos<sup>363</sup>, o que seria *Natal daqui a cinquenta annos*. Como outros de seu tempo, o conferencista destacará a importância do regime republicano no erguimento de uma nova Natal. O imperativo “Surge et ambula”, que dá início ao último “ato” da sua história, expressa a saída da cidade de um cenário de atraso que marcara os “tempos da monarquia” em direção, “a passos de gigante”, ao progresso. Este surto de progresso é “previsto” pelo jornalista – não sem

---

361 SOUZA, Eloy de. *Costumes locais e outros temas*, p. 45.

362 Ibid., p. 39.

363 A *REPUBLICA*, Natal, 22 mar. 1909. É também interessante notar que Dantas realiza sua conferência na data em que a loja maçônica a que pertencia fazia aniversário, completando 52 anos de existência. O conferencista talvez tenha escolhido a data desejando também homenagear a sociedade da qual fazia parte.

uma certa ironia – na “quinta ou sexta Intendencia do meu nobre amigo Quincas Moura.<sup>364</sup>”

O coronel Joaquim Manoel quase chegou lá, pois permaneceu na Intendência até 1913. Mas será justamente na Intendência do nobre Manoel Dantas e, especialmente, na do seu genro, o engenheiro Omar O’Grady, que a cidade do Natal terá o seu maior desenvolvimento, com obras que tomarão conta de boa parte da cidade, chegando mesmo a atingir a região suburbana, em especial o bairro popular das Rocas. Mas isso é outra história, outra camada, queremos dizer, da qual ainda trataremos mais à frente.

O ciclo de conferências em questão chama a nossa atenção. Feito com o objetivo primeiro de ajudar os desamparados órfãos de Segundo Wanderley e sua viúva, ele também apresenta uma intenção clara, a nosso ver, de orientar tal grupo em relação ao novo cenário trazido pela República à capital, ao passo que lhe expunha os maiores entraves para fazer de Natal um progressista e civilizada urbe. É importante ainda dar-se conta de que o ciclo de conferências nasce de uma iniciativa do próprio Estado, sendo parte dele desenvolvido no salão do Palácio do Governo<sup>365</sup>. Vale, por fim, ressaltar que as

364 DANTAS, Manoel. *Natal d’aqui ha cincoenta annos*, p. 16.

365 Queremos nos referir aqui às conferências de Manoel Dantas e Eloy de Souza, sobre as quais encontramos matérias no jornal de 1909. Estas foram, além disso, publicadas nesse ano e o valor adquirido com as vendas dos volumes revertido em benefício dos órfãos de Segundo Wanderley (ver anúncios n’A *REPUBLICA*, Natal, 14 abr. 1909; 24 maio 1909). Sobre a conferência de Henrique Castriciano, como dissemos no capítulo anterior, sabemos apenas que se realizou em 1910, no salão nobre do *Natal-Club* com o título *os humildes* (A *REPUBLICA*, Natal, 05 jan. 1911). Sobre as conferências de Honório Carrilho e

duas conferências que pudemos analisar, de Eloy de Souza e Manoel Dantas, trataram do papel do poder administrativo – ora o governo do Estado, ora o Conselho de Intendência –, reconhecendo sua importância para guiar a capital potiguar a novos rumos.

Mas o ano de 1909 ia se passando para Natal sem maiores novidades. Nenhuma obra de destaque é realizada nesse ano pelo governo do Estado e, muito menos, pela Intendência. Sem tanto de novo para se ver em Natal, uma das saídas para manter os olhos de algum modo encantados com o progresso era admirar as imagens da capital federal. Esse era certamente o propósito do livreiro e intendente Fortunato Aranha, que realizou na *Cosmopolita* a exposição intitulada *A capital da união em Natal*, exibindo vários quadros com vistas da Avenida Beira-Mar, do Mangue e a Central. Teriam direito a ver os quadros da cidade reformada pelo engenheiro Pereira Passos os que fizessem assinatura “do **CLUB** realizado pela única e conhecida livraria do Estado.” A inscrição podia ser feita pela módica quantia de 1\$000<sup>366</sup>.

E a “folha democratisadora”, como vemos *A Republica* ser referida em uma das matérias que citamos, continuava a publicar reclamações de cidadãos voltadas para a administração da

---

Domingos Barros, conhecemos apenas os temas. Aquele primeiro iria tratar do *Amor* (*A REPUBLICA*, Natal, 26 maio 1909); este deve ter conferenciado sobre *Aspectos Norte Rio-Grandenses*, como vemos em texto de Braz Contente (*A REPUBLICA*, Natal, 01 dez. 1909). É possível que algo tenha sido dito sobre elas nos meses de julho ou setembro de 1909, os quais não pesquisamos por estarem muito danificados.

366 *A REPUBLICA*, Natal, 16 fev. 1909.

cidade. De fato, no período que estudamos, vemos esse periódico ser um canal de comunicação entre alguns desses cidadãos e a Intendência da capital. Certamente, trata-se de uma parcela pequena da população que, muito provavelmente, tinha alguma proximidade com personagens como Manoel Dantas e Sérgio Barreto, entre outros que fizeram *A Republica*, para pedir-lhes a publicação de suas reclamações. Elas vinham da Cidade Nova, Cidade Alta e Ribeira; nunca do Passo da Pátria, Rocas ou mesmo do Alecrim. De qualquer modo, como dissemos, essa folha possibilitava um diálogo entre uma parcela da população e o poder municipal.

Esse diálogo continua presente em 1909. Destacamos três comunicações realizadas no final daquele ano acerca do mercado público. Na primeira delas, um cidadão pede que *A Republica* solicite do presidente da Intendência atenção nas atividades dos talhadores de carne naquele estabelecimento, os quais, além de serem grosseiros e mal-educados, vinham cometendo abusos na hora de pesar a carne. A resposta, neste caso, é quase que imediata<sup>367</sup>: três dias depois da publicação da queixa, o coronel Joaquim Manoel informa ao jornal haver tomado as providências devidas, corrigindo as irregularidades verificadas no mercado. Mas não se passa muito tempo e o mercado volta a ser alvo de queixa. Desta feita, o problema era a maneira como a carne verde estava sendo conduzida para esse espaço: “nas costas de animaes lazarentos, cobertos por

---

367 Ver, respectivamente, *A REPUBLICA*, Natal, 01 dez. 1909; 04 dez. 1909.

immundos pannos de fazenda inclassificável<sup>368</sup>”. Não vemos qualquer resposta à reclamação nas edições seguintes.

O controle sobre os mercados públicos é um dos elementos que integra um projeto de modernização, na medida em que ele se liga ao ideal de construção de uma cidade sã, salubre, e também ao desejo de manutenção de uma ordem e moralidade públicas, e de controle da circulação, ideais que são desejados pela gestão municipal e compartilhados por aqueles que, através de suas denúncias, mostram o descontentamento com essa gestão pela sua incapacidade de controlar o mercado da cidade, não conseguindo impedir que as leis que criara para dar ordem a esse espaço fossem burladas.

É possível que o Conselho de Intendência municipal tenha começado a perceber, diante das reclamações que eram feitas via jornal, que não vinha cumprindo a contento as atribuições que lhe foram conferidas por leis e decretos estaduais. É este o sentimento que temos quando lemos a resolução municipal de nº 136<sup>369</sup>, de setembro de 1909, pela qual a Intendência do Município passa para o governo do Estado os serviços de água, luz, esgoto, tração e limpeza públicas. A medida será homologada ainda pelo decreto estadual nº 216, de 26 de

---

368 A *REPUBLICA*, Natal, 14 dez. 1909.

369 Não temos esta resolução na íntegra. O seu conteúdo é, em parte, conhecido por nós por meio de matéria d'A *Republica*, de 1910: PARTE Oficial. A *REPUBLICA*, Natal, 10 mar. 1910; bem como pelo texto do decreto estadual nº 216/1910, abaixo referenciado.

fevereiro de 1910<sup>370</sup>. E este não será o único acordo realizado entre o Conselho de Intendência e o governo do Estado na segunda gestão do governador Alberto Maranhão.

É também do ano de 1910 a resolução de nº 137, publicada em 31 de maio, por meio da qual a Intendência se desfaz de uma parte significativa de seu patrimônio, transferindo-a para o governo do Estado, em prol do programa de melhoramentos materiais empreendidos na administração de Alberto Maranhão. Além de doar todos os terrenos localizados na Avenida Tavares de Lyra, na Ribeira, uma das principais artérias da cidade, a administração municipal transfere para o governo do Estado

Os [terrenos] que constituem a mata que fica sul a bica, e os que constituem a Quinta nacional, limitando-se o primeiro, ao nascente, com a Rua Coronel José Bernardo [Ribeira], a principiar 10 m. ao sul; ao poente, com terrenos de Luiz de Barros; ao norte, com a Rua Padre Pinto [Cidade Alta] e sitio dos sucessores de Nicolau Bigois. O segundo ao nascente, com a Avenida Afonso Pena [Cidade Nova]; ao sul, com a do Almirante Alexandrino [Alecrim]; ao norte, com a Avenida nº 10; ao poente, com a Prudente de Moraes.<sup>371</sup>

Vemos, assim, que a parceria entre a Intendência Municipal e o governo do Estado continua cada vez mais forte. Ou seria mais correto dizer que, a cada dia que passava, aquela

---

370 RIO GRANDE DO NORTE. *Actos legislativos e decretos do governo* (1910), p. 61-62. Publicado também n'A *REPUBLICA*, Natal, 04 mar. 1910.

371 A *REPUBLICA*, Natal, 31 maio 1910.

instituição se tornava mais dependente desta, mais ligada aos desígnios dos chefes políticos que comandavam o Estado? O que vemos neste início da década de 1910 é uma Intendência com menos atribuições, com um menor patrimônio e, enfim, com um menor poder e força para intervir nos destinos da capital. Sua função, quase que exclusiva agora, é de regular algumas atividades na cidade, especialmente o comércio e as profissões, cobrar uma meia dúzia de impostos da população – especialmente o de indústria e profissão – e fiscalizar serviços que não estavam mais em sua alçada. Trata-se, enfim, de uma instituição cada vez mais esvaziada, situação que parece não se alterar de maneira significativa ao longo dessa década de 1910.

Outro fato, no início dessa década, pode ser exemplar para que percebamos as dificuldades que a Intendência tinha em fazer valer seu poder na organização do espaço urbano natalense. Em maio de 1910, o fiscal do 1º distrito, capitão Arthur D. Mangabeira, informava à população em geral que, de ordem do sr. coronel Joaquim Manoel, ficava permitida, a partir daquela data, a pastagem de vacas e cavalos à vista de pastores, da avenida Oitava até a Floriano Peixoto, na Cidade Nova. Talvez de tanto ter insistido com a proibição desse ato, a Intendência, certamente encontrando resistência para o cumprimento de suas normas, tenha desistido de fazer valer o conteúdo das resoluções que tratavam do assunto, já referidas por nós neste texto. Inveterados costumes como esse de colocar para pastar em logradouros públicos vacas, cavalos e outros animais deviam ser mais fortes do que as leis municipais.

As resoluções municipais nos ajudam a conhecer que caminhos tomou a gestão da cidade nos anos de 1911 e 1912. No primeiro ano, a maioria das resoluções se destina à tarefa de renomear alguns logradouros da cidade, nos bairros de Cidade Nova, Cidade Alta e Alecrim<sup>372</sup>. Afora estas, merece destaque ainda a resolução de nº 145, de 17 de abril, que autoriza a Intendência a contratar, com quem melhores vantagens oferecesse, a construção e exploração de mais cinco mercados públicos na cidade, devendo dois deles localizar-se na Ribeira, bairro comercial por excelência; um no bairro de Cidade Nova; um no do Alecrim e outro no Passo da Pátria (área pertencente à Cidade Alta)<sup>373</sup>. Os mercados, pelo que conhecemos, nunca chegaram a ser construídos (exceção feita a um na Ribeira, edificado na gestão de Romualdo Galvão, entre 1914 e 1916), de modo que a cidade permaneceu sendo atendida, por alguns anos ainda, por um único mercado público, inaugurado em 1901<sup>374</sup>.

Outra importante resolução é a provável nº 151<sup>375</sup>, que cria oficialmente o bairro do Alecrim, desmembrando-o da Cidade

372 Foram publicadas, entre 1911 e 1912, as resoluções de nº 143 a 167. As que tratam de alteração no nome de logradouros no ano de 1911, são as de nº 143 (A *REPUBLICA*, Natal, 06 mar. 1911); 147 (A *REPUBLICA*, Natal, 04 maio 1911); e 149 (A *REPUBLICA*, Natal, 06 maio 1911).

373 A *REPUBLICA*, Natal, 17 abr. 1911.

374 Com informações de CASCUDO, L. da C. *História da cidade do Natal*, p. 140-141. Sobre esse mercado construído em 1911, ver matérias d'A *Republica* entre os dias 12 e 25 de novembro, especialmente a edição desta última data, que trata de sua inauguração.

375 Esta resolução foi publicada sem número, n'A *REPUBLICA*, Natal, 07 nov. 1911.



Alta. Na prática, o bairro já era habitado desde o último quartel do século XIX – embora fosse bastante modesto em habitações e população até o início do século XX – e abrigava o cemitério público da cidade, fundado em 1856. A resolução nos mostra, porém, que Natal vinha crescendo, expandindo-se, sendo necessário, desta maneira, colocar aquela região da cidade nas teias do poder. Lembremos, quanto a isso, que o estabelecimento do Alecrim como um novo bairro significava uma melhor definição de seus limites, sua divisão em distritos e, em consequência, uma maior fiscalização de suas atividades, ao menos em teoria, por parte dos funcionários da Intendência<sup>376</sup>.

No jornal *A Republica*, alguns cidadãos continuam chamando a atenção da Intendência para a presença de animais soltos pelas ruas. Em uma matéria intitulada *Gado solto*, por exemplo, um cidadão chamava a atenção do Presidente da Intendência para “o facto, altamente deponente dos nossos creditos de cidade culta, de andarem pastando livremente pelas ruas e avenidas da Cidade, animaes de todas as especies, vaccas, cavallos, mullos e jumentos, cabras, carneiros e cães”, cujos donos vinham desrespeitando as leis municipais. O autor da reclamação, sem citar, talvez por falta de conhecimento, a brecha aberta pela referida instituição no ano anterior, continua sua argumentação, afirmando que o

376 Ver, por exemplo, as resoluções de nº 73/ 1902, que define os limites da área urbana e suburbana da cidade (*A REPUBLICA*, Natal, 11 fev.1903); nº 74/1902, que estabelece delimitação das ruas, praças e travessas da Ribeira (*A REPUBLICA*, Natal, 12 fev. 1902); nº 84/1903, que define o mesmo em relação à Cidade Alta (*A REPUBLICA*, Natal, 17 set. 1903); além da já citada resolução de nº 92/1904.

“pessimo costume de deixarem os proprietarios os animaes na via publica” causava receio a senhoras e crianças que passavam pelas ruas da cidade e dava ainda lugar a “commentarios justos e desabonadores de nossos foros de cidade bem administrada e progressista.” Por fim, o cidadão queixoso afirma acreditar na ação do poder público e no cumprimento das leis municipais.

Ironicamente, o gado que sobrava nas ruas da cidade faltava no mercado público. Nenhum outro tema é tão recorrente no primeiro semestre de 1911 quanto o da falta de carnes verdes no mercado da cidade. São diversas as matérias nesse período reclamando sobre o não cumprimento do contrato estabelecido entre a Intendência e os fornecedores do produto e pedindo maior fiscalização dessa instituição no mercado e nas feiras da cidade. Em uma dessas matérias, *A Republica*, com algum tom de indignação, cobra medidas mais enérgicas do coronel Joaquim Manoel:

Decididamente, continuamos mal com o contracto de carnes verdes. Raro é o dia em que não nos chega uma reclamação contra elle. Ora é a falta de carne, ora é o mau serviço dos carnicheiros. Debalde, surgem os protestos dos consumidores. Ninguem se move, não ha nada que faça cessar os constantes abusos.

Queremos crêr que o laborioso Presidente da Intendencia, a quem incumbe zelar pela bôa execução das clausulas do contracto, ainda não se dignou de lançar as suas vistas para o Mercado Publico, nestes ultimos dias.

Só assim se compreende a desordem que reina alli nos diversos talhos de carne verde. [...] <sup>377</sup>

O tom da reclamação parece até ter espantado o *Diário*, que se refere à matéria d'*A Republica* como uma “acusação solene” ao presidente da Intendência <sup>378</sup>. O fato é que a cobrança realizada por este periódico surtiu algum efeito, tendo em vista que, no dia seguinte ao de sua publicação, o coronel Joaquim Manoel, acompanhado de seu secretário, Arthur D. Mangabeira, e do fiscal geral, compareceu ao mercado público para verificar se a quantidade de carne com a qual o estabelecimento vinha sendo abastecido estava em acordo com o previsto no contrato, bem como tomar as devidas providências para que os consumidores fossem atendidos com a máxima presteza pelos talhadores.

O ano de 1912, até onde pudemos ver, é aquele em que mais se publicaram resoluções municipais, tratando de diversos temas relacionados à administração municipal. Destacam-se para nós aquelas que alteram as formas da cidade, caso das de nº 156, que exclui da planta da cidade a travessa Puchy, entre as ruas Felipe Camarão e Extremoz; a de nº 158, que determina o mesmo para a travessa que ligava a Rua Presidente Passos à Rua Paula Barros, na Cidade Alta, retornando, nestes casos, o terreno para o patrimônio municipal, podendo ser aforados; e a de nº 164 <sup>379</sup>, que determina a abertura da Rua do Hospício, também na Cidade Alta. Resoluções como essa,

377 *A REPUBLICA*, Natal, 31 mar. 1911.

378 *DIARIO DO NATAL*, Natal, 01 abr. 1911.

379 Publicadas, respectivamente, em *A REPUBLICA*, Natal, 25 jan. 1912; 01 mar. 1912; 07 ago. 1912.

além da de nº 151/1911, mostram uma cidade fluida, de contornos ainda instáveis, móveis, normalmente em expansão no período aqui estudado.

Tal movimento causa ainda duas preocupações, conforme pudemos ver por essas leis municipais. A primeira diz respeito à apropriação do território municipal, por meio do aforamento. Com a cidade em expansão, torna-se cada vez maior a preocupação da Intendência em definir as regras a serem seguidas para aqueles que desejavam se apropriar de algum terreno pertencente ao município. Se poucas dúvidas pareciam existir em relação ao aforamento de terrenos localizados na área urbana (o que não significa que as normas fossem seguidas), o mesmo não se podia dizer em relação àqueles localizados nos subúrbios de Natal. Diante disso, a resolução de nº 155, de janeiro de 1912, obriga os foreiros de terrenos da região suburbana a cercá-los e neles cultivar para manterem suas posses<sup>380</sup>.

380 Já haviam sido publicadas, ao menos, onze resoluções relacionadas à política de aforamento (resoluções nº 12/1893; nº 24/1896; nº 71/1902; 75/1903; 79/1903; 81/1903; 82/1903; 86/1903; 87/1903; 92/1904 e 130/1909, todas publicadas n'A REPUBLICA), sendo a principal delas a de nº 92, que trata do assunto em seu Título I, caps. II, III e IV. Nenhuma delas, porém, estabelecia qualquer regra sobre o aforamento em terrenos localizados no subúrbio. Há, ainda, a resolução de nº 55, responsável pela criação do bairro de Cidade Nova, que regulamente o tema para essa região da cidade, e a resolução de nº 73, que ao definir a divisão do território municipal em área urbana e suburbana, estabelece também regras de aforamento. É preciso que se diga, a respeito disso, que não havia uma clara definição do que era o subúrbio de Natal nesse período, de maneira que a região suburbana definia-se vagamente como tudo aquilo que não fizesse parte da área urbana. Veja-se, a esse respeito, as já citadas resoluções de nº 73 (A REPUBLICA, Natal, 11 fev. 1903) e nº 92/1904.

A segunda preocupação era a da circulação na cidade. Os bondes elétricos inaugurados em 1911 não iam muito além da região central de Natal, chegando apenas até o início da Cidade Nova, situação que se alteraria em 1926, quando a Repartição de Serviços Urbanos de Natal, chefiada à época pelo engenheiro Paulo Coriolano, projeta a construção de uma nova linha de bonde, indo do Tyrol ao Alecrim. Assim, havia uma “necessidade urgente de estabelecer um serviço regular de viação na cidade”, alcançando os pontos não atendidos pelos bondes da Empresa de Melhoramentos de Natal. Foi por conta disto que a Intendência resolveu contratar o serviço de automóveis, buscando ligação mais rápida com os pontos mais afastados do centro da capital. As condições para a contratação do serviço deveriam ser “especiais”, de modo a não prejudicar o contrato que o governo do Estado tinha com a Empresa de Melhoramentos. Não vimos, porém, qualquer outra resolução que regulamentasse o serviço, nem edital que abrisse a concorrência pública para sua execução. Também, no ano seguinte, de 1913, não encontramos nos jornais matérias que tratem do mesmo, de modo que, certamente, esta resolução não saiu do papel, possivelmente por força da Empresa de Melhoramentos que não deve ter se agradado com a chance de ter um concorrente.

Nos jornais, o clima político mais quente que se instalaria na cidade no ano seguinte começa a ser sentido. O periódico *A Republica* defende o governo Alberto Maranhão contra as denúncias de inconstitucionalidade apresentadas no *Diario*<sup>381</sup>.

---

381 Ver, por exemplo, texto de Braz Contente publicado n'A REPUBLICA, Natal, 25 jan. 1912; bem como edição do dia seguinte, com matéria intitulada *A Política*, na capa. p. 268.

O jornal opositor afirmava que o governador deveria deixar o poder em 25 de março daquele ano, quando sua gestão completaria quatro anos, desconsiderando a reforma constitucional ocorrida pouco antes da eleição de Alberto Maranhão, a qual ampliava o mandato do governador para seis anos. Afora isso, continuam sendo constantes as reclamações sobre os serviços públicos e equipamentos urbanos. No campo das obras públicas, destaque apenas para a reinauguração do Teatro Carlos Gomes.

No ano de 1913, encontramos poucas matérias diretamente relacionadas às ações do Conselho de Intendência Municipal na cidade do Natal. Nenhuma obra de vulto é destacada nos jornais locais. Acontecia que o foco dos periódicos nesse ano, especialmente a partir do segundo semestre, estava na acirrada campanha eleitoral envolvendo, de um lado o Senador Ferreira Chaves e a oligarquia Albuquerque Maranhão, e de outro, o capitão José da Penha, o coronel Elias Souto e o tenente Leonidas Hermes, candidato “lançado” pela oposição. Tratou-se da primeira campanha eleitoral no Estado, depois da proclamação da República, a ter uma real disputa entre situação e oposição, sendo marcado por inúmeros incidentes e muita discussão repercutida nos principais periódicos locais.

Para a municipalidade, a grande novidade no pleito de 1913 estava na candidatura do Coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura ao cargo de deputado estadual, oficializada em 14 de julho daquele ano, sendo o primeiro nome a aparecer na lista do boletim da Comissão Executiva do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte. Figurando na Intendência

de Natal desde o ano de 1895, ou seja, ainda em seu primeiro Conselho, à época comandado por Fabrício Gomes Pedrosa, o quase eterno coronel Joaquim Moura, tornara-se presidente da instituição no ano de 1900, mantendo-se à frente da mesma durante treze anos, exercendo o cargo, deste modo, por cinco Conselhos consecutivos.

Ainda no ano de 1913 é realizada a eleição para a nova Intendência, que governaria a cidade entre os anos de 1914 e 1916. Na composição do Conselho, poucas novidades: à exceção do Dr. Alberto Roselli, filho do coronel Angelo Roselli, todos carregavam uma patente antes de seus nomes. O presidente da Intendência, eleito pelos seus pares, foi o coronel Romualdo Galvão, figura prestigiada no campo da política e do comércio. A outra novidade esteve na criação de três comissões para a organização dos trabalhos da Intendência: a de Fazenda e Comércio, a de Obras Públicas e a de Legislação, Instrução e Higiene. Trata-se de um esboço do que será executado por Omar O'Grady, com o Regulamento Geral dos Departamentos da Intendência, no ano de 1925, como vimos no capítulo anterior.

Mas Romualdo Galvão e seus companheiros da Intendência não conseguem fazer muito pelo desenvolvimento urbano de Natal. O novo presidente encontrou os cofres municipais vazios e teve que remediar a situação financeira. Para se ter uma ideia da crise econômica que abalava a gestão municipal, o orçamento aprovado para o ano de 1914 previa gastos de

cerca de 71 contos, valor inferior ao que se previa gastar no ano de 1905<sup>382</sup>.

Contudo, com maior eficiência na cobrança dos impostos, sem, porém, aumentar a carga tributária (ao menos segundo *A Republica*), Romualdo Galvão levou a municipalidade a arrecadar mais do que o previsto, cerca de 85 contos, dos quais aproximadamente 40 foram gastos em obras públicas, com destaque para o calçamento de ruas, abertura da Avenida Olyntho Meira e aterramento da parte oriental da Avenida Rio Branco<sup>383</sup>, uma das mais importantes da cidade.

No ano de 1915, *A Republica* deixa de publicar o material de expediente da Intendência<sup>384</sup>. Em consequência, vemos poucas matérias desse periódico sobre a gestão municipal. De destaque mesmo, notamos apenas a cobertura da inauguração do novo mercado da Ribeira, melhoramento reclamado a tempo pelo bairro comercial da cidade, que não mais podia suportar, segundo o jornal, o desagradável aspecto da feira da Tatajubeira, que ocorria em suas ruas. A obra parece ter sido a mais importante realizada pela Intendência nesse ano. Por

---

382 Os dados sobre orçamentos municipais estão presentes em tabela apresentada na p. 177.

383 Essas informações estão presentes no resumo do relatório da gestão de R. Galvão, relativa ao ano de 1914, publicado n'A *REPUBLICA*, Natal, 02 jan. 1915.

384 Trata-se de um ano crítico para a pesquisa. O expediente da Intendência passa a ser publicado n'A *Imprensa*, mas não encontramos o ano de 1915 desse jornal nos arquivos públicos locais. Ao mesmo tempo, a oposição silenciou-se, visto que sua imprensa oposição fora esmagada no ano anterior. Com isso, são reduzidas as fontes que temos para analisarmos a gestão municipal em 1915.



outro lado, a rotina de reclamações a respeito dos serviços urbanos, em especial da coleta de lixo, continuava intensa.

Além da inauguração do mercado, outras duas ações do poder público na capital, presentes n'*A Republica*, nos chamam a atenção. Uma delas era a nova arborização da cidade, obra da Intendência: por toda Natal, as antigas mungubeiras dariam lugar à espécie *Ficus benjamin*, árvore mais vistosa, mais atraente. Ao povo da cidade, que era, segundo o jornal, inimigo das árvores, um apelo: que as tratassem com carinhoso afeto, para que elas fossem preservadas.

Meses antes, *A Republica* festejava a ação da polícia no Passo da Pátria, que “foi sempre o local predileto escolhido por indivíduos inescrupulosos para a pratica de actos reprováveis.” Em maio, em um lugar chamado *castelo*, “onde se reuniam pessoas desclassificadas para uma escandalosa jogatina”, a polícia, sob o comando do major Joaquim Soares, ex-intendente, prendeu algumas pessoas que subvertiam a ordem, dando um pouco mais de paz ao tão criticado bairro suburbano.

O ano seguinte traz mudanças mais significativas para a gestão municipal. A Intendência aprova a resolução nº 194, que passa a funcionar como o novo código de leis do município, substituindo, ao menos em parte, a resolução de n. 92. O desembargador João Vicente da Costa escreve um longo texto, no qual aponta que a vida em sociedade nasce nos municípios, cuja ordem social depende fundamentalmente do estabelecimento de leis claras e bem organizadas, acessíveis à população. Por fim, João Vicente afirma que o novo código “está sem duvida produzindo os melhores resultados. Sanou

uma grande imperfeição a Intendencia de Natal. Já não haverá mais a balburdia das posturas esparsas e confusas, que se iam encontrar até na cauda dos orçamentos.” Infelizmente, desse código nos sobraram apenas alguns poucos artigos<sup>385</sup>, o que nos impede de fazer uma análise mais precisa sobre o mesmo. Resta-nos acreditar nas palavras do desembargador sobre a eficiência do novo conjunto de leis.

Mas não era só no campo das leis que a cidade de Natal avançava. Em fins de maio, *A Imprensa* publica matéria afirmando que a frase *Natal civiliza-se* era repetida como um mantra nas ruas da cidade. Mas em que se baseava o progresso da cidade? Era o que questionava o escritor da matéria, que não via nas ruas um automóvel sequer: “Acostumámo-nos a medir o adiantamento de um povo pela quantidade de automóveis que ele uza, e... pela leitura dos annuncios dos seus jornaes”. E, ao lançar-se aos jornais, o jornalista percebe a razão da euforia nas ruas: a cartomante Olga, famosa no país por suas revelações, estava em Natal, onde daria consultas por alguns dias.

O jornal *A Imprensa* não podia perder a oportunidade de visitar a cartomante, no intuito de dirimir dúvidas sobre o futuro do Rio Grande do Norte e de sua capital. A missão de

---

385 Foram publicados n'A *Imprensa* os artigos 70, 71 e 72, do capítulo VI, sobre animais soltos, e os de nº 87, 88 e 89, do capítulo XII, sobre embarque e desembarque de pessoas, mercadorias e bagagens, talvez por terem eles gerado mais dúvida na população, ou maior resistência para seu cumprimento. Além disso, a resolução é citada em outras matérias ao tratarem, por exemplo, de regras para aforamento e limites urbanos. O conteúdo da resolução, na íntegra, foi lançado em uma plaquete (ver *A REPUBLICA*, Natal, 27 maio 1916) que não conseguimos localizar nos arquivos locais.

entrevistar Olga foi dada a um corajoso sujeito denominado Scorpio Deiró, que indagou a cartomante sobre o fim da Primeira Guerra, os caminhos da política nacional, o futuro do governo do Estado, a safra do algodão, a vida social em Natal, entre outros temas.

Toda matéria, como é fácil de observar, é marcada por grande tom de ironia. Os incrédulos d'*A Imprensa* não entendem como a simples vinda de uma cartomante à cidade causa tanto alvoroço na população. Como poderia ser considerada civilizada uma urbe em que todos corriam extasiados em busca de uma consulta com Olga, desejosos de saberem o que as cartas diriam sobre o futuro? Além disso, não se via o progresso material na cidade. Em suas ruas – que por sinal careciam de calçamento, símbolo de modernização da época – apontava o jornalista d'*A Imprensa*, não se via passar sequer um automóvel. Mas os gestores municipais, se tivessem de responder aos jornalistas d'*A Imprensa*, diriam, como de costume, que algo vinha sendo feito para o progresso de Natal.

Em outubro de 1916, certamente buscando aumentar o grau de civilização de Natal, afastando-a de um jeito de ser, de uma alma ainda rural, de cidade interiorana, a Intendência resolve fazer cumprir o artigo nº 43 da resolução nº 194, proibindo a lavagem de roupa no Baldo, na Lagoa Seca e na Lagoa Manoel Felipe<sup>386</sup>. Dois dias depois, um anúncio nos chama a atenção: um senhor que criava galinhas e perus em seu quintal, na Avenida Rodrigues Alves, Cidade Nova, fazia a propaganda de seu produto, prometendo entregá-lo em

386 A IMPRENSA, Natal, 03 out. 1916.

domicílio<sup>387</sup>. Como vemos por esse e outros exemplos, não era fácil alterar a alma dessa urbe.

Em janeiro de 1917, a presidência do Conselho de Intendência é entregue ao major Theodósio Paiva. Em matéria publicada n'*A Republica* sobre a gestão do coronel Romualdo Galvão, elogia-se a capacidade do ex-presidente de reorganizar as finanças municipais, mesmo tendo encontrado a Intendência com um *deficit* aproximado de seis contos de réis e em dívida com o funcionalismo público. O texto publicado no órgão oficial do PRF ressaltava ainda que o antigo gestor, não obstante as dificuldades financeiras vividas pela municipalidade, havia feito importantes investimentos no setor das obras públicas, gastando, ao longo dos três anos à frente da Intendência, aproximadamente 77 contos em diversos serviços pela cidade, tais como o calçamento de ruas, a reconstrução dos esgotos do mercado da Cidade Alta, a ampliação do cemitério do Alecrim e a construção do mercado da Ribeira<sup>388</sup>, maior feito de sua gestão.

Certamente, essas melhorias ainda não satisfaziam aqueles que queriam ver Natal como uma urbe progressista e civilizada. O cronista J. Claudio era uma desses homens que esperava ações mais enérgicas do Governo do Estado e da Intendência para acelerar o desenvolvimento da capital potiguar. Em texto publicado em junho de 1917, na coluna *Cinco Minutos*, o cronista elogia inicialmente a beleza da cidade, para logo em seguida tratar de sérios problemas que a afligem: “A moldura

---

387 *A IMPRENSA*, Natal, 05 out. 1916.

388 *A REPUBLICA*, Natal, 20 jan. 1917.

da cidade é das mais formosas do mundo; mas, cidade pobre, pessimamente construída desde o começo, precisa de umas modificações que seriam urgentes se houvesse dinheiro nos cofres do Estado ou do município<sup>389</sup>”.

O viajante que chegava a Natal, fosse pelas vias férreas ou pelo mar, acabava se deparando com um triste espetáculo, segundo o cronista: “São desenhas e desenhas de mulheres seminuas, de pelle tostada e perfil esquelético [...], em attitude que seria escultural se não se tratasse de pobres seres cruelmente deformados pela forma habitual<sup>390</sup>”, lavando roupa às margens do rio Potengi. Apesar da má situação econômica vivida pela edilidade, apontava o cronista, era preciso fazer algo para acabar com esse espetáculo de horror que, como outros, punha em xeque o grau de civilização da cidade.

A solução para J. Claudio seria construir no Refoles ou no Barro Vermelho uma lavanderia, visto que uma outra saída, mandar aquelas “pobres creaturas humanas<sup>391</sup>” para mais distante, para as Quintas, bairro suburbano, seria considerado uma atitude desumana. Por fim, o cronista faz uma crítica à Intendência, que gastava grandes quantias com a abertura de avenidas, serviço útil, mas que não demandava urgência como outros, caso da lavanderia, mais necessários à cidade.

Mas o melhoramento pedido por J. Claudio não viria a ser executado pela Intendência. Na primeira gestão do major

---

389 A *REPUBLICA*, Natal, 19 jun. 1917.

390 Ibid.

391 Ibid.

Theodósio Paiva, a preocupação com as finanças continua constante. Era preciso eleger as prioridades para o município e investir nelas. E nesse momento, a prioridade era a construção de uma nova sede para o poder municipal. O resto ia sendo remediado na medida do que fosse possível.

O ano de 1918 começa com matérias que tratam da situação financeira do Conselho de Intendência. A primeira delas, em fevereiro, irá ressaltar as dificuldades econômicas que teriam marcado essa instituição até o ano de 1913, fazendo com que o déficit no erário público fosse um “estado chronico incurável”. Em um rápido balanço da gestão do Coronel Romualdo Galvão, a matéria d’*A Republica* ressaltava, mais uma vez, o esforço do novo gestor em sanar as finanças públicas, feito realizado “com o maior sucesso”, sem deixar de realizar as obras mais essenciais, como as que referimos. Dando continuidade a este esforço, de acordo com a matéria, a gestão de Theodosio Paiva teria conseguido um saldo no valor de 42 contos de réis, fato que seria inédito na história da instituição<sup>392</sup>.

A intenção desta política mais severa no campo financeira era, ainda de acordo com a referida matéria, juntar fundos para a construção de um novo prédio para a Intendência, “digno de sua instalação e da cidade”, a ser edificado “em local muito conveniente ao embellesamento de Natal, tão pobre ainda de edifícios públicos que mereçam a sua formosa perspectiva.”<sup>393</sup> Como já dissemos, ainda levaria um tempo até que este novo prédio fosse, finalmente, inaugurado.

---

392 A INTENDENCIA de Natal. *A REPUBLICA*, Natal, 28 fev. 1918.

393 *Ibid.*

Até aquele momento, a Intendência continuava a se ocupar de obras de menor vulto, como vemos em matéria de março daquele ano, a qual trata dos gastos realizados com verba de 17:583\$020 (dezessete contos, quinhentos e oitenta e três mil e vinte réis), destinada a obras públicas. Deste valor, aproximadamente sete contos foram gastos na edificação de uma escola pública na avenida Rio Branco; outros três foram usados para compra de uma casa contígua ao matadouro público para servir de salgadeira. De resto, consertou-se uma calçada aqui, um sumidouro ali, sem maiores gastos, tudo em nome do sonho de um novo prédio para o Conselho de Intendência<sup>394</sup>.

Aliada à falta de verbas seguia a falta de bons costumes da população local. Braz Contente, em mais uma edição de sua coluna *Coisas da terra*, exporá novamente que a instauração da República fora um marco para Natal, momento em que ela finalmente “começou a adquirir fôros de cidade moderna”. Na administração do governador Tavares de Lyra, uma antiga aspiração havia sido realizada: o calçamento da Rua Nova, posteriormente denominada Avenida Rio Branco. O calçamento fizera sobressair, contudo, “a hediondez das casas arcaicas dos tempos coloniais”, razão pela qual a administração local cobriu toda a avenida com as mungubeiras, árvores de grande porte que escondiam a feiura das casas coloniais. O “populacho” de Natal, porém, era inimigo das árvores, exercendo contra elas “a bravura e a coragem que às vezes recusa ao serviço da ordem social.”

---

394 INTENDENCIA Municipal. A *REPUBLICA*, Natal, 07 mar. 1918. A matéria não explica qual a origem da verba nem seu destino, mas certamente deve se tratar do valor destinado no orçamento de 1917 para as obras públicas.

Não era por falta de leis, ressalte-se mais uma vez, que os atos como esses, de destruição das árvores, ocorriam. A já muito comentada resolução nº 92 dedicava um capítulo exclusivo (capítulo I, Título IV, da Higiene e salubridade públicas) ao tema da arborização, definindo em seu último artigo multa de 10\$000 ou cinco dias de prisão para os que destruíssem ou danificassem árvores. Acontecia que, segundo os argumentos de Braz Contente, a ignorância, a falta de civilidade que marcava o tal “populacho” fazia com que ele não compreendesse os benefícios que a arborização traziam para a cidade, o que só era sentido pelos de fora, ao passearem no “rapa-côco”<sup>395</sup>. Por fim, o cronista clama pelo bom senso do poder público, no qual deposita sua fé contra a ignorância popular.

Poucos dias depois, nova matéria volta a reclamar da falta de bons costumes da população de Natal. Na coluna *Varias d'A Republica*, vemos moradores que residiam nas redondezas da praça Padre João Manoel (Cidade Alta) reclamarem do lixo que se acumulava nas ruas, situação que, conforme a notícia, era comum em outras regiões da cidade. O que se via, conforme a matéria, eram os moradores da própria região limparem os seus quintais e jogarem toda sorte de imundícies neles encontrados nas vias públicas, o que tornava impossível o trabalho do Sr. Cardoso (Francisco Cardoso de Figueiredo, contratado pelo governo do Estado para o serviço de limpeza),

---

395 Como foi apelidado o bonde. COISAS da Terra. A *REPUBLICA*, Natal, 14 jun. 1918.



por mais bem intencionado que fosse. Desta maneira, a cidade permanecia um “verdadeiro monturo”<sup>396</sup>

No fim daquele ano de 1918, as matérias voltam a repercutir a situação econômica do Estado e da municipalidade. Em fins de agosto, *A Republica* trata do empréstimo realizado a um banco francês no ano de 1910<sup>397</sup>. A situação financeira do Estado era bastante delicada. Segundo dados apresentados no jornal, no governo Alberto Maranhão haviam sido despendidos apenas com a amortização da dívida um valor aproximado de novecentos contos de réis; na administração de Ferreira Chaves, os valores gastos para essa ação foram de aproximadamente 1.800 contos. Os empréstimos realizados pelo Estado à Companhia Industrial e à Empresa Tracção, Força e Luz rendiam anualmente cerca de 234 contos, de modo que, fazendo rápidas contas, chegava-se ao *deficit*, passados nove anos da realização dos empréstimos, de aproximadamente 620 contos de réis.

Em dezembro daquele ano, a Intendência Municipal de Natal publicava o orçamento que vigoraria no ano de 1919. Segundo a previsão, a Intendência gastaria nesse ano um total aproximado de 115 contos de réis (pouco mais de um terço do que o governo do Estado gastava anualmente com o pagamento dos empréstimos franceses), sendo destes, 18 contos

---

396 VARIAS. *A REPUBLICA*, 19 jun. 1918.

397 Conforme afirma Juvenal Lamartine, ainda na década de 1930 o pagamento desse empréstimo onerava significativamente os cofres públicos do estado. Ver: LAMARTINE, Juvenal. *O Meu Governo*, p. 10-12

destinados a obras públicas<sup>398</sup>, pouco mais de 15% do total da despesa da municipalidade. A maior parte dos gastos era realizada com o pagamento do funcionalismo público e com a manutenção dos serviços no mercado, matadouro e cemitério públicos, além dos gastos com conservação de praças, jardins, estradas, entre outras despesas de menor porte.

O cenário financeiro, como podemos ver, não era dos mais prósperos. Faltavam verbas para obras de maior porte. Vivia-se uma crise urbana, já analisada por outros autores que estudaram o período. Segundo o historiador do urbanismo George Dantas, essa crise teria sido gerada por três razões principais: a desarticulação política dos Albuquerque Maranhão, que se inicia com a campanha eleitoral de 1913; as constantes secas que assolaram o Estado do Rio Grande do Norte; e as dificuldades financeiras decorrentes desse fenômeno climático e do pagamento dos empréstimos franceses<sup>399</sup>. Tal cenário, que começa a se formar em meados da década de 1910, só começará a ser superado na década de 1920, com as gestões de Manoel Dantas e, principalmente, de Omar O'Grady.

Mas até lá, a Intendência ainda passou por muitos percalços. O ano de 1919 parece ter sido mais um marcado por uma quase total inércia da Intendência. É isto pelo menos o que percebemos ao vermos nossa principal fonte, o periódico *A Republica*, que em suas folhas muito pouco traz sobre as ações da gestão municipal nesse ano. Vivia-se, certamente, mais

---

398 RESOLUÇÃO nº 199. *A REPUBLICA*, Natal, 28 dez. 1918.

399 Ver DANTAS, George. *Crise urbana em Natal na virada para os anos 1920*: impasses da modernização e saberes técnicos.

um ano de dificuldades, de economias que visavam dotar a Intendência de uma nova sede.

Se, por um lado, pouco havia para se falar da Intendência, por outro, muito havia a se dizer sobre o definitivo rompimento da oligarquia Albuquerque Maranhão com o governador do estado, Dr. Ferreira Chaves<sup>400</sup>. É disso, em essência, que se ocupa *A Republica*, defendendo o chefe do Executivo estadual das acusações feitas ao seu governo por Alberto Maranhão e Tavares de Lyra, em jornais que circulavam na capital federal e em dois periódicos criados por eles em 1919 para atacar a gestão de Ferreira Chaves: *O combate* e *A Opinião*.

O órgão oficial do PRF, entendendo que a melhor forma de se defender era atacar, começa a denunciar uma série de irregularidades que teriam ocorrido nos governos da oligarquia Albuquerque Maranhão, especialmente no de Alberto Maranhão. Em matéria de maio daquele ano, por exemplo, *A Republica* destaca que era incontestável o progresso que a “nossa pequena urbe” vivia durante a gestão Ferreira Chaves. Avenidas e ruas estavam sendo calçadas e arborizadas, as praças vinham sendo ajardinadas, prédios antigos passavam por remodelação e ampliação. A cidade ressentia-se, porém, de uma rede de esgotos. A obra, segundo *A Republica*, poderia ter sido realizada na gestão anterior, se o então governador Alberto Maranhão não tivesse feito um vultoso contrato com

---

400 Sobre esse rompimento, ver: SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 278-286.

Domingos Barros, seu sobrinho afim, para gestão dos serviços urbanos<sup>401</sup>.

A cidade do Natal inicia a década de 1920 com o mesmo gestor que a tinha governado no fim da década anterior. Em setembro de 1919, Theodosio Paiva, com a confiança das lideranças do PRF no Rio Grande do Norte, é eleito mais uma vez o presidente da Intendência da capital potiguar. Mais uma gestão marcada pelo rigor nas finanças, no intuito de elevar o saldo da municipalidade para, enfim, concretizar seu maior projeto.

O primeiro ano da nova gestão é marcado por um número ínfimo de obras. Calça-se uma rua aqui, outra acolá. Os serviços urbanos são mantidos a custo, sem deixarem de ser alvos da reclamação da população local. Nos jornais, as primeiras páginas são ocupadas com polêmicas envolvendo o então governador e os senhores Alberto Maranhão e Tavares de Lyra, que continuam trocando acusações durante todo o ano de 1920.

Além dessas polêmicas, no início do ano *A Republica* abriu longo espaço para apresentar a conferência de Cristovam Dantas, um dos filhos de Manoel Dantas, formado em agronomia nos Estados Unidos, sobre a eugenia, ramo da ciência (assim entendia-se) que se associava diretamente às ideias de “progresso”, “visão de futuro” e “salvação da pátria”, tão presentes nesse momento histórico. A fala de Dantas, pronunciada no *Natal-Club*, atraiu dezenas de homens e mulheres que ouviram o conferencista falar sobre a educação feminina,

---

401 *A REPUBLICA*, Natal, 06 maio 1919.

os cuidados com a higiene corporal, a importância da prática esportiva, entre outros pontos de interesse aos adeptos da eugenia<sup>402</sup>.

Com preocupações similares às de Cristovam Dantas, Januário Cicco lança sua primeira monografia naquele ano, *Como se higienizaria Natal*. J. Claudio, cronista da coluna *Cinco minutos*, elogiará fortemente a topografia médica feita por Cicco, que detalhava, segundo o crítico, os problemas de higiene de cada um dos bairros da cidade. O trabalho de Cicco, segundo J. Claudio, era ainda mais significativo pelo fato de o autor cumprir o “dever que assiste a todo brasileiro culto de hoje de dizer como puder [...] tudo quanto julgar preciso á cura dos grandes males nacionaes<sup>403</sup>”, especialmente levando-se em conta que quatro quintos da população nacional, de acordo com o cronista, era acometida por diversos males que a tornavam inutilizada.

A conferência de Dantas e a monografia de Januário Cicco são apresentadas ao público em um momento em que se discute a necessidade de se sanear a capital do estado<sup>404</sup>. O Governo do Estado, como vimos, apontava como essencial a construção de uma rede de esgotos em Natal, obra que, de acordo com *A Republica* – saindo em defesa de Ferreira Chaves – poderia ter sido realizada mais cedo, não fossem os “desvios” cometidos por Alberto Maranhão em sua administração. A

---

402 A *REPUBLICA*, Natal, 03 jan. 1920; 05 jan. 1920; 07-10 jan. 1920.

403 A *REPUBLICA*, Natal, 24 abr. 1920.

404 Sobre a história do saneamento em Natal, ver *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal, 1850 a 1969*, 2008.

Intendência, nem em seus melhores sonhos, podia arcar com uma obra tão dispendiosa. Apenas em 1924, com o patrocínio do Governo do Estado, é elaborado o Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal, visando atacar o problema<sup>405</sup>.

No ano de 1921, as notícias relativas à Intendência somem de vez das manchetes d'*A Republica*. O jornal, ao que vemos, não dá mais espaço para as informações relativas à gestão municipal. Com a exceção da resolução orçamentária de nº 211, publicada em novembro daquele ano, o jornal não publica nenhum material da Intendência. O que teria acontecido? Mais uma vez, o expediente da gestão municipal havia sido transferido do órgão oficial do PRF para outro periódico? Ou o expediente do Conselho de Intendência passara a ser exposto em locais públicos, possibilidade já prevista nas leis que regulavam o funcionamento da Intendência? Seria, talvez, uma forma de poupar gastos, já que a publicação desse material pel'*A Republica* tinha um custo, ao que nos parece, elevado<sup>406</sup>. Infelizmente, não temos fontes que nos ajudem a comprovar, ou negar, as hipóteses aqui levantadas.

---

405 Sobre esse plano, ver: DANTAS, George. *Uma nova paisagem para a cidade: considerações sobre a elaboração do Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal* (1924), 2012.

406 Temos os valores relativos a 1914. Nesse ano, *A Republica* cobrou à Intendência um conto de réis pela publicação do material de expediente. Além desse valor, a tipografia d'*A Republica* cobrava pela impressão de outros materiais da Intendência, o que levou o órgão de imprensa a receber da gestão municipal, no ano referido, o valor de 1:709\$000, algo em torno de 2,5% da despesa prevista pela Intendência para todo o ano de 1914. Ver *A REPUBLICA*, Natal, 16 jan. 1915.

Afora as intrigas entre situação e oposição, já não tão presentes como nos dois anos anteriores, os jornais nos dão notícias das obras no porto de Natal, obras que naquele ano tomariam um novo rumo. O governo do Estado, desejando acelerar o processo de reforma no porto, tida como fundamental para o desenvolvimento da capital potiguar, entregou-a, em maio daquele ano, à firma inglesa C.H. & Walker Company Ltd., de Londres. À comissão de Obras do Porto de Natal, chefiada por longo tempo pelo engenheiro Décio Fonseca, caberia ainda a parte técnica, referente a projetos e modificações que fossem precisos à execução dos serviços<sup>407</sup>.

No subúrbio de Natal, mais um progresso: o Alecrim, bairro recém-fundado, recebe um posto profilático, a cargo da Comissão Sanitária Federal. A inauguração festiva contou com a presença do governador do Estado, do seu ajudante de ordens, capitão Apolonio Seabra, e do dr. Edgar Filgueiras, chefe da referida comissão, que prometeu, em seu discurso, criar um posto também nas Rocas.

A cidade se movimenta também pela ação de alguns indivíduos que, reunidos em pequenos grupos, tomam as rédeas de projetos que contribuiriam para o crescimento de Natal. É assim que, em 1921, Alzira O'Grady, irmã de Omar O'Grady, ladeada por outras moças da elite local, funda em Natal a casa de proteção às moças solteiras e a Escola de Comércio Feminina de Natal<sup>408</sup>. No mesmo ano, avançam as obras de construção da nova catedral, que contava com a ajuda de vários homens

---

407 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 23 maio 1921.

408 Ver, entre outras, matéria publicada em *A REPUBLICA*, Natal, 04 abr. 1921.

que tinham sua história ligada à Intendência Municipal. Essas, entre outras ações, como a criação da Companhia Ferro-Carril de Natal, da Associação Promotora de Melhoramentos e da Sociedade Agrícola do Rio Grande do Norte, para ficarmos apenas em alguns exemplos, nos mostram que a busca por uma nova Natal não tem origem apenas nas ações de instituições como o Governo do Estado e a Intendência Municipal; ela nasce também de iniciativas pessoais, desvinculadas dessas instituições, que surgem pelo desejo de ver a cidade progredir, desejo partilhado pelos personagens a que nos referimos.

Apesar de iniciativas como essas, a cidade caminhava lentamente. O que se observa nessa primeira etapa/camada investigada neste capítulo é que a Intendência, em virtude de seu orçamento limitado, não conseguia deixar marcas significativas no espaço da cidade. Ao mesmo tempo, a pouca autonomia dada à instituição, altamente dependente daqueles que comandavam a política no estado, contribuía para uma situação de apatia e inércia que a marcaram durante boa parte do período que vai de 1904 a 1921. Nos jornais, as críticas e pedidos feitos à gestão municipal revelam essa inoperância da Intendência, que encontrava dificuldades para resolver os problemas mais corriqueiros enfrentados pela população da cidade, como os de coleta de lixo, abastecimento do mercado e açougue, iluminação, entre outros aqui apontados. Para alcançar o tão desejado progresso, havia um longo caminho a ser percorrido. Vagarosamente, contudo, o Conselho de Intendência dava sinais de mudanças que mantinham a crença no progresso.



O ano de 1922 abriria um novo capítulo para a história do Conselho de Intendência e para a capital potiguar. Natal, aos poucos, deixava de ser vista como uma espécie de Bockharam, uma cidade isolada, perdida entre dunas e mares. Em lugar dessa imagem, criava-se uma oposta, de uma urbe progressista e cosmopolita, graças, segundo matérias veiculadas n'*A Republica*, à audácia de seus gestores que, como aqueles que se aventuraram a criar a torre de Babel, não tinham o receio de pensar em grandes projetos. É este novo capítulo que analisaremos agora.

## Capítulo IV

Novos rumos: reformulações  
no poder municipal para a  
criação de uma outra cidade

No centenário da independência a cidade viveria mais mudanças, entre as quais a tão desejada construção da nova sede do poder municipal, a qual tantas vezes havia sido adiada em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pela edilidade. O governo do estado e a Intendência preparavam a capital potiguar para aquela que seria, certamente, a maior comemoração até então já realizada pelo regime republicano.

Em princípios de agosto, o governador Antonio de Souza convocou para uma reunião no Palácio do Governo, os membros da comissão que havia nomeado para limpar a cidade e cuidar do seu embelezamento para as festas do Centenário da Independência<sup>409</sup>. Os responsáveis por essas ações eram os senhores Francisco Cascudo, José Lagreca, futuros intendentes, e José Ferreira, que trataram de se empenhar para melhorar o visual da urbe, especialmente de suas praças.

Poucos dias depois da reunião, o jornal *A Republica* tratava de elogiar a ação do governo do Estado e dos membros da comissão de embelezamento pelo trabalho realizado na cidade. Natal, dizia J.R na coluna *Pontos de vista*, já era uma cidade bonita por natureza, mas precisava mesmo de “uma *toilette* mais rica, mais galante<sup>410</sup>” para a festiva data. E os senhores membros da comissão haviam acertado em cheio ao iniciarem

409 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 03 ago. 1922.

410 *A REPUBLICA*, Natal, 10 ago. 1922.

os preparativos pelas praças ajardinadas da cidade. Era de se esperar, segundo o autor do texto, que os logradouros públicos da cidade tivessem uma harmonia de quadros que denotassem o requinte, bom gosto e conforto que a cidade merecia.

Antes da formação dessa comissão e do início de seus trabalhos, ainda no início daquele ano, a Intendência mandara publicar n'*A Republica* o edital de concorrência para a construção de sua nova sede<sup>411</sup>. As propostas deveriam ser apresentadas até o dia 20 de janeiro e os proponentes deveriam seguir a planta do prédio já aprovada pelo governo municipal<sup>412</sup>. Mas, os valores que a edilidade desejava pagar ao proponente vencedor da concorrência, certamente não eram muito atraentes, tendo em vista que nenhum candidato compareceu à Intendência dentro do prazo previsto. Diante disso, a municipalidade abriu novo edital, no final daquele mês.

A partir desse ponto, a construção da nova sede do Conselho de Intendência é um mistério. Os jornais locais que pesquisamos, *A Republica* e *A Imprensa*, não publicaram nenhuma matéria que tratasse do erguimento do novo prédio do poder municipal, até a sua inauguração, no dia 7 de setembro. Nesta data e nas seguintes, até o dia treze desse mês, os jornais a que nos referimos tratam dos oito dias de comemoração programados pelo governo do Estado, com apoio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Associação Comercial, nos quais ocorreram uma regata, uma

411 *A REPUBLICA*, Natal, 03 jan. 1922.

412 Infelizmente, não encontramos, no decorrer de nossa pesquisa, essa planta. As fontes que analisamos também não nos informam sobre a sua aprovação.

feita veneziana, um curso de automóveis, uma exposição dos principais elementos da indústria local, além da inauguração do monumento da Independência, na Praça Sete de Setembro, ápice das comemorações. Sobre a inauguração do prédio na esquina da Ulisses Caldas com a Junqueira Ayres, os jornais serão contidos, descrevendo o ato em um parágrafo. N'A *Republica*, vemos que

Às 12 horas, effectuou-se a inauguração do novo edificio da Intendencia Municipal, no seu antigo local, á rua Ulysses Caldas. Presentes o governador, secretario do Estado, membros do Tribunal e muitas outras auctoridades, em um salão do pavimento superior, e ao redor de uma mesa, o major Fortunato Aranha<sup>413</sup> [...] fez um discurso allusivo ao acto, saudando o exmo. dr. Antonio de Souza, o qual proferiu expressões congratulatorias, declarando inaugurado o edificio [...]<sup>414</sup>.

---

413 Durante o ano de 1922, é o nome de Fortunato Aranha que aparece em todos os documentos da Intendência, como o presidente em exercício desse órgão. Theodosio Paiva deve ter se licenciado do cargo, talvez por motivo de saúde (era avançada a idade do presidente que, em 1922, estava já com 64 anos). Suposição, apenas, já que não encontramos qualquer matéria ou nota a respeito do afastamento do presidente da edilidade.

414 A *REPUBLICA*, Natal, 12 set. 1922. N'A *Imprensa*, a referência à inauguração é ainda mais breve (ver *A Imprensa*, Natal, 13 set. 1922).



**Imagem 6** – Foto da lateral da nova sede da  
Intendência Municipal, inaugurada em 1922



Fonte: MIRANDA, 1981, p. 56.

Se, para os jornais, diante de tantos eventos ocorridos em comemoração ao centenário, a inauguração do prédio da Intendência passou quase despercebida, para a instituição ela tem um peso que não pode ser desconsiderado. O poder municipal passava por uma nova fase. As gestões de Romualdo Galvão e, em especial, de Theodosio Paiva e seu vice, Fortunato Aranha, foram mais controladas, equilibradas no trato com as finanças municipais, conseguindo terminar os exercícios com *superavit*, sem, aparentemente, aumentarem a carga tributária. A Intendência começava, enfim, a conseguir respirar com mais alívio, o que lhe permitia alçar voos maiores.

## **A cidade se renova: Natal nas gestões de Manoel Dantas e do engenheiro Omar O’Grady**

Em 1926, o cronista Luís Torres, em texto intitulado *A Cidade*, recorre ao mito de Babel para explicar as transformações pelas quais a cidade do Natal vinha passando na gestão do engenheiro Omar O’Grady. Segundo o autor, desde que o homem havia se lançado à empreitada de construir uma torre que tocasse as nuvens, comunicando a terra aos céus – fracassando em tão arrojada ação, de modo que recebeu como castigo divino a confusão das línguas – desde então, o homem não mais se lançara a empresas tão audaciosas. E era deplorável, segundo Luís Torres, “que, tendo-se esquecido das grandes [empresas], também muitas vezes se deslembra das pequenas.”

Algo, porém, parecia ter mudado no ano de 1924, e o homem voltara a se aventurar em grandes obras. Na visão de Torres, Natal vivia profundas mudanças que também não passavam despercebidas por outros homens da época. Torres as expressa nos seguintes termos: “Na verdadeira transformação que o actual governo do município está sujeitando, com tão larga visão, a capital, tornando as ruas bolorentas e colonias [sic] em modernas e escorreitas, antevejo sempre a cidade que ha de vir – a cidade nova.<sup>415</sup>”

Natal deixava de ser, na visão de Luís Torres e de outros de seu tempo, como veremos, uma espécie de Bockharam, de cidade escondida entre as dunas, como o era Bockharam pelas cavernas, de urbe acanhada, cujo “labirinto de corredores, ruas e praças<sup>416</sup>” lembrava as marcas, bem conservadas ainda, de seu passado colonial. Mas voltemos um pouco no tempo, para que possamos entender o otimismo da elite local em relação à nova gestão da cidade.

Em 1º de janeiro de 1923<sup>417</sup>, o coronel José Lagreca, comerciante do mais alto renome na cidade de Natal, assume a presidência do Conselho de Intendência do Município. Seu mandato, de acordo com a lei<sup>418</sup>, deveria durar três anos. Mas o coronel Lagreca, alegando falta de tempo para exercer,

---

415 A CIDADE. *A REPUBLICA*, Natal, 28 mar. 1926.

416 UMA CIDADE subterranea. *A REPUBLICA*, Natal, 13 jan. 1904.

417 Ver SUCESSÃO Municipal. *A REPUBLICA*, 03 jan. 1923.

418 O já citado decreto estadual nº8/1890. As leis seguintes que regulamentaram o funcionamento da Intendência também estabelecem esse mesmo prazo, como expusemos no capítulo I.



simultaneamente, suas atividades de comerciante, a direção do Banco do Natal<sup>419</sup> e a presidência da Edilidade, irá renunciar ao cargo de presidente da Intendência e de intendente do Conselho<sup>420</sup>. Foi o último coronel a exercer a chefia dessa instituição. Em seu lugar, assumiu temporariamente o vice-presidente, Dr. Joaquim Torres.

Vago o cargo de intendente e de Presidente do Conselho, procedeu-se à nova eleição, saindo-se vitorioso o Dr. Manuel Dantas. Em 1º de maio realizou-se cerimônia de posse, com certa solenidade, de acordo com matéria d'*A Republica*, acompanhada por um representante do governador do Estado (não nomeado na dita matéria), grandes autoridades, funcionários públicos e representantes de todas as classes sociais. Estando presentes todos os membros da Intendência, incluindo o novo intendente, procedeu-se à eleição do presidente da instituição, tendo sido candidatos ao cargo Manoel Dantas e o presidente em exercício, Joaquim Torres. Teve o primeiro acachapante vitória, conquistando seis votos, contra um do oponente. Mas, como dissemos no capítulo anterior, nada de mágoas: após a eleição todos os intendentess se reuniram na casa do derrotado candidato, onde lhes foi oferecido um momento de descanso<sup>421</sup>.

Era hora de se pôr a trabalhar. As matérias de jornal que pesquisamos nesse período irão constantemente destacar, com

---

419 Ver VIDA Social. *A REPUBLICA*, Natal, 21 set. 1923.

420 INTENDENCIA da Capital. *A REPUBLICA*, Natal, 05 jan. 1924.

421 INTENDENCIA Municipal. *A REPUBLICA*, Natal, 03 maio 1924.

uma certa angústia, a necessidade de se correr atrás de um tempo perdido, tempo em que a Intendência pouco fez para a cidade. É isso que vemos, por exemplo, na primeira entrevista dada pelo recém-empossado Presidente a colegas seus d'*A Republica*. O diálogo se realiza na sala do Presidente e os entrevistadores, ao verem o cenário, logo se espantam com o volume da papelada que amontoa a mesa do Dr. Manoel Dantas: “Vai ser um trabalho imenso...”<sup>422</sup> dizem, reticentes, os jornalistas d'*A Republica*, ao que responde positivamente o novo chefe da Municipalidade.

De fato, para Dantas, havia muito a se fazer. E, mesmo admitindo não ter um programa prévio, afirmava a necessidade de se atacar alguns pontos principais em sua gestão. Antes de tudo, para o novo gestor, era preciso reorganizar administrativamente o Conselho de Intendência, cujo regimento interno datava de 1882, de acordo com informação dada na entrevista, e as leis municipais, que deveriam ser atualizadas, tendo em vista que o último código de posturas havia sido publicado em 1916. Além desses urgentes necessidades administrativas, algumas intervenções materiais precisavam ser realizadas na urbe natalense, destacando-se a reconstrução do matadouro público – cujo aspecto não era mais condizente com o ideal de salubridade pregado pelas leis municipais –, o prolongamento das Avenidas Rio Branco (Cidade Alta) e Sachet (Ribeira), duas das principais vias de comunicação da cidade, a realização de obras de calçamento e a construção de novas escolas municipais.

422 A REPUBLICA, Natal, 04 maio 1924.

Havia mesmo, conforme as matérias, a necessidade de se realizar um bom número de obras para pôr a cidade em ordem. Mas as impressões em relação ao novo gestor da capital eram as melhores possíveis. Ainda poucos dias depois da posse, um jornalista denominado Marcos escreverá matéria em que elogia o Manoel Dantas, asseverando sua inteligência e grande capacidade de trabalho, para em seguida destacar o significativo esforço que teria de despender o novo gestor para transformar as feições da capital potiguar. Sobre ela, são as seguintes as palavras de Marcos:

Natal é uma cidade por fazer e o que nella se tem feito é sem plano, ás tontas, sem orientação e sem gosto.

Por umas tantas conveniencias, que é preciso banir por completo, a cidade ainda apresenta esse aspecto quasi primitivo,

Nem tanto ao amar [sic], nem tanto á terra.

Após essas palavras, o jornalista reiterará sua confiança no novo edil, afirmando em tom poético (e ao mesmo tempo profético) que

Com a mão firme do leme do barco que ora dirige, o Dr. Manoel Dantas ha de levar-o ao porto do Progresso, isto é, ha de dotar a nossa capital, cuja topographia é tão encantadora, de grandes melhoramentos, beneficiando assim os seus munícipes.

Esperamos confiantes.<sup>423</sup>

---

423 IMPRESSÕES de Domingo. *A REPUBLICA*, Natal, 06 maio 1924.

A cidade ainda tentava superar o cenário de crise urbana que vinha lhe afetando nos últimos anos. Manoel Dantas, pelos serviços que já havia prestado na administração pública, era visto como homem ideal para reconduzir a cidade a um quadro próspero, para reerguê-la (ou seria melhor dizer, partindo das palavras do jornalista Marcos, erguê-la?) e levá-la, enfim, ao tão desejado porto do progresso, palavra que encantava e que estava nos sonhos dos membros da elite local. Infelizmente, para eles, pouco foi o tempo que o Dr. Dantas teve para pôr em prática os projetos que traçou para a sua administração.

O presidente da Intendência veio a falecer em 15 de junho daquele ano, apenas um mês e meio depois de ter assumido o cargo. Nada de grandioso ele pôde fazer na administração municipal. A perda inestimável abateu a elite local, como vemos em algumas matérias que tratam de homenagens ao falecido. O luto, porém, logo deu lugar a uma nova esperança, agora depositada no seu genro, o engenheiro Omar O'Grady, homem também exaltado pela sua capacidade de trabalho e iniciativa.

Omar O'Grady assume a Intendência em setembro de 1924 e logo começa a agir. No início do ano seguinte, algumas matérias já destacam as ações empreendidas pelo gestor em poucos meses no exercício de sua nova função. Em 15 de janeiro, por exemplo, uma matéria d'*A Republica* ressalta que Natal, embora ainda estivesse aquém, em termos materiais, de cidades do interior no sul do país, em muito já evoluíra, destacando-se a nova política de edificação que O'Grady vinha impondo a todos os bairros da cidade, estabelecendo padrões de construção para cada um deles, em prol do desenvolvimento

de uma estética que fosse compatível com uma capital que se desejasse “adiantada”. A medida, que contrariava alguns proprietários, era defendida fortemente pelo redator da matéria, que a caracterizava como uma ação para o “bem colectivo”<sup>424</sup>.

A padronização das edificações da cidade é um dos elementos que marcam essa busca pelo moderno. Em Natal, no período estudado, ela revela o desejo de romper com a cidade colonial, representada nos discursos daqueles que faziam parte da elite local como um espaço sem ordem, marcado pelas ruas tortuosas e caminhos enviesados. O estabelecimento, por lei, de um padrão para as construções, aliado ao uso da técnica e do saber urbanístico, romperia com essa urbe de formas tortas.

Infelizmente, não encontramos nos jornais as resoluções aprovadas pela Intendência nesse ano de 1925, o que nos dificulta uma compreensão mais clara dessa nova política de construção realizada no início da gestão O’Grady. De qualquer modo, sentimos, por matérias como essas, que o que diferenciava o novo governo municipal das gestões anteriores não era a criação de novas leis, mas a capacidade de ação, de iniciativa do novo gestor. Afinal, uma série de normas de construção se apresentava na resolução nº 92 (Título I, Capítulo V – Edificação), sem que houvesse, porém, fiscalização suficiente para o seu cumprimento.

Naquele mesmo dia 15 de janeiro, uma matéria d’*A Republica* apresenta o que foi discutido na segunda reunião do Conselho de Intendência do Natal. Por meio dela, vemos que duas significativas decisões para a construção de uma

424 *A REPUBLICA*, Natal, 15 jan. 1925.

nova organização administrativa foram tomadas: primeiramente, o presidente da Intendência defendeu a necessidade de criação de uma Seção de Obras Públicas do Município, o que foi prontamente aceito pelos demais intendentes. A segunda medida tinha caráter mais amplo: dizia respeito à regulamentação dos diversos departamentos administrativos da municipalidade. Lembremos que este era um dos principais projetos do sogro de Omar O'Grady, Manoel Dantas, o qual reiterara em sua entrevista o arcaísmo do regimento interno da Intendência. Outra medida proposta pelo presidente foi o emplacamento e numeração das edificações localizadas na zona urbana da cidade.

Em fevereiro daquele ano, encerra-se a concorrência pública para o fornecimento das placas e números metálicos que iriam ajudar a compor o novo sistema de numeração da cidade. A Agência Miranda Ltda., de Natal<sup>425</sup>, irá comprar as placas no Rio e São Paulo<sup>426</sup>, obedecendo ao “uso das melhores praças”. A explicação para a adoção do novo sistema é dada pelo próprio Omar O'Grady que, em relatório do ano de 1926, destaca a ação como uma das mais importantes do seu primeiro ano de gestão. Segundo o presidente, “além de imperfeito e deficiente que era o velho systema de numeração da nossa capital, raramente se encontrava uma rua que tivesse todas as suas casas numeradas.” O novo sistema organizado

425 Conforme *A REPUBLICA*, Natal, 07 fev. 1925.

426 Conforme *A REPUBLICA*, Natal, 12 set. 1925.

era bem mais “muito adotado, principalmente nas cidades norte-americanas<sup>427</sup>”, de onde viera o novo gestor.

A adoção do novo sistema foi regulamentada pela resolução municipal de nº 262, que definia que ele tomaria como referência duas bases, correndo uma na direção norte-sul, e outra na direção leste-oeste. No primeiro caso, a base era a Rua Silva Jardim e seu prolongamento; no segundo, uma linha perpendicular a essa mesma rua, tangenciando o cais da Tavares de Lira. O número de cada casa seria igual a duas vezes a sua distância em metros em relação a uma das bases. A medida, que pode ser tomada como pouco relevante, é explicada e retomada em algumas matérias de jornal dos anos de 1925 e 1926, e mostra-nos uma preocupação de orientar os passos dos natalenses em uma cidade que, de acordo com as matérias da época, estava em franca reformulação física; e, por outro lado, revela-nos a preocupação do poder municipal em localizar com maior precisão a população da urbe natalense, o que possibilitaria uma cobrança mais eficiente dos impostos municipais.

E para falarmos das obras que a nova Intendência realizou em Natal nesse período, cremos ser antes importante destacar a mudança vivida pela instituição no campo das finanças. Se a situação financeira era precária no primeiro período estudado por nós, especialmente até fins da década de 1910, conforme vimos em algumas matérias já citadas, a partir do ano de 1925 essa situação se altera significativamente. Dois decretos estaduais, publicados em fevereiro desse ano, são os principais

427 *A REPUBLICA*, Natal, 10 jan. 1926.

responsáveis por essa mudança. O de nº 262 (aprovado pela lei estadual nº 600/1925), de 25 de fevereiro, determina a transferência, do Estado para o município, dos impostos de décima urbana, biqueiras, batentes e a taxa de lixo.

A história da cobrança da décima é um tanto quanto complexa. Pela resolução de nº 90/1903, vemos que o imposto era cobrado pela Intendência Municipal. As resoluções orçamentárias de 1905 e 1906, também apresentam esse tributo como uma das arrecadações municipais, sendo que nas disposições gerais desta última, o art. 9º autoriza o presidente da Intendência a entrar em acordo com o Estado para sua cobrança. Na resolução nº 111/1907, são definidos os termos do referido acordo: o Tesouro do Estado faria o lançamento e cobrança dos impostos pela forma que achasse mais conveniente, sendo deduzidos da receita arrecadada 20% para as despesas de fiscalização e cobrança, a cargo da Intendência. Outra parte, 25 contos de réis por trimestre, era destinada ao Estado como auxílio pelo custeio dos serviços de iluminação pública, asseio e aformoseamento da cidade a seu cargo. O restante (não devia sobrar muito) iria para os cofres da Municipalidade.

A resolução nº 171/1913, por sua vez, não mais apresenta a décima urbana como um dos rendimentos da Intendência, que só voltara a figurar nas resoluções orçamentárias a partir da gestão de O'Grady. O que teria acontecido entre 1908 e 1913? O mais provável é que algum acordo tenha sido realizado entre Estado e Municipalidade, pelo qual a arrecadação da décima urbana passou a ser atribuição exclusiva da esfera estadual.



No início de fevereiro, o governo do Estado, pelo decreto de nº 261 (aprovado pela lei estadual nº 599/1925), havia aberto crédito, no elevado valor de 600 contos de réis, para pagamento de materiais para os serviços de água, esgotos e outros melhoramentos realizados na capital, por meio de uma emissão de apólices da dívida pública estadual<sup>428</sup>. Essas ações permitiram que a municipalidade operasse em condições financeiras bem mais favoráveis do que as do período anterior. A tabela a seguir mostra a evolução das receitas da Intendência, de 1904 a 1929<sup>429</sup>.

---

428 Ver A *REPÚBLICA*, Natal, 25 nov. 1925; RIO GRANDE DO NORTE. *Actos legislativos e decretos do governo* (1925), p. 5-6; 115-118.

429 Tabela produzida a partir das resoluções orçamentárias dos anos referidos, bem como dos relatórios de gestão dos anos de 1905 (relativo ao triênio 1902-1904), 1908 (relativo ao triênio 1905-1907), e de 1926 a 1928<sup>a</sup>, além de um resumo de um relatório de gestão do ano de 1914, publicado n'A *REPÚBLICA*, Natal, 02 jan. 1915. Não encontramos fontes que nos informassem dados orçamentários dos anos de 1912, 1913, 1915 e 1921.

Natal, outra cidade!

**Tabela 3 – Orçamentos municipais da cidade de Natal entre 1904 E 1929**

| Ano               | Receita orçada | Despesa orçada | Receita real               | Despesa real               |
|-------------------|----------------|----------------|----------------------------|----------------------------|
| 1904              |                |                | 41:078\$229<br>(até set.)  | 38:511\$415<br>(até set.)  |
| 1905              | 72:000\$000    | 71:720\$000    | 60.067\$621                | 61.705\$128                |
| 1906              | 70:000\$000    | 69:820\$000    | 60.386\$589                | 85.025\$935                |
| 1907              | 75:000\$000    | 72:680\$000    | 51.686\$695                | 49.833\$875                |
| 1908              | 75:000\$000    | 74:930\$000    |                            |                            |
| 1909              | 86:000\$000    | 86:000\$000    |                            |                            |
| 1910              | 88:521\$000    | 88:521\$000    |                            |                            |
| 1911              |                | 48:240\$000    |                            |                            |
| 1914              |                | 71:235\$000    | 85:533\$729                |                            |
| 1916 <sup>1</sup> |                | 108:730\$000   |                            |                            |
| 1917              | 109:000\$000   | 109:000\$000   |                            |                            |
| 1918 <sup>2</sup> |                | 99:144\$000    |                            |                            |
| 1919              | 120:000\$000   | 115:204\$000   |                            |                            |
| 1920              | 115:000\$000   | 114:440\$000   |                            |                            |
| 1922              | 121:000\$000   | 120:840\$000   |                            |                            |
| 1923              | 127:000\$000   | 126:020\$000   |                            |                            |
| 1924              | 350:000\$000   | 347:780\$000   | 327:520\$315               |                            |
| 1925              |                |                | 506:067\$255               | 743:244\$834               |
| 1926              | 594:700\$000   | 591:640\$000   | 621:217\$922               | 947:173\$848               |
| 1927              | 598:100\$000   | 598:040\$000   | 674:136\$334               | 808:947\$394               |
| 1928              | 646:600\$000   | 646:540\$000   | 664:848\$858<br>(até nov.) | 919:638\$040<br>(até nov.) |
| 1929              | 720:600\$000   | 720:244\$000   |                            |                            |

Fonte: elaboração própria, a partir das resoluções orçamentárias.

Por ato de 15 de setembro de 1925, o presidente O'Grady, usando das atribuições conferidas pela resolução nº 220, de janeiro de 1923, e com a autorização contida no decreto estadual de nº 279, de setembro de 1925<sup>430</sup>, emite apólices da dívida pública do município, nos valores de cinquenta e cem mil réis, podendo alcançar o valor total de 500 contos de réis. Em síntese: em um ano de administração, O'Grady pôde lançar mão de duas aberturas especiais de crédito que, juntas, perfaziam o total de 1.100 contos de réis.

Com mais dinheiro em caixa, a Intendência seguia *novos rumos*. É este o título de matéria publicada n'*A Republica*, que exalta as ações realizadas em poucos meses pela nova gestão da cidade. Após lançar uma série de elogios ao novo edil, o redator da matéria tratará de apontar as obras pelas quais a cidade vinha passando nos últimos oito meses. A lista é extensa:

Ahi estão os jardins publicos remodelados, recebendo os carinhos da administração cujo sentimento esthetico não se compadece com o espectáculo dos nossos graciosos logradouros abandonados; a renovação do empedramento de varias ruas; o calçamento da travessa Ulysses Caldas no trecho que vae da Avenida Rio Branco à Deodoro, serviço que irá dar um grande impulso ao desenvolvimento da Cidade Nova, alem de facilitar o trafego de vehiculos para aquelle bairro; a abertura de uma estrada de automoveis, que, partindo da Avenida Norte na Ribeira, vae ter a Petropolis, com uma notavel redução de distancia; o concerto de todas as estradas de

---

430 RIO GRANDE DO NORTE. *Op. cit.*, p. 199.

rodagem existentes na capital, além da construção de uma que ligará o Monte Petropolis á Areia Preta.

Entre as principais obras, o autor da matéria destaca a remodelação dos jardins, que embelezavam as praças e ruas da cidade. E não se estranhe a menção a essa obra, que revela a preocupação da Intendência com a construção de um senso estético mais apurado para a urbe natalense, o que será refletido no orçamento de 1926<sup>431</sup>, do qual ainda falaremos. As outras ações citadas referem-se a obras de construção e conserto de estradas de rodagem, e, especialmente, às numerosas obras de calçamento. Para O'Grady – e também para o gestor precedente<sup>432</sup> – essas obras eram fundamentais para o progresso da cidade, como bem podemos ver no relatório de sua gestão no ano de 1925:

Comquanto de variado aspecto seja o conjunto dos serviços de que precisa a nossa cidade para tornal-a tão aprazível como ella tem proporções para ser, é, fora de duvida, que o beneficio de que ella mais carece é de calçamentos - de bons calçamentos - e disto fizemos o item mais importante do nosso programma de melhoramentos.

Com effeito, construimos durante onze mezes 11.849 metros quadrados de calçamento [...]

---

431 Sobre a importância desse tipo de melhoramento, ver relatório de governo de O'Grady, de 1925, em que as obras de ajardinamento são incluídas no "conjunto dos serviços de que precisa nossa cidade para tornal-a tão aprazível como ella tem proporções para ser." Nesse ano, aproximadamente 10% do orçamento da verba destinada a serviços municipais foi gasto em construção, manutenção de jardins e arborização (*A REPUBLICA*, Natal, 8 jan. 1926).

432 Ver INTENDENCIA Municipal. *A REPUBLICA*, Natal, 04 maio 1924.

A falta de calçamento na cidade era, pelo que vemos nas matérias de jornal, um sério problema que deveria receber atenção especial da administração municipal. Em matéria publicada em 29 de maio de 1925, por exemplo, um redator, ao expor as mais sérias questões com as quais a gestão O'Grady teria que lidar, não titubeia ao eleger o problema que mais deveria receber a atenção do novo presidente da Intendência. Eis o que ele diz:

O principal problema a resolver, o que mais feriria as vistas da nova administração municipal, seria o do *calçamento* de Natal.

É, com efeito, inadiável esta feição particular de nossa *urbs*. O unico trecho da cidade onde se verifica regular calçamento é a avenida Tavares de Lyra. Artérias, no entanto, de primeira ordem, como a Avenida Rio Branco, são flagrantes do rotineiro systema de calçar as nossas ruas.<sup>433</sup>

Em vista disso, a nova administração do município gastou boa parte das suas verbas com essas obras de calçamento. Pelo quadro demonstrativo dos principais serviços realizados pela Intendência em 1925, vemos que apenas com essas obras foram gastos cerca de 79 contos de réis<sup>434</sup>. Além disso, algo em

---

433 A *REPUBLICA*, Natal, 29 maio 1925. Em outra matéria, se dirá que "Natal era uma cidade de calçamento muito por desejar...", ressaltando-se, mais uma vez, que a única artéria da cidade com calçamento de qualidade razoável era, até a gestão O'Grady, a Tavares de Lyra (A INTENDENCIA de Natal, A *REPUBLICA*, Natal 12 set. 1925).

434 Os principais serviços realizados pela Intendência no ano de 1925, de acordo com o referido quadro, custaram 129:466\$582 (cento e vinte e nove

torno de 14 contos foram gastos com a conservação do calçamento e das estradas já existentes. Além da necessidade prática de tornar mais rápido o deslocamento entre os diferentes pontos da cidade, havia a razão estética, pela qual se entendia que tais obras ajudavam no embelezamento da cidade e lhe retiravam algo do seu aspecto colonial e rural; e, por fim, a compreensão de que a quantidade de calçamento representava um índice de modernização da cidade<sup>435</sup>.

Em fins de maio, mais uma matéria d'*A Republica* se preocupa em trazer um balanço da administração de O'Grady. Como as anteriores, ela trata de ressaltar o quanto já havia sido feito na cidade em tão pouco tempo, revelando esperança no porvir da urbe natalense. Entre as ações citadas, estavam a organização dos departamentos da Intendência, as obras de calçamento, o novo sistema de numeração da cidade e, por fim, a construção da Avenida Atlântica, obra que apresentava o objetivo principal de aformosear a cidade, tornando-se um dos seus principais cartões postais, conforme expõe o redator da matéria: "Ha por considerar ainda o bem inspirado projecto da nossa Avenida Atlantica [...] donde, de futuro, poderão, de par com o crescente progresso da cidade, observar os forasteiros as excelencias panoramicas de Natal."<sup>436</sup>

contos, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e dois réis). Além das obras de calçamento, destacam-se a construção de estradas de rodagem e o embelezamento da Avenida Atlântica (GOVERNO do Município. *A REPUBLICA*, Natal, 14 jan. 1926).

435 Ver DANTAS, George. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920*, p. 123-125.

436 *A REPUBLICA*, Natal, 30 maio 1925.

O papel que a obra teria no embelezamento da urbe natalense é confirmado em outra matéria, a qual apresenta, como princípio construtivo, que

UMA das maiores maneiras de aformosear cidades é abrir avenidas.

As avenidas são lindas, sobretudo quando aproveitam predisposições topographicas, sendo de natureza necessárias e, como tal, reclamadas pelo crescente progresso dos grandes nucleos de civilização.<sup>437</sup>

Amplas, largas, essas artérias permitiriam uma circulação mais rápida de pessoas e mercadorias pela cidade, interconectando os seus diferentes espaços. Este é o argumento funcional para a abertura de avenidas. Acompanhando-o está a concepção de que as avenidas embelezam a cidade, “as avenidas são lindas...”, beleza que certamente se liga ao sentimento de que essas obras trariam o progresso para a cidade e acentuariam o seu grau de civilizada. Em seguida, a matéria apresenta ainda como seria a nova avenida da cidade: com 800 metros de extensão, sendo mais da metade deles (425 metros) cobertos por balaústres e passeios, a Avenida Atlântica descortinaria “nossos melhores escenarios, trecho do Potengy, o forte dos Reis Magos, os nossos arrecifes, as nossas pittorescas praias.”<sup>438</sup>. O projeto, iniciado naquele ano de 1925, tornou-se realidade no ano seguinte.

---

437 *Id.*, Natal, 05 jun. 1925.

438 *Ibid.*

**Imagem 7** – Panorama apanhado da Rua das Dunas, término da balaustrada da Avenida Atlântica, concluída em 1926



*Fonte: INTENDENCIA Municipal. RELATORIO... 1927, s.d.*



Por fim, a matéria emite o seguinte julgamento sobre a nova gestão da cidade: “Confiada a presidência da Intendencia a um engenheiro, como é o sr. Omar O’Grady, as obras publicas formariam um capitulo especial, o mais louvavel, sem duvida, de sua operosa administração.” O tom positivo com o qual é referido o novo gestor, encontra-se presente em boa parte das matérias publicadas n’*A Republica* sobre a administração O’Grady, o que nos revela o sentimento da elite local de que um novo capítulo estava sendo aberto não apenas na administração da cidade, mas na sua história, ao fim do qual Natal poderia encontrar o “porto do Progresso”<sup>439</sup>.

Via-se que Natal finalmente começava a tomar posse do seu papel central na vida do estado do qual era capital. Como apontamos no início deste capítulo, durante longo período a centralidade de Natal foi questionada, e o seu *status* da capital, em consequência, esteve sob ameaça. A cidade, isolada por dunas e mares, carecia de vias de comunicação com o interior e com o mundo. O porto da capital, sobrepujado pelo da vizinha Macaíba, precisava, urgentemente, passar por melhorias<sup>440</sup>.

A despeito disso, Raimundo Arrais afirma que na segunda metade do século XIX era pelo porto de Macaíba que os produtos vindos do sertão eram exportados. Em decorrência disso, essa cidade retirava a força política e econômica da

---

439 *Ibid.*

440 ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Angela; DANTAS, George (Org.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna* (Natal, 1890-1940), p. 121-135.

capital, de maneira que, efetivamente, podia-se dizer que, à época, a capital política do Rio Grande do Norte era Macaíba.

O aspecto físico da urbe, o seu traçado, suas ruas, mostravam que era vivo o passado colonial. As críticas à cidade, como vimos, eram também direcionadas ao seu aspecto rural, em especial pelo jeito matuto, “acabrunhado” de ser dos seus moradores.

Laurent Vidal, ao analisar a mobilidade das capitais no continente americano, usa o conceito de centralidade, tomado de Bernard Lepetit e Peter Clark, para explicar o que define uma capital. A noção de centralidade, segundo o historiador, sintetiza três componentes fundamentais na organização de um estado: o território – a capital deve possuir posição central no território; em outras palavras, deve ser o centro da rede de comunicações que liga as diferentes regiões do Estado; o povo (entende-se, nesse aspecto, que a capital deve possuir os grupos mais dinâmicos da sociedade. Diferenciação mais de caráter sociológico, e também cultural, do que demográfico); e, por fim, o governo: a capital é a representação maior do Estado, de seu poder, cidade que abriga as instituições que governam a nação<sup>441</sup>.

Acreditamos que a noção de centralidade, usada para pensar as capitais de Estados-nações, pode servir também para analisar a situação de outras capitais e, em termos gerais, de regiões consideradas centrais, que difundem para as suas periferias

---

441 VIDAL, Laurent. *Capitais sonhadas, capitais abandonadas*: considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX), 2011. Entre as capitais sonhadas e abandonadas, estão Brasília e Rio de Janeiro.

seus valores e padrões de organização social. Neste sentido, é possível pensar a Natal do início do século XX por meio desse conceito<sup>442</sup>.

Se tomarmos como referência os três pilares, podemos assim dizer, que definem a centralidade de uma capital, entenderemos que os questionamentos a respeito da capitalidade/centralidade de Natal tinham sua razão de ser. Afinal, embora a cidade abrigasse as instituições de poder que governavam o estado, estava um tanto quanto longe de alcançar uma posição central relativa à organização do território, tendo em vista seu isolamento geográfico, aqui já relatado. Ao mesmo tempo, em termos populacionais, não era possível dizer que os grupos mais dinâmicos da sociedade potiguar viviam na capital. O próprio isolamento geográfico, a ausência de uma rede de comunicações melhor delineada, colaborava para a pobreza da economia local e para o jeito de ser “matuto” da população natalense, como apontava Henrique Castriciano, em crônicas publicadas n’*A Republica* em 1907, aqui já comentadas. A ideia defendida por Castriciano era, em síntese, a de que sem as trocas, intercâmbios com outros centros mais desenvolvidos, a capital potiguar e sua população permaneceriam estagnadas, com a mesma alma.

---

442 O conceito é usado também por Renato Amado Peixoto, que parte das concepções teóricas de Jacques Derrida, Michel Foucault e Ernst Cassirer, para analisar como uma “organização familiar”, os Albuquerque Maranhão, construiu, entre fins do século XIX e início do XX, um discurso de unidade espacial no Rio Grande do Norte que instituiu Natal como centro, sobrepujando outros discursos locais formados no mesmo período. Ver: PEIXOTO, Renato Amado. *Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX*, 2010.

Mas, como admitia o próprio Castriciano, a cidade vinha passando por transformações que alteravam o cenário descrito por ele. Em 1904, a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte (EFCRN) começava a ser construída; dois anos depois, as duas primeiras estações, de Igapó e Ceará-Mirim, eram entregues. Em 1908, como vimos, era inaugurado o bonde a tração animal (elétrico, em 1911), ajudando a romper o isolamento que existia entre os espaços da cidade. Em 1916, a Ponte ferroviária sobre o Potengi<sup>443</sup>, parte integrante da EFCRN, primeira grande obra de engenharia realizada na capital, ajudava a romper o seu isolamento. Como afirmava Alberto Maranhão, ainda em 1904, quando a ponte era apenas um projeto distante, a obra permitiria “um fácil acesso aos pequenos mercadores, que atualmente ficam todos em Ceará-Mirim, Macaíba, Mossoró, Açu e outros pequenos mercados de compra e venda, com prejuízo da capital”. Ela daria a Natal, enfim, “uma vida nova, livrando-a do isolamento que a definha<sup>444</sup>”.

Aliada a essas obras, a construção de estradas de rodagem, intensificada na década de 1920, contribuía para a formação de uma rede de comunicações que, aos poucos, construía a centralidade de Natal em relação ao território potiguar. Mas,

---

443 Sobre essa ponte, ver: ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Renato. *A ponte de ferro sobre o Rio Potengi* (Parecer Histórico elaborado em atendimento à solicitação da 41ª. Promotoria da Justiça da Comarca de Natal), 2007.

444 RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo governador Alberto Maranhão ao passar o Governo do Estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra no dia 25 de março de 1904*. Natal: Typ. d'A Republica, 1904.

ainda na primeira metade dessa década, as matérias de jornal retratam uma cidade marcada pelo atraso, com serviços urbanos precários, estrutura física deficiente, que crescia, era verdade, mas de maneira desordenada. Esse cenário mantinha os questionamentos a respeito do título de capital e, mesmo, do de cidade dado a Natal.

Além disso, deve-se observar que a capital potiguar tinha um papel central a desempenhar dentro da pauta modernizadora que a República trazia para o Rio Grande do Norte. Como capital, Natal deveria ser o espelho a refletir as mudanças trazidas pelo novo regime ao estado. Esse papel, parece-nos, a cidade só alcançou na gestão de Omar O'Grady.

Em matéria intitulada *Novos Rumos*, já citada, o jornal *A Republica* destaca, de início, o desenvolvimento vivido pela cidade de Natal, muito em virtude, segundo o texto, da operosidade do seu gestor, para em seguida afirmar que em todo o estado “um sôpro novo anima uma phase de actividade e cuidado pelo adiantamento das circumscripções municipaes”. Por todo o interior, as Intendências investiam em melhoramentos para seus municípios e, até os administradores “retardatários”, como apontava a matéria, começavam a preparar os seus municípios para a “corrida de progresso”. Após referir-se a várias ações realizadas na administração O'Grady para o desenvolvimento da cidade, a matéria põe Natal como um exemplo a ser seguido pelas demais municipalidades: “A nobre acção com que o dr. Omar O'Grady vem assignalizando a sua passagem pela direcção da Intendencia de Natal bem pòde servir de paradigma aos intendentes dos

demais municípios, desejosos de lhes prestar serviços de real utilidade.<sup>445</sup>”

Diante desse novo contexto – em que a capital passava por investimentos em obras de mobilidade e, ao mesmo tempo, mudava o seu jeito de ser, os hábitos de sua população –, vê-se que a cidade finalmente conquista a sua centralidade em relação ao território potiguar e torna-se o maior espelho do progresso que o regime republicano prometia para o estado do Rio Grande do Norte.

É preciso que se diga que a percepção, o sentimento dessas mudanças de hábitos é para nós, diante das fontes que possuímos, uma difícil tarefa. Todavia, acreditamos que essas fontes nos dão alguns indícios dela. A partir de fins da década de 1910 e, em especial, na década de 1920, as reclamações a respeito do mau uso de certos espaços e equipamentos urbanos, como o mercado, as praças e o bonde, por exemplo, começam a se tornar escassas. Ao mesmo tempo, discursos de homens como Manoel Dantas, Henrique Castriciano e Eloy de Souza, para ficarmos em alguns exemplos de membros da elite local que criticavam esse desequilíbrio, desarmonia entre o corpo e a alma da cidade, entre o progresso material vivido por Natal e os costumes arcaicos de seus habitantes, não têm a mesma força que possuíam no início do século XX. Deve-se dizer, ainda, que a “onda de progresso”, tão propagada *n’A Republica*, começava a chegar a parte da região suburbana da cidade; os diferentes espaços de Natal tinham, por meio de construção de avenidas, da expansão do bonde, uma ligação mais efetiva

---

445 *A REPUBLICA*, Natal, 09 abr. 1925.

e, em decorrência disso e das ações realizadas em parte do subúrbio (entenda-se Alecrim e Rocas), a população dessa área começava a ter contato com avanços que antes estavam restritos à região central da urbe natalense (Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova).

Apesar do sentimento de otimismo, de fé no progresso, as matérias de jornal não deixavam de apontar que muito ainda havia a ser feito na capital do estado. Em algumas dessas matérias fala o próprio presidente da Intendência, que, em oportunidades diversas, ressaltava o longo caminho que a cidade precisava percorrer para que pudesse, enfim, alcançar o desenvolvimento material compatível a uma capital civilizada.

Em maio de 1926, o bairro suburbano das Rocas passa a contar com o serviço permanente de limpeza das ruas e remoção do lixo. O “operoso” Omar O’Grady, segundo *A Republica*, estava preocupado em melhorar as condições de salubridade e estética do bairro, que começava a sentir a presença do poder público. Pouco depois do estabelecimento do serviço de limpeza, seria entregue à população das Rocas uma estrada construída pela Intendência, através da esplanada Silva Jardim, que serviria a todo bairro suburbano<sup>446</sup>.

A inauguração dessa obra ocorreu em setembro daquele ano, contando com a presença do governador do Estado, do presidente da Intendência e do bispo diocesano, D. José Pereira Alves. No mesmo dia, a “população paupérrima, *porém*

---

446 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 06 maio 1926.

(grifo nosso) ordeira e trabalhadora<sup>447</sup>” das Rocas recebeu ainda um posto médico e uma subdelegacia de polícia, além de uma pequena capela da “Sagrada Família”, inaugurações realizadas com festas e discursos das autoridades presentes e do líder comunitário Lauro Fagundes.

Na matéria, afirmava-se que “As obras que ali se inauguraram constituem um elemento de indiscutível progresso, a que não são estranhos os governos do Estado, do município e os elementos da religião<sup>448</sup>”. As palavras do governador do Estado, José Augusto Bezerra de Medeiros, enfatizam a importância, em especial, da estrada de rodagem que ligaria o bairro suburbano ao centro da cidade:

Tendes agora uma estrada de rodagem, uma estrada que vos collocará mais facilmente em contacto com as populações dos outros centros da cidade. Esse melhoramento [...] não significa apenas um serviço de ordem material. É, ao mesmo tempo, uma obra de ordem moral e de alcance intellectual.

Por intermedio della os vossos filhos e vós mesmos podeis facilmente vos approximar dos outros meios, numa troca intelligente de idêas, e num auxilio mutuo pela afirmação do progresso de nossa terra, a que vem servindo, e essa obra o assegura, de uma forma altamente signifi-

---

447 A frase está em uma matéria d'*A Republica* que trata de mais uma inauguração no bairro: a Escola Nossa Senhora do Rosário, em outubro de 1926. Ver *A REPUBLICA*, Natal, 30 out. 1926.

448 *A REPUBLICA*, Natal, 21 set. 1926.



cativa, o engenheiro Omar O’Grady, illustre prefeito da capital.<sup>449</sup>

Como havíamos afirmado, as obras pelas quais a cidade passava nessa segunda metade da década de 1920 contribuíam para a integração dos diferentes espaços da cidade. Esse processo começara ainda em 1908, mas não havia se estendido às regiões suburbanas. Com a ligação entre centro e periferia, as diferenças entre os moradores do subúrbio e os que habitavam os bairros centrais da cidade, ao menos na teoria, eram diluídas. É neste sentido, cremos, que o governador do Estado fala em uma “obra de ordem moral e alcance intellectual”.

A “onda de progresso” que atingia o subúrbio da cidade era acompanhada por outras ações da gestão municipal que desejavam criar uma cidade esteticamente mais aprazível. Nas ruas da cidade, muitas pessoas ainda viviam de modo marginal, sem serem atingidas pelo “surto progressista” que alcançava a urbe; eram pedintes miseráveis, no discurso da elite local, que contrastavam com o novo cenário urbano que se construía em Natal. Para eles, “indesejáveis”, uma solução havia sido criada: o Dispensário de pobres Symphronio Barreto, fundado em 1925 e mantido pela Associação de Caridade de Natal, que recebia subvenção da Intendência para manutenção do local<sup>450</sup>. Em 1926 e nos anos seguintes da gestão O’Grady, o dispensário continua a ser apoiado pelo Conselho de Intendência e pela prefeitura e é apresentado

449 *Ibid.*

450 Além disso, por meio da resolução nº 258, de junho de 1925, foi proibida a mendicância nas ruas da capital potiguar. Ver *A REPUBLICA*, Natal, 09 jan. 1926.

nos relatórios do governo municipal como uma das principais ações do novo gestor.

O relatório de 1926, rico em quadros, tabelas e imagens da cidade, mostra que a cidade começava a ser remodelada por meio de diversas obras. Além da Avenida Atlântica, concluída naquele ano, e da estrada de rodagem que ligava o bairro das Rocas à região central da capital, o Conselho de Intendência investiu em diversas outras ações para aformosear a cidade, melhorar suas vias de comunicação e tornar mais racional seu traçado. Entre elas, estavam a construção do cais de desembarque na Tavares de Lyra, o novo calçamento na Praça Augusto Severo (ver imagem a seguir), a reconstrução da ponte de Guarapes, na estrada de rodagem que ligava a capital à cidade de Macaíba, além da construção de uma galeria para drenagem das águas pluviais na Avenida Junqueira Ayres<sup>451</sup>, sempre alagada nos períodos de chuvas.

---

451 Ver, nos anexos, reprodução de tabelas dos relatórios municipais relativos aos anos de 1926 a 1928 (apresentados nos anos seguintes), que trazem as principais obras realizadas pela Intendência no período, com detalhes a respeito do material utilizado, custos, regime de execução e observações gerais sobre os serviços.

**Imagem 8** — Aspecto do novo calçamento da Praça Augusto Severo, concluído em outubro de 1926



*Fonte: INTENDENCIA Municipal. RELATORIO... 1927, s.d.*

Com orgulho, O'Grady falava que mais da metade da receita da Intendência havia sido aplicada em obras públicas de significativa importância para a cidade. As rendas orçamentárias haviam sido arrecadadas, segundo o gestor, “com eficiência, mas sem opressão, não distinguindo, no cumprimento da lei, amigos de adversários”. É claro que esta não era a opinião de todos. Naquele ano de 1926, não obstante o aumento na arrecadação, a Intendência fecharia suas contas com um déficit de quase 326 contos de réis. Para Antonio Alves (certamente pseudônimo), que se apresenta como um potiguar erradicado no Rio de Janeiro, O'Grady vinha trazendo sérios prejuízos às classes trabalhadoras e ao comércio local:

O nome do Sr. Omar O'Grady – invenção política de primo [Manoel Dantas, sogro de O'Grady, era tio afim de José Augusto], governador, que tem servido, apenas, de instrumento para vingar paixões, constituindo o terror das classes laboriosas de Natal, o espantelho do commercio, ora asphifixiado pelo effeito dos impostos, os mais escandalosos, – o nome do Sr. O'Grady foi escolhido, muito de proposito, como um escarneo e uma afron [sic] áquella gente soffredora e digna de melhor sorte.<sup>452</sup>

O texto, publicado inicialmente no jornal *A Manhã*, periódico carioca, é transcrito n' *A Republica* com o subtítulo “uma acusação que se destroe por si mesma”. O jornal local apenas pede que os seus leitores verifiquem os expedientes usados pela oposição para atacar a administração do estado

452 *A REPUBLICA*, Natal, 06 out. 1926.

e do município, sugerindo que o texto, desqualificado pelo seu silêncio, era obra de Tavares de Lyra e Alberto Maranhão.

Ainda em 1926, Sandoval Wanderley usava sua *Folha do Povo* para criticar fortemente a administração de Omar O'Grady, com argumentos semelhantes aos presentes no texto de Antonio Alves: a administração municipal, confiada ao dito engenheiro sufocava o comércio local e oprimia a classe trabalhadora com impostos elevadíssimos. As críticas mais pesadas do jornalista à administração municipal haviam começado no ano anterior e já lhe tinham rendido um processo na justiça, de autoria do presidente da Intendência<sup>453</sup>.

Essas críticas à administração local devem ser entendidas também como reflexo da presença de novos atores na sociedade natalense da década de 1920, os mesmos que, nesse período, conquistam vagas para se fazerem representar na administração municipal. São, certamente, elementos do operariado, melhor dizendo, de uma parte do operariado que não é representada pelos que ocupam as “vagas para as minorias”, que dão fôlego às palavras de Sandoval Wanderley. Porém, como expressamos, as fontes que temos permitem-nos, apenas, ouvir ecos da expressão desse grupo.

Do outro lado, *A Republica* insistia em desqualificar as opiniões de Sandoval Wanderley, afirmando que suas palavras eram reflexo de uma simples revolta pessoal, por ter sido o referido jornalista cobrado pela Intendência, em virtude de possuir vários débitos com a administração municipal. O processo, por calúnia e difamação, acabou sendo anulado pelo

453 Ver *A REPUBLICA*, Natal, 18 nov. 1925.

Tribunal de Justiça, por conter diversas falhas. O'Grady e José Augusto, contrariados com a decisão da Justiça, resolveram, então, agir por conta própria, mandando homens de confiança perseguirem Sandoval Wanderley que, acuado, fechou o seu jornal no ano de 1927<sup>454</sup>.

Os discursos opositores são reduzidos e não têm força suficiente para abalar a administração de O'Grady. A oposição, nos meados da década de 1920 estava desarticulada e eram poucos os veículos de imprensa que ousavam fazer críticas à administração municipal e estadual. A perseguição a Sandoval Wanderley e seu periódico bem podem servir de exemplo de como eram tratados os opositores. Eles, porém, existiam. Não foram suficientes, contudo, para mudar os rumos do governo municipal de Natal.

Em 1927, a Intendência continuava a investir maciçamente em obras públicas, planejadas pelo próprio engenheiro presidente<sup>455</sup>. Nesse ano, as principais ações desenvolvidas pela gestão municipal para melhorar as feições da urbe foram a conclusão do cais de desembarque da Tavares de Lyra, do calçamento da Praça Augusto Severo, o novo calçamento da

---

454 Sobre essa perseguição e o fechamento da *Folha do Povo*, ver SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 251-254.

455 Após a saída do engenheiro Paulo Leopoldo Pereira da Camara, a Diretoria de Obras continuou a cargo de Mathias Marinho, que "provisoriamente" ocupou o posto de Diretor até o final da gestão O'Grady. No relatório da gestão municipal relativo ao ano de 1928, o presidente da Intendência dirá que "A Diretoria de Obras, que é o departamento mais importante da administração municipal [...], continua ainda sem um director effectivo. [...] A parte technica [das atividades da Diretoria] tem estado sob minha responsabilidade immediata." INTENDENCIA Municipal. RELATORIO... 1929, p. 7.

Junqueira Ayres, a construção de um novo cemitério para a cidade, na povoação de Ponta Negra e a abertura de novas estradas suburbanas.



**Imagem 9** – Aspecto do novo calçamento da Avenida Junqueira Ayres, concluído em 1927



Fonte: INTENDENCIA Municipal. RELATORIO... 1928, s.d.



**Imagem 10** – Cais de desembarque da Avenida Tavares de Lyra, concluído em 1927



*Fonte: INTENDENCIA Municipal. RELATORIO... 1928, s.d.*

As obras se avolumavam pela cidade e, na mesma medida, crescia o *deficit* orçamentário da Intendência Municipal. Em 1927, a Intendência fechou suas contas com um valor negativo de aproximadamente 135 contos de réis. O total das dívidas da instituição, àquela época, era de cerca de 616 contos. Em seu relatório, O'Grady admite o descompasso entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas: "As despesas que temos de realizar com os empreendimentos que a cidade reclama já estão bem acima da nossa actual capacidade orçamentaria, e a tendencia é para que as necessidades destas despesas augmentem em desproporção com a receita<sup>456</sup>". Qual seria, então, a saída para que a cidade não saísse da rota do progresso na qual, segundo o discurso que vemos em nossas fontes, caminhava?

Seria o momento de repensar as despesas da administração municipal, refrear os gastos em obras públicas? Omar O'Grady faz aos intendentes essa questão e sugere a resposta: "Devemos então cruzar os braços, diminuir consideravelmente, em vez de intensificar, o volume de trabalhos na via publica e em outros departamentos da vida Municipal? Quer parecer-me que não.<sup>457</sup>" A saída para o presidente seria recorrer "recorrer ao credito com a condição de que o peso da amortização seja, pelo menos em parte, distribuido pelos proprietarios ou contribuintes mais directamente beneficiados com as applicações das respectivas operações". O'Grady referia-se, especialmente, às obras de calçamento, as que mais se destacaram em sua administração, cujos custos deveriam, segundo o gestor,

456 INTENDENCIA Municipal. RELATORIO... 1928, p. 1.

457 *Ibid.*, p. 2.

ser repartidos entre os cidadãos beneficiados por elas, algo já comum na América do Norte e em países da América Latina, como Argentina e Uruguai. Em 1928, com a aprovação da resolução nº 290<sup>458</sup>, o presidente finalmente teria sua vontade atendida.

Nos jornais, o tom otimista das matérias continua intenso. Na data de seu aniversário, *A Republica* relembra mais uma vez as qualidades do presidente da Intendência, novamente apontando que a cidade seguia no rumo certo: “A feição modernizadora e constructiva do seu governo está affirmada excelentemente nos differentes trabalhos com que vem remodelando a cidade e coadunando a com o desenvolvimento que ella já centraliza.<sup>459</sup>” A cidade, enfim, despertara para o progresso e atravessava, segundo o autor de uma outra matéria

[...] A phase das suas radiosas esperanças. E oxalá que todos os seus governos e administradores cuidem zelosamente de sua sorte, para que em dias não mui distantes ella assuma no nordeste a situação primacial que está fadada a assumir pelas suas incomparaveis possibilidades de progresso e realização<sup>460</sup>.

Não se questionava mais a centralidade de Natal em relação ao estado do qual era capital. Essa cidade era o exemplo de

458 *Ibid.* p. 12-13 (anexos). A resolução, aprovada em setembro de 1928, define que os calçamentos feitos na área urbana de Natal seriam custeados de maneira que um terço do custo total corresse por conta dos cofres municipais e igual valor por conta de cada proprietário marginal à obra.

459 *A REPUBLICA*, Natal, 18 fev. 1927.

460 GADELHA, Mario. Natal de Hoje. *A REPUBLICA*, Natal, 28 abr. 1927.

progresso a ser seguido pelas municipalidades do interior do Rio Grande do Norte. A gestão de Omar O'Grady transformara Natal que, agora, podia sonhar com um destino maior. Sua natureza privilegiada e o desenvolvimento material pelo qual passava levavam a cidade a ser, potencialmente, um símbolo de progresso e centro de atividades do Nordeste. E como não há limites para o sonho, por que não pensar a cidade como o *cais da Europa*?

A expressão teria sido proferida, primeiramente, pelo ministro Victor Konder, que ressaltara a posição estratégica da cidade, na esquina do continente, como fator importante para o seu desenvolvimento comercial. Ela foi usada em uma época em que Natal começava a se destacar como um importante campo de aviação, como afirma O'Grady nos relatórios municipais relativos aos anos de 1927 e 1928, destacando que a cidade caminhava para se tornar “um grande centro de aviação mundial<sup>461</sup>”. Para um jornalista d'*A Republica*, a capital potiguar vinha tendo “uma decisiva projecção na vida do Nordeste, quiçá do Brasil inteiro<sup>462</sup>” e logo elevaria o nome do Rio Grande do Norte para toda a nação.

O'Grady mantém o ritmo das obras na cidade no ano de 1928. Foram concluídas as obras de aformoseamento da Avenida Junqueira Ayres; a Praça João Tibúrcio, na Ribeira, foi reformada, e iniciou-se a construção da estrada de rodagem da Avenida Hermes da Fonseca. As dívidas do município permaneciam altas, mas estáveis, na casa dos 614 contos

461 INTENDENCIA Municipal. RELATORIO... 1928, p 15.

462 A REPUBLICA, Natal, 07 nov. 1928.

de réis, valor tido pelo gestor como controlável, ao afirmar ser sadia a situação financeira da Intendência. O presidente admitia, porém, que o aumento da intensidade das obras havia superado o crescimento das receitas que, entre 1924 e 1927, havia ficado na casa de 103% (ver quadro orçamentário, na página 167).



**Imagem 11** – A cidade em obras – construção do novo calçamento da Avenida Sachet, na Ribeira



*Fonte: INTENDENCIA Municipal. RELATORIO... 1928, s.d.*

Em fins de 1928, uma nova eleição ocorria para o Conselho de Intendência da capital. O'Grady não seria candidato, visto que o governador do Estado, José Augusto Bezerra de Medeiros, havia indicado o seu nome para ser o primeiro prefeito da capital. Os candidatos do PRF, mais uma vez, saíram-se vencedores. Fortunato Aranha, Enéas Reis, Julia Alves Barbosa (primeira mulher na Intendência), Francisco Cavalcanti, Toscano de Brito, Mons. Alves Landim e João Galvão Filho foram eleitos, juntamente com José Ulysses de Medeiros, Feliciano Carneiro e Alfrêdo Lyra, que ocuparam os lugares reservados à minoria. Deveriam permanecer na Intendência até o fim de 1931, mas foram depostos com o prefeito pelo movimento de 1930.

Como chefe do poder Executivo Municipal, O'Grady, nos termos da lei, teria maior autonomia para gerir o município. Na prática, o aumento dessa autonomia já era percebido desde 1924, quando o engenheiro assumiu a gestão da cidade, visto que ele contava, desde então, com forte apoio e confiança do governador do Estado. Na gestão de Juvenal Lamartine, o prestígio do gestor municipal, agora prefeito, continuaria em alta.

E era chegado o momento de O'Grady pôr em prática aquele que seria, pelo sentimento da elite local, visto em nossas fontes, o maior projeto de sua gestão: o Plano Geral de Sistematização de Natal<sup>463</sup>. Pelo que nos mostram os jornais

---

463 Neste texto, a discussão sobre esse Plano será sucinta, resumindo-se à análise das impressões e opiniões acerca de sua elaboração e das influências gerais sofridas por ele. Uma análise mais detalhada sobre ele, com uma apurada discussão sobre as ideias urbanísticas que influenciaram o seu autor, o arquiteto

e os relatórios do governo municipal, a cidade de Natal vivia uma fase de crescimento, de expansão inédita em sua história (tão inédito quanto o aumento das dívidas municipais, como vimos) e, em virtude disso, era essencial que fosse beneficiada por um plano que regulasse essa expansão e projetasse o futuro crescimento da capital, mantendo-a em ordem, de acordo com os preceitos urbanísticos então em voga.

A necessidade de se confeccionar um plano geral para a cidade é levantada por O'Grady no relatório de gestão municipal relativo ao ano de 1927. Em suas palavras, o presidente da Intendência destacava, como tantos outros, que Natal era uma cidade privilegiada pela natureza e de um clima saudável e ameno, “destinada a se tornar um centro urbano de cunho original e cheio de encanto<sup>464</sup>”. O seu recente crescimento, porém, mostrara alguns defeitos em sua estrutura física, em suas construções, que precisavam ser corrigidos. Para O'Grady, era preciso evitar, a todo custo, que a cidade crescesse

com os vícios de alinhamento, de conjuncto e de estylo  
que já a estão ameaçando de perder a sua graça original.  
É mistér cuidarmos sem perda de tempo do estudo e da  
organização de um plano de regularização e de extensão

---

Giacomo Palumbo, pode ser vista em DANTAS, George. *Linhas convulsas e tortuosas retificações* (dissertação de mestrado), especialmente no capítulo V, “*Caes da Europa*”: um plano para o futuro (1929-1930).

464 INTENDENCIA Municipal. RELATORIO... 1928, p. 15. O'Grady afirma, ainda, que o término do levantamento geral da cidade, completando a planta iniciada pela Comissão de Saneamento de Natal, já representava um passo significativo para o projeto de plano definitivo para a cidade.



para a nossa cidade de acordo com os preceitos modernos do urbanismo<sup>465</sup>.

No relatório do ano seguinte, O'Grady insiste na importância da criação de um plano geral para a cidade, o qual deveria vir acompanhado de um regulamento para as construções urbanas, ambos imprescindíveis, nas palavras do presidente, para o desenvolvimento da capital: “Estas duas necessidades se completam para garantirem o desenvolvimento da cidade, dentro dos limites da esthetica e urbanismo, que os nossos fóros de cidade não permitem sejam por mais tempo violados.” Era fundamental que os preceitos do plano estivessem de acordo com as condições econômicas e sociais do meio em que seria aplicado, e que sua aprovação definitiva viesse apenas após comprovar-se a sua aplicabilidade.

Em abril de 1929, a resolução de nº 304 finalmente autorizava o prefeito da capital potiguar a contratar, com profissional idôneo e de formação técnica, um plano de remodelação para a cidade. O escolhido para a execução da tarefa foi o arquiteto greco-italiano Giacomo Palumbo que, dois meses antes da aprovação do plano, dera uma entrevista ao jornal *A Republica*, fazendo observações sobre a cidade e o seu plano de remodelação.

Para Palumbo, “a cidade ideal deve ter do ponto de vista theorico duas partes bem distintas, ou melhor, uma parte baixa e outra alta<sup>466</sup>”. Nesta perspectiva, propondo o zoneamento

---

465 *Ibid.*

466 PALUMBO, Giacomo. A remodelação de Natal: o engenheiro Giacomo Palumbo dá para *A REPUBLICA* as suas impressões sobre a nossa capital – perspectivas sobre a cidade futura. *A Republica*, Natal, 24 fev. 1929.

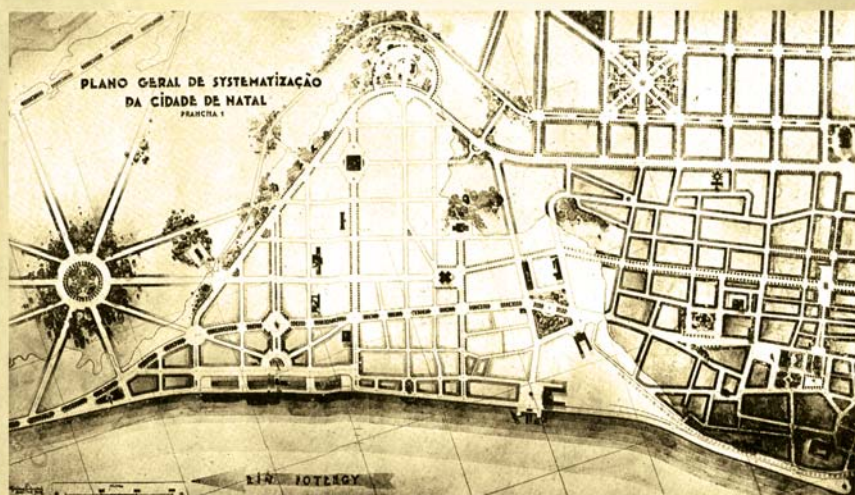
da cidade, o arquiteto defende o bairro da Ribeira como o lugar ideal para o desenvolvimento do comércio local, ao passo que Tirol e Petrópolis destinar-se-iam a abrigar o “corpo de habitação” da capital. O espaço da Cidade Alta poderia se tornar “aprazível e harmonioso” com “o desenvolvimento de bairros de residência *commum*, tornados bairros jardins”. Ao Alecrim, caberia a função de bairro operário da capital.

Para o porto de Natal, de “admiráveis condições naturais”, os planos eram também audaciosos. O cais de desembarque deveria ser uma “bella praça, de traçado moderno”, a qual serviria de cartão de visitas da capital potiguar para os que vinham de fora. Dando prosseguimento à explicação de seus planos, Palumbo afirmava que a praça devia “continuar por uma larga avenida, que finalizará por um monumento ou edificio publico de silhueta monumental, que lhe dará o nome, segundo o modelo classico, em urbanismo, da Avenida da Opera ou dos Campos Elysios, de Paris.”<sup>467</sup>

---

467 *Ibid.*

**Imagem 12** – Prancha 01 do Plano Geral de Sistematização de Natal. Natal parecia cumprir, enfim, o destino que lhe desejara a sua elite dirigente



Fonte: CIGARRA, 1929.

Quem sabe a comparação com Paris, antes mote de chacota feita pelo *Diário do Natal*<sup>468</sup>, não se tornava, com o plano de remodelação, plausível? As opiniões e críticas expressas no jornal *A Republica* e na revista *Cigarra* enalteciam a ação dos governos municipal e estadual e revelavam profundo otimismo em relação às mudanças que o Plano traria para a cidade.

No citado jornal, em matéria intitulada *O Plano de Desenvolvimento de Natal*, um jornalista destacava que a capital do Rio Grande do Norte havia sido fundada ao acaso, e que por muito tempo assim permanecera, descartando-se qualquer planejamento em suas obras. Essa realidade, no entanto, teria que, definitivamente, ser posta de lado. Vivia-se o *século da Técnica*, onde até as menores obras eram planejadas. O que dizer então de uma cidade? Comparada a um organismo vivo, para que ela crescesse forte e saudável teria de acompanhar os mais modernos preceitos urbanísticos então em voga<sup>469</sup>.

A comparação a um organismo vivo, cujo funcionamento pleno depende da articulação de diversos sistemas, todos em equilíbrio, remete ao desejo de ordem e racionalidade que a elite local queria ver concretizado em sua cidade. O Plano Geral seria um passo fundamental para tornar real esse projeto de racionalidade, e o zoneamento, um dos alicerces desse Plano, representa bem essa vontade de se criar uma cidade “orgânica”.

468 DIÁRIO DO NATAL, Natal, 24 mar. 1908.

469 A REPUBLICA, Natal, 19 maio 1929.

Câmara Cascudo também opinou sobre o Plano. Na revista *Cigarra*, lançada em fins da década de 1920, o escritor potiguar, em matéria intitulada *Natal, outra cidade!*, destacará a preocupação do arquiteto Giacomo Palumbo em harmonizar o velho com o novo, as antigas ruas com o traçado moderno, previsto pelo urbanismo:

Nada de arrazamento e de destruição. O material aproveitado é vasto. As ruas conservam a localização antiga. A mão moderna rectificou para melhor onde se semeára á esmo.

[...] Aproveita-se o máximo, conservando-se as características da Cidade de tresentos annos feitos.<sup>470</sup>

É claro, nesta passagem, o desejo de harmonização de opostos, de manutenção dos traços do passado, os traços da Velha Natal, na *outra cidade* que estava para nascer, desejo presente em outras crônicas cascudianas do mesmo período<sup>471</sup>, e que também pode ser percebido na *Natal d'aqui a cincoenta annos*,

---

470 CASCUDO, Luís da Câmara. Natal, outra cidade! *Cigarra*, Natal, ano II, n. 5, 1929.

471 Ver, por exemplo, a crônica intitulada *Taça florida*, em que o autor lembra nostalgicamente de uma Natal "cheia de jardins", para em seguida apelar ao prefeito Omar O'Grady, para que ele instituisse um prêmio ao mais belo jardim da capital, no intuito de que a nova cidade não perdesse o encanto que tinha a florida Natal do passado. As crônicas publicadas n'A *Republica*, em fins de 1929, tratando também do Plano Geral, apresentam, igualmente, esse desejo pela harmonia entre a velha cidade e a nova. Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. O novo plano da cidade I – A cidade. A *REPUBLICA*, Natal, 30 out. 1929; \_\_\_\_\_. O novo plano da cidade II – A Ribeira no "Master Plan". A *REPUBLICA*, Natal, 07 nov. 1929.

de Manoel Dantas. Mas o texto de Cascudo não se resume a elogiar essa harmonia entre passado e futuro.

O escritor elogia também a capacidade de mutabilidade do plano que, não possuindo “o critério unilateral de precizar o que há de vir”, respeitava o *Tempo*, essa entidade intransponível, como se observa nos escritos de Cascudo. Afinal, ponderava o autor, “uma systematização differe duma ‘toilette’ feminina. Feita, é para quase toda uma existência. E a existência duma cidade é de séculos.”

Desta maneira, o plano parecia sintetizar o que o urbanismo representava para Cascudo: “colaboração e crítica”, e nunca uma “afirmativa solitária”. Projetava o futuro, sem arrasar o passado; preocupava-se com o que estava por vir, sem ter a intenção de engessar a urbe, consciente de que a cidade é um ser dinâmico, mutável. Era natural que críticas fossem feitas ao Plano, que ele sofresse com alguns preconceitos, mas para Cascudo, sem dúvida, ele inaugurava uma nova fase para Natal, criava uma nova cidade.

No início de 1930, no relatório da gestão municipal, O’Grady apresenta as principais características do plano de remodelação da cidade e ressalta a sua importância para o progresso de Natal. Educado nos Estados Unidos, o prefeito aponta a América com exemplo a ser seguido e, como se vê em outros textos sobre o Plano, afirma a necessidade de se ordenar o crescimento citadino e de se projetar o futuro:

Com as lições da falta de previdencia e dos projectos sem a preocupação do futuro que as nossas cidades brasileiras têm dado; com o exemplo animador do que

se vem fazendo em relação a “planos de cidades” nos outros países cultos, principalmente nos Estados Unidos, aonde quase toda cidade tem o seu “master plan”; com o despertar de uma fase de progresso na nossa cidade e tendo em vista a irregularidade e já insuficiência do nosso actual systema de arruamentos de par com o muito que é possível aproveitar da nossa natureza, não me parece justificável que se permita, por mais tempo, a cidade crescer desordenadamente, tornando-se cada vez mais difficil e mais dispendiosa uma solução futura.<sup>472</sup>

A racionalidade dos *yankees* era o modelo a ser seguido. Já vimos aqui os elogios feitos a Omar O’Grady pelo seu pragmatismo, por ter “a influência da iniciativa americana<sup>473</sup>”. Vimos, também, que em 1905 o coronel Joaquim Manoel, em seu segundo relatório da gestão municipal, ressentia-se do fato de não termos aqui o “maravilhoso afan de progredir” típico dos americanos. Nesse mesmo ano, a elite local fica encantada com a visita de uma comissão de *kodaks*<sup>474</sup> à capital potiguar, ressaltando, mais uma vez, o senso prático típico desse povo.

No início da década de 1920, Christovam Dantas, ainda nos Estados Unidos, onde estudava agronomia, escrevia as suas *Impressões da América* para *A Republica*, em que tratava dos

472 Trecho do relatório do governo municipal, apresentado em 30 de janeiro de 1930 e publicado, parcialmente, na *CIGARRA*, Natal, ano II, n. 5, 1929. Em outro trecho do relatório publicado nessa revista, ao tratar das finanças municipais, O’Grady elege os Estados Unidos como modelo também na arrecadação de impostos.

473 *A REPUBLICA*, Natal, 30 de novembro de 1924.

474 *A REPUBLICA*, Natal, 10 fev. 1905.



mais diversos assuntos, por vezes relacionados ao seu campo de estudo, sempre destacando o progresso da nação americana e as qualidades inerentes a ela, relatadas nas outras matérias que vimos tratarem dessa nação.

Esse senso prático e racionalidade norte-americanos, essa capacidade de iniciativa típica dos *yankees*, esse maravilhoso desejo pelo progresso, qualidades que causavam admiração e inveja em alguns membros da elite local, seriam apropriados por Omar O'Grady em sua gestão. O engenheiro, de origem anglo-saxônica (tinha ascendentes canadenses, além de ter parentesco também com irlandeses<sup>475</sup>), formado nos Estados Unidos, traria a racionalidade americana para governar a capital potiguar, racionalidade que se fazia sentir no novo regulamento dos departamentos da Intendência e no Plano Geral de Sistematização de Natal, para nos referirmos àquelas que foram, certamente, as mais importantes ações de seu governo.

Mas a última dessas ações, o Plano de remodelação da cidade, acabaria não sendo posto em prática. O'Grady seria deposto em 1930, e o plano racional que planejava o futuro desenvolvimento da urbe e que a poria de vez no rumo do progresso não sairia do papel. Teria sido diferente *se* o engenheiro tivesse se mantido no cargo de prefeito da cidade? Poderíamos fazer um exercício de imaginação para respondermos a essa questão, mas esse esforço, certamente, seria infrutífero. Há de se perceber, contudo, que o plano representava um ideal para a cidade. O que estava na prancha, como

---

475 Há uma breve história das origens da família O'Grady no livro do Padre Jorge O'Grady: PAIVA, Jorge O'Grady de. *Nos domínios das letras e das ciências*, p. 291-292.



ideal, não poderia se transformar em realidade, não em sua plenitude, ao menos. O desejo por uma nova urbe, entretanto, havia, de alguma maneira, mudado o jeito de ser de Natal.

## **Façam o progresso que eu mantenho a ordem: a imagem da Natal moderna**

Entre Bockharam e Babel. Assim vive Natal no período que estudamos. No início do regime republicano, os homens que administram a cidade, sempre com o apoio e a vigilância dos que governavam o estado, lutaram para criar uma nova ordem urbana para Natal, tentativa de fuga do destino de Bockharam, rumo à audácia e grandiosidade do que foi Babel. Busca por tornar Natal cidade “de fato” e não só de direito, e pela conquista da centralidade em relação ao território do Rio Grande do Norte, a qual foi questionada até o início do século XX.

Mas, afinal, de que ordem urbana estamos falando? Como conceituá-la? Ao longo do texto, especialmente nos capítulos III e IV, apresentamos algumas ações dos intendentess e do prefeito da capital, na busca por criar esta nova ordem. Em linhas gerais, foi possível perceber, por meio de resoluções, matérias de jornais, da revista *Cigarra*, entre outras fontes exploradas, que esta nova ordem ligava-se aos desejos de civilização, progresso e modernização, palavras-chaves constantemente repetidas nos documentos que analisamos.

Civilizar a cidade e pô-la no caminho do progresso significava, para os que geriam Natal no início do século XX, alterar

suas formas físicas, de maneira a romper com o passado colonial, ainda presente na cidade de ruas enviesadas e caminhos tortuosos. Mas, como vimos no capítulo III, significava, mais do que isso, reformar costumes, hábitos tidos como arcaicos e que confundiam a cidade com o mundo rural. A oposição clássica cidade x campo é percebida em algumas fontes, como crônicas e matérias de jornal, nas quais vemos que o progresso material nem sempre é acompanhado por mudanças de comportamento entre a população local. Esse desequilíbrio, podemos assim dizer, entre a cidade que se transforma materialmente e a população, que mantém os comportamentos de antanho, é sentido por homens como Eloy de Souza e Henrique Castriciano e explicado muitas vezes pela falta de educação, de civilidade, que marcaria os de “pé no chão”, incapazes de compreender, para alguns dos membros da elite local, os progressos que a República trouxera para a capital.

Esses progressos trazidos pelo novo regime não atingiam os chamados “pés no chão”. A República não viera para eles. Analfabetos, eles não votavam. Suas ruas não eram calçadas; o bonde não passava diante de suas casas; eles não iam ao teatro ou cinema; frequentavam as praças ajardinadas, é verdade, mas não eram vistos com bons olhos pelos que as tinham planejado. Se alguns viam progresso em tudo, sofrendo, segundo a oposição, de “progressomania”, as camadas populares da cidade não o podiam enxergar em quase nada. Esse cenário muda apenas na década de 1920, quando algumas obras e serviços chegam ao subúrbio da capital e, ao mesmo tempo, a Intendência começa a se constituir em um campo

de representação política, abrindo espaço para grupos que ganhavam destaque na organização social da época.

Essa década de 1920, por sinal, é um ponto de inflexão em nosso objeto de pesquisa. Ela inaugura uma nova forma de gerir a cidade, marcada pela racionalidade proporcionada por uma reorganização administrativa e pelo uso da técnica como princípio de transformação<sup>476</sup>. Ela, a técnica, elemento do moderno, ferramenta neutra, guiaria a cidade para novos rumos. O urbanismo seria o conhecimento capaz de recriar a urbe, por meio da razão, sem a interveniência da “maldita política”.

Sobre essa reformulação administrativa, apontamos que ela levou a um processo de burocratização da gestão municipal. Mas o conceito de burocracia, vimos, é uma construção do tipo ideal e, como tal, não pode ser plenamente concretizado. A impessoalidade e a neutralidade que marcariam um regime burocrático não encontravam vazão em um ambiente em que os laços de amizade e familiares eram fundamentais para a definição daqueles que governariam a cidade. Em suma, esse modelo burocrático foi traduzido, adaptado para a realidade local.

As mudanças que Natal vive na década de 1920 são decorrência, também, do sentimento de confiança depositado pelos que comandavam o estado em Manoel Dantas e Omar

---

476 A fetichização da ciência e da técnica são tidas por Teixeira Coelho como um dos elementos caracterizadores da sociedade moderna. Ver: COELHO, Teixeira. *Modernos pós moderno: modos e versões*, p. 50.

O'Grady, o engenheiro que, segundo Cascudo<sup>477</sup>, teria sido o responsável por colocar Natal no século XX.

Dantas, vimos, era tio afim do governador do Estado que apoiou sua candidatura à presidência da Intendência Municipal. Mas, além disso, nutria boas relações com as figuras mais eminentes da política local, como Alberto Maranhão, de quem foi uma espécie de auxiliar direto em sua gestão, e Juvenal Lamartine, sucessor de seu sobrinho no governo do Estado, de quem foi sócio. Aliada a esses vínculos familiares e amizades, algumas certamente conquistadas na época em que dirigia *A Republica*, Dantas tinha uma trajetória no movimento republicano no Rio Grande do Norte, como vimos no capítulo II. Diante de tudo isso, o bacharel circulava facilmente entre os membros mais destacados da elite local. Era, pelo sentimento que vemos presente no jornal que dirigira, um homem ideal para realizar as reformas de que a cidade necessitava.

O seu genro, o engenheiro Omar O'Grady, assume a administração municipal. O pai deste, Alexandre O'Grady, ocupara o cargo de Intendente no segundo Conselho, mas, como vimos, desiludira-se com a República. O filho não cria ilusões: é pragmático, racional, tem capacidade de iniciativa, atributos que aprendeu ou acentuou com a imersão na cultura americana.

Na obsessiva busca pela modernização, que marca não só Natal, como o Brasil na virada do século XIX para o XX, a procura por modelos que guiassem a caminhada rumo ao

---

477 CASCUDO, Luís da Câmara. *O Livro das Velhas Figuras*, v. III, p. 90.

progresso e pusessem o país, enfim, no “ritmo da história”, é uma constante<sup>478</sup>. Na capital potiguar, O’Grady parece ser, para a elite que apoia seus planos, a própria representação do elemento estrangeiro, a encarnação desse pragmatismo e racionalidade americanos tão admirados por esse grupo. A cidade tinha, portanto, um modelo a seguir.

É por este perfil, de um homem da técnica, pragmático e racional, que O’Grady recebe dos que governam o estado a confiança para pôr em execução os seus planos de racionalização administrativa e ordenamento urbano, sempre inspirados, como se percebe especialmente por suas falas nos relatórios municipais, no modelo ianque. Esses processos de racionalização da gestão, proporcionada pelo novo regulamento geral dos departamentos da Intendência, e de construção de uma nova ordem urbana, que teve como ápice o Plano Geral, levariam a cidade a um novo rumo, superando o atraso e a desordem que marcavam o espaço citadino.

O mito da Babel, apresentado por Luís Torres em sua crônica, é uma das maiores representações dessa Natal moderna que se deseja construir. Babel, como apontamos, é vista como símbolo da audácia, da ousadia em se criar o novo, superando os limites do homem. Por trás dessa imagem destacada pelo cronista, porém, existe outra diametralmente oposta: o mito

478 Sobre essa obsessiva busca pela modernização presente no pensamento brasileiro entre fins do século XIX e início do XX e os elementos que a guiam nesse momento de instauração do regime republicano, ver: PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte* (1920-1940), p. 55-71.

é também a representação do caos, da desordem, da confusão de povos e de línguas, da mistura, da heterogeneidade, enfim, que marca a vida na cidade. Torres, contudo, não absorve esses elementos em sua crônica; seleciona e retém apenas os que condizem com o ideal de cidade que se deseja construir.

A imagem de cidade moderna desenhada por Manoel Dantas em sua conferência *Natal d'aqui a cinquenta annos* também é seletiva. Dantas cria em sua fala uma cidade futurista, marcada pelo progresso e pela civilização; uma Natal cosmopolita, conectada por modernas vias de comunicação à América e à Europa, os centros da civilização mundial. Essa urbe ideal, na qual o avanço da técnica superou as barreiras impostas pela natureza, é a realização suprema do progresso.

Mas a Natal moderna criada por Dantas é, de maneira impressionante, vazia. Ela não tem efetiva vida cívica e nem a expressão da diversidade que marca a vida moderna. Seu centro cívico leva o nome daquele que foi eleito o fundador da República potiguar, Pedro Velho, e o lema que Manuel Dantas recorda, associando vida social e evolução material, estampa claramente a orientação da modernidade natalense do período: “Façam o progresso que eu mantenho a ordem”<sup>479</sup>.

São múltiplas as noções de moderno. Tão múltiplas quanto os espaços e os tempos que as gestam<sup>480</sup>. A elite que dirige

---

479 DANTAS, Manoel. *Natal d'aqui ha cinquenta annos*, p. 21. A ideia a respeito da representação de uma Natal moderna feita por Dantas está desenvolvida em: ARRAIS, Raimundo. *Manoel Dantas e as invocações do futuro* (dig.), 2012.

480 Sobre os múltiplos sentidos do moderno, ver COELHO, Teixeira. *Op. cit.*, p. 37-41.

Natal no início do século XX cria um moderno que é representado pela técnica, pelo progresso, pela racionalidade, pela ousadia de criar o novo. São rejeitadas, por esse grupo, a diversidade, a heterogeneidade, a confusão, a desordem que também marcam a vida moderna. Os seus membros têm como ideal uma cidade que harmoniza elementos opostos. Os planos, projetos e obras deviam retificar a cidade, mantendo, contudo, a velha ordem social.

## Referências

ABRACHES, Dunshee de. *Actos e actas do governo provisório*. Rio de Janeiro: Editor D. de Abranches, 1930.

ARRAIS, Raimundo et al. (Org.). *A Intendência e a cidade: fontes para o estudo da gestão da cidade de Natal (1892-1919)*. Natal: EDUFRN, 2011 (no prelo).

ARRAIS, Raimundo. *Manoel Dantas e as invocações do futuro* (dig.), 2012.

\_\_\_\_\_. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.

\_\_\_\_\_. *Manoel Dantas e as invocações do futuro* (dig.), 2012.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade moderna – Natal, entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN, 2008.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; SANTOS, Renato. *Construindo uma cidade moderna: o papel da Intendência municipal e da legislação urbanística em Natal (1892-1930)*. Vitória: Anais do XI SHCU, 2010.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Bauru: EDUSC, 2000.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.



- BUENO, Almir de Carvalho. *Visões da República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2002.
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CAMPOS, Edmundo (Org.). *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- CARONE, Edgard. *A República Velha*. V. II, evolução política (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário republicano no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20 (estudo introdutório de Raimundo Arrais)*. Natal: EDUFRN, 2005.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Natal: EDUFRN, 1980.
- COELHO, Teixeira. *Moderno pós moderno : modos e versões* São Paulo: Iluminuras, 2011.
- DANTAS, George. Crise urbana em Natal na virada para os anos 1920: impasses da modernização e saberes técnicos. São Carlos: *Revista Risco*, n. 3, p. 66-85, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em natal nos anos 1920*. Dissertação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP. São Carlos/SP, 2003.

\_\_\_\_\_. Uma nova paisagem para a cidade: considerações sobre a elaboração do Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal (1924). *Revista Porto*, v. 1, ano 1, 2011.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano*. Vol. 1, O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alvacior, 1997.

FELDMAN, Sarah. Avanços e limites na Historiografia da legislação urbanística no Brasil. *Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ano 3, n. 4, 2001.

FERREIRA, Angela; DANTAS, George (Org.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Natal: EDUFRRN, 2006.

GALVÃO, Hélio. Aspectos da evolução urbana e demográfica de Natal. In: EMERENCIANO, João Gothardo Dantas (Org.). *Natal não-há-tal: aspectos da história da cidade do Natal*. Natal: Depto de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MARINHO, Márcia. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, esporte e lazer na Belle Époque natalense*. Natal: EDUFRN, 2011.

*Revista Perigo Eminente*. Natal: Flor do Sal, 2009.

MONTEIRO, Denise Mattos. Coronéis e oligarcas: o Rio Grande do Norte no sistema de poder da Primeira Republica (1880-1930). In: \_\_\_\_\_. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: EDUFRN, 2007.

MONTORO, Eugênio Franco. *O município na Constituição brasileira*. São Paulo: Jurid Vellenich, 1975.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade A CIDADE: o processo de urbanização do Natal 1889/1913*. Natal: EDUFRN, 1999.

PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luís César de Queiroz (Org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PECHMAN, Robert. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte*.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1999.

Natal, outra cidade!

SCHORSKE, Carl. A idéia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. In: \_\_\_\_\_. *Pensando com a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande do Norte. Natal: Gráfica do Senado Federal, 1989.

TRAGTENBERG, Mauricio. Max Weber. In: \_\_\_\_\_. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1974.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital* (séculos XIX-XX). Brasília: Ed. UnB, 2009.

## Fontes

BILHETE Postal. *A Republica*, Natal, 06 maio 1904.

BRASIL. Casa Civil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. 31p. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)> Acesso em: 10 jan. 2009.

CASCUDO, Luís da Câmara. Angelo Roselli. *A Republica*, Natal, 12 abr. 1929.

\_\_\_\_\_. *Gente viva*. Natal: EDUFRN, 2010.

\_\_\_\_\_. *O livro das velhas figuras*. Vol. III. Natal: IHG-RN, 1974.

\_\_\_\_\_. *O livro das velhas figuras*. Vol. VI. Natal: IHG-RN, 1989.

\_\_\_\_\_. *O livro das velhas figuras*. Vol. VII. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

\_\_\_\_\_. *O livro das velhas figuras*. Vol. IX. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

\_\_\_\_\_. O novo plano da cidade; I – A cidade. *A Republica*, Natal, 30 out. 1929.

\_\_\_\_\_. *O tempo e eu*: confidências e proposições. Natal: EDUFRN, 1998.

CASTRICIANO, Henrique. Lourival e o seu tempo – II. *A Republica*, Natal, 04 jul. 1907.

\_\_\_\_\_. Lourival e o seu tempo – III. *A Republica*, 05 jul. 1907.

Natal, outra cidade!

CICCO, Januario. *Como se higienizaria Natal*. Natal: Typ. M. Victorino, 1928.

DANTAS, Manoel. *Natal d'aqui ha cincoenta annos*. Natal: Flor do Sal, 2009 (Edição fac similar do original publicado em 1909, pela Imprensa Official).

*DIARIO do Natal*, Natal, 1904-1913.

GOVERNO Municipal - RELATORIO Apresentado a Intendencia eleita para o triennio de 1905 a 1907 por ocasião de sua posse em 1 de Janeiro de 1905. *A Republica*, Natal, 13 jan. 1905; 14 jan. 1905; 16 jan. 1905; 17 jan. 1905; 18 jan. 1905; 19 jan. 1905.

GUIMARÃES, João de Amorim. *Natal do meu tempo*. Natal: Departamento de Imprensa do RN, 1952.

INTENDENCIA Municipal. RELATORIO apresentado á Intendencia Municipal de Natal pelo Presidente Omar O'Grady, em sessão de 1º de janeiro de 1927. Natal: Imprensa Diocesana, s.d.

\_\_\_\_\_. RELATORIO apresentado á Intendencia Municipal de Natal pelo Presidente Omar O'Grady, em sessão de 1º de janeiro de 1928. Natal: Imprensa Diocesana, s.d.

\_\_\_\_\_. RELATORIO apresentado á Intendencia Municipal de Natal pelo Presidente Omar O'Grady, em sessão de 1º de janeiro de 1929. Natal: Imprensa Diocesana, s.d.

LIXO. *A Republica*, Natal, 07 mar. 1904.

MERCADO Publico, *A Republica*, Natal, 16 mar. 1904.

NATAL. Prefeitura Municipal do Natal. *Carta de aforamento nº 09, de 28 de janeiro de 1904*. Natal: s.d.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da cidade do Natal. *Carta de aforamento nº 23, de 18 de maio de 1904*. Natal: s.d.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da cidade do Natal. *Carta de aforamento nº 27, de 05 de setembro de 1904*. Natal: s.d.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da cidade do Natal. *Carta de aforamento nº 95, de 13 de outubro de 1906*. Natal: s.d.

\_\_\_\_\_. Prefeitura da cidade do Natal. *Carta de aforamento nº 96, de 13 de outubro de 1906*. Natal: s.d.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal do Natal. *Carta de aforamento nº 271, de 30 de janeiro de 1904*. Natal: s.d.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal do Natal. *Carta de aforamento Nº 574, de 1915*. Natal: s.d.

PAIVA, Jorge O'Grady de. *Nos caminhos das letras e das ciências*. Rio de Janeiro: Continente Editorial, 1974.

PARTE Oficial. A REPUBLICA, Natal, 10 mar. 1910.

*A REPUBLICA*, Natal, 1902-1929.

*Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*. Vol. I, nº 1. Natal: Typ. da Gazeta do Commercio, 1903.

RIO GRANDE DO NORTE. *Actos legislativos e decretos do governo* (1904). Natal: Typ. d'A Republica, 1905. A Republica, 1911.

Natal, outra cidade!

\_\_\_\_\_. *Actos legislativos e decretos do governo* (1925). Natal: Typ d'A Republica, s/d.

RIO GRANDE DO NORTE. *Assembleia Constituinte* (Constituição de 21 de julho de 1891). Localizado em: estante de livros de leis e decretos do Rio Grande do Norte, IHG-RN. 29 p.[Manuscrito].

\_\_\_\_\_. *Decretos do Governo do Estado, 1889-1891*. Natal: Typ. da Empreza Graphica Renaud & C<sup>a</sup>, 1896.

\_\_\_\_\_. *Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Typ. da Empreza graphica de Renaud & C<sup>a</sup>, 1898.

\_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada pelo governador Alberto Maranhão ao passar o Governo do Estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra no dia 25 de março de 1904*. Natal: Typ. d'A Republica, 1904.

SILVA, Josué; ESTEVAM, João; FAGUNDES, Emygdio. *A Maçonaria no Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2001 (edição fac-similar à publicada pel'A Imprensa, em 1924).

SOUZA, Eloy de. *Costumes locais e outros temas*. Mossoró: Coleção mossoroense, 1982.



## Anexos

### (Footnotes)

1 Nas resoluções orçamentárias dos anos de 1911, 1914 e 1916 não há previsão da receita a ser arrecadada e sim, apenas, das fontes de arrecadação.

2 Não pudemos visualizar o dado da previsão de receita, pois a edição de jornal em que a resolução foi publicada está bastante danificada.

Quadro 1

Quadro demonstrativo das principais obras executadas pela Intendência Municipal de Natal durante o período de 1.º de dezembro de 1925 a 30 de novembro de 1926<sup>1</sup>

| DESIGNAÇÃO DA OBRA                                                                                                                                                                                           | QUANTIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS |                |                 |                            |                | CUSTO         | REGIME           | OBSERVAÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|----------------|-----------------|----------------------------|----------------|---------------|------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                                                                              | Movimento de terra (m3)            | Alvenaria (m3) | Calçamento (m2) | Meio-fio de cantaria (m/c) | Estradas (m/c) |               |                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| EMBELEZAMENTO DA AVENIDA ATLANTICA<br>(Terraplanagem, muro de arrimo com balaústra e postes de iluminação de concreto armado, calçamento, passeio de mosaico e meio-fio de cantaria ao longo da balaustrada) | 654.0                              | 125.2          | 4 899.5         | 383.0                      | -              | 62:518\$8 (r) | PEQUENAS TAREFAS | Concluído – Esplendido melhoramento para o bairro de Petrópolis. [palavras ilegíveis]                                                                                                                                                                                                                                |
| CALÇAMENTO DA RUA FONSECA E SILVA<br>(Alvenaria Irregular)                                                                                                                                                   | 250.0                              | -              | 2 114.7         | 167.0                      | -              | 24:461\$500   | PEQUENAS TAREFAS | Concluído – Grande melhoramento para o bairro do Alecrim.                                                                                                                                                                                                                                                            |
| CALÇAMENTO DA RUA DR. BARATA<br>(Paralelepípedos)                                                                                                                                                            | 144.6                              | -              | 757.3           | 399.0                      | -              | 20:272\$000   | PEQUENAS TAREFAS | Concluído, em ótimas condições.                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| CALÇAMENTO DAS TRAVESSAS VENEZUELA, QUINTINO BOCAYUVA E ARGENTINA<br>(Paralelepípedos)                                                                                                                       | 55.4                               | -              | 407.8           | 319.0                      | -              | 16:423\$950   | PEQUENAS TAREFAS | Concluído – Está incluído o pequeno trecho da Rua do Comercio entre a Travessa Venezuela e a Avenida Tavares de Lyra.                                                                                                                                                                                                |
| CALÇAMENTO DA PRAÇA AUGUSTO SEVERO<br>(Paralelepípedos)                                                                                                                                                      | 99.0                               | -              | 2 241.6         | 349.3                      | -              | 40:553\$360   | PEQUENAS TAREFAS | Concluído o lado oeste da Praça. Rejuntamento com pixe e areia. [palavras ilegíveis]                                                                                                                                                                                                                                 |
| CALÇAMENTO DA AVENIDA JUNQUEIRA AYRES<br>(Paralelepípedos sobre base de concreto, assentados e rejuntados com argamassa de cimento.)                                                                         | 98.0                               | 61.0           | [ilegível]      | 70.0                       | -              | 7:998\$700    | PEQUENAS TAREFAS | Em construção, inclusive uma galeria de alvenaria para drenagem das águas pluviais.                                                                                                                                                                                                                                  |
| CAES "TAVARES DE LYRA"                                                                                                                                                                                       | -                                  | 99.1           | -               | -                          | -              | 8:865\$500    | CONTRACTADO      | Em construção Fundação de estacada de maçaranduba com [palavras ilegíveis] de concreto. Elevação de cantaria. O Governo do Estado forneceu toda pedra no valor de [palavras ilegíveis]                                                                                                                               |
| RECONSTRUÇÕES E CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTOS<br>(Alvenaria Irregular)                                                                                                                                          | -                                  | -              | 2 894.0         | -                          | -              | 26:490\$740   | ADMINISTRAÇÃO    | Além da conservação geral dos calçamentos da cidade, estão incluídas as reconstruções completas dos calçamentos das ruas do Comércio, entre as Travessas Aureliano e Venezuela, da rua Juvino Barreto, entre ruas 13 de Maio e S. Thomé, e trechos da Praça Augusto Severo, e o calçamento da Travessa João Avelino. |
| ESTRADA DA AREIA PRETA<br>(Revestimento de Cascalho e argila)                                                                                                                                                | -                                  | 59.7           | -               | -                          | 373.0          | 16:182\$840   | PEQUENAS TAREFAS | Concluída                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| ESTRADA DAS ROCAS<br>(Revestimento de Cascalho e argila)                                                                                                                                                     | -                                  | -              | -               | -                          | 289.0          | 2:232\$700    | PEQUENAS TAREFAS | Concluída                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| RECONSTRUÇÃO DA PONTE DE GUARAPES                                                                                                                                                                            | -                                  | -              | -               | -                          | -              | 5:755\$450    | ADMINISTRAÇÃO    | Concluída – Foram feitos reparos gerais [palavras ilegíveis] por vigas de aço e lastro de madeira. As vigas, a madeira e o cimento foram fornecidos pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas.                                                                                                                |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                                                                                                                 | 1.301.0                            | 345.0          | 13 431.6        | 1 622.3                    | 1 612.0        | [ilegíveis]   |                  | Na despesa não está incluído o custo do cimento e do pixe, que foram fornecidos pelo Governo do Estado.                                                                                                                                                                                                              |

<sup>1</sup> Adaptação de quadro presente em INTENDENCIA Municipal. RELATORIO apresentado à Intendencia... 1927, s.d.

Quadro 2

Quadro demonstrativo das principais obras executadas pela Intendência Municipal de Natal, durante o período de 1.º de dezembro de 1926 a 30 de novembro de 1927<sup>1</sup>

| DESIGNAÇÃO DA OBRA                                                                                                                 | QUANTIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS |                |                 |                         |                            |                | CUSTO        | REGIME           | OBSERVAÇÕES                                                                                                                                               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|----------------|-----------------|-------------------------|----------------------------|----------------|--------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                    | Movimento de terra (m3)            | ALVENARIA (m3) | CALÇAMENTO (m2) | Passeio de Mosaico (m2) | Meio-fio de cantaria (m/c) | ESTRADAS (m/c) |              |                  |                                                                                                                                                           |
| Cais da Avenida Tavares de Lyra                                                                                                    | 540.0                              | 181.0          | 98.0            | 162.0                   | 28.0                       | -              | 55:960\$560  | Contratado       | CONCLUÍDO – Excelente cães de desembarque com 1m.50 nas marés baixas.                                                                                     |
| Calçamento da Praça Augusto Severo<br>(Paralelepípedos assentados em areia)                                                        | -                                  | -              | 396.8           | -                       | -                          | -              | 6:286\$000   | Pequenas Tarefas | Concluído o trecho entre o monumento da Praça Augusto Severo e a Villa Barreto.                                                                           |
| Calçamento da Avenida Junqueira Ayres<br>(Paralelepípedos sobre base de concreto assentados e rejuntados com argamassa de cimento) | 3 500.0                            | 20.6           | 6 889.2         | 242.0                   | 855.8                      | -              | 158:325\$085 | Pequenas Tarefas | Concluído o calçamento em ótimas condições. Está em construção o serviço complementar de aformoseamento entre as Praças Thomaz de Araujo e 7 de Setembro. |
| Estradas suburbanas<br>(Revestimento de Cascalho e argila)                                                                         | 450.0                              | 18.3           | -               | -                       | -                          | 494.0          | 8:867\$500   | Pequenas Tarefas | Estradas e terraplanagens na Travessa Meira e Sá e rua Cel. Estevam no bairro do Alecrim.                                                                 |
| Cemitério de Ponta Negra<br>(Alvenaria de tijolo)                                                                                  | -                                  | 64.0           | -               | -                       | -                          | -              | 5:780\$300   | Pequenas Tarefas | Um bem construído cemitério de alvenaria de tijolo medindo 50m0x50m0, na Povoação de Ponta Negra.                                                         |
| Reconstruções e conservação de calçamento<br>(Empedramento)                                                                        | -                                  | -              | 247.5           | -                       | -                          | -              | 9:456\$500   | Administração    | Além da conservação das estradas na cidade fez-se o empedramento da Rua São Thomé entre a Travessa Pax e Praça Thomaz de Araujo                           |
| Conservação de estradas<br>(Revestimento de Cascalho e argila)                                                                     | -                                  | -              | -               | -                       | -                          | -              | 4:583\$020   | Administração    | Além da conservação das estradas na cidade fez-se reparos gerais na Estrada de Rodagem para Macaíba.                                                      |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                                       | 4 490.0                            | 283.9          | 7 631.5         | 404.0                   | 883.8                      | 494.0          | 9:258\$965   | -                | No custo não está incluído o valor do cimento que foi fornecido pelo Governo do Estado.                                                                   |

<sup>1</sup> Adaptação de quadro presente em INTENDENCIA Municipal. RELATORIO apresentado à Intendencia... 1928, s.d.

Quadro 3

Quadro demonstrativo das principais obras executadas pela Intendência Municipal de Natal, durante o período de 1.º de dezembro de 1927 a 30 de novembro de 1928<sup>1</sup>

| DESIGNAÇÃO DA OBRA                                   | QUANTIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS |                |                 |               |                            |               |                    | CUSTO        | REGIME           | OBSERVAÇÕES                                                                                                                                                                        |
|------------------------------------------------------|------------------------------------|----------------|-----------------|---------------|----------------------------|---------------|--------------------|--------------|------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                      | Movimento de terra (m3)            | ALVENARIA (m3) | CALÇAMENTO (m2) | Passeios (m2) | Meio-fio de cantaria (m L) | Estradas (m2) | Balaustradas (m L) |              |                  |                                                                                                                                                                                    |
| Aformoseamento da Av. Junqueira Ayres                | 200.0                              | 102.0          | -               | 650.0         | -                          | -             | 171.5              | 38:589\$235  | Contratado       | Concluído – Muros de arrimo, balaustrada, passeios de mosaico, iluminação, gramados e arborização. V. Clichê nº 2                                                                  |
| Melhoramento da Praça João Tiburcio                  | 220.0                              | 28.3           | 1000.0          | 84.7          | 120.0                      | -             | -                  | 11:137\$600  | Pequenas Tarefas | Concluído – Meios-fios, calçamento de pedra irregular, gramados e arborização. Monumento do Professor João Tiburcio oferecido pela Associação de Professores. V. Clichê nº 2       |
| Calçamento da Avenida Sachet                         | 390.0                              | -              | 1 939.5         | -             | 728.1                      | -             | -                  | 56:036\$550  | Pequenas Tarefas | Em construção - Paralelepípedos sobre empedramento, elevação da grade para dar solução a drenagem superficial das águas pluviais. V. Clichê nº 3                                   |
| Calçamento da Rua José Bonifacio                     | 80.0                               | -              | 885.0           | -             | 332.5                      | -             | -                  | 22:712\$200  | Pequenas Tarefas | Concluído - Paralelepípedos sobre empedramento. V. Clichê nº 4                                                                                                                     |
| Calçamento da Travessa Equador                       | 30.0                               | -              | 205.3           | -             | 111.0                      | -             | -                  | 5:639\$300   | Pequenas Tarefas | Concluído - Paralelepípedos sobre empedramento.                                                                                                                                    |
| Calçamento da Praça Augusto Severo                   | 850.0                              | 346.8          | 3 464.4         | -             | 119.4                      | -             | -                  | 88:051\$400  | Pequenas Tarefas | Em construção - Paralelepípedos sobre empedramento. Elevação da grade e construção de galerias para as águas pluviais para resolver o problema local de inundações. V. Clichê nº 5 |
| Estrada de rodagem da Av. Hermes da Fonseca          | 150.0                              | -              | -               | -             | -                          | 9 470.5       | -                  | 18:941\$000  | Contratado       | Concluído o trecho do Estádio Juvenal Lamartine a sede do Aero-Club. Em construção o trecho do Estádio à Avenida Joaquim Manoel – Revestimento de argila e cascalho V. Clichê nº 6 |
| Conservação e reconstrução de calçamentos e estradas | -                                  | -              | 886.0           | -             | -                          | 1 500.0       | -                  | 23:284\$650  | Administração    | Conservação e reconstrução de estradas e calçamentos – inclusive construção de pequenos trechos de estradas e reconstrução de um trecho de calçamento da Avenida Tavares de Lyra.  |
| <b>TOTAL</b>                                         | 1 920.0                            | 477.1          | 8 380.2         | 734.7         | 1 421.0                    | 10 970.5      | 171.5              | 264:391\$935 | -                | No custo não está incluído o valor do cimento que foi fornecido pelo Governo do Estado.                                                                                            |

<sup>1</sup> Adaptação de quadro presente em INTENDENCIA Municipal. RELATORIO apresentado à Intendencia... 1929, s.d.







Este livro foi publicado pela  
Editora da UFRN.  
Julho de 2018

